

VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

RELATÓRIO 2008





ISSN 1984-7645

VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Relatório 2008

APOIO



Este relatório é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).



PRESIDENTE
Dom Erwin Kräutler

ENDEREÇO
SDS - Ed. Venâncio III, sala 309-314
CEP 70.393-902 - Brasília-DF
Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651
www.cimi.org.br

Violência contra os povos indígenas no Brasil – 2008

ISSN 1984-7645

COORDENAÇÃO DA PESQUISA
Lúcia Helena Rangel – Doutora em Antropologia – PUC-SP

PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS
Regionais do Cimi e Setor de documentação do Cimi

ORGANIZAÇÃO DAS TABELAS DE DADOS
Aida Cruz, Eduardo Holanda, Leda Bosi e Paul Wolters

REVISÃO DAS TABELAS DE DADOS
Eduardo Holanda, Lúcia Helena Rangel e Paul Wolters

SELEÇÃO DE IMAGENS
Aida Cruz e Marcy Picanço

REDAÇÃO
Paul Wolters

EDIÇÃO
Marcy Picanço

REVISÃO
Leda Bosi

DIAGRAMAÇÃO
Licurgo S. Botelho

Foto capa: Luiz Vasconcelos / A Crítica – Esta foto, gentilmente cedida pelo Jornal A Crítica, foi premiada no World Press Photo 2009.

Cumprimento de ordem de reintegração de posse de uma área ocupada por mais de 100 indígenas e pessoas sem-teto em Manaus, em março de 2008. Tropa de choque, cachorros, cavalos e bombas de efeito moral foram usados no despejo.

HOMENAGENS

Marçal de Souza Tupã-i (1920- 1983)

Em 25 de novembro de 2008 fez 25 anos que Marçal Tupã-i, a voz do trovão, Guarani Nhandeva, foi assassinado, na aldeia Campestre, em Antônio João, no Mato Grosso do Sul. Cinco tiros à queima roupa lhe tiraram a vida, quando abriu a porta para atender uma voz insistente e suplicante que pedia medicamento para o pai doente. O atendente de saúde Marçal acreditou e cumpriu o destino que ele mesmo previra alguns anos antes: *“Eu sou uma pessoa marcada para morrer. Mas por uma causa justa a gente morre!”*

Foi membro da comitiva que entregou uma carta ao Papa João Paulo II em Manaus, em 1980, e também representou a União das Nações Indígenas numa conferência da ONU, realizada em Boston em 1981. Sua atividade política motivou perseguição, prisões e ameaças de morte. Até hoje o processo sobre seu assassinato não foi encerrado. A arma do crime e o mandante foram identificados. O executor, foragido, foi absolvido. Houve recursos, a família de Marçal insistiu por muitos anos; mas essa é uma história sem fim.

Dizia Marçal, há mais de 25 anos: *“Nós índios, que vivemos aqui é que sentimos a injustiça, a pobreza, a perseguição, a fome, porque a área que ocupamos não oferece mais condições para nossa sobrevivência...”*

(informações retirados de: Prezisa, Benedito – Marçal Guarani: a voz que não pode ser esquecida. São Paulo: Expressão Popular, 2006)

Maria dos Anjos, Guajajara

Em 5 de maio de 2008, homens armados passaram de moto por uma estrada, atirando contra a aldeia Anajá, na terra indígena Araribóia, Maranhão. Um dos tiros atingiu e matou uma criança que assistia televisão em sua casa. Os habitantes da aldeia dizem que os assassinos foram os mesmos que mataram Timóteo Guajajara em 2007. Desde então, o clima de terror e as ameaças constantes abalam a vida na aldeia. A denúncia não foi feita na delegacia por medo de represálias. Episódios desse tipo tornaram-se comuns no Maranhão, assim como em outras regiões do Brasil. Que a alma dessa criança ao encontrar a alma de Marçal Tupã-i Guarani tenha juntado energias para dar força aos povos indígenas do Brasil diante da violência que esse relatório pretende denunciar.

(ocorrência registrada nesse relatório)



Guarani Kaiowá – MS – Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi

“O verde da bandeira que os brasileiros carregavam representava a mata que a civilização nos tirou; vivemos nas terras do governo, como párias, esmagados. O amarelo, que representava a riqueza do Brasil, a pesca e a caça, hoje estão ausentes de nossa terra; tiraram-nos tudo em nome da civilização. O branco, que simbolizava a paz tão desejada, hoje está ausente do homem. E, finalmente, o azul, que representava o céu, na sua beleza florida – estrelas e astros a brilhar -, foi a única coisa que a civilização deixou ao índio, e isso porque ela não pôde conquistar ainda ...”

Marçal de Souza Tupã-i
(1920- 1983)

SUMÁRIO

Um compromisso com a vida	7
<i>Bispo da Prelazia do Xingu (PA) e Presidente do Cimi</i>	
Apresentação	
Vergonhoso quadro de negligência e desvalorização da vida	9
<i>Roberto Antonio Liebgott – Vice-Presidente do Cimi</i>	
Introdução	
Violência sistemática contra os povos indígenas	13
<i>Lúcia Helena Rangel – Antropóloga / PUC/SP</i>	
Artigos	
O Poder Judiciário e a questão indígena nos 20 anos da Constituição Federal	18
<i>Paulo Machado Guimarães – Advogado e Assessor Jurídico do Cimi</i>	
Os Povos Indígenas no contexto da criminalização dos movimentos sociais	22
<i>Rosane Lacerda – Advogada, Mestre em Direito pela UnB e Professora Assistente de Direito Público (UFG)</i>	
Esperanças e incertezas no futuro da saúde indígena no Brasil	26
<i>Paulo Daniel Moraes – Setor de Saúde do Conselho Indígena de Roraima (CIR)</i>	
Contexto da violência contra os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul	29
<i>Antônio Brand – Historiador, professor da Universidade Católica Dom Bosco</i>	
Capítulo I – Violência contra o patrimônio	
Conflitos relativos a direitos territoriais	37
Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais, danos diversos ao patrimônio e danos ambientais e biológicos	41
Omissão e morosidade na regularização de terras	49
Capítulo II – Violência contra a pessoa praticada por particulares e agentes do poder público	
Assassinato	59
Tentativa de assassinato	69
Homicídio culposo	75
Ameaça de morte	77
Ameaças várias	81
Lesão corporal dolosa	83
Abuso de poder	85
Racismo e discriminação étnico-cultural	89
Violência sexual	93
Apropriação indébita – retenção de cartões bancários	95
Capítulo III – Violências provocadas por omissão do poder público	
Suicídio e tentativa de suicídio	99
Desassistência na área da saúde	105
Morte por desassistência à saúde	120
Mortalidade na infância	129
Desnutrição	129
Disseminação de bebida alcoólica e drogas	130
Desassistência na área de educação escolar indígena	133
Desassistência geral	137
Capítulo IV – Violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato	
Violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato	145
Tabelas resumo da violência contra os povos indígenas	151



Crianças Xavante – Ronaldo Nina/Arquivo Cimi

Um compromisso com a vida



Como faz há mais de 20 anos, o Cimi apresenta os dados sobre as violações aos direitos dos povos indígenas do Brasil. Nesta edição, encontram-se as análises sobre os casos registrados em 2008.

A reunião dessas informações monta o quadro da precária situação na qual ainda se encontra grande parte dos 241 povos indígenas que habitam o território nacional. Ao olhar os números, fotos e relatos que seguem, devemos nos perguntar por que consentimos – enquanto sociedade – que os indígenas brasileiros enfrentem essa realidade.

Vinte anos atrás, em 1988, o povo brasileiro manifestou o respeito pela natureza pluriétnica e pluricultural do país. A Constituição Federal reconheceu que a diversidade de visões e de modos de vida dos povos que aqui vivem deveria ser respeitada e sua sobrevivência garantida.

Esta vontade, no entanto, não se transformou em fato. Ao contrário, os ataques contra os indígenas seguem sendo praticados pelo Estado, por grupos e indivíduos.

Neste relatório, novamente, gritam aos nossos olhos os números das agressões contra os Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, em especial os dados sobre suicídios e assassinatos, que são, na maioria dos casos, cometidos por indígenas do próprio povo. O Brasil está assistindo à dolorosa autodestruição dos Guarani Kaiowá, promovida, principalmente, por ações e omissões do Estado. São necessárias medidas urgentes para garantir a sobrevivência física e cultural dessa população.

Mais que isso, o Estado e toda a sociedade devem transformar sua percepção sobre os povos indígenas. Eles não podem ser vistos e tratados como um estorvo. Deve-se valorizar profundamente a contribuição da matriz indígena para a formação da identidade nacional e o modo sustentável dos povos indígenas de convivência com a natureza.

Da mesma forma, o Estado precisa considerar os indígenas ao programar o crescimento do país. Isso não ocorre quando cerca de 450 projetos de infra-estrutura incidem em terras indígenas, sem que seus habitantes sejam devidamente consultados. A presença dos povos indígenas se torna um empecilho para os que buscam um desenvolvimento que favorece apenas as grandes empresas e o agronegócio, exigindo liberação de terras para o cultivo de monoculturas. Por outro lado, é valorizada pelos que buscam um desenvolvimento orientado para a vida, a paz, a preservação ambiental, o respeito ao outro e o bem-estar social.

Diante do lamentável retrato das violências apresentadas nesse relatório, a sociedade brasileira precisa assumir o compromisso de garantir um futuro digno para todos os povos indígenas do país. Um futuro onde as crianças não encontrem a morte na ausência de médicos e remédios e os jovens não busquem a morte como forma de escapar da realidade. Um futuro onde haja vida plena, onde haja uma terra sem males.

Maio de 2009

Dom Erwin Kräutler

Bispo da Prelazia do Xingu (PA) e Presidente do Cimi

Terra, elemento essencial para a vida dos povos indígenas, tem sido a razão principal para as agressões

Guarani Kaiowá/MS – Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi



Vergonhoso quadro de negligência e desvalorização da vida

Roberto Antonio Liebgott

Vice-Presidente do Cimi

Uma vez mais, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) apresenta à sociedade o relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil*. A presente publicação registra as agressões praticadas em 2008. Há quase 20 anos, o Cimi realiza este registro das violências cometidas contra a pessoa e o patrimônio indígena e daquelas resultantes de omissão do poder público. São registros parciais - colhidos em veículos de comunicação de todo o país e a partir do trabalho das equipes de base do Cimi. Os dados, portanto, não representam a totalidade das agressões cometidas contra essa população.

A cada ano, depois da divulgação dos dados sobre as violências praticadas contra pessoas, comunidades e povos indígenas, alguns jornalistas, pesquisadores e, inclusive, autoridades públicas perguntam: qual o interesse do Cimi em divulgar relatórios com as informações sobre as violências contra os índios? Temos sempre respondido que, para a entidade, interessa informar, denunciar e cobrar providências no que tange às violações dos direitos à vida, à dignidade da pessoa humana, ao acesso e garantia da terra e ao meio ambiente.

Os relatórios têm comprovado, ano após ano, que as violências são sistemáticas, cotidianas e afetam povos, comunidades e indivíduos em todas as regiões do Brasil, sendo que os responsáveis, na maioria dos casos, ficam impunes. Geralmente os autores de tais práticas pretendem explorar economicamente as terras indígenas ou algum de seus recursos naturais e, para realizar seu intento, não medem esforços. Outras violências são praticadas por agentes dos próprios poderes públicos, omissos ou negligentes em funções e responsabilidades que lhes foram atribuídas, tais como a atenção à saúde, à educação, à efetiva demarcação, fiscalização e proteção das terras e dos povos indígenas no Brasil.

O quadro geral de violências praticadas contra os índios no ano de 2008 evidencia que as escolhas políticas, econômicas e sociais do governo e da sociedade fragilizam cada vez mais os segmentos que, historicamente, têm sido desfavorecidos. A terra, condição primeira para uma vida digna e autônoma dos povos indígenas, tem sido a razão principal para as agressões. Violências contra o patrimônio configuram um cenário que estimula a prática de vários tipos de violências. Entre essas violências estão as invasões possessórias, a exploração ilegal de recursos naturais, os danos ambientais, bem como a lentidão do poder público nos procedimentos de demarcação e a paralisação de processos de retirada de invasores e ocupantes de áreas já homologadas.

Violências contra a pessoa

No ano de 2008, quase 50 povos indígenas foram vítimas de violações contra a pessoa. Registraram-se, no levantamento, 60 assassinatos, 8 casos de homicídios culposos, 6 ocorrências de lesões corporais dolosas, 16 casos de racismo e discriminação étnico culturais, 29 tentativas de assassinato e 6 casos de violências sexuais praticadas contra indígenas no Brasil. Também foram identificados 12 casos de ameaças de morte, 19 ocorrências de abuso de poder, 6 casos envolvendo ameaças várias, 3 casos de

apropriações indébitas - retenção de cartões bancários e outros. As violências contra a pessoa foram cometidas em 21 unidades da federação, sendo o povo Guarani-Kaiowá a maior vítima, com 70 ocorrências, ou quase 50% dos registros.

Violências por omissão do poder público

Os dados relativos à omissão do poder público mostram também uma tendência crescente de desassistência em áreas vitais como a saúde, por exemplo, que afeta cerca de 60 povos indígenas. Registramos casos de desassistência geral, bem como na área de educação escolar indígena e, na área de saúde, ocorreram casos de morte por desassistência, por desnutrição e mortalidade na infância. Também houve a disseminação de bebida alcoólica e outras drogas, além de diversos suicídios e tentativas de suicídio. Registramos omissões do poder público em 19 unidades da federação.

Desse conjunto de casos relacionados à omissão do poder público, chama atenção o aumento considerável no número de ocorrências de desassistência na área de saúde. Em 2007 registramos 24 casos, enquanto em 2008 este número saltou para 77 ocorrências.

Tudo isso indica que os investimentos oficiais na prevenção de doenças e na proteção das comunidades indígenas não têm sido suficientes, e que é necessário formular e executar políticas adequadas de atenção aos índios, contando com o acompanhamento atencioso da sociedade. Além disso, constata-se o mau uso de recursos, manifestado em denúncias de corrupção na Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão responsável pela gestão da política de assistência à saúde indígena.

Violências contra o patrimônio

Neste segmento, nosso levantamento registrou, em 2008, violências contra mais de 40 povos indígenas de 18 unidades da federação. Destacam-se os conflitos relativos a direitos territoriais, danos ambientais e biológicos, invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio e omissão e morosidade na regularização de terras.

Em 2008 o governo do presidente Lula bateu mais um recorde em relação aos povos indígenas: **homologou apenas uma terra indígena**. Deste fato podem-se tirar algumas conclusões em relação à política indigenista desse governo. A primeira delas é de que os setores anti-indígenas – dentro e fora do governo - lograram êxitos na estratégia de impedir a demarcação de terras indígenas.

É igualmente relevante, a constatação da intensa e contínua mobilização de grupos econômicos e políticos, destinada a pressionar os poderes públicos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em procedimentos que envolvem o patrimônio indígena. Evidencia-se um processo de judicialização das questões relativas aos povos indígenas, tal como se observou no julgamento do caso da terra indígena Raposa Serra do Sol e das disputas e interesses em torno desta área, fato noticiado com grande repercussão nos cenários nacional e internacional. A tendência de criminalização das iniciativas de luta empreendidas pelas comunidades também se manifesta, de modo particular no Mato Grosso do Sul e em Pernambuco, onde é assustador a incidência de agressões contra os indígenas, fato que o movimento indígena e indigenista faz repercutir no Brasil e no mundo.

Faz-se necessário registrar, ainda, que ocorrem casos de intolerância, como no incidente envolvendo os Kayapó no seminário realizado em Altamira (Pará), para discutir os impactos da hidrelétrica de Belo Monte. Situações como essas denotam uma evidente estratégia de barbarização dessas populações, numa tentativa de tornar ilegítimas suas reivindicações. Em outras regiões observa-se a banalização de agressões praticadas contra os índios, em especial contra aqueles que vivem hoje nas proximidades de centros urbanos.

A tendência de criminalização das iniciativas de luta dos indígenas se manifesta, de modo particular, no Mato Grosso do Sul e em estados do Nordeste.



Polícia Federal feriu dezenas de indígenas numa ação na terra do povo Tupinambá (BA) – Foto: Arquivo do povo Tupinambá – Serra do Padeiro/BA

Em 2008 o governo do presidente Lula bateu mais um recorde em relação aos povos indígenas: homologou apenas uma terra indígena.

No ano de 2008, merecem destaque alguns casos de violências praticados com claro propósito de agredir comunidades e povos indígenas, e que podem ser caracterizados como ações genocidas: houve invasão de terras e violências graves contra comunidades inteiras em Roraima, na terra Raposa Serra do Sol, praticadas por arroteiros invasores da área; no Sul da Bahia contra o povo Tupinambá e neste caso a agressão foi planejada e executada pela Polícia Federal; no Maranhão contra o povo Guajajara quando os casos de violência foram protagonizados por madeireiros, fatos que se repetem ao longo dos anos sem que o poder público tome providências.

Registraram-se graves violências contra os povos indígenas, relacionadas à questão fundiária, como no Mato Grosso do Sul, quando a Fundação Nacional do Índio (Funai) constituiu Grupos Técnicos para proceder à identificação das terras do povo Guarani-Kaiowá. A Funai, no entanto, não teve condições políticas para desenvolver as suas atividades, uma vez que o próprio presidente da Fundação estabeleceu acordos com fazendeiros e autoridades estaduais para restringir os trabalhos deste GTs, submetendo-os à ingerência daqueles que declaradamente se opõem a demarcação das terras.

Outra realidade que merece atenção é a dos povos indígenas em situação de isolamento e risco, que estão submetidos a um cotidiano de violências: suas terras vêm sendo sistematicamente devastadas pelas frentes de expansão econômica, de modo especial nos estados de Rondônia, Acre, Pará, Maranhão e Amazonas. Apesar das garantias constitucionais concernentes aos mais de 60 povos isolados, em toda a Amazônia, as autoridades públicas responsáveis por sua proteção não têm atuado efetivamente no sentido de assegurar-lhes a vida, de demarcar e fiscalizar suas terras para impedir as invasões.

Todos estes dados relativos às violências praticadas contra os povos indígenas no Brasil compõem um vergonhoso cenário. O poder público é o responsável primeiro por esta situação, mas a sociedade em geral não pode se isentar, pois a garantia dos direitos sociais e de políticas públicas adequadas depende também de mobilização e de controle social. O presente relatório pretende denunciar as violências, exigir providências e também sensibilizar e informar sobre as condições desiguais a que estão submetidos os povos indígenas. Como consequência, espera-se que sejam aplicadas políticas públicas tendo em vista: a demarcação e garantia de todas as terras indígenas; a proteção dos recursos minerais, ambientais, hídricos e da biodiversidade; a proteção e fiscalização dos

territórios dos povos em situação de isolamento e risco; o combate a todas as invasões de terras e punição daqueles que promovem e praticam as violências contra os povos e comunidades indígenas; a implementação de uma efetiva e coerente política de assistência à saúde que considere as realidades de cada povo, suas necessidades e propostas; a garantia de atenção diferenciada na educação escolar, na qual as comunidades, seus representantes e professores possam formular e executar ações que, de fato, atendam às diferenças étnicas e culturais.

A sociedade não pode mais tolerar a omissão, a negligência e a subserviência das autoridades públicas frente às pressões de políticos, de segmentos do agronegócio, dos usineiros, das mineradoras, dos fazendeiros, dos madeireiros e à intolerância e preconceito que contaminam cidades e regiões contra as comunidades indígenas. Grande parte da população tem, nos dias de hoje, acesso a programas de televisão e rádio, à *internet* e jornais que veiculam muitas informações. Entretanto, no que tange aos direitos indígenas, as notícias repercutem muito pouco e, em alguns casos, de maneira equivocada, o que alimenta a discriminação e a marginalização dos povos indígenas. Em diferentes regiões os povos indígenas ainda são tratados como obstáculos ao desenvolvimento local e regional e, não raras vezes, as violências parecem ser justificadas por esse intuito.

Por fim, o presente relatório tem a intenção de nos inquietar e nos mobilizar para esta causa comum, a defesa da vida, a proteção dos direitos dos “filhos da terra”! ♦

A sociedade não pode mais tolerar a omissão das autoridades públicas frente às pressões de segmentos antiíndigenas.

Indígenas comemoram decisão do STF sobre a demarcação Terra Raposa Serra do Sol – Foto: Maíra Heinen/Arquivo Cimi



Violência sistemática contra os povos indígenas

Lucia Helena Rangel
Antropóloga / PUC-SP

O Cimi traz a público o Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – 2008, que compreende registros de violências contra a pessoa, contra o patrimônio indígena, por omissão do poder público e registros a respeito dos povos isolados e em situação de risco. São registros parciais, cujas fontes principais são a imprensa, local e nacional, além das informações registradas pelas equipes do Cimi que trabalham em todas as regiões do Brasil. Os dados aqui apresentados, portanto, não esgotam o cenário e os casos de violência praticados contra os povos indígenas e não dão conta de esgotar todas as violações de direitos que afetam essa população.

Esse relatório foi concluído no mesmo momento em que o Superior Tribunal Federal (STF) encerrou a votação da Ação Popular impetrada contra a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), localizada em Roraima. O STF não acatou a ação, isto é, não desfez a homologação pela qual lutaram, durante quase 40 anos, os povos que vivem na TIRSS. Esse julgamento provocou um intenso debate, tanto dentro do tribunal quanto fora, talvez o mais profundo que a sociedade brasileira já tenha feito a respeito da legislação e direitos indígenas.

O conflito em torno da demarcação da terra (se em ilhas ou em área contínua) deveria ser um assunto superado desde que o Presidente da República assinou a homologação da terra em área contínua, em 2005, conforme os estudos e procedimentos legais que normalizam as demarcações de terras indígenas no Brasil. Mesmo assim, o STF acatou ação contestando o ato presidencial, o que desencadeou o debate nacional e internacional, mobilizando indígenas e todos aqueles que apoiam sua causa. Mobilizou também aqueles que desprezam a população indígena, aguçou o racismo e fez retornar à cena brasileira o velho e desgastado ideário de que a presença indígena, em qualquer região do país, é um estorvo ao desenvolvimento econômico. Acrescentou-se ao debate a ameaça à soberania nacional porque a TIRSS localiza-se em área de fronteira e, segundo os mais irados radicais, os indígenas poderiam formar uma nação independente, insurgente contra o Estado brasileiro. Essas posições tratam os indígenas como cidadãos de segunda categoria, os apartam da comunidade nacional caso queiram a demarcação de suas terras em extensão suficiente para realizar seu modo de produção, sua forma de propriedade, seus usos territoriais, projetando o crescimento populacional com vistas ao futuro. Como se o Estado brasileiro não pudesse comportar a diversidade sociocultural e a pluralidade de desejos e necessidades, ao colocar a questão indígena no âmbito da segurança e soberania nacionais, retiram-na do seu verdadeiro lugar – que é a estrutura fundiária baseada no latifúndio e nos grandes negócios.

Ora, se as terras indígenas pertencem legalmente à União, como pode o Estado brasileiro ficar ameaçado por ele mesmo? Como pode ser considerado estorvo ao desenvolvimento a produção familiar de alimentos, num mundo que carece disso? A produção das famílias indígenas, num estado como o de Roraima onde mais da metade da população é indígena, representa movimentação comercial, abastecimento alimentar, além da subsistência de 20 mil pessoas que vivem dentro da área indígena. Como pode ser contestada a preservação ambiental consequente da demarcação contínua da terra? A terra indígena em questão é rica em biodiversidade, além de possuir as maiores jazidas de cassiterita e nióbio do



Brasil, mais ouro, urânio, tântalo e até diamantes. Com a terra demarcada será muito mais exequível a proteção dessas riquezas contra a exploração ilegal.

O que os povos que vivem na TIRSS aguentaram durante muitas décadas foram os garimpeiros ilegais, os madeireiros, os criadores de gado e os produtores agrícolas que os molestaram durante décadas, como fazem até hoje, levando bebidas alcoólicas, prostituição e toda sorte de degradação e violência. A luta pela demarcação da terra trouxe dignidade a esses povos, uma forma peculiar de organização social e política, prosperidade, orgulho e autoestima aos indivíduos, suas famílias e comunidades.

Apesar de a sociedade estar com a atenção voltada para o julgamento da TIRSS, não se evitou a violência contra os povos indígenas em diversas regiões do Brasil. Um episódio indigno foi filmado na TIRSS, no dia 5 de maio: um grupo de indígenas estava construindo casas na área em litígio com a Fazenda Depósito, quando chegam uma caminhonete e algumas motos, das quais saem homens encapuzados de armas em punho e começam a atirar na direção dos indígenas que estavam trabalhando. Um rapaz filmou o episódio, homens mirando e atirando; ouvem-se os gritos dos atingidos pelos tiros e inicia-se uma correria, o cinegrafista também é alvo dos tiros e põe-se a correr. A filmadora volta-se para o chão e registra a corrida, ora mostrando os pés do cinegrafista, ora mostrando apenas o capim e depois a estrada de terra. A máquina capta o som dos pés do cinegrafista batendo no chão, chap chap chap, na corrida temerosa para fugir dos tiros. Depois a filmagem volta-se para o socorro das vítimas (10 homens e adolescentes). São acomodadas, meio empilhadas, na carroceria de uma caminhonete e são levadas para o posto de saúde e, de lá, para o hospital mais próximo. Enquanto isso, durante o socorro, algumas mulheres gritam, e uma delas grita, em alto e bom, indignada pelo risco de vida de seu filho.

Essas imagens parecem ser uma atualização do que foi a história da Amazônia, desde o tempo da exploração da borracha, quando os colonizadores organizavam as famosas *correrias* contra os indígenas. Essas correrias eram organizadas por seringalistas contra as aldeias que *perturbavam e atrapalhavam* a extração da borracha; um grupo de homens armados empreendia uma emboscada e atacava de surpresa a aldeia, atirando à queima roupa e para todos os lados, atingindo qualquer pessoa, de crianças a velhos, e provocava uma correria que afastava do local toda a comunidade. Essa forma de violência deliberada tinha por objetivo *limpar* a área, como se os indígenas que ali habitavam fossem apenas selvagens que estorvavam a extração do látex. Com o tempo, esses *arredios* eram *amansados* e acabavam sendo atraídos como mão-de-obra para o seringal.

Do mesmo modo persiste na lembrança de muitos essa maneira violenta de expulsar uma comunidade de sua terra. No ano 2000, em Coroa Vermelha, litoral sul da Bahia, enquanto ocorria um grande encontro de indígenas de todo Brasil, por ocasião da comemoração dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, houve uma repressão armada bastante violenta. Por volta das sete horas da manhã, um destacamento da Polícia Militar, ao reprimir um grupo de quilombolas e estudantes que se dirigiam para o local da Assembléia Indígena, invadiu a terra indígena Coroa Vermelha, montado em cavalos, atirando bombas de efeito moral, provocando enorme correria. Uma mulher, vinda de uma região longínqua, que lavava roupas no riacho, ao ouvir os estouros das bombas e presenciar a correria, corre também e diz apavorada: “eles estão caçando nós”.

No julgamento do STF sobre a TIRSS, um dos ministros mencionou que os capítulos 231 e 232 da Constituição Federal, que tratam dos povos indígenas, propõem uma legislação descolonizadora. Esse julgamento, quiçá, terá um efeito civilizatório que ainda não é possível avaliar. Afinal, quem descolonizará o colonizador? Ao longo da história do Brasil, os conflitos entre indígenas e colonizadores levaram os índios a pensar que estavam pacificando seus algozes, enquanto estes pensavam estar “amansando os índios”. Isto porque a violência instrumental da colonização foi bastante requintada, voluntária e objetiva: roupas contaminadas eram dadas aos indígenas para que morressem em surtos epidêmicos, guerras declaradas, alimentos envenenados foram deixados inúmeras vezes de presente, assassinatos de pais e irmãos foram cometidos para roubar mulheres, crianças foram roubadas para compensar a infertilidade de sinhozinhos, humilhações em praça

O que os povos da TIRSS aguentaram durante décadas foram os garimpos ilegais, os madeireiros, os criadores de gado e os produtores agrícolas que os molestaram, levando bebidas alcoólicas, prostituição e toda sorte de degradação e violência.



Como acontecia há 100 anos, produtores tentam “limpar” as terras da presença indígena – Foto: Reprodução de imagens de vídeo do CIR

Muitas comunidades que foram expulsas de suas terras empenham-se para retomar suas aldeias, para livrar-se do trabalho escravo e das condições degradantes a que foram submetidas.

pública, regalos de pinga e um sem-número de artimanhas foram utilizadas para neutralizar a população indígena.

Mas, talvez, uma das piores formas de colonização tenha sido o engodo de chefias e comunidades que presenciaram a instalação de propriedades rurais em suas terras: os brancos iam se achegando, trazendo presentes, oferecendo bens ou dinheiro em troca de serviços, apadrinhando afilhados. A produção se iniciava com o braço indígena, cuja mentalidade não era a da propriedade privada da terra. Assim, a comunidade pensava que era mais um que se agregava ao grupo, um vizinho especial, pois possuía armas de fogo, instrumentos de metal e toda sorte de produtos jamais vistos ou que já eram cobiçados. Desse modo, o vizinho empreendedor era aceito. Até que um dia esse empreendedor colocava cerca em torno da área que havia tomado como sua propriedade e comunicava aos indígenas que ali não se podia mais caçar, pescar ou retirar matérias primas, nem andar por dentro da fazenda seria permitido. As benfeitorias, o volume da produção, as tecnologias empregadas, tudo isso foi o atual proprietário que realizou; ele ocupou produtivamente a área e passou a achar que tinha direito sobre ela. Enganados, os indígenas eram empurrados para fora da propriedade; só ficavam aqueles que aceitavam ser trabalhadores e/ou capangas do novo dono da terra. Foi assim no passado, continua assim no presente.

Foi assim que muitas comunidades foram escoraçadas, porque depois da cerca o método modificava-se e os indígenas passavam a ser tratados à bala e todas as formas de coerção. A comunidade atingida por esse procedimento deslocava-se, ia morar com parentes em outras aldeias, ou, como aconteceu muitas vezes, era levada para outra área pelos agentes oficiais do Estado. Acontecia que nesse novo lugar a situação era quase a mesma e advinha daí o confinamento, o aperto e as tensões, o que gerava inúmeros conflitos internos. Além disso, é preciso considerar a aproximação das cidades, a construção de estradas de rodagem e a vizinhança das fazendas que passam a ser a única fonte de sobrevivência porque oferecem empregos. A aceitação dessas condições não se dá, portanto, por escolha, mas pelos imperativos que tornam a sobrevivência uma questão de risco de vida. Muitas dessas comunidades empenham-se em retomar suas aldeias, para livrar-se do trabalho escravo, das condições degradantes a que foram submetidas, para recuperar seu modo de vida, sua forma de educar os filhos e praticar suas expressões culturais. Pois são sabedoras do engodo em que foram envolvidas e conscientes de seus direitos atuais.

O que se pode ver na filmagem de 5 de maio, na TIRSS, é que as *correrias* ainda não cessaram. Se os indígenas estão estorvando a plantação de arroz que se impôs na marra dentro de suas terras, o fazendeiro sente-se no “direito” de lhes botar a correr, com violência. Alguns episódios ocorridos em outras áreas revelam igualdade de tratamento: no Amazonas, na terra indígena Kulina do Rio Envira, os exploradores que tiram ilegalmente madeira e entram com gado, ameaçaram assim, depois que um boi foi morto pelos indígenas – “ou vocês me pagam o boi, ou mato o seu tuxaua (chefe)”. No Maranhão, na terra indígena Araribóia, invasores desferiram tiros nas casas e deixaram um bilhete: “Instinto de sobrevivência todo mundo tem, mas só alguns têm coragem de matar. Chegou a hora dessa turma morrer”, seguia-se uma lista de seis nomes dos Guajajara que deveriam ser executados. Esses são apenas dois entre os doze casos de ameaças de morte que foram registrados em 2008, envolvendo seqüestros, restrições ao direito de ir e vir, represálias às denúncias dos indígenas a respeito de invasões e danos ambientais. São ameaças sofridas pelos indígenas em função das disputas pelo uso das terras.

Outras ameaças foram classificadas no item Ameaças Várias, que, do mesmo modo, envolvem o uso territorial; como foi caso da repressão armada feita contra os Enawênê Nauwê, de Mato Grosso, quando praticavam seu ritual de pesca anual e foram surpreendidos pelas armas de civis e policiais militares, porque os proprietários de terras locais não aceitam a revisão da demarcação da terra indígena.

No capítulo das violências Contra a Pessoa foram registrados ainda 19 casos de abuso de poder, a criminalização de 37 lideranças, 16 casos de racismo, 6 casos de violência sexual, 6 lesões corporais dolosas e 8 casos de homicídios culposos em atropelamentos. Mas chama atenção os 60 assassinatos de indígenas, dos quais 42 ocorreram no Mato Grosso do Sul, cujas vítimas pertenciam ao povo Guarani Kaiowá, confirmando a avaliação que fazemos desde anos anteriores a respeito da situação gravíssima na qual vive esse povo que, além de constituir uma forma de genocídio, não sofreu alteração nenhuma. Os 29 casos de tentativas de assassinato, envolvendo 39 vítimas, revelam tensões constantes no Maranhão, cujas vítimas pertencem ao povo Guajajara, acuados por conflitos de terras, exploração ilegal de recursos naturais e tráfico de drogas.

No sul da Bahia, os casos de agressões brutais contra pessoas Pataxó, Pataxó Hã Hã e Tupinambá também demonstram que essa é uma área de tensão muito grande, sem perspectiva de arrefecimento a curto prazo. Lideranças são perseguidas e criminalizadas, emboscadas são realizadas em função de conflitos pela posse territorial. Ironia do destino ou não, mesmo quando estão longe de suas terras encontram a barreira do racismo, como quando três homens Pataxó foram barrados por um segurança do metrô da cidade do Rio de Janeiro que alegou “aqui índio não entra”.

No capítulo da violência Contra o Patrimônio Indígena foram registradas 94 ocorrências que dizem respeito a invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais, conflitos territoriais e morosidade na regularização de terras. Há casos que se arrastam por mais de vinte anos, como é o dos Parakanã, no Pará, ou o dos Ava-Guarani do Ocoí, no Paraná. A protelação nos processos de demarcação tem sido a tônica, especialmente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desmatamentos, poluição e assoreamento de rios, contaminação por agrotóxicos, são fatores que interferem de maneira agressiva na produção indígena, provocando escassez de alimentos, muitas doenças e muitos conflitos.



No Amazonas, madeireiros e pecuaristas que invadem a terra dos Kulina ameaçam de morte os indígenas. No Maranhão, invasores atiram e deixam bilhete para os Guajajara: “Chegou a hora dessa turma morrer”.



As escolas indígenas no Acre representam as violações aos direitos indígenas causadas por omissão do poder público – Fotos: Cimi-AO

Em Rondônia, a construção das hidroelétricas Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, ameaça pelo menos quatro grupos de indígenas sem contato com a sociedade envolvente.

de indígenas, a maioria Guarani Kaiowá, que cumprem pena sem ter podido exercer plenamente o direito de defesa.

No que toca aos casos de desassistência na área de educação escolar, as afirmações dos professores indígenas do rio Envira, Acre, sintetizam muito bem os problemas vivenciados em todas as regiões brasileiras: "...a distância que existe entre a educação escolar indígena preconizada na legislação e aquela que vem sendo praticada ... As escolas indígenas estão em péssimas condições. Falta tudo: infra-estrutura adequada, material escolar, merenda, capacitação de professores, transporte ... Por falta de condições o ano letivo ainda não começou".

Mas é preciso destacar que a maior parte das reclamações e reivindicações refere-se à desassistência na área de saúde. Foram 77 ocorrências, envolvendo mais de 4.000 vítimas. São populações inteiramente desassistidas, ou em parte, em situações nas quais imperam falta de medicamentos, de saneamento, de equipamentos, de transporte para remoção e para consultas, falta de médicos, de enfermeiros, tratamentos inadequados, descasos nos hospitais. Uma série de reivindicações foram levadas à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), à Fundação Nacional do Índio (Funai) e muitas ações de revolta foram realizadas, através de manifestações públicas e denúncias por parte dos indígenas e por funcionários que trabalham com a saúde indígena. O quadro se agrava se levarmos em conta os casos de mortalidade, de mortalidade infantil e de desnutrição, que atingem especialmente as crianças.

Quanto aos povos que vivem em situação de isolamento e risco, o Cimi calcula que existam 73 grupos nessas condições, sendo a região Amazônica seu habitat principal. As situações de vulnerabilidade variam, como é o caso do povo Awá-Guajá, do Maranhão, que possui terra demarcada e recebe assistência regular, mas perambula pela região de maneira livre e corre diversos riscos em função da extração ilegal de madeira e invasões das terras indígenas, atacadas constantemente. Em Rondônia a construção das hidroelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, ameaça pelo menos quatro grupos isolados, vivendo na área de influência direta do empreendimento. Calcula-se que no estado de Rondônia haja 14 povos em situação de isolamento e risco, desses, 10 têm seu habitat na bacia do rio Madeira. A preocupação aumenta a cada ano, em função do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, sendo as hidroelétricas do Madeira uma das principais obras a receberem incentivos. Do mesmo modo, a construção de estradas ameaça diversos povos em situação de isolamento no estado do Acre. ♦

No capítulo das Omissões do Poder Público foram registradas muitas violações de direitos, por falta de assistência oficial, por descaso e ausência de políticas sociais voltadas para alguns dos problemas próprios dos indígenas. O fato de aumentarem os casos de suicídios entre os Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, pode constituir a representação mais plena dos problemas sociais enfrentados na região: dos 34 suicídios registrados, todos ocorreram nessa população, sendo que 25 vítimas possuíam idade entre 13 e 25 anos. Ainda no estado de Mato Grosso do Sul foram localizados 409 trabalhadores, nas usinas de cana de açúcar, trabalhando em condições degradantes ou análogas ao trabalho escravo; desses 150 eram indígenas dos povos Terena e Kaiowá Guarani; crianças são retiradas do convívio familiar e encaminhadas para abrigos, com possibilidade de adoção, pelo Conselho Tutelar; há 100 condenações judiciais

O Poder Judiciário e a questão indígena nos 20 anos da Constituição Federal

Paulo Machado Guimarães

Advogado e Assessor Jurídico do Cimi

Tem sido comum, entre militantes do movimento indígena e indigenista, ouvir a observação de que há uma “judicialização da questão indígena ou da demarcação das terras indígenas”. Esta preocupação decorre da percepção de alguns, quanto à incidência de um maior envolvimento de órgãos do Poder Judiciário no trato de conflitos envolvendo povos e comunidades indígenas.

O que se vivencia no momento, em especial devido à projeção que a disputa judicial no Supremo Tribunal Federal (STF) provocou em 2008 e em 2009, sobre a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), pode ser compreendido situando-se estes acontecimentos, mesmo que sinteticamente, no contexto dos conflitos que dialeticamente ocorrem entre as forças econômicas e sociais.

A ditadura militar inaugurou sua concepção de política indigenista com a criação, em 1967, da Fundação Nacional do Índio (Funai) representando a resposta militar à experiência do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que após 57 anos de existência, fora suplantado pelas mazelas da corrupção e do esvaziamento político-administrativo.

As ações governamentais da época consistiram, assim, em sua expressiva maioria, no constrangimento e na redução de direitos indígenas, traduzida no controle autoritário sobre os povos e as comunidades indígenas, com a demarcação das terras indígenas em dimensões reduzidas, de forma que as demais áreas em volta fossem liberadas para a apropriação privada deste meio de produção.

As reações contra esta concepção genocida deram-se na forma das articulações políticas das lideranças indígenas, por meio das Assembléias Indígenas, estimuladas pelo então recém-criado Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, e apoiadas por antropólogos, indigenistas e jornalistas. Este processo possibilitou a divulgação de inúmeras denúncias pela imprensa nacional e estrangeira de agressões contra os índios, notadamente em razão da construção de rodovias federais e de usinas hidrelétricas.

Embates pós-ditadura

Com o término da ditadura militar, já em 1985, percebeu-se no governo do ex-presidente José Sarney (1985-1990) a intensificação da disputa em torno da condução da política indigenista. Naturalmente, a expectativa dos povos indígenas consistia em que no primeiro governo civil após a ditadura, as terras demarcadas em dimensões reduzidas e as terras invadidas fossem recuperadas. Na ocasião, porém, os interesses

conservadores, que apoiavam o governo da dita “Nova República” articularam-se com os setores militares que continuavam no Governo, para manter a orientação política predominante até então.

O “Projeto de desenvolvimento e segurança das calhas nortes dos rios Solimões e Amazonas” - Projeto Calha Norte representou o eixo de aglutinação destes interesses, sinalizando a perspectiva entreguista de forjar corredores de exportações, nas regiões densamente ocupadas por povos e comunidades indígenas nas regiões dos rios Solimões e rio Negro e na área ocupada pelos Yanomami, em Roraima, no Pará e no Amapá. Justificaram este projeto de ocupação capitalista no receio de reper-

cussões na fronteira norte do Brasil, pelas movimentações revolucionárias de caráter popular, nacionalista e socialista na América Central.

A disputa que se desenvolvia em condições ameaçadoras na ditadura militar prosseguiu no primeiro governo civil, projetando-se de forma intensa e tensa nos trabalhos do Congresso Constituinte, entre fevereiro de 1987 e outubro de 1988.

A Constituinte refletiu, assim, o constante conflito dialético entre as forças sociais e econômicas, que expressam interesses de classes não só distintos, mas antagônicos, todos na busca da conformação de um ordenamento jurídico que melhor expressasse seus interesses.

Durante a Constituinte, houve intensa mobilização popular e foi enfatizado o sentimento de afirmação dos direitos dos cidadãos e das cidadãs como titulares do poder estatal sobre os pilares da organização do Estado. Além disso, a assembléia Constituinte era majoritariamente composta por representantes de centro-esquerda. Esse contexto contribuiu bastante

A Constituinte refletiu o constante conflito dialético entre as forças sociais e econômicas, que expressam interesses de classes não só distintos, mas antagônicos, todos na busca da conformação de um ordenamento jurídico que melhor expressasse seus interesses.



Hidroelétrica de Balbina (AM): Grandes obras construídas durante a ditadura desconsideraram os indígenas – Foto: Duda Bentes;Arquivo Cimi

para que o texto constitucional refletisse um conjunto de normas que contrariavam os interesses do grande capital transnacional, dos proprietários de terras latifundiárias e das forças conservadoras. Tratava-se de reação natural à superação de 21 anos de ditadura militar, que constrangeu, intimidou e eliminou tantas esperanças e vidas.

A Constituinte foi, na ocasião, o principal fórum de disputas políticas e ideológicas do país, retratando os conflitos sociais e econômicos em curso.

Na questão indígena, a disputa assumiu dimensões contundentes, como reflexo da articulação de setores de direita, de seguimentos obscurantistas das forças armadas nos órgãos de segurança nacional e da imprensa conservadora, se contrapondo à movimentação inédita dos povos indígenas e seus aliados, que contaram com o apoio e a sensibilidade de forças progressistas e de esquerda.

As difamações veiculadas pelo jornal “*O Estado de São Paulo*” contra o Cimi, justificando a criação da única Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no decorrer dos trabalhos constituintes, expressaram a radicalização da disputa então em curso, em favor da liberação dos minérios no subsolo das terras indígenas para a iniciativa privada.

Conquistas na Constituinte

Em razão da mobilização dos povos indígenas e seus aliados, polarizando com a articulação conservadora expressa no grupo de parlamentares conhecido como “*centrão*”, conseguiu-se aprovar texto normativo sobre os povos indígenas, que representa uma

das mais avançadas bases institucionais de relacionamento do Estado com os povos indígenas obtida na história legislativa constitucional do Brasil.

Objetivamente, os interesses políticos e econômicos que conduziam a política indigenista no Governo Sarney, reproduzindo a negação de direitos indígenas predominante na ditadura militar, não conseguiram legitimar suas teses no texto aprovado pela Constituinte em outubro de 1988.

Esta derrota deu-se com a superação do texto adotado pelo então Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, que consagrava as concepções expressas nos Decretos 94.945 e 94.946, ambos de setembro de 1987. Este último ato distinguia as terras indígenas em razão do inaceitável critério de aculturação dos índios. Os *não-aculturados* teriam suas terras demarcadas como “*áreas indígenas*” e os aculturados teriam suas terras demarcadas como “*colônias indígenas*”. Esta concepção política foi praticada na região do rio Negro e na terra dos Yanomami, no Amazonas.

As áreas ou as colônias indígenas eram demarcadas em dimensões diminutas, como “*ilhas*” cercadas por florestas nacionais, onde se permitia, como ainda se permite, o desenvolvimento de atividades econômicas por particulares.

Estas concepções de parcela dos interesses econômicos e políticos conservadores implicavam na defesa, para os índios, da “*posse imemorial das terras em que se encontrem permanentemente localizados*”, distinguindo-os entre aculturados e não-aculturados, transferindo para os Estados as terras dos “*extintos aldeamentos indígenas*”.

Com a promulgação do texto constitucional estes setores políticos e econô-

Em razão da mobilização dos povos indígenas e seus aliados, conseguiu-se aprovar texto normativo, que representa uma das mais avançadas bases institucionais de relacionamento do Estado com os povos indígenas obtida na história legislativa constitucional do Brasil.

micos perceberam a dimensão de sua derrota e desde então buscam recuperar as posições que mantinham hegemonicamente nos governos da ditadura militar e no Governo Sarney.

Contraditório no procedimento de demarcação

Como se percebeu, durante o ano de 2008 - 20 anos após a promulgação da Constituição - esta concepção política genocida foi retomada na disputa em torno da terra indígena Raposa Serra do Sol. Os derrotados da Constituinte rearticularam-se para tentar impor suas teses e interesses.

Muitos anos antes, ainda no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), a disputa pelas terras indígenas foi expressa na discussão e na edição do Decreto 22, de 1991. Ele foi precedido de conclusões de Grupo de Trabalho sobre política indigenista, nas quais pela primeira vez se propôs a adoção da fase atualmente conhecida no procedimento administrativo para a demarcação de terras indígenas como “*contraditório*”, propondo-se ainda a participação dos interesses privados no processo demarcatório.

Neste período, a iniciativa governamental no sentido de rever as demarcações das terras dos Yanomami e da região do rio Negro, demarcadas respectivamente como áreas indígenas e como colônias indígenas, foi intensamente questionada e combatida por seguimentos militares e conservadores. Também em razão de intenso desgaste do governo no país e no plano internacional, em especial em razão das invasões de garimpeiros, o governo Collor conseguiu fixar a demarcação destas terras indígenas em limites contínuos, contando para isso com a atuação do então Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

Em seguida, os governos dos estados do Pará e de Roraima tentaram obter, no STF, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto 22/91⁽¹⁾, sem lograr êxito.

Ação proposta pelo governador do Pará foi instruída com parecer do advogado e então deputado federal Nelson Jobim, baseado no pressuposto que o contraditório e a ampla defesa dos atingidos pelo procedimento administrativo de demarcação não estavam garantidos pelo Decreto nº 22/91.

Em 1994, a Agropecuária Sattin questionou a homologação da demarcação da terra indígena Sete Cerros, do povo Kaiowá/Guarani, cujos limites foram fixados no

Governo Collor. A empresa impetrou, no STF, Mandado de Segurança contra o então Presidente da República Itamar Franco. No julgamento do mandado, o Ministro Moreira Alves considerou a inconstitucionalidade do Decreto 22/91. Em 1999, o processo sobre a TI Sete Cerros foi extinto, pois a pretensão da Agropecuária Sattin foi contemplada pela entrada em vigor do Decreto 1775/96.

No entanto, o julgamento deste Mandado de Segurança foi utilizado pelo Governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002) para editar o Decreto nº 1775/96, segundo orientação de seu Ministro da Justiça, Nelson Jobim. Ele adotou o mesmo entendimento que já havia sustentado no parecer emitido em 1992 para o governador do Pará, criando a fase conhecida como do “*contraditório*”.

Disputa em torno da TIRSS

Desde o governo Collor e notadamente no governo FHC, a influência militar diminuiu, ao passo que cresceram as iniciativas que favoreceram interesses privados e das unidades da federação no procedimento administrativo para a demarcação das terras indígenas.

Nesta ocasião, portanto em 1996, o então ministro da Justiça, Nelson Jobim, determinou que fossem alterados o limite sul e sudoeste da TIRSS, de forma que a área invadida por fazendeiros e arroteiros ficasse excluída da demarcação.

Esta medida repercutiu negativamente na sociedade. Em função disso, o posterior Ministro da Justiça, Renan Calheiros, reviu a determinação de Jobim. Não obstante, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu os efeitos da Portaria declaratória dos limites da TIRSS até o julgamento final da ação, em 2002, que confirmou a

Portaria em questão.

Concomitante a esforços que combinavam questionamentos judiciais no STF e no STJ, os interesses contrários aos povos indígenas mantinham suas formas de pressão permanente no Congresso Nacional e sobre o Poder Executivo.

No final do Governo FHC, a Confederação Nacional da Agricultura passou a articular os interesses privados sobre as terras indígenas, combinando agressões a indígenas com a apresentação de propostas de emendas à Constituição e projetos de lei no Congresso.

No início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, a disputa contra homologação da

Com a promulgação do texto constitucional os setores políticos e econômicos conservadores perceberam a dimensão de sua derrota e desde então buscam recuperar as posições que mantinham hegemonicamente nos governos da ditadura militar.

(1) Por intermédio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 710/RR (Acórdão publicado no DJU de 20/10/95) e nº 977/PA (Acórdão publicado no DJU de 15/04/94)



A Constituinte e as décadas de luta pela Raposa Serra do Sol: luta dos indígenas por seus direitos precisa ser contínua – Fotos: Egon Heck/Cimi

demarcação da TIRSS se fez sentir no momento em que o então Min. José Dirceu, Chefe da Casa Civil, devolveu o processo para a reapreciação do Ministério da Justiça (MJ) e da Fundação Nacional do Índio (Funai). Neste ato, seguido da orientação de que as homologações de demarcações de terras indígenas localizadas na faixa de fronteira deveriam ser submetidas à prévia manifestação do Conselho de Defesa Nacional, percebeu-se a retomada de influência de setores militares no Governo Federal. Recolocavam as mesmas concepções derrotadas na Constituinte e que tentaram projetar nos governos Collor e FHC.

Em 2004, combinaram-se várias formas de pressão para impedir a homologação da demarcação da TIRSS. Ações parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal criaram comissões especiais. Em ação popular, um Juiz Federal de Roraima concedeu medida liminar suspendendo os efeitos da demarcação da TIRSS, confirmada e ampliada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e mantida em Suspensão de Liminar pelo STJ e pelo STF.

Ainda no primeiro Governo Lula (2003-2006), a pressão de muitos interesses econômicos e políticos com posições antagônicas às dos povos indígenas – que compunham a base de sustentação do governo no Congresso – fez com que o MJ e a Funai paralisassem a tramitação dos procedimentos administrativos para as demarcações e as homologações das terras indígenas.

Somente após ampla mobilização nacional e internacional superou-se a obstrução judicial. Provocado por uma Reclamação do Procurador Geral da República, o STF reconheceu sua competência para processar e julgar uma ação popular contra a demarcação da TIRSS. Depois da edição de nova Portaria Declaratória sobre a TIRSS, o STF julgou extinta esta ação popular. Dois dias depois a TIRSS foi homologada.

Novos desafios

Com o julgamento de nova ação popular (proposta em 2005) contra a homologação da demarcação da TIRSS, iniciado em agosto de 2008 e concluído em março de 2009, percebe-se que os mesmos setores contrários aos interesses indígenas foram novamente derrotados.

Alterando, porém, suas táticas conseguiram projetar um conjunto de preocupações, que podem justificar a adoção das 19 condições aprovadas pelo STF ao fim do julgamento que manteve a homologação da TIRSS. A maioria reitera dispositivos constitucionais e legais. Outras demandam regulamentações legislativas (lei complementar a que se refere o § 6º do art. 231 da CF) e administrativas. Uma, porém, que veda a ampliação de demarcações de terras indígenas já efetivadas, necessitará maior e melhor acompanhamento e esclarecimentos aos Ministros e Ministros do STF, em cada caso concreto.

A atuação do Poder Judiciário na questão indígena, em especial por intermédio do Supremo Tribunal Federal, a exemplo do que tem ocorrido em outras áreas, continua e continuará refletindo as tensas contradições decorrentes da disputa entre capital e os interesses sociais.

A vitória representada pela manutenção da demarcação da TIRSS representou uma nova derrota das teses igualmente derrotadas na Constituinte.

Não só no Poder Judiciário, mas em todos os demais órgãos dos poderes estatais, como na sociedade brasileira, a disputa pela afirmação dos direitos dos povos indígenas continuará intensa, até que se consigam superar estas contradições econômicas e sociais.

Daí a estratégica relevância da permanente e contínua mobilização dos povos indígenas e seus aliados. ♦

Não só no Poder Judiciário, mas em todos os demais órgãos dos poderes estatais, como na sociedade brasileira, a disputa pela afirmação dos direitos dos povos indígenas continuará intensa, até que se consigam superar estas contradições econômicas e sociais.

Os povos indígenas no contexto da criminalização dos movimentos sociais

Rosane Lacerda

*Advogada, Mestre em Direito pela UnB,
e Professora assistente de Direito Público da UFG.*

A histórica participação dos movimentos sociais – aí incluído o movimento indígena – na feitura da Constituição Federal de 1988, ao mesmo tempo em que cristalizou a exigência de concretização dos direitos fundamentais mais básicos, fez também reconhecer aos seus beneficiários não a condição de *hiposuficientes*, mas a de participantes legítimos e ativos dos processos políticos inerentes à construção de uma democracia plural e participativa. Não obstante os avanços trazidos pela “Constituição Cidadã”, o projeto de democracia ali instaurado continua inacabado, dependendo a sua concretização, fundamentalmente, da força política dos movimentos populares.

Contudo, forças conservadoras se movem no sentido de conter as legítimas manifestações dos setores populares, desqualificando as suas reivindicações e criminalizando as suas ações. É o chamado processo de criminalização dos movimentos sociais, que a cada ano vem se intensificando.

Dimensão internacional da criminalização

Mas não se trata de algo isolado ou localizado. A criminalização dos movimentos populares contestatórios tem dimensão internacional, atinge países do terceiro mundo, e está intimamente ligada às estratégias de acesso das grandes empresas norte-americanas aos recursos naturais considerados estratégicos à segurança nacional daquele país. Em 2004, por exemplo, estudos realizados pelo Conselho Nacional de Inteligência (*National Intelligence Council*) dos Estados Unidos traçavam cenários regionais para o ano 2020, identificando em diversos países e regiões os seus potenciais aliados e adversários. Entre estes últimos, os movimentos sociais. Em meio à era Bush,

a criminalização passava a se revelar sob o poderoso manto do combate ao “terrorismo”.

Paralelamente, no caso da América Latina, como afirma o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, “as forças políticas progressistas ameaçam a dominação territorial dos EUA com medidas que procuram fortalecer a soberania dos países sobre os recursos naturais e alterar as regras de repartição dos benefícios da sua exploração”⁽¹⁾. Um cenário que, sob a ótica do NIC, deve ser revertido com medidas antiterror.

Forças conservadoras se movem no sentido de conter as legítimas manifestações dos setores populares, desqualificando as suas reivindicações e criminalizando as suas ações. É o chamado processo de criminalização dos movimentos sociais, que a cada ano vem se intensificando.

Criminalização dos movimentos sociais

No Brasil, o processo de criminalização tem atingido um leque diversificado de atores e situações, revelando o grau de desconsideração de certos agentes do poder estatal para com importantes princípios constitucionais como os da igualdade, da liberdade e do respeito à dignidade da pessoa humana, entre outros. Há casos em que a simples manifestação pela mudança de uma lei visando a liberação de certas condutas tidas como delituosas tem bastado para que os seus defensores sejam acusados criminalmente, a exemplo dos participantes

dos atos pela descriminalização da maconha. A criminalização pode ser observada também contra aqueles setores excluídos da sociedade, como favelas ou comunidades, cujos membros, vistos como “naturais” suspeitos, são vítimas de ações policiais violentas.

Mas a criminalização como reação ao avanço daquelas forças progressistas de que fala Sousa Santos, que ameaçam os interesses norte-americanos sobre certos recursos naturais, pode ser vista em posturas reiteradas em relação a setores do meio rural como o Movimento dos Sem Terra (MST) e, mais recentemente, a Via Campesina. No Sul do Brasil, forças conservadoras fecham o cerco sobre o MST, ora pretendendo a dissolução judicial do movimento, ora exigindo o fechamento das escolas que mantêm

(1) SANTOS, Boaventura de Sousa. “Estratégia Continental”. In: UnB, *Observatório da Constituição e da Democracia*; n.º 21, abril de 2008; p.24.



Cerca de 40 lideranças criminalizadas: luta pela terra iniciou conflitos entre os Xukuru (PE) e a elite local – Foto: Marcy Picanço/Arq. Cimi

nos acampamentos, fazendo desconhecer assim o direito constitucional à diversidade.

Criminalização dos povos indígenas

Entre os movimentos sociais alvos de crescente criminalização estão os que envolvem as lutas dos povos indígenas pela proteção de suas terras e recursos naturais, representando um incômodo aos setores ligados aos interesses do capital transnacional. Sousa Santos chega a afirmar, referindo-se aos cenários do NIT para 2020 em relação aos interesses norte-americanos em recursos naturais na América Latina, que “a maior ameaça provém daqueles que invocam direitos ancestrais sobre os territórios onde estão esses recursos, ou seja, dos povos indígenas”⁽²⁾.

Mas enquanto no caso dos sem-terra a criminalização se explica na

visão do movimento como promotor da “baderna” e do desrespeito à propriedade privada, no caso dos indígenas ela se funda em bases um tanto diferenciadas.

O contexto da criminalização das lutas dos povos indígenas encontra-se ligado a duas ideologias que persistem desde o início da colonização. No primeiro caso temos a visão dos indígenas ora como ingênuos e incapazes de discernimento, ora como portadores de uma cultura irracional que os induz a modos violentos e primitivos de solução de conflitos. Emblemático de tal situação foi o rumoroso caso dos facções Kayapó, ocorrido em maio de 2008 em Altamira, no Pará, no qual o engenheiro representante da Eletronorte, após um ataque ritual, foi ferido no braço com corte de facão. No dia seguinte as manchetes estampadas nos principais jornais diziam, referindo-se a representante do Cimi no local: “Padre fornece armas aos índios”.

A criminalização das lutas dos povos indígenas encontra-se ligada a duas ideologias. Primeiro, que são ingênuos e incapazes de discernimento. Na segunda, são grupos que precisam provar fidelidade aos interesses nacionais e são manipuláveis por agentes externos.

(2) SANTOS, Boaventura de Sousa. *Idem*.



Ao buscar o cacique dos Tupinambá (BA), processado por lutar pela terra de seu povo, Polícia Federal feriu dezenas de indígenas, destruiu...

Nenhum veículo de comunicação ou representante do poder público se adiantou em esclarecer que os facões fazem parte dos utensílios tradicionais Kayapó desde os primeiros contatos. Não se cuidou de informar ao público que estes, especialmente as mulheres, são exímios no seu manejo, não havendo possibilidade de se sair vivo – e com apenas um corte – de um ataque real e não apenas ritual. Não se fez repercutir a fala dos índios de que a hidrelétrica de Belo Monte representaria a destruição do seu lar e do seu modo de vida. A idéia que se passou à opinião pública desinformada foi a de que os índios, incapazes de discernimento, haviam sido manipulados e armados por agentes externos contrários ao desenvolvimento econômico da região. Reforçou-se assim a visão estereotipada dos índios como *selvagens* a serem punidos e domados.

A situação não foi diferente com os Xukuru de Pesqueira, Pernambuco. Em 2009 nada menos que 26 de suas lideranças foram condenadas criminalmente pela Justiça Federal, em decorrência dos atos de revolta que se seguiram à tentativa de assassinato, em fevereiro de 2003, do cacique Marcos Luidson. Outras dezenas de lideranças Xukuru deverão ainda ser julgadas pelas mesmas acusações e, ao que tudo indica, com iguais chances de condenação. Para a Polícia e Ministério Público, os Xukuru são pautados por uma cultura irracional e produtora de violência. Em vários episódios, suas atitudes são vistas também como instigadas por agentes externos que desenvolvem trabalhos de promoção de direitos junto à

Essa visão estereotipada, quando incutida e estimulada em agentes do aparato policial, e acompanhada pelo desejo de dominação, gera situações de extrema violência, como a que vitimou os Tupinambá da serra do Padeiro, no sul da Bahia.

comunidade indígena. Assim como os Kayapó, os Xukuru seriam também incapazes, manipuláveis e irracionais.

Essa visão estereotipada, quando incutida e estimulada em agentes do aparato policial, e acompanhada pelo desejo de dominação, gera situações de extrema violência, como a que vitimou os Tupinambá da serra do Padeiro, no sul da Bahia. Produtores de uma farinha de mandioca de excepcional qualidade, esses indígenas viram todas as suas roças e equipamentos de produção serem destruídos pelo contingente policial que adentrou a área a fim de tentar capturar uma importante liderança no movimento de

luta pela terra. A idéia dos Tupinambá como irracionais a serem subjugados a qualquer custo pode ter sido o motivo de a operação policial ter sido efetuada com tanta violência.

Casos semelhantes, de perseguição fundada na visão dos indígenas como incapazes e manipuláveis ou como irracionais e violentos, repetem-se em todas as regiões do país, podendo-se citar também as situações dramáticas dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, dos Pataxó Hã-Hã-Hãe na Bahia, dos Truká em Pernambuco.

Na segunda perspectiva ideológica temos a visão dos indígenas como agrupamentos desconcertantes aos quais, ao mesmo tempo em que se reconhece uma *brasilidade primeva* (“os índios: os primeiros brasileiros”), se exige – por meio de estreita vigilância –, as provas de uma permanente fidelidade à bandeira e aos interesses “nacionais”. Sobretudo na fronteira



... roças, escolas, casas e carros – Fotos: Arquivo do povo Tupinambá (Serra do Padeiro – Bahia)

amazônica, os índios são vistos como pontas-de-lança de interesses estrangeiros ou internacionais, e assim, como potenciais inimigos.

Novamente aqui emerge o discurso da incapacidade indígena: os índios são uma ameaça porque altamente manipuláveis por agentes externos. Vem então a referência às “ONGs estrangeiras”, repetida pela mídia aos borbotões como no caso da terra indígena Raposa Serra do Sol. Quem são, nominalmente, tais “ONGs” que influenciariam os povos daquela terra indígena ao risco de propor a criação de um estado independente, é coisa que até agora ninguém sabe, ninguém viu. Mas os índios, sob tais “más influências”, seriam vistos por importantes setores como potenciais inimigos da pátria.

Contudo, como observa Sousa Santos, a idéia do movimento indígena como ameaça à segurança dos respectivos países é apenas uma cortina de fumaça a despistar aquilo que de fato estaria em jogo: a segurança e os interesses econômicos dos EUA. O sociólogo denuncia a visão do NIT segundo a qual “há grupos indígenas radicais na maioria dos países latino-americanos, que em 2020 poderão ter crescido exponencialmente e obtido a adesão da maioria dos povos indígenas”, e de que “esses grupos poderão estabelecer relações com grupos terroristas internacionais e grupos antiglobalização”⁽³⁾.

(3) SANTOS, Boaventura de Sousa. *Idem*.

Uma terceira perspectiva advém das condicionantes do STF estabelecidas no caso Raposa Serra do Sol. A decisão de abrir a terra indígena ao livre trânsito de terceiros, certamente levará à perspectiva de recrudescimento dos conflitos possessórios e à intensificação do processo de criminalização das lutas indígenas.

Perspectivas

Em que pese o fim da era Bush e a ascensão do governo Obama, nada indica, até o momento, que tal tendência a respeito da questão indígena venha a se alterar. Assim, a perspectiva que se desenha é a de que no plano internacional os movimentos indígenas mais representativos e atuantes venham a ser apontados como “terroristas”, não vindo a causar surpresa se tal visão vier a se estender ao movimento indígena no Brasil.

Há também que se considerar, em termos de perspectivas, o caso do projeto de Lei do Deputado Henrique Afonso, que criminaliza as práticas de infanticídio em comunidades indígenas semi-isoladas. Caso venha a ser aprovado, o projeto certamente irá levar a estas comunidades uma série de transtornos.

Por fim, uma terceira perspectiva a ser considerada advém das condicionantes do STF estabelecidas no caso Raposa Serra do Sol. A decisão do Supremo de abrir a terra indígena ao livre trânsito de terceiros e de órgãos públicos com seus equipamentos, de não considerar o direito de consulta às comunidades indígenas, e de limitar o usufruto exclusivo destas nas áreas de proteção ambiental, como o Parque Nacional do Monte Roraima, certamente levará à perspectiva de recrudescimento dos conflitos possessórios e à intensificação do processo de criminalização das lutas indígenas. Oxalá tal quadro venha a ser revertido. ♦

Esperanças e incertezas no futuro da saúde indígena no Brasil

Paulo Daniel Moraes

Setor de Saúde do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima.

O anúncio da criação da Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena pelo Ministério da Saúde no final de 2008 foi uma inquestionável vitória do movimento indígena. Ele veio como resultado de diversos atos que os povos indígenas promoveram por todo o país, culminando em uma grande mobilização durante o Acampamento Terra Livre, no Abril Indígena, que exigiu mudanças urgentes na gestão da saúde indígena no país.

A proposta de criação desta Secretaria Especial vem sendo discutida há muitos anos e foi apoiada pela maioria dos representantes indígenas na quarta Conferência Nacional de Saúde Indígena realizada em 2006, mas acabou sendo derrotada no plenário devido à forma autoritária e antidemocrática com que a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) conduziu a conferência.

O grupo de trabalho responsável pela elaboração da proposta de reforma na saúde indígena reúne técnicos do Ministério da Saúde e da Funasa, profissionais de saúde e representantes indígenas de diversas regiões do país. A mudança do órgão responsável pela gestão do subsistema acendeu uma série de perguntas no seio do movimento indígena em todo o país. Será a tão esperada luz no fim do túnel, ou é apenas mais um trem que se aproxima em sentido contrário?

A primeira questão levantada pelo Fórum dos Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisi) é a necessidade de transformação imediata dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) em unidades gestoras, com autonomia administrativo-financeira e fundos distritais de saúde, recebendo os recursos diretamente do governo federal mediante a apresentação de planos de trabalho aprovados nos Conselhos Distritais de Saúde. Esta é a melhor forma para afastar o risco da municipalização que ronda a saúde indígena e que já está presente em boa parte dos distritos sanitários indígenas do país.

Em reunião com lideranças indígenas, o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, se comprometeu a não implementar a municipalização do atendimento à saúde indígena sem uma ampla consulta em todos os conselhos distritais – com o acompanhamento do Ministério Público Federal (MPF). No início de 2009, no entanto, a Funasa tentou reformular a Portaria 2656/07, que regulamenta o repasse de recursos a prefeituras municipais destinados para assistência à saúde dos povos indígenas, porém o MPF exigiu que a consulta fosse realizada em todos os distritos. Alguns distritos, como o de Rondônia, já manifestaram posição contrária à Portaria, pois avaliam que haveria queda nos recursos disponíveis para o atendimento. Preocupados com esta questão, o Fórum dos Presidentes dos Condisi tem atuado de forma articulada e incisiva diante de mais essa ameaça à autonomia dos DSEIs.

Caos no atendimento à saúde

A Funasa ao longo dos quase dez anos de gestão da saúde indígena nunca tomou medidas efetivas para promover a autonomia dos distritos. Nos últimos anos se agravaram os problemas básicos de gestão, com a centralização progressiva das decisões no nível central do órgão, levando à insuficiência de medicamentos e materiais médicos na maioria dos distritos e ao sucateamento da infra-estrutura dos postos de saúde e dos equipamentos utilizados na área, como veículos, radiofonias, microscópios, balanças, etc.

A Funasa ao longo dos quase dez anos de gestão da saúde indígena nunca tomou medidas efetivas para promover a autonomia dos DSEIs. A autonomia administrativa e financeira é condição fundamental para o funcionamento dos Distritos e passa pela democratização do subsistema de saúde.

O caos no atendimento à saúde dos povos indígenas pode ser percebido pelos registros apresentados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Dados sistematizados pelo Cimi mostram que pelo menos 4.100 indígenas em 18 estados de todas as regiões do Brasil enfrentaram diretamente situações de falta de assistência nas 77 ocorrências apresentadas neste relatório.

Foram 30 ocorrências de falta de atendimento ou de atendimento inadequado e atrasado, atingindo dezenas de povos. Há 14 denúncias



Em todo o país, indígenas sofrem com a falta de estrutura adequada para assistência à saúde – Foto: Equipe Itinerante Cimi

de falta de medicamentos nos postos de saúde, nas Casas de Apoio a Saúde do Índio (CASAI) ou para as equipes multidisciplinares levarem às aldeias. Também constam 19 registros de falta de transporte.

Em diversos casos foi denunciada a falta de médicos nas equipes multidisciplinares que atendem os povos indígenas. Esta falha ocasiona situações como a que ocorreu com Mixon Oro Mon, de 51 anos, do povo Pakaá Nova, de Rondônia. Ele esteve seis meses com o braço fraturado sem receber o tratamento adequado e impossibilitado de trabalhar, pois sua radiografia foi avaliada por uma enfermeira da CASAI, que não diagnosticou a fratura, garantindo ao indígena não haver problema algum.

Em 2008, o Cimi registrou 68 mortes de indígenas (sendo 37 menores de 5 anos) como consequência de desassistência à saúde. Estes dados referem-se aos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Maranhão.

Enquanto mortes de indígenas e casos de falta de assistência ocorriam em todas as regiões, se multiplicavam pelo país as denúncias de uso político e os escândalos de corrupção nas diversas instâncias da Funasa.

Há diversas ocorrências de falta de atendimento, em função da suspensão do convênio entre a Funasa e a entidade que executa o atendimento, e da falta de recursos para tratamentos mais complexos. Na maioria dos casos, há demora no atendimento, no diagnóstico e no encaminhamento dos pacientes para os hospitais adequados.

Merece atenção especial a situação precária do povo Pirahã, no Amazonas. Em 2008, cerca de 4% da população (cerca de 230 pessoas) morreu por falta de assistência adequada à saúde. Entre estes indígenas, 7 eram crianças menores de 5 anos, que morreram sem receber atendimento médico, em alguns casos por falta de transporte para levá-las ao posto de saúde ou hospital. Também chama atenção o caso das crianças Xavante, no Mato Grosso. Apenas no mês de janeiro de 2008 morreram 15 bebês.

Enquanto fatos como esse ocorriam em todas as regiões, se multiplicavam pelo país as denúncias de uso político e os escândalos de corrupção nas diversas instâncias do órgão.

Falta de autonomia

A caótica gestão da saúde indígena contribuiu para a estratégia de penalização dos convênios pela Funasa, transformando-os em “bode expiatório” e inviabilizando sua continuidade, devido à sobrecarga de auditorias e investigações que provocaram o atraso nos repasses e a paralisação das atividades na área. Esta situação atingiu as organizações e parceiros do movimento indígena que ajudaram a construir os distritos sanitários desde a sua criação. Esta realidade foi agravada pela existência dos “falsos convênios” denunciados pelo Ministério Público do Trabalho, surgidos com a única finalidade de intermediar recursos humanos para a Funasa, após a edição da Portaria 70, de janeiro de 2004, que concentrou nas Coordenações Regionais (Cores) da

A mudança do órgão responsável pela assistência à saúde acendeu uma série de perguntas no movimento indígena. A criação da Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena reacende a esperança de um novo dia para a saúde dos povos indígenas no Brasil.

Funasa a gestão de insumos essenciais para a assistência à saúde, reduzindo a participação dos setores não governamentais, praticamente, à contratação de recursos humanos.

A política de recursos humanos dos distritos foi atingida em cheio pela crise, com a precarização da situação trabalhista, provocando enorme rotatividade e desestímulo entre os profissionais envolvidos. O Programa de Formação Profissional de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) está paralisado em quase todo o país, e não há apoio para as iniciativas de formação de profissionais indígenas nas áreas técnicas de laboratório e de enfermagem, entre outras. Falta também

uma política de contratação dos AIS que assegure a regularização de seus direitos trabalhistas, uma vez que o pagamento de bolsas de trabalho é considerado ilegal pelos órgãos de controle.

A conquista da autonomia administrativa e financeira é a condição fundamental para o funcionamento dos Distritos Sanitários Indígenas nos moldes preconizados pelas conferências, e passa necessariamente pela democratização do sistema. Para isto, é preciso assegurar a atuação independente dos conselhos de saúde e o protagonismo indígena com vistas ao controle social e à gestão participativa. A escolha dos responsáveis nos níveis centrais e nos distritos deve passar pelo crivo do compromisso com os povos indígenas, afastando as usuais ingerências políticas e burocráticas.

A Constituição Federal do Brasil e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) asseguram o direito de participação indígena em todas as políticas que lhes digam respeito. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmando a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, representa um importante marco no reconhecimento dos direitos indígenas em nosso país, realçando a responsabilidade do governo federal com o futuro destes povos. Neste contexto, a criação da Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena reacende a esperança de que no fim deste longo túnel se encontre o nascimento de um novo dia para a saúde dos povos indígenas no Brasil.

Como afirma, em seu artigo quarto, a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU): “Os povos indígenas têm direito à autonomia e autogestão nas questões relacionadas com seus assuntos internos e locais, assim como dispor dos meios para financiar suas atividades de forma autônoma”. (Colaborou Marcy Picanço – Cimi) ◆



Sem transporte para levá-las a um hospital, diversas crianças indígenas faleceram em 2008 – Foto Ronaldo Nina/Arquivo Cimi



Em 1940, o SPI reconhecia ser impossível pensar o sustento dos índios dentro das pequenas reservas que foram criadas – Foto: Arquivo Cimi

Artigo

Contexto da violência contra os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul

Antônio Brand

*Historiador e professor da
Universidade Católica Dom Bosco*

Desde que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) monitora os casos de violência contra os povos indígenas, no Brasil, os Kaiowá e Guarani sempre ocuparam um triste lugar de destaque, sendo que, nos últimos cinco anos, considerando as várias formas de violência, a metade ou mais do total dos casos de violência contra os povos indígenas registrados no Brasil verificaram-se entre essa população. Eram, inicialmente, violências envolvendo mais diretamente e de forma especial disputas em torno da recuperação de parcelas de seus territórios tradicionais, que lhes foram tomadas no decorrer do processo de colonização regional. No entanto, desde há mais de

uma década vem crescendo de forma assustadora um outro tipo de violência, a assim denominada violência *interna*, referindo-se a mortes decorrentes de conflitos entre índios da mesma aldeia ou aldeias próximas.

Se a violência historicamente praticada contra os índios era indicativo importante para avaliar o grau de tensão com o entorno regional, a violência entre os próprios índios é, certamente, o indicativo mais importante para avaliar o grau de tensão e profundo mal-estar dentro das aldeias indígenas, sendo, inclusive, uma das causas para os deslocamentos de muitas famílias para a beira de estradas ou centros urbanos. São, certamente, indicativos do mesmo problema, os altos índices de suicídio e mesmo o alcoolismo e consumo de outras drogas, presentes na maior parte dos casos de morte em aldeias. E como enfrentar esse tipo de violência dentro das comunidades, envol-

vendo, em muitos casos, pessoas da própria família?

Os povos indígenas, no Brasil, em especial os Guarani e Kaiowá, aprenderam durante a longa luta pela recuperação e posse de suas terras, a identificar, claramente, as causas e os atores interessados e envolvidos nesse primeiro tipo de violência – as violências dos que queriam e querem suas terras - o que lhes permitiu elaborar inúmeras estratégias de enfrentamento da mesma. No entanto, bem mais complexo é o contexto da denominada violência *interna*. Suas causas imediatas remetem, em muitos casos, para disputas entre vizinhos - muitas vezes parentes - e vêm envoltas em práticas de alcoolismo, consumo de drogas ou de pequenos furtos. É resultante de conflitos que, aparentemente, nada têm a ver com as disputas em torno da posse de territórios.

Permite, e por isso, tem sido usada por alguns meios de comunicação e setores pouco atentos ou contrários aos povos indígenas para “confirmar”, especialmente, duas premissas que constituem graves equívocos. A primeira afirma que os problemas vivenciados pelos Kaiowá e Guarani, entre eles a própria

Ao olhar para a história regional, não há como passar ao lado, por mais que o queiram determinados setores da sociedade, do processo de confinamento territorial, social e cultural, que foi, historicamente, imposto a esse povo.

violência, não teriam nada a ver com a questão do confinamento que lhes foi, historicamente, imposto, mas sim, com a “imprestabilidade” de sua cultura e de seu modo de vida. Dessa forma, a solução para a situação estaria – e aí a segunda premissa - em medidas relacionadas à superação do processo “de seu isolamento” dentro das reservas, conseqüência, segundo esses setores, da própria política de demarcação de terras para usufruto exclusivo dos índios. Por isso, a solução, segundo esses setores, estaria na aceleração da inserção dos Guarani e Kaiowá na sociedade envolvente, como cidadãos “comuns”, sendo que, para isso, a educação escolar, medidas assistenciais do governo, a inserção como mão-de-obra e a urbanização das aldeias maiores desempenhariam papel relevante, ou seja, a velha fórmula “pensada” pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) desde 1915.

Efetivamente, a situação de banalização da violência, tendência geral na sociedade atual, verificada dentro das aldeias indígenas, afeta profundamente as comunidades em questão. Por isso, é cada vez maior o número de lideranças indígenas que, sem



A situação dos Guarani Kaiowá é fruto do desrespeito histórico aos seus direitos, principalmente, o direito à terra – Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi

alternativa, têm apelado aos Conselhos Tutelares e às Polícias Militar e Federal para conter essa violência, solicitando, inclusive, a instalação de delegacias de polícia dentro das aldeias indígenas. A maior presença dos órgãos de repressão do Estado já tem resultado num elevado número de índios presos em delegacias e presídios⁽¹⁾, bem como de crianças em abrigos fora de suas aldeias. Mas, essas medidas resolvem o problema?

Confinamento imposto

Para responder a essa indagação é necessário irmos além das causas imediatas, como o alcoolismo, pequenos furtos, entre outros, que, também, já são conseqüências. É necessário perguntarmos pelas causas mais profundas que geram esse clima de violência ou intenso mal-estar, constatado pelos pesquisadores, considerando, especialmente, que se trata de um fenômeno recente entre os Guarani e Kaiowá - uma violência que não fazia parte do cotidiano indígena. E aí temos que olhar para a história regional e não há como passar ao lado, por mais que o queiram determinados setores da sociedade regional, do processo de confinamento territorial, social e cultural, que foi, historicamente, imposto a esse povo.

Conhecidos como “povos da mata”, os Kaiowá e Guarani ocupavam um amplo território, organizados em pequenos núcleos populacionais, integrados por macrofamílias, sob a orientação dos chefes de família mais velhos, denominados de *tekoaruvicha* (*chefes de aldeia*) ou *ñanderu* (*nossos pais*). Seu território abrangia os dois lados da atual fronteira Brasil-Paraguai.

Entre os anos de 1915 e 1928, o Governo Federal demarcou oito reduzidas e dispersas extensões de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani, perfazendo um total de apenas 18.124 hectares. Essas reservas demarcadas pelo SPI constituíram importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e conseqüente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas.

Ignorou-se, na sua implantação, os padrões indígenas de relacionamento com o território e seus recursos naturais e, principalmente, a sua organização social. Por isso, mais do que garantir terras aos índios, o governo objetivava liberar terras para a colo-



Os Guarani e Kaiowá sempre foram mão-de-obra para as atividades econômicas – Foto: Railda Herrero/Arquivo Cimi

nização, preocupado, também, com a ocupação das fronteiras numa região conflitiva. O SPI tinha clareza, como atestam documentos da década de 1940, que a população indígena na região era significativa, reconhecendo ser impossível pensar o sustento dos índios dentro dessas reservas. Mas, os órgãos oficiais tinham clareza, também, sobre a importância dos Guarani e Kaiowá como reserva de mão-de-obra para os empreendimentos econômicos: primeiro na erva-mate, depois na implantação das fazendas agropecuárias e, a partir da década de 1980, nas usinas de açúcar e álcool.

Por isso, destacam-se duas preocupações centrais na atuação na região entre 1915 e 1980, tanto do SPI quanto da Fundação Nacional do Índio (Funai), que substituiu o SPI a partir de 1967: o deslocamento compulsório dos grupos indígenas dispersos no território tradicional, efetivamente, para dentro das reservas demarcadas para seu usufruto⁽²⁾ e; a intermediação no agenciamento da mão-de-obra indígena, tarefa que ocupou grande parte do tempo dos funcionários desses órgãos.

(1) A UCDB, em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista, CTI, realizou, em 2008, um amplo levantamento dos índios presos em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, tendo constatado um elevado número de índios presos. Somente no município de Amambai, por exemplo, a partir de levantamento feito por advogados ligados ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos, CDDH e CIMI, em fevereiro deste ano de 2008 encontravam-se presos 38 indígenas, sendo que 23 destes são acusados por homicídios praticados contra outros indígenas.

(2) Há importante documentação indicando o empenho desses órgãos em colaborar com os colonizadores no processo de desocupação de terras de posse indígena.

A partir da década de 1980, algumas aldeias kaiowá e guarani, que permaneciam em seus espaços tradicionais até aquele período, resistiram e lograram manter-se ou recuperar algumas terras de ocupação tradicional. Até hoje, retomaram, efetivamente, 11 parcelas de terra, perfazendo um total de 22.450 hectares (224 km²), devidamente demarcados e de posse legal dos indígenas. Há outras tantas terras indígenas identificadas, algumas já demarcadas e homologadas, mas que seguem em conflito e em poder de terceiros.

No entanto, a recuperação dessas 11 pequenas extensões de terra tradicional ainda não permitiu alterar a elevada concentração populacional nas assim denominadas reservas indígenas, demarcadas pelo SPI. Elas seguem abrigo cerca de 80,2% (36.103) da população indígena kaiowá e guarani. Segundo informações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), de 2009⁽³⁾, a população kaiowá e guarani atinge um total aproximado de 44.574 pessoas. No entanto, 23.310 desse total estão concentrados em três terras indígenas, demarcadas pelo SPI - Dourados, Amambaí e Caarapó - que juntas atingem 9.498 hectares de terra⁽⁴⁾.

É importante destacar que a submissão da política indigenista aos interesses maiores da economia regional se deu e ainda se dá ao total arrepio da lei. Não podemos esquecer que a Constituição de 1934, portanto, dez anos antes da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em seu artigo 154, já estabelecia que "Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas" (ver Moreira Silva, 2002, p.34)⁽⁵⁾. As Constituições posteriores mantiveram ou ampliaram essas garantias. No entanto, não é explicável como o SPI e a própria Funai conseguiram manter sua política de liberação e desocupação de terras indígenas no Mato Grosso do Sul até a década de 1980, recorrendo, inclusive, à violência física contra os índios – como atestam os documentos – quando o próprio Estatuto do Índio é de 1973.

A submissão da política indigenista aos interesses da economia regional se deu e ainda se dá ao total arrepio da lei. Não é explicável como o SPI e Funai mantiveram a política de desocupação de terras indígenas no Mato Grosso do Sul até a década de 1980, recorrendo, inclusive, à violência física.

Cestas básicas, prisões e preconceitos

Ontem como hoje, a única opção oferecida aos índios na região foi a de seu engajamento como mão-de-obra nos empreendimentos econômicos regionais. Essa, talvez, seja uma das razões que permite explicar as ações dos Governos, seja estadual ou federal, frente aos recorrentes problemas de desnutrição e violência que atingem os Kaiowá e Guarani, nesses últimos anos. Frente à desnutrição, a solução tem sido o fornecimento de cestas básicas. Já estamos no quinto ano dessa prática e as constantes denúncias sobre a morte de mais crianças indígenas não permite mais dúvidas

das limitações e até do fracasso dessa ação ou da forma como esta vem sendo desenvolvida. No que se refere à violência *interna* parece que as únicas alternativas visualizadas pelos Governos restringem-se, também, à garantia de maior presença dos Conselhos Tutelares e dos órgãos de repressão. Qual a repercussão dessas prisões sobre o universo cultural desses índios? Quais as possibilidades desses índios voltarem a se integrar em suas aldeias depois de meses e anos de internação nessas "escolas" do crime?

Ampliam-se, cada vez mais, ações caracterizadamente fragmentadas e pontuais que aumentam a dependência dos povos indígenas e contribuem para a desestruturação interna das aldeias. Ficam sempre para depois as assim denominadas medidas estruturantes, em especial, o reivindicado aumento dos territórios.

Finalmente, há um outro tipo de violência, normalmente não percebida e registrada, que poderíamos denominar de violência simbólica (Pierre Bourdieu) e que contribui diretamente para a violência aqui denunciada. Constitui, certamente, grave violência contra os povos indígenas a veiculação e a reafirmação constante de toda a sorte de preconceitos e informações equivocadas sobre os povos indígenas ou a imposição unilateral de valores e práticas culturais estranhas. Refiro-me aqui a dois fatos recentes, um de 2008 e outro já de 2009. O primeiro é representado

(3) Dados da FUNASA podem ser acessados no site <http://sis.funasa.gov.br/siasi>

(4) A Terra Indígena Dourados, com 3.475 ha, Caarapó, com 3.594 ha e Amambaí com 2.429 ha (fonte Isa – Povos Indígenas no Brasil – 1996/2000).

(5) A Constituição Federal de 1946, em seu artigo 216, reafirma que: "será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não se transferirem" (Lasaro Moreira Silva. A legitimidade do processo de retomada das terras tradicionais pelos índios Kaiowá e Nandeva em Mato Grosso do Sul – dissertação de mestrado, UNB/Brasília, 2002, p. 35).



Os Guarani e Kaiowá resistiram a opressão histórica e lutam para recuperar condições dignas de vida – Egon Heck/Arquivo Cimi

pela ampla campanha contra os Guarani e Kaiowá, levada a efeito por setores importantes da economia regional, com o apoio irrestrito dos meios de comunicação regional, de integrantes do Poder Executivo estadual e da Assembléia Legislativa, no bojo das discussões envolvendo estudos para identificação de terras indígenas no estado. Essa campanha ignorou a presença histórica e decisiva contribuição dos Guarani Kaiowá ao desenvolvimento regional e se apoiou em informações nitidamente preconceituosas, distorcidas ou inverídicas. Ela procurou caracterizar os Guarani e Kaiowá como invasores de terras, empecilhos ao desenvolvimento econômico, como uma constante ameaça à integridade do país, ou, ainda, como índios que não precisam de terras por que não trabalham ou não sabem cultivá-la, como parasitas dos órgãos de assistência do Estado. Buscou, ainda, “explicar” que os problemas vivenciados pelos índios deveriam ser creditados, novamente, às “limitações” da sua cultura e aos erros de uma política indigenista “paternalista”, um vício advindo da excessiva “proteção”, que lhes estaria sendo dispensada pelos Governos.

O problema estaria, novamente, na inadequação cultural do outro, no caso dos povos indígenas, buscando ocultar ou negar que a situação vivenciada pelos Kaiowá e Guarani, hoje, é resultado de um processo histórico em que sua presença enquanto

povo foi, sistematicamente, ignorada e seus direitos fundamentais à terra, negados e atropelados, apesar de claramente explícitos nos textos legais. Como solução se reivindica a velha fórmula: civilizar e integrar os índios, emancipando-os de qualquer proteção especial do Estado.

Um segundo fato, este já de 2009, é a recente iniciativa de um juiz, em Dourados, que busca “descharacterizar” e desconstitui os índios de sua identidade indígena, para assim dificultar o acesso à ampla defesa nos processos em que estão envolvidos. Objetiva também impedir o acesso a tratamento específico em caso de condenação, direito claramente explicitado nos documentos legais, em especial na Constituição de 1988 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. A idéia central aqui parece ser convencer a sociedade de que os índios perderam essa condição por não portarem mais a necessária contrastividade cultural.

Essas formas mais sutis de violência e de negação dos direitos indígenas contribuem diretamente para confirmar e reafirmar toda a sorte de preconceitos, historicamente construídos para “justificar”, inclusive, as violências cometidas contra esses povos durante o processo de colonização, e constituem parte importante do contexto de violência e de impunidade denunciado pelos Relatórios do Cimi. ♦



Capítulo I

Violência Contra o Patrimônio

Conflitos relativos a direitos territoriais 37

**Invasões possessórias,
exploração ilegal de recursos naturais
e danos diversos ao patrimônio..... 41**

**Omissão e morosidade
na regularização de terras..... 49**



Indígenas Parakanã (PA). Morosidade de autoridades aumenta conflito por terras em várias regiões do país

Conflitos relativos a direitos territoriais

Ano de 2008

Em 2008 houve registro de 16 conflitos relativos a direitos territoriais. Foram 2 na Bahia, 4 no Ceará, 1 no Maranhão, 1 no Mato Grosso, 1 no Mato Grosso do Sul, 1 no Pará, 5 em Rondônia e 1 em Santa Catarina.

Em 9 casos, a causa principal foi a morosidade das autoridades na regularização das terras indígenas. Há casos de terras indígenas já homologadas, onde invasores continuam na área e o governo federal não efetua a desocupação. Assim, as comunidades indígenas precisam esperar, às vezes por décadas, para receber de volta o que por direito lhes é garantido.

No Pará, por exemplo, há 20 anos atrás, mais de 1.200 fazendeiros e madeireiros invadiram e ocuparam a terra Apyterewa, do povo Parakanã, que já estava homologada. Em vez de retirar os invasores, cumprindo determinação constitucional, as autoridades responsáveis tentaram mantê-los na área, chegando a diminuir o tamanho dessa terra indígena. Em Santa Catarina, de forma semelhante, depois da publicação da portaria que declarou os limites da terra indígena Morro dos Cavalos, do povo Kaingang, houve protesto contra a demarcação com apoio da prefeitura de Palhoça, cidade onde a terra se localiza. Também foi desencadeada uma campanha visando anular a demarcação. No Mato Grosso do Sul, as autoridades ainda não atenderam a demandas do Terena da terra indígena Pilad Rebuá, que pedem a retirada dos fazendeiros invasores da área.

Na Bahia, uma comunidade Tupinambá foi expulsa de forma violenta de uma terra que o povo havia retomado, porque a Fundação Nacional do Índio (Funai) não cumpriu o prazo estipulado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) para finalizar o relatório de identificação das terras.

Ainda na Bahia, há outro exemplo de como a morosidade das autoridades não leva apenas à injustiça, mas também à violência. Uma comunidade Pataxó retomou uma área, de onde o povo havia sido expulso na década de 1970. Por mais de 20 anos, esse povo tem reivindicado a área como território tradicional, e, cansados de esperar as autoridades agirem, retomaram-na. Os fazendeiros que ocupam a terra sequer recorreram à justiça. Contrataram um grupo de homens armados para expulsar os Pataxó, mas os indígenas conseguiram impedir o conflito. Nos últimos anos, as comunidades Pataxó têm sofrido pressão e violências de diversos tipos motivadas por conflitos territoriais.

Há 7 casos de conflitos provocados pela construção de obras, como um centro turístico e um porto no Ceará. Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em Rondônia, preocupam pela falta de atenção aos povos isolados nas regiões atingidas, colocando em risco a sobrevivência destes povos. É o caso da hidrelétrica Santo Antônio, no rio Madeira, e do asfaltamento da BR 429, que liga os municípios de Presidente Médici e Costa Marques.

Em diversas terras indígenas homologadas, as autoridades responsáveis não providenciam a retirada dos invasores. Dessa forma, as comunidades esperam, às vezes por décadas, para receber de volta o que por direito lhes é garantido.

CONFLITOS RELATIVOS A DIREITOS TERRITORIAIS

Dados - 2008

Total de casos: 16

BA – 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PATAXÓ**POVO(S):** PATAXÓ**TIPO DE CONFLITO:** Reintegração de posse

DESCRIÇÃO: Homens armados teriam sido contratados pelos fazendeiros para expulsar os indígenas. A luta pela retomada da terra já vem de longa data. Os índios afirmam que não sairão da terra e que não estão invadindo porque a área pertence a seus antepassados e a retomada representa o cumprimento de um direito constitucional. As famílias foram expulsas na década de 1970 pela antiga empresa de exploração madeireira Brasil-Holanda e a área que faz parte do território tradicional desse povo, está em fase de estudos para demarcação.

FONTE: *A Tarde*, 19/07/2008**TERRA INDÍGENA:** TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA**POVO(S):** TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA**TIPO DE CONFLITO:** Reintegração de posse.

DESCRIÇÃO: Em janeiro 2008, o TRF suspendeu, por 180 dias, a decisão de retirada dos índios. Nesse período a Funai deveria finalizar o relatório de identificação das terras. O relatório foi finalizado, mas a Funai pediu informações complementares ao Grupo Técnico. O prazo expirou e a Justiça Federal determinou que a PF cumprisse os mandados de reintegração de posse. A ação deixou muitas pessoas feridas e casas e utensílios destruídos dos indígenas.

FONTE: *Informe 839/Cimi - Boletim Mundo - 23/10/08*

CE - 4 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: TREMEMBÉ DE ALMOFALA**POVO(S):** TREMEMBÉ**TIPO DE CONFLITO:** Empreendimento turístico imobiliário

DESCRIÇÃO: No Ceará há conflito entre os Tremembé de São José e Buriti e o grupo Nova Atlântida. Este grupo pretende construir um grande empreendimento turístico imobiliário nas terras habitadas secularmente pelos índios. À época a construção da obra encontrava-se embargada por uma liminar concedida pela Justiça Federal e confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região de Recife. O grupo empresarial também nega a existência dos Tremembé e alega a posse das terras ocupadas.

FONTE: *Instituto Terramar***TERRA INDÍGENA:** TAPEBA**POVO(S):** TAPEBA**TIPO DE CONFLITO:** Pedido de anulação de processo demarcatório

DESCRIÇÃO: No município de Caucaia, a oligarquia Arruda, há décadas no poder municipal local, entrou com um mandado de segurança pedindo a anulação do processo demarcatório das terras do povo Tapeba, que já lutam há três décadas pela sua demarcação.

FONTE: *Instituto Terramar***TERRA INDÍGENA:** ANACÉ**POVO(S):** ANACÉ**TIPO DE CONFLITO:** Construção do Porto de Pecém

DESCRIÇÃO: Em São Gonçalo do Amarante, Ceará, desde a construção do Porto de Pecém, a situação do povo Anacé vem agravando-se. O empreendimento já ocasionou a expulsão de três comunidades e ameaça grande parte das terras por eles ocupadas, além de gerar fortes impactos ambientais.

FONTE: *Instituto Terramar***TERRA INDÍGENA:** PITAGUARY**POVO(S):** PITAGUARY**TIPO DE CONFLITO:** Invasão

DESCRIÇÃO: Em Maracanaú, os Pitaguary estão ameaçados judicialmente de perder parte de suas terras para um posseiro que ocupa indevidamente um espaço de 600 hectares no meio da aldeia Santo Antônio dos Pitaguary.

FONTE: *Instituto Terramar*

MA – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: KRİKATI**POVO(S):** KRİKATI**TIPO DE CONFLITO:** Invasão

DESCRIÇÃO: Índios detêm servidores da Funai e Incra. Eles reivindicam mais agilidade na retirada dos 80 invasores de suas terras. O administrador da Funai em Araguaína, Cleso Fernandes, disse que as lideranças indígenas já haviam solicitado a presença da Polícia Federal na área, pois os fazendeiros estariam impedindo o trabalho desses servidores. O trabalho de regularização da área começou em 2000 e, até agora, não foi concluído.

FONTE: *Folha de São Paulo/SP*, 3/06/2008, 4/06/2008; *Jornal do Tocantins/TO*, 3/06/2008

MS – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PILAD REBUA**POVO(S):** TERENA**TIPO DE CONFLITO:** Reintegração de posse

DESCRIÇÃO: A terra indígena tem, segundo registros da União, 208 ha e 48 ha estão invadidos por fazendeiros. Esta é a parte que os Terena estão tentando reconquistar. Com este fim, ocuparam essa área. Nos 160 ha restantes vivem cerca de 3 mil pessoas, ou seja, há apenas 0,05 hectare disponível para cada Terena. No dia 13 de junho a Juíza Vânia Arantes, da 1ª Vara Cível de Miranda, deferiu liminar de reintegração de posse ordenando desocupação imediata da área retomada e decretando a prisão das lideranças que tentassem resistir. Conforme a assessoria jurídica do Cimi trata-se de uma decisão nula porque "foi proferida por juiz absolutamente incompetente para processar e julgar esse tipo de demanda, pois compete à Justiça Federal julgar sobre direitos indígenas, conforme

a Constituição”. Os Policiais Militares foram até o local para cumprir mandado de reintegração de posse e acabaram entrando em conflito com o grupo de indígenas. No conflito os policiais jogaram bombas de efeito moral e efetuaram disparos de balas de borracha. Os barracos ocupados pelos indígenas foram queimados e viaturas policiais foram danificadas. Foram encaminhados quatro presos à Delegacia de Polícia Civil de Miranda e apreendidos facões, martelo, arcos e flecha.

FONTE: O Estado do Mato Grosso, 19/06/2008; Cimi - Assessoria comunicação, 17/06/08

MT – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: MARÃIWATSEDE (SUYAMISU)

POVO(S): XAVANTE

TIPO DE CONFLITO: Invasão

DESCRIÇÃO: Retirados contra sua vontade de sua terra tradicional no ano de 1966, os Xavante retornaram para esta só em meados de 2004, depois de ficarem nove meses acampados na estrada onde morreram duas crianças. Mesmo comprovada a posse imemorial pelos indígenas, o processo de retirada dos invasores permanece lento. As forças políticas e econômicas que atuam no Estado têm se articulado no intuito de postergar ao máximo a desintrusão da terra indígena e o efetivo beneficiamento da comunidade. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que é o responsável pelo reas-

sentamento dos posseiros, tem se demonstrado lento e ineficiente, o que torna o processo de desocupação ainda mais demorado.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

PA – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: APYTEREWA

POVO(S): PARAKANÃ

TIPO DE CONFLITO: Invasão

DESCRIÇÃO: Mais de 1.200 famílias de fazendeiros e madeiros invadiram e ocupam até hoje as terras indígenas há mais de 20 anos. O território foi homologado por decreto presidencial em 19/04/2007. A presença dos indígenas vem sendo confirmada por antropólogos desde a década de 1970. Políticos e líderes dos invasores não aceitam a homologação e tentam anulá-la recorrendo a atos públicos e manifestações. Para tirar o foco do interesse em grilagem, alegam, segundo a CPT, que há 2 mil colonos que já estão assentados e, por isso, a terra deveria ser diminuída. A pressão dos fazendeiros e dos políticos locais já fez com que a terra indígena sofresse uma redução em sua área original, resultando no acirramento do conflito e no estímulo a novas invasões. Grupos de posseiros, incentivados por interesses econômicos e políticos, entram na área de forma organizada para a extração ilegal de ouro e de madeira.

FONTE: O Liberal/PA, 22/05/2008; Cimi Norte II



A terra Marãiwatsedé, dos Xavante, segue invadida por não-índios no Mato Grosso



Porto do Pecém trouxe graves impactos para a terra onde vivem os Anacé (CE)

RO – 5 Caso(s)

POVO(S): SEM CONTATO

TIPO DE CONFLITO: Obras do PAC

DESCRIÇÃO: Máquinas do consórcio Madeira Energia iniciaram as obras para a construção da hidrelétrica de Santo Antônio. Relatório da Funai aponta referências a, pelo menos, cinco grupos de índios isolados na área de abrangência da usina. Um dos grupos estaria a apenas 14 quilômetros do canteiro central da hidrelétrica. Eles viveriam numa área já considerada de uso restrito, chamada Jacareúba Katawixi. Experiências anteriores mostram que o encontro entre índios isolados e não-índios é desastroso, devido ao choque cultural e à transmissão de doenças, entre outros problemas. Segundo informações do Cimi, encaminhadas ao MPF e confirmadas pela Funai, há povos que habitam próximos à terra indígena Karitiana e Karipuna, os do rio Karipuninha que vive na região do Jirau e terra indígena Katawixi na região sul de Lábrea, Amazonas. Estes povos correm sérios riscos de terem suas terras inundadas e a destruição dos recursos naturais provocando o extermínio desses povos.

FONTE: Agenda Popular-Cedefes-set/2008; Cimi Regional Rondônia

TERRA INDÍGENA: URU-EU-WAU-WAU

POVO(S): JURUREY

TIPO DE CONFLITO: Estradas - construção e pavimentação

DESCRIÇÃO: Os estudos que prevêem o asfaltamento da BR 429 que liga os municípios de Presidente Médice a Costa Marques, não levaram em consideração a existência de indígenas isolados e irão atingir diretamente o povo Jururey, precisamente no trecho da Serra da Onça, numa distância de 5 km da rodovia até a maloca do povo Jururey.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

POVO(S): CASSUPÁ, SALAMÃI

TIPO DE CONFLITO: Construção de hidrelétrica (PCH)

DESCRIÇÃO: O território reivindicado pelos povos Cassupá e Salamãí está sendo ameaçado com construção de PCHs do Rio Cascata, destruindo lugares sagrados dos povos.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

POVO(S): ARARA, ARIKAPÚ, ARUÁ, GAVIÃO, KANOÉ, KARI-TIANA, KAXARARI, KWAZÁ, MAKURAP, TUPARI

TIPO DE CONFLITO: Revisão de demarcação

DESCRIÇÃO: Na maioria das terras indígenas demarcadas não foram levados em consideração os territórios tradicionais, seus lugares sagrados, o que levou os povos a pedirem revisão de limites. Considerando a falta de espaço que permite sua reprodução física e cultural, esses povos sofrem violências com as constantes invasões de seus territórios, por parte de madeireiros, pescadores, garimpeiros, projetos plano de manejo florestal, construção do Complexo do Madeira, entre outros.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

TERRA INDÍGENA: KUJUBIM

POVO(S): KUJUBIM

TIPO DE CONFLITO: Não regularização fundiária

DESCRIÇÃO: Parte do território tradicional do povo Kujubim, hoje é reserva extrativista, e outra parte está ameaçada com projeto de assentamento do Inca, colocando em risco toda a floresta e sobrevivência deste povo que ainda luta pela regularização de sua terra.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

SC – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: MORRO DOS CAVALOS

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE CONFLITO: Protestos contra demarcação

DESCRIÇÃO: No ano de 2007, com a demora da Funai para cumprir os prazos estipulados para a tramitação do processo demarcatório, houve tempo suficiente para que a mídia, a revista Veja em particular, iniciasse uma campanha contra a demarcação da terra indígena. Mesmo assim, em abril de 2008, o ministro da Justiça, Tarso Genro, assinou portaria declaratória da Terra Indígena. Em 17 de junho houve um protesto organizado pelos contrários à demarcação, apoiado pelo prefeito de Palhoça. O prefeito iria solicitar audiência ao ministro para discutir a portaria e pediria sua revogação. A acusação é de que a demarcação é uma "fraude antropológica".

FONTE: Cimi Sul; Diário Catarinense, 13 e 17/6/2008

Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio

Ano de 2008

Em 2008 foram registrados 41 casos de invasões possessórias e exploração ilegal de recursos naturais em terras indígenas, resultando em danos ambientais, biológicos e ao patrimônio indígena. Esta situação impacta a vida dos indígenas que dependem dos recursos naturais das suas terras.

Foram registrados casos de invasão possessória por parte de grileiros, agricultores e pecuaristas, além de casos de exploração ilegal por madeireiros e garimpeiros, que retiraram ilegalmente de terras indígenas madeira e minerais como cascalho, areia, pedras preciosas e ouro. Registraram-se casos de pesca e caça predatórias ilegais e houve ainda invasão por narcotraficantes, que se aproveitam das terras indígenas para o transporte de drogas, inclusive para construir pistas de pouso ilegais.

Os casos ocorreram nos estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão,

Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e Tocantins.

O estado com o maior número de casos (8) foi Rondônia. São variados, como invasão de terras indígenas por fazendeiros, exploração ilegal de madeira, retirada de areia e construção de obras. Chama atenção o fato do governador de Rondônia, Ivo Cassol, ocupar 80% do território tradicional do povo Wayurú.

Mato Grosso aparece com 7 registros, sendo 1 de desmatamento, 1 de exploração ilegal de madeira, 2 de invasão por fazendeiros, 2 de poluição de rios por agrotóxicos e 1 de pesca predatória. Isto não surpreende, visto que o Mato Grosso tem registrado os piores índices de desmatamento em consequência da expansão de monoculturas, sobretudo de soja, que requerem, além de espaço, uso intensivo de agrotóxicos.



Foto: Equipe Cimi/MA

Em diversas regiões do país, invasores retiram recursos naturais ilegalmente das terras indígenas, como os madeireiros que desmatam as terras dos Guajajara no Maranhão

Foto: Maurício Campos



Um incêndio destruiu uma aldeia Guarani em Niterói (RJ). A presença indígena incomoda moradores e empreiteiras da região

Observa-se regularmente que há várias atividades invasoras ao mesmo tempo em uma mesma área. Na terra indígena Arara do rio Amônia, no Acre, por exemplo, acontece extração ilegal de madeira e caça predatória, além da presença de posseiros e narcotraficantes.

A exploração ilegal de madeira na terra indígena Araribóia, dos Guajajara, tem sido denunciada às autoridades há vários anos. No entanto, a atividade continua implicando diversos danos e envolvendo diversas pessoas na depredação do patrimônio natural desta terra.

Merece atenção ainda a atividade de garimpeiros, que constitui roubo de riquezas das terras indígenas e, ao mesmo tempo, provoca graves danos ambientais. Por exemplo, os Yanomami que vivem perto do rio Catrimani, em Roraima, ficaram sem água potável para consumo e têm passado fome, porque os peixes morreram em função de contaminação da água.

Destaca-se também o caso de destruição de patrimônio indígena no estado do Rio de Janeiro, na praia de Cambinhas, em Niterói, onde foram queimadas 6 casas, a escola e todos os pertences pessoais dos Guarani que viviam em uma aldeia. A comunidade vive numa área de interesse de construtores imobiliários.

Na região do rio Cautário, em Rondônia, 4 soldados, um cabo e um sargento do Exército da cidade de Forte Príncipe, junto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) do município de Costa Marques, expulsaram moradores de uma aldeia Kujubim,

queimando suas casas e roças. O motivo para esta violência é desconhecido.

Chamam atenção as 2 denúncias de construção de barragens (PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas), uma em Rondônia, na terra indígena Rio Branco, e uma na terra indígena Votouro, no Rio Grande do Sul. As barragens ameaçam inundar terras indígenas demarcadas ou em estudo para demarcação. Os vários povos de Rio Branco já sofrem pelas dificuldades de transporte, geradas por outras cinco barragens que estão em operação, e pela escassez de peixes e quelônios, como tartarugas, principal fonte de alimentação. As barragens afetam profundamente a reprodução destes animais.

Destacam-se, por fim, os 2 casos envolvendo as empresas produtoras de celulose, Veracel e Aracruz. Na Bahia, a Veracel tem mais de 1000 hectares de plantações de eucaliptos dentro das terras reivindicadas pelos Pataxó de Barra Velha. O intenso consumo de água desta espécie de árvore provoca escassez de água nos riachos da região. Também diminuiu a disponibilidade de animais nas áreas onde os indígenas caçam. No Espírito Santo, quando terra Comboios dos Tupinikim foi declarada terra indígena, áreas de plantação da empresa Aracruz Celulose ficaram dentro região demarcada. Porém, os indígenas receberam essa terra totalmente devastada, com os riachos secos e poluídos por agrotóxicos e sem mata ciliar. Os milhares de tocos dos eucaliptos cortados cobrem a terra, impedindo o plantio ou o reflorestamento. A empresa se comprometeu a ajudar a buscar soluções.

INVASÕES POSSESSÓRIAS, EXPLORAÇÃO ILEGAL DE RECURSOS NATURAIS E DANOS DIVERSOS AO PATRIMÔNIO

Dados -2008

Total de casos: 41

AC – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: ARARA DO RIO AMÔNIA

POVO(S): ARARA

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira, tráfico de animais

DESCRIÇÃO: A extração de madeira e a caça predatória são constantes dentro da terra indígena. Outra preocupação da comunidade indígena é em relação ao intenso fluxo de narcotraficantes, por ser de fácil acesso com o Peru. A presença de posseiros, caçadores e narcotraficantes se intensificou após a publicação sobre a demarcação no Diário Oficial da União. O cacique Francisco Siqueira já levou denúncia ao Ministério Público Federal, mas nenhuma medida foi adotada.

FONTE: Equipe Cimi Regional AO, cacique Francisco Siqueira; A Gazeta/AC, 15/11/2008

AM – 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: KULINA DO RIO ENVIRA

POVO(S): KULINA

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira, caça predatória

DESCRIÇÃO: Três frentes de invasores exploram ilegalmente a terra indígena, há vários anos. Madeiros tiram madeira de lei, fazendeiros aumentam seus campos de gado para dentro da área dos Kulina e caçadores matam ou espanham a caça do território.

FONTE: 6a.CCR do MPF, 03/12/2008

TERRA INDÍGENA: VALPARAISO

POVO(S): APURINÃ

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: O fazendeiro derrubou uma área de 300 hectares de mata virgem. A área em questão está em estudo e é reivindicada pelos Apurinã. Foi encaminhada denúncia a Funai. Nenhuma providência foi adotada.

FONTE: Liderança indígena

BA – 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: BARRA VELHA

POVO(S): PATAXÓ

TIPO DE DANO: Plantação de eucaliptos

DESCRIÇÃO: Os caciques das aldeias Guaxuma e Barra Velha reclamam da expansão das plantações de eucaliptos nas terras por eles reivindicadas. Afirmam que os riachos estão secando e que houve uma redução da caça. A Veracel reconhece que 3.851 hectares de sua propriedade estão dentro da área de ampliação do território indígena dos Pataxó. Desse total, 1.018 ha estão ocupados com plantações de eucaliptos para produção de celulose na fábrica da empresa.

FONTE: Correio Braziliense, 29/08/2008

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

POVO(S): PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃ

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: 36 homens encapuzados entraram na área, levando 500 cabeças de gado e ameaçaram retirar os indígenas à força. A área foi retomada em 2007 e faz parte da terra indígena. O processo para concluir a regularização aguarda decisão do STF há 25 anos.

FONTE: Informe do Cimi, 6/03/2008

CE – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: LAGOA DA ENCANTADA

POVO(S): GENIPAPO KANINDÉ

TIPO DE DANO: Poluição e exploração de água

DESCRIÇÃO: Em Aquiraz, Ceará, o povo Genipapo Kanindé sofre devido a poluição e a retirada de água da terra indígena Lagoa da Encantada, realizadas pelo grupo Ypióca. O grupo também é acusado de criminalizar defensores dos direitos indígenas.

FONTE: Instituto Terramar

ES – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: COMBOIOS

POVO(S): TUPINIKIM

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Após a assinatura do ministro da Justiça declarando a terra como indígena, os índios receberam uma terra devastada e com problemas de utilização de água. A aldeia é abastecida por caminhões pipa porque os riachos próximos estariam secando ou poluídos por agrotóxicos. Conforme estudo da Associação de Geógrafos Brasileiros, na seção Espírito Santo, a construção de estradas resultou no manilhamento do curso do rio Sahy, deixando-o em péssimas condições ambientais, sem mata ciliar e com pasto, dejetos e pisoteio do gado. A comunidade reivindica indenização pela morte das nascentes, seca dos rios e degradação da terra como consequência da plantação de eucaliptos. Os problemas não se restringem apenas à retirada dos eucaliptos que a empresa se comprometeu a tirar, mas há o problema dos tocos das árvores retiradas e do veneno dos agrotóxicos no solo que afetariam a utilização da terra.

FONTE: Correio Braziliense, 1º e 2/06/2008

MA – 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: CARU

POVO(S): AWÁ-GUAJÁ

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A exploração madeireira se iniciou pela cabeceira do igarapé Água Branca, região onde os indígenas caçam

e coletam e que ficou comprometida. A partir desse ponto se estendeu por toda a área com a construção de uma estrada clandestina que corta a terra indígena. Essa situação coloca em risco a vida dos Awá, tanto os aldeados como os grupos sem contato.

FONTE: Equipe Awá; Cimi Regional- MA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

POVO(S): GUAJAJARA

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A terra indígena está demarcada e homologada, mas continua alvo de invasão. Em 2007 houve uma grande operação que envolveu a Polícia Federal, o Ibama e a Polícia Rodoviária Federal, porém os madeireiros continuam invadindo a terra de forma predatória, provocando medo nas comunidades. Como consequência, os indígenas não utilizam as áreas tradicionais para caçar, pois temem a presença dos madeireiros no local.

FONTE: Cimi Regional-MA

MS – 3 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRINHA

POVO(S): TERENA

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: O cacique João Metelo denuncia que famílias não-índias estão ocupando cerca de 400 hectares da terra indígena, enquanto que apenas 45 hectares são ocupados por 1.800 famílias indígenas. Esta terra foi doada pela Prefeitura de Miranda, mas, segundo o cacique, os brancos a invadiram e de lá não saem. Segundo o cacique, a Funai se comprometeu que esta área seria incorporada a aldeia. Além dos invasores, existe ainda uma subestação de

retransmissão de eletricidade da Enersul.

FONTE: O Estado de São Paulo/SP, 27/05/2008

TERRA INDÍGENA: KADIWÉU

POVO(S): KADIWÉU

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Florestas da área de assentamento dos índios Kadiwéu são cortadas para atender a crescente demanda do pólo siderúrgico instalado em Corumbá/MS. A Companhia MMX, que desde 2007 produz ferro-gusa em Corumbá, continua operando graças a uma liminar. Autoridades ambientais apreenderam por duas vezes carvão procedente da floresta nativa. A companhia está descumprindo o compromisso com a promotoria e o governo de estado, onde ficou acertado que iria adquirir carvão apenas de áreas reflorestadas.

FONTE: O Imparcial/SP, 3/2/2008

TERRA INDÍGENA: TAUNAY / IPEGUE

POVO(S): TERENA

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: O indígena Lisio Lilli Terena afirma que o desmatamento aumentou consideravelmente diante da possibilidade de demarcação da terra indígena. Segundo Lilli Terena, o carvão e a pecuária são interesses para o corte da floresta. Além disto, toda a região está ameaçada pela monocultura da soja e cana-de-açúcar.

FONTE: O Imparcial/SP, 3/02/2008

MT – 7 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: VALE DO GUAPORÉ

POVO(S): NAMBIKWARA

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A Operação Caipora, da Polícia Federal, reprimiu esquema de extração ilegal de madeira da terra indígena Valé do Guaporé. Há suspeitas de envolvimento de servidores públicos.

FONTE: www.otempo.com.br, 29/5/2008; Folha de S.Paulo, 29/05/2008

TERRA INDÍGENA: ERIKBAKTSA

POVO(S): RIKBAKTSA

TIPO DE DANO: Pesca predatória

DESCRIÇÃO: Os indígenas fizeram sete reféns. Estes foram pegos em flagrante quando pescavam de maneira predatória. Os indígenas apreenderam apetrechos de pesca e barcos. Os índios pediram a emissão de carteira de pescador amador aos habitantes da reserva, bem como a qualificação de pessoas da aldeia como fiscais florestais. O chefe da Funai em Juína falou que a área é alvo das atividades ilegais de extração de madeira, minérios e peixes.

FONTE: A Gazeta/MT, 22/05/2008

TERRA INDÍGENA: ENAWENÊ-NAWÊ

POVO(S): ENAWENÊ-NAWÊ

TIPO DE DANO: Agrotóxico

DESCRIÇÃO: Plantações de soja contaminam rios onde os indígenas pescam. Os indígenas que comeram peixes do rio Juruena, nas proximidades de Sapezal, império da soja, estão com problemas de saúde.

FONTE: www.24horasnews, 29/07/2008

TERRA INDÍGENA: PORTAL DO ENCANTADO

POVO(S): CHIQUITANO

TIPO DE DANO: Danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: Os indígenas denunciam conflitos motivados por queimadas, desmatamento e poluição do rio. Fazendeiros jogam bois mortos dentro do rio o que é perigoso para a saúde da comunidade, pois prejudica o único rio que abastece as aldeias.

FONTE: Cimi Regional MT

TERRA INDÍGENA: UMUTINA

POVO(S): UMUTINA

TIPO DE DANO: Agrotóxico

DESCRIÇÃO: Nas reuniões do zoneamento sócio, econômico e ecológico do Mato Grosso, os usineiros pressionam os indígenas para que fiquem a seu favor. Ocorre que esses empresários jogam resíduos contaminados nos rios Paraguai e Bugres, de onde os índios tiram sua alimentação tradicional que são os peixes. Já houve acidente ambiental quando morreram milhares de peixes afetando a subsistência da comunidade.

FONTE: Francisca Navantino (Chikinha Paresi), 8/11/2008

TERRA INDÍGENA: URUBU BRANCO

POVO(S): TAPIRAPÉ

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: Posseiros, que já haviam sido retirados e indenizados, tornaram a invadir a área. Após audiência entre representantes Tapirapé, Cimi e o Ministério Público Fede-

ral havia-se definido que a Polícia Federal faria uma ação para a retirada dos invasores. Contudo, passados mais de cinco meses nada aconteceu. Os invasores iniciaram uma divisão da região norte da Terra Indígena e ameaçam loteá-la para terceiros. Uma comissão de lideranças Tapirapé esteve em Brasília para encaminhar o caso junto à Funai, contudo ainda não há respostas sobre os encaminhamentos para a retirada dos invasores.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: JARUDORE

POVO(S): BORORO

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: A terra indígena Jarudore permanece invadida e alguns indígenas do povo Bororo, liderados pela cacique Maria Aparecida, construíram uma aldeia em uma pequena porção do território. A cacique tem feito reuniões indo até Brasília cobrar ações da Funai, mas nada é feito. Em 2006 foi impetrada no Ministério Público uma ação civil pública que exigia a desocupação da terra. Esta tramita na Justiça Federal a passos lentos. Os Bororo vêm enfrentando uma série de ameaças. No início de 2007 Helenilson,

Fotos: Marcy Pirraço/Arquivo Cimi



Terra indígena Jarudore, dos Bororo, no Mato Grosso, continua invadida e lideranças indígenas da área são ameaçados

Bororo que morava no distrito de Jarudore e que vinha contribuindo com seu povo, foi assassinado em sua própria casa por um policial militar. O assassino se apresentou e assumiu o crime, porém, ainda não foi julgado e vem pressionando a comunidade indígena.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

PA – 4 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

POVO(S): TEMBÉ

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: Invasores incentivados por madeireiros, plantadores de maconha e, sobretudo, pelo ex-vereador de Garrafão do Norte, Manoel Evilásio, se negam a sair da terra indígena num conflito que se arrasta há anos. Desta vez, cerca de 2 mil colonos mantiveram como reféns dez índios e dois funcionários da Funai. A reserva foi homologada em 1996 e, de acordo com o cacique Ednaldo Tembê, a ação de desocupação total da reserva deveria ter encerrado em dezembro de 2007. Esta terra indígena é rica em ouro, cassiterita, diamante e titânio. A cobiça do ex-vereador se estende a deputados e advogados que também tem interesses políticos na região.

FONTE: Cimi Norte II; O Liberal/PA, 17/02/2008, 19/02/2008 e 20/02/08

TERRA INDÍGENA: XIKRIN DO RIO CATETÉ

POVO(S): XIKRIN

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Ocorrência sistemática de desmatamentos e queimadas dentro da terra indígena.

FONTE: O Globo/RJ, 27/04/2008; Diário do Pará, 24 e 29/04; Cimi Norte II

TERRA INDÍGENA: TEMBÉ**POVO(S):** TEMBÉ**TIPO DE DANO:** Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A comunidade indígena interditou uma estrada que dá acesso à aldeia, como protesto contra a ação ilegal de madeireiros na reserva. A área possui diferentes espécies de madeira nobre o que tem chamado a atenção de madeireiros na região. Conforme denúncia da liderança indígena Raimundo Tembê, a área está sendo desmatada e caminhões saem diariamente carregados com madeira ilegal. Segundo ainda essa liderança, os indígenas da aldeia Tekunai foram cooptados pelos madeireiros e não apóiam o protesto. A comunidade reclama também da falta de fiscalização pela Funai.

FONTE: *O Liberal/PA, 29/10/2008 e 30/10/2008***TERRA INDÍGENA: CAPOTO/JARINA****POVO(S):** KAYAPÓ**TIPO DE DANO:** Invasão

DESCRIÇÃO: Pecuáristas estão invadindo a terra indígena. Áreas de pastagens e queimadas para derrubada da floresta foram constatadas pelos próprios índios da região, durante expedição de seis dias nos limites a leste da reserva. Eles fazem parte da 1a. brigada indígena de incêndio florestal. Segundo a liderança Kayapó, Megaron, a legislação determina que as fazendas se mantenham distantes a 10 km. de mata intocada das reservas indígenas.

FONTE: *www.diariodecuiaba.com., 28/11/2008***PR – 1 Caso(s)****TERRA INDÍGENA: BOA VISTA****POVO(S):** KAINGANG**TIPO DE DANO:** Agrotóxico

DESCRIÇÃO: A comunidade está acampada em dois hectares da sua terra tradicional. A utilização de agrotóxicos por agricultores vizinhos à área, afeta diretamente os índios, poluindo as águas que abastecem a comunidade e provocando doenças de pele e respiratória, entre outras.

FONTE: *Comunidade Indígena e Cimi-Equipe Paraná***RJ – 1 Caso(s)****TERRA INDÍGENA: CAMBOINHAS****POVO(S):** GUARANI**TIPO DE DANO:** Incêndio

DESCRIÇÃO: Um incêndio destruiu seis malocas, uma escola, além de pertences pessoais dos índios. Na hora do incêndio, estavam na aldeia apenas mulheres e crianças e um homem. Na escola, onde as crianças aprendiam a língua Tupi, também estavam guardados livros, dentre eles a obra escrita pelo cacique Darci Tupã Nunes de Oliveira, que contava a história de seus antepassados. De acordo com a Polícia Civil o incêndio foi criminoso. A OAB do Rio de Janeiro, por sua vez, denunciou que milícias armadas estariam envolvidas no caso. A intenção seria expulsar os índios do local. A área em questão fica em um condomínio de luxo, alvo de empreiteiras da construção civil. O terreno pertencia ao windsurferista George Mollin Rebelo, que a doou aos índios, conforme registros imobiliários de patrimônio (números 5865.0101479-88 e 5865.010.1488-79).

FONTE: *noticias.uol.com.br - 18.07.2008 e Ag. Brasil, 18.07.2008; Isto É - 22/10/08***RO – 8 Caso(s)****TERRA INDÍGENA: KARIPUNA****POVO(S):** KARIPUNA DE RONDÔNIA**TIPO DE DANO:** Invasão e exploração madeireira

DESCRIÇÃO: A terra indígena teve uma redução de 50 mil ha. em 1995. A Funai se comprometeu a criar dois postos de fiscalização o que não aconteceu. Houve abertura de estradas clandestinas e uma colonização violenta como a criação dos distritos de Nova Dimensão e de União Bandeirantes. Intensificou-se a exploração e roubo de madeira na terra indígena. Grande quantidade de madeira é transportada à noite pelos caminhões, driblando a fiscalização da Funai.

FONTE: *Equipe Cimi Guajará-Mirim/RO***TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ****POVO(S):** ARIKAPÚ, ARUÁ, DJEOROMITXI, KANOÉ, KUJUBIM, MAKURAP, MASSAKÁ, WAYURÚ**TIPO DE DANO:** Retirada de areia

DESCRIÇÃO: Empresa boliviana retira cascalho às margens do rio Guaporé, dentro da área indígena, para construção de aeroporto em Guayaramerim, Bolívia. Em junho deste ano, durante assembléia indígena do povo Kujubim, com a presença do MPF e da Polícia Federal, a comunidade relatou o problema e exigiu providências. Os Policiais Federais estiveram no local e apenas fizeram uma advertência verbal a empresa, que ainda continua em operação.

FONTE: *Comunidade Baía das Onças; Equipe Cimi - Guajará Mirim/RO***TERRA INDÍGENA: RIO CAUTÁRIO****POVO(S):** KUJUBIM**TIPO DE DANO:** Destruição de casas da aldeia

DESCRIÇÃO: Soldados do Exército chegaram apontando armas de fogo contra indígenas. Moradores foram expulsos e tiveram suas casas queimadas e roças destruídas. O caso está sendo investigado.

FONTE: *As vítimas, Pe. João Picart (Paróquia de Costa Marques) e Equipe Cimi - Guajará***TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ****POVO(S):** ARIKAPÚ, ARUÁ, DJEOROMITXI, JABUTI, KANOÉ, KUJUBIM, MAKURAP, MASSAKÁ, WAYURÚ**TIPO DE DANO:** Apreensão de patrimônio indígena

DESCRIÇÃO: O acusado, que é boliviano, compra castanha das comunidades fluviais e vende alimentos, bebida, motor, espingardas, etc. a preços elevados, o que causa o endividamento dos indígenas. Há comunidades que estão abatendo árvores para pagar a dívida. Segundo o cacique, um indígena da aldeia contraiu uma dívida com o acusado e este, em revanche, apreendeu o barco que pertence à comunidade e ainda ameaçou o indígena para que não fosse pegar de volta.

FONTE: *Cimi Regional Rondônia; Saturnino Jaboti (cacique); Comunidade***TERRA INDÍGENA: RIO BRANCO****POVO(S):** ARIKAPÚ, ARUÁ, DJEOROMITXI, KAMPÉ, KANOÉ, MAKURAP, SABANÊ, WAYURÚ**TIPO DE DANO:** Construção de hidrelétrica (PCH)

DESCRIÇÃO: Já estão em operação 5 PCH,s no Rio Branco, município de Alta Floresta. A nova PCH que está sendo

construída na cabeceira do rio Branco, aproximadamente a 10 km. de Alta Floresta, vai atingir diretamente e com maior violência, os 10 povos indígenas que sobrevivem desse rio. As principais consequências que esses povos já enfrentam são a dificuldade no transporte pela baixa do rio, a diminuição na reprodução de peixes e quelônios, principal fonte de alimentação, e maior incidência de casos de malárias.

FONTE: Cimi Regional/RO - Equipe Rio Branco e Kwazá

POVO(S): MIQUELENO

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: O povo Miqueleno tem o território tradicional invadido por fazendeiros e pequenos colonos assentados pelo In-cra. Vivem em constantes conflitos por conta de ameaças dos fazendeiros e cooptações das lideranças.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

TERRA INDÍGENA: PUROBORÁ

POVO(S): PURUBORA

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: O território do povo Puruborá está com a mata muito destruída, e ameaçado com o projeto de asfaltamento da BR-429 que corta o seu território tradicional. Esta BR passa no limite da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau causando impacto ambiental.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

POVO(S): WAYURÚ

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: O território tradicional do povo Wayurú, está ocupado

por grandes fazendeiros, sendo que aproximadamente 80% das terras estão com o governador de Rondônia Ivo Cassol.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

RR – 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): YANOMAMI

TIPO DE DANO: Garimpo

DESCRIÇÃO: A ação ilegal de garimpeiros no rio Catrimani, perto da comunidade, está poluindo a água utilizada pelos indígenas. Como consequência, quase não há peixes, eles estão passando fome, não podem beber água e nem tomar banho. Sua sobrevivência está ameaçada. Os garimpeiros foram retirados em 2003, mas muitos voltaram e construíram outras pistas de pouso clandestinas. O posto da Funai está desativado desde 2006.

FONTE: Hutukara Associação Yanomami, 14/08/2008

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): YANOMAMI

TIPO DE DANO: Garimpo

DESCRIÇÃO: Os indígenas denunciam a presença de garimpeiros perto da maloca do Papiu. Segundo eles, os invasores mataram um servidor da Funai há algum tempo. Os indígenas estão revoltados com a presença dos garimpeiros cujo número tem aumentado muito e pedem sua retirada urgente.

FONTE: Hutukara Associação Yanomami, 03/09/2008

RS – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: VOTOURO

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO: Construção ilegal de barragem

DESCRIÇÃO: Barragem projetada para alagar a área indígena que está em estudos demarcatórios. Tanto a Funai, como a construtora, não consultaram a comunidade. O processo está no Ministério Público Federal.

FONTE: Comunidade Indígena e Cimi - Equipe Iraí

SC – 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PIRAI

POVO(S): GUARANI

TIPO DE DANO: Descumprimento de prazos para demarcação

DESCRIÇÃO: Em outubro de 2004, as lideranças Guarani/SC, reunidas na terra indígenal Pindoty, enviaram uma carta ao presidente da Funai cobrando a criação de GTs para as terras que estavam sem providências. A Funai, em 2007, solicitou a antropólogos que elaborassem o plano operacional para a imediata criação de GT para identificação das terras. O plano foi enviado em março de 2008 mas até o momento não foi criado. Enquanto o GT não for criado a comunidade sofre com a impossibilidade de utilizar o total da área que lhe é de direito; além disso, os moradores das redondezas não respeitam limites da terra e colocam gado que, por várias vezes, come toda a plantação da comunidade.

FONTE: Cimi Sul, equipe Florianópolis

Foto: Cimi MA



Ações do Ibama e da PF não tem conseguido coibir retirada de madeira ilegal das terras indígenas

TERRA INDÍGENA: MORRO DOS CAVALOS

POVO(S): GUARANI

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Índios e equipe do Cimi fizeram registro fotográfico de desmatamento dentro da terra indígena, às margens da BR-101. O Ministério Público foi acionado e enviou equipe ao local. Segundo a procuradora Dra. AnaLúcia Hartmann, a empresa tinha autorização da Fundação de Amparo ao Meio Ambiente - FATMA, que por sua vez alegou que o desmatamento era fora da terra indígena.

FONTE: Cimi - Equipe Florianópolis

TO – 3 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ARAGUAIA

POVO(S): KARAJÁ

TIPO DE DANO: Pesca ilegal

DESCRIÇÃO: Os invasores pousaram um avião, num aeroporto clandestino, próximo da aldeia para pescar na região. O cacique Sauré Karajá informou que prendeu as pessoas pois estavam pescando numa área da ilha sem autorização dos indígenas.

FONTE: *Jornal do Tocantins*, 30/07/2008

TERRA INDÍGENA: INÃWÉBOHONA

POVO(S): JAVAÉ

TIPO DE DANO: Pesca ilegal

DESCRIÇÃO: Entrada ilegal de caravanas de pescadores na Ilha do Bananal, com acesso pela aldeia Boto Velho. Essa ação fere cláusula do TAC -Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, por intermédio do Ibama, da Funai e as comunidades indígenas. O TAC estabelece obrigações para o uso sustentável dos recursos pesqueiros da ilha pelos índios, enquanto não se conclui o Acordo de Pesca para que as comunidades possam exercer a pesca como atividade comercial e, assim, ter uma alternativa de renda.

FONTE: *Jornal do Tocantins*, 21/10/2008

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

POVO(S): APINAYÉ

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Uma equipe montada por lideranças indígenas, Ibama e Funai fazendo vistoria na área surpreendeu o acusado tirando madeira da terra indígena.

FONTE: *Edivado Apinajé (agente de saúde); Cimi Regional GO/TO*

Foto: Karine Teixeira/Arquivo Cimi



No rio Javaé (TO), fazendeiros desviam água para irrigação e há pescadores ilegais

Omissão e morosidade na regularização de terras

Ano de 2008

Há registro de 37 casos de omissão e morosidade na regularização de terras indígenas em 2008. Como nos anos anteriores, observa-se por parte das autoridades, especificamente da Funai, o não atendimento às demandas das comunidades indígenas e a morosidade ou paralisação nas etapas do processo de demarcação de terras.

Vale ressaltar que a Constituição de 1988 estipulou um prazo de 5 anos para reconhecer e regularizar todas as terras indígenas, afirmando que isto é uma obrigação da União para com os povos indígenas.

Os atrasos colocam as comunidades em estado de apreensão, insegurança e inquietação. É negado a elas o direito de morar, plantar e caçar nos seus territórios. Sem alternativas, são levadas à pobreza, fome, trabalhos degradantes, dependência e marginalização.

Além disto, sem a definição de seus direitos sobre as terras, estes povos ficam vulneráveis frente à pressão, intimidação e violência de proprietários privados, empresas, invasores, políticos, enfim, todas as forças que se opõem à presença dos indígenas nas terras que são historicamente desses povos. Essa realidade é verificada no caso de 6 povos indígenas em Rondônia, que vivem em constante conflito e ameaçados pelos interessados em suas terras. Do mesmo modo, vivem os Pataxó, na Bahia. Além disso, terras reivindicadas – ou ainda terras já registradas – continuam vulneráveis a invasões, ocupações, explorações dos recursos naturais e desmatamento. Como exemplo, há as terras reivindicadas pelos Nambikwara-Mamaide. Enquanto o processo demora a se concretizar, outros grupos, não-indígenas, aproveitam para ocupar esta região.

De fato, em todo o país, quando uma terra está sendo reivindicada como terra tradicional indígena, observa-se um aumento na cobiça destas terras, aumentando a exploração, o desmatamento e a grilagem.

Este relatório não apresenta todos os casos de atrasos, mas fornece um quadro significativo da morosidade dos órgãos envolvidos no processo de demarcação.

A regularização é um procedimento administrativo complexo, de várias etapas, inclusive com prazos

determinados – tudo definido no Decreto nº 1.775/96. No entanto, todos esses prazos são desconsiderados pelos órgãos responsáveis.

A Funai não atende às demandas de todos os povos, alegando falta de recursos. Em muitos casos, depois da constituição do Grupo Técnico (GT), há demora para se iniciar a pesquisa antropológica e o levantamento fundiário. Casos exemplares desta situação ocorrem nos três estados da região sul e no Mato Grosso do Sul, onde a resistência a qualquer regularização de terra indígena é veemente. No Mato Grosso do Sul, formou-se uma aliança poderosa de entidades agrícolas, políticos e governo estadual que conseguiu suspender o trabalho dos grupos técnicos para 26 áreas e abrir negociações sobre as condições deste processo.

Quando o trabalho dos GTs é concluído, segundo muitas denúncias, a Funai demora a publicar o relatório antropológico de identificação e delimitação. Em seguida, a Funai ultrapassa o prazo para a entrega do processo ao Ministro da Justiça, e este, por sua vez, costuma ultrapassar o prazo de 30 dias para declarar os limites, a chamada Portaria Declaratória.

Uma vez publicada esta Portaria, deveria começar o processo de indenização dos não-indígenas na terra declarada e a demarcação física. Este processo, geralmente, se estende por muito tempo. Deve-se considerar que este trabalho de delimitação física em nada impede a homologação da terra pelo presidente da República. Porém, esse último passo costuma demorar. Em 2008, só uma terra indígena foi homologada, enquanto 57 terras já declaradas aguardam apenas homologação.

É difícil avaliar o quanto as demoras são motivadas por falta de recursos, como a Funai costuma alegar, por negligência, ou mesmo resistência dentro da Funai, do Ministério de Justiça e da Presidência da República. Também é difícil verificar em que medida os atrasos são resultado da grande pressão de grupos econômicos e políticas à qual estes órgãos executivos acabam cedendo.

Observa-se que aqueles que se opõem à demarcação das terras indígenas organizam-se cada vez melhor, formando alianças, tentando influenciar a opinião pública e o poder público, com manifesta-

ções, acusações, campanhas na mídia, afirmações incompletas e incorretas, criando um clima desfavorável, preconceituoso e hostil aos indígenas. Em 2008, esse *lobby* crescente se destacou no Mato Grosso do Sul, em Santa Catarina e ao longo de todo o processo do julgamento da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol no Supremo Tribunal Federal (STF).

Chama atenção a situação nos estados do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As comunidades Guarani e Kaingang sofrem por causa da protelação por parte da Funai. Apesar de repetidas promessas nos últimos anos de se iniciar ou dar conti-

nuação aos processos de regularização, o órgão oficial não cumpriu nenhuma delas, resultando em 23 casos de omissão. Essa omissão é complementada pela atitude das autoridades locais que não reconhecem os direitos das comunidades indígenas e negam assistência e projetos sociais.

Dessa forma, sem terra própria ou suficiente, as comunidades continuam vivendo em situações de extrema miséria. Algumas estão à beira de estradas, enfrentando problemas de saúde, desnutrição, alcoolismo e exploração juvenil e infantil, além de ameaças e preconceito. Há grupos que têm vivido 20, 30 e até 40 anos à beira de estradas.

OMISSÃO E MOROSIDADE NA REGULARIZAÇÃO DE TERRAS

Dados -2008

Total de casos: 37

AL – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: KALANKÓ

POVO(S): KALANKÓ

DESCRIÇÃO: Os Kalankó fizeram uma retomada de terra, sofreram ameaças de serem despejados das terras que ocuparam e sofrem muitas perseguições pelos fazendeiros, e, até agora, não há nenhuma providência tomada por parte das autoridades.

FONTE: *Cimi Regional Nordeste*

BA – 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

POVO(S): TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

DESCRIÇÃO: A tensão começou quando a Polícia Federal iniciou a reintegração de posse em uma das áreas onde vivem os índios Tupinambá. Em janeiro/2008, o TRF suspendeu, por 180 dias, a decisão de retirada dos índios. Nesse período a Funai deveria finalizar o relatório de identificação das terras. O relatório foi finalizado, mas a Funai pediu informações complementares ao Grupo Técnico. O prazo expirou e a Justiça Federal determinou que PF cumprisse os mandados de reintegração de posse. Três indígenas que questionaram a ação da polícia foram feridos com bala de borracha. A ação deixou muitas outras pessoas feridas e destruiu casas e utensílios dos indígenas.

FONTE: *Informe 839/Cimi - Boletim Mundo - 23/10/08*

TERRA INDÍGENA: PATAXÓ

POVO(S): PATAXÓ

DESCRIÇÃO: A luta pela retomada da terra já vem de longa data. Os índios afirmam que não sairão da terra e que não estão invadindo porque a área pertence a seus antepassados e a retomada representa o cumprimento de um direito constitucional. As famílias foram expulsas na década de 1970 pela antiga empresa de exploração madeireira Brasil-Holanda e a área que faz parte do território tradicional desse povo, está em de estudos para demarcação.

FONTE: *A Tarde, 19/07/2008*

GO – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: CARRETÃO I

POVO(S): TAPUIA

DESCRIÇÃO: Na revisão da demarcação das terras indígenas Carretão I e II, os três cemitérios antigos da comunidade ficaram fora dos limites da terra. Há anos o povo reivindica a inclusão dos cemitérios, pois para enterrar os seus mortos os indígenas são obrigados a pedir permissão ao fazendeiro para entrar no local.

FONTE: *Comunidade indígena; Cimi Regional GO/TO*

MT – 7 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: CABIXI

POVO(S): NAMBIKWARA-MAMAIDE

DESCRIÇÃO: A morosidade na identificação, homologação e demarcação da terra indígena Cabixi, reivindicada pelo subgrupo Nambikwara Mamaindê, propicia a ocupação da terra por grandes fazendas, exploração de madeira e projetos de colonização.

FONTE: *Equipe Cimi/MT, 04/11/2008; Jornal O Diário/MT, 4/11/2008*

TERRA INDÍGENA: BATELÃO

POVO(S): KAYABÍ

DESCRIÇÃO: O povo Kayabi foi retirado de seu território no ano de 1966. Naquele ano um grupo foi levado para o Parque Indígena do Xingu e um outro grupo se instalou onde hoje é a aldeia Tatuí, na terra compartilhada com outras duas etnias: Apiaká e Munduruku. Embora o passar dos anos, os Kayabi nunca esqueceram seu território tradicional do Batelão e o reivindicam. Apesar de estar identificada, a demarcação da terra foi suspensa em 2004, por liminar concedida aos fazendeiros e madeireiros que continuam explorando a terra indígena. A mesma liminar impedia os indígenas de entrar em sua terra. Também os fazendeiros seriam impedidos, mas estes continuam desrespeitando a liminar e colocam pistoleiros para impedir os indígenas de entrar. Através de audiências com o Ministério Público Federal os indígenas vêm buscando dar os encaminha-

Foto: Gilberto Vieira/Arquivo Cimi



Invasores da terra Batelão, do povo Kayabi, desmatam e depredam os territórios acabando com os recursos naturais existentes

mentos necessários na busca de solucionar os impasses para a demarcação definitiva do Batelão. A luta do povo Kayabi pela terra do Batelão já causou o desaparecimento, em 2003, de uma importante liderança, Yewut Kayabi, sobre o qual não se descobriu nenhuma informação.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: PONTAL

POVO(S): APIAKÁ

DESCRIÇÃO: Os Apiaká continuam em luta pela recuperação de suas terras tradicionais. Na região do Pontal, foram ouvidos em um acampamento de caça, sinais dos Apiaká que vivem isolados. Hoje muitos Apiaká estão vivendo no Pontal, resistindo à pressão de invasores. A Funai realizou apenas os primeiros levantamentos.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: PORTAL DO ENCANTADO

POVO(S): CHIQUITANO

DESCRIÇÃO: O povo Chiquitano reivindica a demarcação e a posse de seu território tradicional. A Funai identificou apenas uma parte da terra e paralisou o processo de demarcação. Diante da morosidade da Funai, os fazendeiros da região, políticos do Estado e representantes dos ruralistas, vêm agindo no sentido de impedir a demarcação em favor dos indígenas, inclusive pressionando e cooptando alguns indígenas. Alguns políticos vão para a mídia defender seus argumentos dizendo que os Chiquitano não são indígenas, mas que são bolivianos.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: TEREZA CRISTINA

POVO(S): BORORO

DESCRIÇÃO: No âmbito da Funai, enquanto órgão responsável do governo federal, o processo de demarcação da área total reivindicada pelo povo Bororo, ou seja, incorporar quase 30% demarcados pelo Marechal Cândido Rondon que ficaram fora da demarcação posterior, continuou praticamente parado em 2008.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: MENKU

POVO(S): MYKY

DESCRIÇÃO: No processo de demarcação do território do povo Myky uma parte importante foi deixada fora. Trata-se de áreas de castanhas e tucum, extremamente importantes para a alimentação e cultura do povo. A Funai já realizou a identificação dos lugares de antigas aldeias e lugares sagrados para o povo, contudo, o processo de ampliação tende a se arrastar por algum tempo ainda. Os Myky enfrentam ainda o risco de serem prejudicados pela construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que atingirão sua terra.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: KAWAHIVA DO RIO PARDO

POVO(S): KAWAHIVA

DESCRIÇÃO: Há indícios de pelo menos seis grupos indígenas isolados em Mato Grosso. Um deste grupos é o já identificado povo Kawahiva. A Funai publicou no Diário Oficial da União uma portaria que estabelece restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de “pessoas estranhas” em 411 mil hectares delimitados para a terra indígena Kawahiva do Rio Pardo. Contudo, a terra ainda não foi demarcada.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

PA – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: APYTEREWA

POVO(S): PARAKANÃ

DESCRIÇÃO: Há mais de 20 anos, mais de 1.200 famílias de fazendeiros e madeireiros invadiram e ocuparam a terra indígena. O território foi homologado por decreto presidencial em 19/04/2007. A presença dos indígenas vem sendo confirmada por antropólogos desde a década de 1970. Políticos e líderes dos invasores não aceitam a homologação e tentam anulá-la recorrendo a atos públicos e manifestações. A pressão dos fazendeiros e dos políticos locais já fez com que a terra indígena sofresse uma redução em sua área original, resultando no acirramento do conflito e no estímulo a novas invasões. Grupos de posseiros, incentivados por interesses econômicos e políticos, entram na área de forma organizada para a extração ilegal de ouro e de madeira.

FONTE: *O Liberal/PA, 22/05/2008; Cimi Norte II*

PR – 3 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: AVA-GUARANI DE OCOI

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Cerca de 600 índios estão numa área de 230 hectares. Reivindicam há anos o estudo antropológico para identificação de uma nova área ou revisão de limites da atual.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Paraná*

TERRA INDÍGENA: BOA VISTA

POVO(S): KAINGANG

DESCRIÇÃO: Embora a Portaria Declaratória tenha sido assinada em 19 de abril de 2007, o levantamento fundiário e a demarcação da área ainda não foram concluídos. Ao todo são 10 famílias acampadas em menos de dois hectares de sua terra tradicional.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Paraná*

TERRA INDÍGENA: KA' AGUY GUAXY PALMITAL

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: A comunidade reivindica a criação de um GT, desde 2006. Em novembro de 2007, a Justiça Federal de União da Vitória concedeu prazo de seis meses para a Funai apresentar o laudo antropológico de identificação da terra. Como o prazo não foi cumprido pela Funai, a Justiça Federal, em agosto de 2008, determinou a reintegração de posse contra os Guarani.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Paraná*

RS – 15 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: MATO PRETO

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Comunidade Guarani composta por 9 famílias está acampada às margens da linha férrea da América Logística, entre os municípios de Erechim e Erebangó. Já estão nessa situação há cinco anos. A Funai havia prometido publicar o relatório antropológico até o final do mês de junho de 2008, porém não o fez. O MPF tentou um acordo entre o Estado e o Incra para realizar parte do desintru-

samento, mas não obteve êxito. O não cumprimento dos prazos deixou a comunidade sem terra e vivendo em condições precárias, os índios são vítimas de desnutrição, alcoolismo e doenças.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Iraí*

TERRA INDÍGENA: LAJEADO DO BUGRE

POVO(S): KAINGANG

DESCRIÇÃO: Terra indígena demarcada com 279 hectares. Destes, 80 é mata, 10 está ocupada por um aeroporto desativado e o restante é terreno acidentado com muita pedra e terra degradada. Os índios reivindicam ampliação da terra. Em reunião entre os indígenas e a Coordenadoria Geral de Identificação e Delimitação (CGID), a Funai anunciou criação de GT para estudos até 15 de setembro. Com o descumprimento do prazo, a comunidade continua com espaço reduzido e com dificuldades para a auto-sustentação.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Iraí*

TERRA INDÍGENA: KAINGANG DE IRAÍ

POVO(S): KAINGANG

DESCRIÇÃO: Terra indígena demarcada com 279 ha. Destes, 80 é mata, 10 está ocupada por um aeroporto desativado e o restante é terreno acidentado com muita pedra e terra degradada. Os índios reivindicam ampliação da terra. Em reunião com a CGID, a Funai anunciou criação de GT para estudos até 15 de setembro. Com o descumprimento do prazo, a comunidade continua com espaço reduzido e com dificuldades para a auto-sustentação.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Iraí*

TERRA INDÍGENA: PASSO GRANDE DA FORQUILHA

POVO(S): KAINGANG

DESCRIÇÃO: Há dois anos os índios esperam pelas promessas da Funai para a criação de um GT. No início de 2008, em reunião com a comunidade e o Ministério Público Federal, a Fundação deu um prazo até final de setembro de 2008, para resolver a questão, o que não ocorreu. A comunidade está acampada às margens da rodovia há mais de 30 anos. Em consequência, sofre com problemas de saúde, alcoolismo e desnutrição.

FONTE: *Relatório/2008- Cimi Equipe de Porto Alegre - Discurso de Maurício Guarani*

TERRA INDÍGENA: IRAPUÁ

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Em 1997, a Funai fez o levantamento prévio da área, prometendo solução para 2006/2007. Em reunião com a comunidade e Ministério Público Federal, esta Fundação, mais uma vez, prometeu resolver a questão. Os índios estão acampados às margens da BR-290. São 15 famílias vivendo em condições precárias de saúde, afetadas pelo alcoolismo e desnutrição. A TI está ocupada por fazendeiros.

FONTE: *Relatório/2008 - Cimi Equipe Porto Alegre - Discurso de Maurício Guarani*

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ITAPUA

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: A área onde estão os Guarani é de 23 hectares cedida pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, localizada perto do Parque Estadual de Itapuá, terra de

ocupação tradicional desse povo. A comunidade, composta por 10 famílias, vive em condições precárias em área reduzida, fora de sua terra tradicional, sem recursos naturais para sua subsistência. Os índios sofrem com desnutrição, doenças, bebida alcoólica e exploração de crianças e adolescentes. A portaria da terra indígena foi publicada em 31 de agosto de 2008, mas não há previsão de liberação de recursos para iniciar os trabalhos de campo. A Funai se comprometeu a liberar os recursos para os trabalhos de campo até o final de setembro de 2008, o que não ocorreu.

FONTE: Relatório/2008 da Equipe de Porto Alegre; Discurso de Maurício Guarani

TERRA INDÍGENA: MORRO DO OSSO

POVO(S): KAINGANG

DESCRIÇÃO: Os Kaingang ocuparam o Parque Natural Morro do Osso, em 2004. Quando os índios fizeram a ocupação, grande parte da área já estava destinada para a construção de condomínios de luxo. Existem estudos de pesquisadores da UFRS que comprovam historicamente que os índios habitaram essa região. Prova disso, são os antigos sítios arqueológicos e os cemitérios indígenas. Em 2006, o TRF assegurou aos índios o direito de permanecerem na área até que a Funai procedesse os estudos antropológicos. Desde então a Funai vem prometendo a criação do GT, estendendo o prazo até setembro/2008, prazo este que não foi cumprido. Em consequência, a comunidade vem sofrendo preconceitos

e discriminações por parte da elite que vive no entorno do Morro do Osso.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: CAPIVARI

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Há dois anos os índios esperam pelas promessas da Funai para a criação de um GT. No início de 2008, em reunião com a comunidade e o Ministério Público Federal, a Fundação prometeu um prazo até final de setembro de 2008, para resolver a questão. Os índios estão acampados em um local pantanoso e próximo de uma rodovia, expostos a problemas de alcoolismo, doenças e desnutrição.

FONTE: Relatório/2008 Equipe Cimi Porto Alegre; Discurso de Maurício Guarani

TERRA INDÍGENA: ESTIVA

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Desde 2006, os índios esperam pelas promessas da Funai para a criação de GT. No início deste ano, em reunião com a comunidade e o Ministério Público Federal, a Fundação deu um prazo até final de setembro de 2008, para resolver a questão. A área está de posse da Prefeitura de Viamão. São 16 famílias vivendo em condições precárias de saúde, vítimas de alcoolismo, desnutrição e exploração de adolescentes e crianças.

FONTE: Relatório/2008 - Cimi Equipe Porto Alegre; Discurso de Maurício Guarani



Foto: Equipe Cimi/Inai (RS)

Índigenas acampados na beira da estrada aguardam a demarcação de suas terras

TERRA INDÍGENA: PASSO GRANDE**POVO(S):** GUARANI

DESCRIÇÃO: Há dois anos os índios esperam pelas promessas da Funai para a criação de um GT. No início deste ano, em reunião com a comunidade e o Ministério Público Federal, a Fundação deu um prazo até final de setembro de 2008. Os índios estão acampados às margens de rodovia há mais de 40 anos, expostos a problemas de alcoolismo, doenças e desnutrição.

FONTE: Relatório/2008 - Cimi Equipe de Porto Alegre - Discurso de Maurício Guarani

TERRA INDÍGENA: CANTAGALO**POVO(S):** GUARANI

DESCRIÇÃO: Apesar de demarcada e homologada, a terra ainda não é de usufruto Guarani. A Funai não realizou o pagamento das indenizações dos ocupantes. Por causa desta situação, os índios enfrentam problemas de saúde, desnutrição e alcoolismo, vivem acampados, sem terra.

FONTE: Relatório/2008 - Cimi Equipe de Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: LAMI**POVO(S):** GUARANI

DESCRIÇÃO: A Funai prometeu a criação do GT para identificação da área, até setembro de 2008. Os índios, num total de cinco famílias, estão acampados na beira da estrada, perto de Porto Alegre, aguardando providências. Vivem em condições precárias de saúde, submetidos a desnutrição, alcoolismo e exploração de adolescentes e crianças.

FONTE: Relatório/2008 - Cimi Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: ACAMPAMENTO XINGU**POVO(S):** KAINGANG

DESCRIÇÃO: A comunidade está acampada embaixo de lona, às margens da estrada. Os indígenas reivindicam demarcação de terra. Em reunião com a CGID, a Funai anunciou a criação de GT para identificação e delimitação, até 15

de setembro. Com o não cumprimento do prazo a comunidade continua em situação desumana.

FONTE: Cimi Sul - equipe Iraí

TERRA INDÍGENA: MATO CASTELHANO**POVO(S):** KAINGANG

DESCRIÇÃO: A comunidade, composta por 40 famílias, com aproximadamente 60 crianças, está acampada embaixo de lona, às margens da BR-285, que liga Passo Fundo a Vacaria. Estão reivindicando a demarcação da terra. Em reunião com a CGID, a Funai anunciou a criação de GT para identificação e delimitação, até 15 de setembro. Com o não cumprimento do prazo, a comunidade Kaingang continua em situação desumana.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Iraí

TERRA INDÍGENA: CACIQUE DOBLE**POVO(S):** KAINGANG

DESCRIÇÃO: A terra indígena está demarcada com 4426 ha e ocupada por aproximadamente 1200 pessoas. A comunidade reivindica ampliação da terra. Em reunião com CGID, a Funai anunciou criação de GT para os estudos, até setembro/2008. Com o descumprimento do prazo a comunidade continua com espaço reduzido e com dificuldades para a auto-sustentação.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Iraí

RO – 1 Caso(s)**POVO(S):** CASSUPÁ, KUJUBIM, MIQUELENO, PURUBORA, SALAMÃI, WAYURÚ

DESCRIÇÃO: Seis povos exigem a demarcação de seus territórios tradicionais, somente para o povo Purubora, foi feito o estudo pré-liminar, cujo relatório está pronto, mas a comunidade ainda não teve acesso. Os povos vivem em constante conflito e ameaça por parte dos fazendeiros e outros ocupantes de suas terras, que geram divisões internas, cooptação de lideranças, o que enfraquece a luta



Cerca de 40 famílias Kaingang, com 60 crianças, estão acampadas às margens da BR-285 (RS)

do povo. A demora do estudo e demarcação contribui para os desmatamentos da pouca floresta que ainda resta das áreas reivindicadas.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

SC – 5 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: MORRO ALTO

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Os Guarani ocuparam essa terra em agosto de 2003 e desde essa época a comunidade vem cobrando da Funai a demarcação. Em outubro de 2004, as lideranças reunidas na terra indígena Pindoty enviaram uma carta ao presidente da Funai cobrando a criação de GTs para as terras que estavam sem providência. Nesse mesmo ano o MPF entrou com uma ação contra a Funai solicitando a regularização das terras Guarani do litoral norte de Santa Catarina. A Funai, a partir de uma reunião em setembro de 2007 se propôs dar solução e solicitou a antropólogos que elaborassem o plano operacional para a criação do GT para identificação das terras ainda sem providências. O plano foi enviado em março de 2008, mas até o final de 2008 o GT não foi criado. Como consequência dessa situação a comunidade vive insegura, pois não pode aumentar suas roças. Além disso uma boa parte da terra é protegida por ser nascente de rios e precisa manter a vegetação. Como a terra não está regularizada, os órgãos públicos alegam que não é possível desenvolver projetos para assistência aos índios.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Florianópolis, 09/2008

TERRA INDÍGENA: TARUMÃ

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Em outubro de 2004, as lideranças Guarani de Santa Catarina reunidas na terra indígena Pindoty enviaram uma carta ao presidente da Funai cobrando a criação de GTs para as terras indígenas Guarani que estavam sem providência. Em 2007, a Funai se propôs a solucionar o problema. Solicitou a antropólogos que elaborassem o plano operacional para a imediata criação de GT para identificação das terras. O plano foi enviado à Funai em março, mas até o final de 2008 não foi criado. Como consequência, a comunidade vive insegura, pois não pode aumentar suas roças por viverem cercados de propriedades particulares. Além disso não consegue acessar recursos públicos e projetos de assistência porque os órgãos públicos insistem na tese de que não é possível desenvolver projetos porque a terra não está regularizada.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Florianópolis, 09/2008

TERRA INDÍGENA: MASSIAMBU

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Em outubro de 2004, as lideranças Guarani de Santa Catarina, reunidas na terra indígena Pindoty, enviaram uma carta ao presidente da Funai cobrando a criação de GTs para as terras Guarani que estavam sem providências. A Funai, em 2007, se propôs a solucionar o problema e solicitou a antropólogos que elaborassem o plano operacional para a imediata criação de GT para identificação das terras sem providências. O plano foi encaminhado em março de 2008 mas o GT não foi criado. Como consequência, a comunidade vive insegura, não pode fazer suas roças pois os índios vivem em apenas 4,6

ha., cercados de propriedades particulares. Eles também sofrem ameaças quando passam por dentro das propriedades para buscar lenha e material para artesanato. As ameaças atingem também as crianças impedindo que vão até os rios para pescar ou tomar banho. Além disso a comunidade não consegue acessar recursos públicos e projetos de assistência porque os órgãos públicos insistem na tese de que a terra não estando regularizada não é possível desenvolver projetos.

FONTE: Cimi Sul, Equipe Florianópolis

TERRA INDÍGENA: CAMBIRELA

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Em outubro de 2004 as lideranças Guarani de Santa Catarina, reunidas na terra indígena Pindoty, enviaram uma carta ao presidente da Funai cobrando a criação de GTs para as terras Guarani que estavam sem providências. A Funai, em 2007, se propôs a solucionar o problema e solicitou a antropólogos que elaborassem o plano operacional para a imediata criação de GT para identificação dessas terras. O plano operacional foi enviado em março/2008, mas até o final de 2008 o GT não foi criado. Como consequência, a comunidade vive insegura pois sempre há pessoas que se dizem proprietárias e os ameaçam de despejo. Eles não têm espaço para suas roças, pois ocupam cerca de um ha. cercado de propriedades particulares, nas margens da rodovia BR 101. A comunidade não consegue acessar recursos públicos e projetos de assistência porque os órgãos públicos insistem na tese de que a terra não estando regularizada não é possível desenvolver projetos.

FONTE: Cimi Sul, equipe Florianópolis

TERRA INDÍGENA: PIRAI

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Em outubro de 2004, as lideranças Guarani de Santa Catarina, reunidas na terra indígena Pindoty, enviaram uma carta ao presidente da Funai cobrando a criação de GTs para as terras que estavam sem providências. A Funai, em 2007, solicitou a antropólogos que elaborassem o plano operacional para a imediata criação de GT para identificação das terras. O plano foi enviado em março de 2008 mas até o momento não foi criado. Enquanto o GT não for criado a comunidade sofre com a impossibilidade de utilizar o total da área que lhe é de direito; além disso, os moradores das redondezas não respeitam limites da terra e colocam gado que, por várias vezes, comeu toda a plantação da comunidade.

FONTE: Cimi Sul, equipe Florianópolis

TO – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: KARAJÁ DE ARUANÃ I

POVO(S): KARAJÁ

DESCRIÇÃO: O processo administrativo de desintrusão das mansões de veraneio do município de Aruanã e inclusão do antigo cemitério à terra do povo Karajá encontra-se parado. A população vem sofrendo um processo intenso de violência, pois moram praticamente dentro da cidade, cercados por avenidas e expostos ao alcoolismo, drogas e prostituição, além do chamado ecoturismo nas temporadas de praias.

FONTE: Comunidade indígena; Cimi Regional GO/TO



Capítulo II

Violência contra a pessoa

Assassinato.....	59
Tentativa de assassinato	69
Homicídio culposo.....	75
Ameaça de morte.....	77
Ameaças várias	81
Lesão Corporal Dolosa.....	83
Abuso de poder	85
Racismo e discriminação étnico-cultural	89
Violência sexual.....	93
Apropriação indébita – retenções de cartões bancários	95



Em 2008, novamente, o maior índice de assassinatos entre indígenas (42 casos) é registrado entre povo Guarani Kaiowá (MS)

Assassinato

Ano de 2008

No ano de 2008 foram registrados 60 assassinatos de indígenas. A grande maioria (42) no estado de Mato Grosso do Sul, sendo todas as vítimas do povo Guarani Kaiowá. Estes dados confirmam a continuidade da violenta realidade registrada nos anos anteriores.

Constam 4 assassinatos em Minas Gerais, 3 no Maranhão, 2 em Alagoas, 2 em Pernambuco, 2 em Tocantins.

Estado	Povo	Número de assassinatos
Mato Grosso do Sul	Guarani Kaiowá	42
Minas Gerais	Xakriaba, Maxakali	4
Maranhão	Guajajara	3
Pernambuco	Pankararu, Truká	2
Alagoas	Wassu Cocal e Xukuru-Kariri	2
Tocantins	Karajá, Javaé	2
Amapá	Karipuna	1
Amazonas	Saterê-Mawê	1
Distrito Federal	Xavante	1
Pará	Munduruku	1
Roraima	Makuxi	1
Total		60

Em comparação com o ano de 2007, em que foram registradas 92 vítimas, o número de assassinatos diminuiu 35%. No entanto, analisando o período entre 2003 e 2008, observa-se que o número de assassinatos de indígenas continua elevado. Até 2005, a média anual era de 41 assassinatos no país inteiro. Esta situação, já grave, piorou depois 2005, com 58 vítimas em 2006, 92 em 2007 e 60 em 2008, o que constitui uma média anual de 70 assassinatos.

Das vítimas de assassinato em 2008, 46 eram homens ou meninos, 11 vítimas eram mulheres ou meninas, e em 3 casos não se divulgou o gênero das vítimas. Em 3 casos, as vítimas foram estupradas antes de serem assassinadas.

Dentre os assassinatos registrados em 2008, 39 foram – ou há suspeita de que tenham sido – praticados por indígenas; 6, por não-indígenas e em 14 casos a autoria é desconhecida. Em um caso, um assassinato ocorrido depois de um estupro, os executores eram indígenas e não-indígenas.

Dos assassinatos, 13 foram resultado de brigas envolvendo pessoas que estavam alcoolizadas. Em 12 casos, os assassinos foram familiares da vítima, como esposo, esposa, sogro e sobrinho. Houve inclusive uma briga entre dois irmãos, que resultou na morte de um deles. Vingança foi o motivo do assassinato em 8 casos.

Nos assassinatos predomina o uso de armas brancas, em 32 casos, usadas, geralmente, por indígenas. Houve 11 casos de espancamento, inclusive com uso de pedaços de madeira ou pedra. Usou-se uma arma de fogo em 7 casos (4 vezes por não-indígenas), houve 3 casos de asfixia ou enforcamento. Em 5 casos, o meio usado ficou desconhecido ou não divulgado.

Há uma estreita relação entre a falta de demarcação de terras e a violência que os povos indígenas enfrentam. A situação encontrada no Mato Grosso do Sul confirma esta regra.

Um caso chama atenção pela arma usada, entre outros elementos. É o assassinato de uma menina Xavante que sofria de problemas neurológicos e motores, na Casa de Assistência ao Índio (Casai) em Brasília. Ela morreu em função de uma parada cardíaca durante uma operação para salvá-la de uma hemorragia causada por uma empalação (inserção de um objeto pontiagudo em seu órgão genital). A investigação policial não identificou os autores do crime.

Chama atenção o motivo do assassinato de José Cícero Salistiano, do povo Xukuru-Kariri. Este crime, provavelmente, foi motivado por vingança e intimidação por parte de narcotraficantes que atuam dentro da terra indígena, pois o pai da vítima os denunciou à polícia. O assassinato do Truká Mozeni de Araujo de Sé, que era candidato a uma vaga de vereador, com muitas chances de ser eleito, está envolto por procedimentos estranhos, na medida em que somente um agressor foi preso, sendo 5 os envolvidos no crime.

Merece destaque também, o assassinato de um jovem Guarani Kaiowá por um policial. A polícia alega resistência da vítima, resultando num confronto.

Em Pernambuco, houve o ataque ao ônibus que transportava professores Pankaruru em viagem para o encontro anual de professores indígenas do estado. O ônibus foi alvejado e José Rogério de Souza recebeu um tiro que o matou.

Também chama atenção o assassinato da menina Guajajara, de seis anos, por motoqueiros encapuzados, que invadiram a aldeia, atiraram contra casas e atingiram a criança na cabeça. A situação dos Guajajara no Maranhão continua preocupante. Na região, a tensão motivada por conflitos de terra e pela intensa atuação ilegal de madeireiros nas terras indígenas continua grande. Há constantes ameaças, intimidações de indígenas, invasões de aldeias e tiros contra as casas dos Guajajara.

Mato Grosso do Sul

O contraste extremo entre o Mato Grosso do Sul e os demais estados do Brasil merece uma análise específica. Observa-se que o número de assassinatos tem crescido desde 2003, tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos.

Analisando os números, pode-se concluir que entre 2003 e 2005, o número de assassinatos no Mato Grosso do Sul cresceu, enquanto o registro de assassinatos nos demais estados do país decresceu. Em 2006, ficou constante. Já em 2007, quando o número de assassinatos no restante do país aumentou 30%, no Mato Grosso do Sul esse índice aumentou 89% - quase três vezes mais. Em 2008, quando o número de assassinatos no restante do país diminuiu 54 %, a diminuição no Mato Grosso do Sul foi de 21 %. Deduz-se daí que dos assassinatos de indígenas em 2008 no Brasil, 70% dos casos ocorreram no Mato Grosso do Sul. Percebe-se, portanto, que a realidade violenta das comunidades no Mato Grosso do Sul se intensificou nos últimos seis anos.

O que pode explicar esse crescimento durante esses anos e quais são os fatores que diferenciam Mato Grosso do Sul dos demais estados?

Nos relatórios anteriores, constata-se uma estreita relação entre a falta de terra e a violência ou, mais especificamente, entre a falta de demarcação de terras indígenas e violência. Mato Grosso do Sul não escapa a esta regra.

Observe-se que neste estado existem comunidades Guarani Kaiowá populosas, que vivem confinadas em pequenas parcelas de terra. Nos últimos anos, o confinamento tem se intensificado, por causa do avanço dos latifúndios agrícolas, sobretudo as plantações de soja e da cana-de-açúcar, o que acirra o conflito de terra. Há uma resistência muito grande, em todas as camadas da sociedade não-indígena, contra qualquer processo de regularização das terras Guarani Kaiowá. Essa resistência tende a crescer e se soma a um forte preconceito e racismo contra os indígenas. Além disso, as oportunidades de emprego diminuíram e, nos empregos restantes, sobretudo o corte de cana, as condições de trabalho e o salário pioraram. O quadro se completa por falhas e faltas nas áreas de educação, saúde e assistência social para os povos indígenas.

Em suma, os Guarani Kaiowá vivem confinados, numa situação de desemprego, pobreza, fome e falta de perspectivas, numa sociedade que os desrespeita,

Assassinatos no Brasil e no Mato Grosso do Sul

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total no Brasil	42	37	43	58	92	60
Número absoluto MS:	13	16	28	28	53	42
Número absoluto restante:	29	21	14	30	39	18
Número relativo MS (%):	31%	43%	65%	48%	58%	70%

rejeita e tenta coibir a conquista de seus direitos à terra. Essa situação provoca grandes tensões psicológicas e sociais nas comunidades e tem como uma das conseqüências o alto índice de consumo de álcool. Isto revela uma combinação violenta e muitas vezes fatal, como testemunham os altos números de assassinatos e tentativas de assassinato. O elevado número

de suicídios, que aumentou de 28 em 2007 para 34 em 2008, completa esse quadro desolador e extremamente violento.

Vale notar que, por causa deste aumento no número de suicídios, o número de mortes violentas (suicídios e assassinados) entre os Guarani Kaiowá continua elevado (76 casos).



Foto: Equipe Cimi/MA

Enterro de criança Guajajara, assassinada aos 6 anos, no Maranhão. Moradores de cidades vizinhas atiraram contra a aldeia

Assassinato

Dados - 2008

Total de casos: 60 – Vítimas: 60 (individuais)

AL – 2 Caso(s) – 2 Víti(m)a(s)

13/10/2008

VÍTIMA: José Cícero Salistiano

POVO: XUKURU-KARIRI

TERRA INDÍGENA: XUKURU-KARIRI

MUNICÍPIO: PALMEIRA DOS INDIOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Xukuru Kariri

DESCRIÇÃO: O índio foi morto com um tiro, próximo a uma fazenda na zona rural, distante da terra indígena. Os acusados são filhos do cacique Antônio Ricardo da Silva. O pai da vítima denunciou em um programa de rádio que dentro da área indígena existe um intenso tráfico de drogas.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Clipping da 6ª CCR do MPF, 15/10/2008

22/02/2008

VÍTIMA: A.C.A.S.

POVO: WASSU COCAL

TERRA INDÍGENA: WASSU COCAL

MUNICÍPIO: JOAQUIM GOMES

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Wassu Cocal

DESCRIÇÃO: Segundo o tio da vítima, o índio caminhava no acostamento da BR-101 junto com alguns colegas quando foi atingido por disparos de motoqueiros. A vítima foi assassinada por engano pois o alvo dos bandidos era o irmão do indígena. O menor ainda chegou a ser socorrido e levado até a Unidade de Emergência Armando Lages, mas não resistiu aos ferimentos.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Site alemtemporeal.com.br; Gazeta de Alagoas, 23/02/2008

AM – 1 Caso(s) – 1 Vítila(s)**28/09/2008****VÍTIMA:** Carlos Cesar Vieira do Nascimento**POVO:** SATERÉ-MAWE**TERRA INDÍGENA:** DESALDEADOS**MUNICÍPIO:** MANAUS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Manaus

DESCRIÇÃO: A vítima estava a caminho do trabalho quando viu o acusado em luta corporal com um morador identificado como Jean. Carlos César teria apartado a briga. Jean foi para casa e o acusado voltou para o lugar do crime procurando por ele. Não o encontrando atacou a vítima. Ele confessou o crime.

MEIO EMPREGADO: Arma branca**FONTE:** *A Crítica/AM, 07/10/2008***AP - 1 Caso(s) – 1 Vítila(s)****19/04/2008****VÍTIMA:** Rolian dos Santos Paixão**POVO:** KARIPUNA DO AMAPÁ**TERRA INDÍGENA:** KARIPUNA**MUNICÍPIO:** OIAPOQUE**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia do Manga

DESCRIÇÃO: A vítima e o acusado estavam embriagados e começaram a discutir. No auge da briga o acusado atingiu o indígena matando-o na hora.

MEIO EMPREGADO: Arma branca**FONTE:** *O Liberal/PA, 23/04/2008***DF – 1 Caso(s) – 1 Vítila(s)****25/06/2008****VÍTIMA:** J.P.T.X.**POVO:** XAVANTE**TERRA INDÍGENA:** CHÃO PRETO**MUNICÍPIO:** BRASÍLIA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Brasília

DESCRIÇÃO: A indígena que sofria de problemas neurológicos e motores estava hospedada na CASAI em Brasília. Viera da aldeia São Pedro, em Campinápolis, para tratamento de saúde no Hospital Sara Kubitschek. Foi agredida durante a madrugada, uma empalação (inserção de um objeto pontiagudo em seu órgão genital) e encaminhada ao Hospital onde veio a falecer por parada cardíorrespiratória durante a operação para salvá-la.

MEIO EMPREGADO: Empalação**FONTE:** *Agência Brasil, 26/06/08; Correio Braziliense, 04/07/08***MA – 3 Caso(s) – 3 Vítila(s)****05/05/2008****VÍTIMA:** Criança**POVO:** GUAJAJARA**TERRA INDÍGENA:** ARARIBÓIA**MUNICÍPIO:** ARAME**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Anajá

DESCRIÇÃO: Homens armados invadiram a aldeia. Chegaram

numa moto e começaram a atirar. Um dos tiros atingiu a criança que assistia televisão numa casa à margem da rodovia. A invasão de aldeias indígenas tem se tornado comum no Maranhão. Segundo os indígenas os autores seriam os mesmos que, no início de 2007, assassinaram Timóteo Guajajara. Desde então, eles estão ameaçando os indígenas e provocando um clima de terror na região. Com medo das ameaças, muitas famílias se mudaram para o interior da terra indígena. Dizem que não é mais possível viver com tranquilidade, pois nunca sabem de onde e nem quando virá o próximo ataque. Não tinham registrado boletim de ocorrência com medo de represálias e exigem a presença da Funai e da Polícia Federal na área.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo**FONTE:** *Cimi-Regional MA, 06/05/2008; Jornal Pequeno, 07/05/2008***16/03/2008****VÍTIMA:** Clóvis Guajajara**POVO:** GUAJAJARA**TERRA INDÍGENA:** ARARIBÓIA**MUNICÍPIO:** ARAME**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Crioli

DESCRIÇÃO: A vítima foi assassinada quando na companhia de seus parentes se encontrou com o grupo de Fagner Batista. Eles tinham uma rixa devido a aposta de jogo que um dos irmãos do indígena se recusara a pagar. Na região de Arame, há um racismo acirrado e histórico contra os indígenas.

MEIO EMPREGADO: Pedaco de madeira**FONTE:** *O Estado do Maranhão, 18/03/2008; Regional Cimi/MA***28/08/2008****VÍTIMA:** Poliana Lima de Souza Guajajara**POVO:** GUAJAJARA**TERRA INDÍGENA:** ARARIBÓIA**MUNICÍPIO:** GRAJAU**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Nova Lima

DESCRIÇÃO: A jovem saíra de um bar por volta das 23 horas. Foi morta a pedradas no quintal de sua casa. Segundo informações ela teria sido estuprada.

MEIO EMPREGADO: Pedra**FONTE:** *Equipe Regional MA***MG – 4 Caso(s) – 4 Vítila(s)****10/08/2008****VÍTIMA:** Edson Dourado Leite**POVO:** XAKRIABÁ**TERRA INDÍGENA:** XAKRIABA**MUNICÍPIO:** SÃO JOÃO DAS MISSÕES**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Riachão

DESCRIÇÃO: Assassinado quando estava numa Praça de Esportes ouvindo músicas da campanha política do candidato a prefeito a reeleição, José Nunes de Oliveira Xakriabá. Foi atingido violentamente com um golpe de faca, sem motivo aparente. A vítima era casada, deixou uma filha de 10 meses e a esposa estava grávida do segundo filho. O irmão da vítima que é uma liderança na comunidade Xakriabá, informou que o assassino seria cabo eleitoral do candidato da oposição.

MEIO EMPREGADO: Arma branca**FONTE:** *Informe da Equipe Xakriabá Cimi Leste - 11/08/2008*

23/07/2008

VÍTIMA: Arlindo Maxakali

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: SANTA HELENA DE MINAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Água Boa

DESCRIÇÃO: Um desentendimento entre membros da mesma família, teria sido a causa da tragédia. Arlindo foi assassinado pelo sogro, Geraldo Maxakali, com um tiro na cabeça. O motivo de desentendimento não foi esclarecido.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Nilson dos Santos(Equipe de Saúde-Bertópolis/MG,29/07/2008);Estado de Minas,30/7

27/09/2008

VÍTIMA: Davi Macedo Alves

POVO: XAKRIABÁ

TERRA INDÍGENA: XAKRIABA

MUNICÍPIO: MONTES CLAROS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Barra do Sumaré

DESCRIÇÃO: A vítima estava acompanhada de outro indígena que ficou gravemente ferido. Foram atacados quando retornavam para a aldeia.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Estado de Minas, 30/09/2008

23/07/2008

VÍTIMA: Geraldo Maxakali

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: SANTA HELENA DE MINAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Água Boa

DESCRIÇÃO: Após o assassinato de Arlindo Maxakali, o acusado tentou fugir mas foi perseguido pelos familiares da vítima. Foi assassinado com vários tiros.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Nilson dos Santos(Equipe de Saúde-Bertópolis/MG,29/07/2008); Estado de Minas,30/7

MS – 42 Caso(s) – 42 Vítila(s)

15/06/2008

VÍTIMA: L.V.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: O crime aconteceu após um desentendimento na saída de um baile, no interior da aldeia. A vítima sofreu vários ferimentos pelo corpo, teve a mão direita quase decepada e fratura no crânio. As acusadas confessaram o crime dizendo que estavam sob efeito de álcool e que não se lembravam de detalhes do crime.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Jornal Folha de São Paulo/SP, 16/6/2008 e 18/6/2008

31/05/2008

VÍTIMA: Lizeu Gonçalves

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: A vítima estava bebendo junto com outros indígenas quando começaram a discutir e o rapaz foi atingido por golpes de foice. O pai de Lizeu disse que o filho foi socorrido por uma equipe da Funasa para o hospital, onde não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Foice

FONTE: www.ultimahoraneews, 02/06/2008

28/05/2008

VÍTIMA: Ramão Martins

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: Os indígenas saíram para beber e acabaram brigando. À polícia o adolescente afirmou que fora atingido por uma facada no peito, pela vítima, o que teria motivado o crime. A compra de bebida alcoólica nas aldeias é normal, mesmo com a proibição. Os indígenas sabem quem vende e onde encontrar o produto, que continua provocando crimes na reserva.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Dourados News, 29/05/2008; O Progresso/MS, 30/05/2008

17/06/2008

VÍTIMA: G.R.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: O corpo da criança foi encontrado por mulheres que estavam num riacho lavando roupa. O capitão da aldeia, Nelson Castelão, disse que a mãe da criança havia comunicado o desaparecimento da filha há cerca de dez dias. A polícia suspeita do envolvimento da mãe da vítima.

MEIO EMPREGADO: S/d

FONTE: www.ultimahoraneews.com- 18/06/2008

3/04/2008

VÍTIMA: D.M.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: YVY KATU

MUNICÍPIO: JAPORA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento Yvy Katu

DESCRIÇÃO: O indígena estava desaparecido há vários dias. Ele foi visto pela última vez por um parente e estava visivelmente ferido. O corpo foi encontrado em frente à fazenda Agrolac. Na região já foram registrados vários conflitos por terra entre indígenas e fazendeiros.

MEIO EMPREGADO: S/d

FONTE: www.campogrande.news.com.br

1/05/2008

VÍTIMA: G.M.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: LIMA CAMPO

MUNICÍPIO: PONTA PORA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Lima Campo

DESCRIÇÃO: Foi morto a pauladas e o corpo jogado num poço, no interior da aldeia. O acusado foi preso. Justificou o crime à polícia dizendo que ao chegar em casa, encontrou sua esposa na cama com o garoto.

MEIO EMPREGADO: Pedaco de madeira

FONTE: *midiamaxnews - 28/07/2008*

20/08/2008

VÍTIMA: Maria Garcia

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: O marido da vítima confessou o crime. Alegou que o motivo foi ciúmes e declarou ter usado magia negra, da qual é discípulo.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso/MS, 22/08/2008*

09/2008

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A criança foi violentada e morta. O acusado é o padastro da vítima e estaria foragido numa aldeia em Amambai. Segundo informações o padastro teria levado a criança há três meses e contado o caso a um parente. Agentes da Operação Sucuri, Polícia Militar, Polícia Civil e Conselho Tutelar estão investigando o caso.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *Dourados Agora, 08/12/2008*

17/04/2008

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada na aldeia Bororó e não foi identificada. Os trabalhos foram retardados porque a Polícia Civil seguia para o local quando os veículos apresentaram problemas mecânicos e os policiais tiveram que empurrar o carro por 30 minutos.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Dourados Agora, 17/04/2008*

1/09/2008

VÍTIMA: Gerson Martins

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: Foi espancado na aldeia e socorrido para o hospital de Amambai, por uma ambulância da Funasa. De acordo com a Polícia Militar, a vítima estava em estado de embriaguez. Não resistiu aos ferimentos.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *www.campogrande.news.com.br, 1/09/2008*

2/08/2008

VÍTIMA: D.G.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: O corpo da vítima foi encontrado numa estrada no interior da aldeia e próximo dele havia um facão, supostamente usado no crime. Um jovem suspeito chegou a ser detido por lideranças da aldeia, mas conseguiu fugir. A polícia está investigando o caso.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *www.campogrande.news.com.br, 2/08/2008*

16/08/2008

VÍTIMA: Bertulino José Martins

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amambai

DESCRIÇÃO: Há suspeita de que o indígena tenha sido vítima de latrocínio. Foi encontrado numa estrada vicinal da aldeia. Segundo informações, o suspeito seria um adolescente que teria se aproximado do idoso e perguntado o que ele carregava, desferindo o golpe em seguida. O suspeito ainda não foi encontrado.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *campogrande.news, 17/08/2008*

02/09/2008

VÍTIMA: Roberto Alípio

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Caarapó

DESCRIÇÃO: Foi assassinado com uma facada no peito. Segundo os familiares, a vítima vinha sendo ameaçada de morte por um dos filhos da ex-parceira.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *midiamaxnews, 02/09/2008*

04/09/2008

VÍTIMA: Mário de Souza

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Não identificado

DESCRIÇÃO: A vítima teve vários ferimentos na cabeça. Não morava em aldeia e foi agredido na sua casa. A autora da agressão era sua companheira.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *campogrande.news, 04/09/2008*

28/09/2008

VÍTIMA: D.S.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: PORTO LINDO

MUNICÍPIO: JAPORA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê

DESCRIÇÃO: O corpo do adolescente foi encontrado com duas

facadas no tórax. A família da vítima levou o corpo para a aldeia Tey Kuê, onde deve ser sepultado. A Polícia ainda não sabe a motivação do crime e não há suspeito indiciado.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *campogrande.news*, 29/09/2008

19/10/2008

VÍTIMA: Sérgio da Silva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JARARÁ

MUNICÍPIO: JUTI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jarará

DESCRIÇÃO: Uma briga na aldeia Jarará, no município de Juti, terminou em morte na madrugada do dia 19. Uma pessoa foi presa. De acordo com informações policiais, o autor do crime seria Admilson Oliveira, 28 anos. Ele teria desferido dois golpes de faca que atingiram a virilha e o peito do também indígena Sérgio da Silva, 24 anos. O crime ocorreu na casa do autor. Admilson e Sérgio teriam discutido por conta de uma suposta proposta que a vítima teria feito à esposa do autor. A dupla teria continuado a ingerir bebida alcóolica e por volta de 1h iniciaram a discussão acerca do mesmo assunto. Com uma faca Admilson desferiu os golpes em Sérgio, que ainda correu em busca de ajuda, mas caiu morto a 50 metros da casa de Admilson.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Midiamaxnews*

6/11/2008

VÍTIMA: F.R.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: O corpo do adolescente foi localizado por uma índia que, ao sair de casa para tomar chimarrão na residência da filha, percebeu o jovem caído em uma das ruas da aldeia. A indígena achou que o adolescente estivesse embriagado. Ao retornar para casa, percebeu que o jovem estava na mesma posição e acionou as lideranças da aldeia, que chamaram os policiais. O caso está sendo investigado.

MEIO EMPREGADO: Desconhecido

FONTE: *www.portalms.com.br/noticias*, 6/11/2008

7/11/2008

VÍTIMA: Rozemar Oliveira Fernandes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Foi assassinado no quintal de sua própria casa. De acordo com testemunhas, o crime aconteceu por causa de uma bicicleta que Rozemar havia emprestado ao acusado, que era seu amigo. O acusado fugiu, mas acabou sendo preso mais tarde enquanto dormia em casa.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *www.grandefm.com.br*, 8/11/2008

11/11/2008

VÍTIMA: E.I.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: De acordo com a mãe do rapaz, o filho estava em casa quando chegaram dois amigos que o chamaram para sair e beber. Após uma briga, um deles o teria matado. O acusado se entregou à polícia e sua versão sobre o assassinato é que quando voltava de um baile foi abordado por 10 indígenas, sendo que um deles anunciou um assalto. A vítima, que estava no grupo, armado com faca, agrediu Cleomar que se defendeu atingindo-o no tórax.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *midiamaxnews*, 11/11/2008 e *www.grandefm.com* - 12/11/2008

1º/1/2008

VÍTIMA: Cleison Vasques

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: Conforme informações da esposa da vítima, esta teria ido à casa de dois casais para tirar satisfação sobre uma agressão que os casais teriam praticado contra o avô da vítima. Ao chegar ao local foi recebido a golpes de faca. Os acusados estavam alcoolizados quando foram presos. Segundo declarações do prefeito de Amambai, Sergio Dionebio Barbosa, um dos graves problemas na região é o alcoolismo nas aldeias. Ainda segundo o prefeito, a violência é consequência da ausência da Funai. O órgão informou que a Operação Sucuri, responsável pela fiscalização nas aldeias do estado, conta com quatro pessoas para atender cerca de 40 aldeias.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Midiamaxnews/MS*, 03/01/2008

29/11/2008

VÍTIMA: Rafael Cabreira

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A vítima e o acusado estavam numa festa, quando iniciaram uma discussão. O acusado atingiu a vítima com um golpe de faca e esta não resistiu. O agressor também atingiu outro indígena, primo da vítima. O acusado foi preso e indiciado pela morte e por tentativa de homicídio.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Dourados news*, 30/11/2008

1º/1/2008

VÍTIMA: Celestino Franco

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amambai

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada sem vida no interior da aldeia. A polícia tem suspeitos.

MEIO EMPREGADO: Pedaco de madeira

FONTE: *Midiamaxnews/MS*, 01/01/2008; *O Estado do Mato Grosso do Sul*, 2 e 3/01/2008

14/01/2008**VÍTIMA:** Anelina Amarilha Marques**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada pelos familiares nas proximidades da casa onde ela residia com o marido, Adenilson Amarilha Brito, 23 anos, e suspeito do crime. Segundo informações da família, o fato teria ocorrido após ingestão de bebida alcoólica pelo casal.

MEIO EMPREGADO: Ignorado**FONTE:** Dourados News/MS, 15/01/2008**27/01/2008****VÍTIMA:** V.V.S.**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAI**MUNICÍPIO:** AMAMBAI**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: O corpo da vítima foi encontrado na Aldeia Limão Verde, com perfurações de faca.

MEIO EMPREGADO: Arma branca**FONTE:** Midiamaxnews/MS, 27/01/2008**27/11/2008****VÍTIMA:** S.R.**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAI**MUNICÍPIO:** AMAMBAI**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: A vítima e o agressor estavam num velório. Brigaram e o acusado, que estava embriagado, atingiu mortalmente o indígena. Este chegou a ser socorrido mas não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Arma branca**FONTE:** campogrande.news, 28/11/2008**DEZEMBRO****VÍTIMA:** Homem**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAI**MUNICÍPIO:** AMAMBAI**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: O jovem foi encontrado morto na aldeia, na fronteira com o Paraguai. Há possibilidade de que o crime foi praticado em decorrência de envolvimento do rapaz com drogas, pois havia em seu bolso vestígios de maconha.

MEIO EMPREGADO: Arma branca**FONTE:** MS notícias - 26/12/2008**24/12/2008****VÍTIMA:** Valdetino Rodrigues Rocha**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** ALDEIA CAMPESTRE**MUNICÍPIO:** ANTONIO JOAO**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Campestre

DESCRIÇÃO: Foi morto pela mulher que ligou para o hospital onde o marido fora internado, confessando o crime.

MEIO EMPREGADO: Arma branca**FONTE:** midiamaxnews, 24/12/2008**11/10/2008****VÍTIMA:** Alfredo Martins**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** SETE CERROS**MUNICÍPIO:** PARANHOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Sete Cerros

DESCRIÇÃO: A vítima foi linchada pela acusação de ter tentado estuprar duas jovens no interior da aldeia.

MEIO EMPREGADO: Espancamento**FONTE:** O Processo/MS, 11/11/2008**23/04/2008****VÍTIMA:** Dairton Ramirez**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** TAQUAPERÍ**MUNICÍPIO:** CORONEL SAPUCAIA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: Foi encontrado morto dentro de uma valeta, próximo à nascente do rio Iguatemi, no interior da aldeia. Segundo a polícia, a vítima estava com as mãos amarradas para trás e apresentava um corte profundo na região do pescoço. Ele teria sido visto pela última vez em companhia de um grupo de indígenas.

MEIO EMPREGADO: Arma branca**FONTE:** Midiamaxnews, 23/04/08**31/01/2008****VÍTIMA:** Adriano Gauto**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAI**MUNICÍPIO:** AMAMBAI**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Amambai

DESCRIÇÃO: Os dois homens estavam em um baile no interior da reserva indígena quando se desentenderam e o acusado, armado com uma faca, desferiu um golpe contra a vítima.

MEIO EMPREGADO: Arma branca**FONTE:** Midiamaxnews, 19/02/2008**19/02/2008****VÍTIMA:** A.N.**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPO**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Tey Kuê

DESCRIÇÃO: Segundo informações da polícia civil, duas testemunhas informaram que o adolescente teria sido morto pelos irmãos Aldo e Juvelino, que estão foragidos e são primos da vítima. Foragidos, os suspeitos não foram localizados.

MEIO EMPREGADO: Arma branca**FONTE:** Midiamaxnews, 19/02/2008; O Progresso/MS, 20/02/2008**02/03/2008****VÍTIMA:** Ramão Machado da Silva**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** NAVIRAI**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: A polícia teria sido chamada porque a vítima e al-

guns parentes estariam causando problemas no local. O confronto com a polícia resultou na morte da vítima e no ferimento de outros 3 indígenas.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Midiamaxnews, 03/03/2008; Correio do Estado/MS, 02/03/2008; O Est.MT ,05/3/08*

31/03/2008

VÍTIMA: Elicia Gomes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Taquapery

DESCRIÇÃO: O corpo da indígena foi encontrado com sinais de violência na fazenda Jângal do Sul, acesso da aldeia Taquapery à cidade. O caso ficou sob responsabilidade da Funai.

MEIO EMPREGADO: Asfíxia

FONTE: *Maracaju.news.com.br, 1º/04/2008*

04/04/2008

VÍTIMA: Dorvalino Gomes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: A vítima foi assassinada com uma facada no peito, e a autoria do crime é desconhecida.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Midiamaxnews, 06/04/2008*

04/04/2008

VÍTIMA: Adilson Gonçalves

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: Vítima e acusado ingeriram bebida alcoólica e brigaram.

MEIO EMPREGADO: Pedaco de madeira

FONTE: *Midiamaxnews, 06/04/2008*

06/04/2008

VÍTIMA: Robson Cabreira Chamorro

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Foi morto com golpe de facão. A vítima acabara de receber o pagamento da usina de álcool em que trabalhava. A polícia trabalha com a hipótese de latrocínio.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *campograndenews, 06/04/2008*

08/04/2008

VÍTIMA: Aguida Martins

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: SASSORÓ

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sassoró

DESCRIÇÃO: O corpo foi encontrado a 422 quilômetros de Campo Grande. O acusado era marido da vítima e está foragido. O homicídio foi registrado como caso de violência doméstica.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *campogrande.news, 08/04/2008*

20/04/2008

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amambai

DESCRIÇÃO: A hipótese da polícia é a de que o adolescente tenha sido morto pelo namorado da mãe. Ela bebia em companhia do possível acusado que se desentendeu com o menino. Teria apertado seu pescoço provocando a morte.

MEIO EMPREGADO: Asfíxia

FONTE: *campogrande.news, 21/04/2008*

1º/06/2008

VÍTIMA: Valdemir Gomes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JATAYVARY

MUNICÍPIO: PONTA PORA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tin Kokuei

DESCRIÇÃO: A vítima foi morta a enxadadas, na aldeia que faz fronteira com o Paraguai. O autor do crime é o sogro que está foragido.

MEIO EMPREGADO: Enxada

FONTE: *Campogrande.news, 05/06/2008*

09/05/2008

VÍTIMA: Jorge Benites

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amambai

DESCRIÇÃO: Foi encontrado morto na aldeia distante cinco quilômetros da cidade. A polícia está averiguando.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *midiamaxnews, 09/05/2008*

13/03/2008

VÍTIMA: Valdir Fernandes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: A vítima estava enforcada com uma corda, sentado perto da porta de um barraco. Embora houvesse suspeita de suicídio, o caso consta no boletim de ocorrência como homicídio.

MEIO EMPREGADO: Corda

FONTE: *midiamxnews, 13/03/2008*

09/08/2008

VÍTIMA: Avelino de Oliveira Souza

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Dourados

DESCRIÇÃO: O indígena foi assassinado em frente à esposa.

De acordo com relato da mulher à Polícia Civil, ela, o marido e uma cunhada, seguiam a pé pela MS-156 em direção a aldeia Jaguapiru, quando dois homens se aproximaram e atiraram. Os agressores, segundo a indígena, aparentavam ser também indígenas e ter cerca de 20 anos e dispararam quatro tiros em Avelino, e fugiram em direção a aldeia Jaguapiru. A vítima morreu no local.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Campo Grande News*, 10/08/2009

PA – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

26/10/2008

VÍTIMA: Marli Boro Munduruku

POVO: MUNDURUKU

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU

MUNICÍPIO: JACAREACANGA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Jacareacanga

DESCRIÇÃO: A vítima bebia num bar com um grupo de três indígenas e um não-índio. Após estuprarem a indígena, eles a agrediram com chutes, socos, pauladas e facadas o que causou sua morte.

MEIO EMPREGADO: Espancamento e arma branca

FONTE: *Cimi Regional Norte II; O Liberal* 03/11/2008

PE – 2 Caso(s) – 2 Vítima(s)

23/08/2008

VÍTIMA: Mozeni Araújo de Sá

POVO: TRUKÁ

MUNICÍPIO: CABROBO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Ilha de Assunção

DESCRIÇÃO: A vítima estava acompanhada do filho de 13 anos, junto com outros indígenas. O assassino chegou atirando contra o indígena. Assumiu o crime alegando que o cometeu em decorrência de uma agressão que teria sofrido numa época em que houve um movimento indígena na cidade para retomada de um território. A vítima era candidata a uma vaga de vereador na Câmara de Cabrobó, com grandes possibilidades de ser eleito. Informações posteriores, de novembro de 2008, contam que cinco homens estão envolvidos no crime, mas somente um foi preso em flagrante. A polícia apreendeu com o agressor um revólver calibre 38, uma pistola com munição e um celular.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi-Brasília*, 24/08/2008; *Folha de Pernambuco*, 25/08/2008; *JC Online*, 26/11/08

04/12/2008

VÍTIMA: José Rogério de Souza

POVO: PANKARARU

TERRA INDÍGENA: PANKARARU

MUNICÍPIO: PETROLANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Logradouro

DESCRIÇÃO: Professores lideranças Pankararu saíram para o encontro anual da Copipe-Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco. O ônibus em que viajavam foi alvejado na estrada e um tiro atingiu a vítima que não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Centro de Cultura Luiz Freire*, 08/12/2008; *Interior* 360º 05/12/2008

RR – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

14/10/2008

VÍTIMA: Josival da Silva

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: PACARAÍMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Maloca Contão

DESCRIÇÃO: Foi morto a pauladas. Caído ao lado do corpo, totalmente embriagado, estava outro índio, V.S.O., suspeito de ter cometido o crime. De acordo com policiais da Força Nacional, foi encontrado um pedaço de pau ao lado do corpo de Josival.

MEIO EMPREGADO: Pedaço de madeira

FONTE: *Home Page Jornal Folha de Boa Vista/RR*, 15/10/2008

TO – 2 Caso(s) – 2 Vítima(s)

04/11/2008

VÍTIMA: Daniel Hariomã Javaé

POVO: JAVAE

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO: GURUPI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Canuanã

DESCRIÇÃO: Segundo informações, os dois irmãos discutiram por motivos familiares e a vítima teria sido atingida por facadas pelo acusado, não resistindo aos ferimentos. Há suspeita de que ambos teriam ingerido bebida alcoólica. O agressor usa remédio controlado e no dia do crime não havia se medicado.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Jornal de Tocantins*, 05/11/2008; *Cimi GO/TO*

30/08/2008

VÍTIMA: Reinaldo Mauri dos Santos

POVO: KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: KARAJÁ DE ARUANÃ I

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Burudina

DESCRIÇÃO: A vítima, filho do cacique Raul Karajá, foi atingida com um golpe de faca na nuca. Ao cair ele bateu com a cabeça no meio-fio e teve traumatismo craniano vindo a falecer dois dias depois. Segundo relato de alguns indígenas, Reinaldo estava em um bar quando começou uma discussão com jovens brancos da cidade. O sobrinho da vítima, acusado pelo crime, saiu em defesa desses jovens e instigado por eles perseguiu o tio até a aldeia, golpeando-o. O jovem fugiu. Os Karajá moram em minúscula área dentro da cidade de Aruanã-GO.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Comunidade indígena; Cimi Regional GO/TO*

Tentativa de assassinato

Ano de 2008

Foram contabilizados 29 casos de tentativas de assassinatos no ano de 2008, com 39 vítimas individuais e 5 casos envolvendo grupos de indígenas com número não identificado. Esses dados confirmam a tendência crescente dos últimos anos. Em 2007 foram registrados 39 casos; em 2006 foram 25.

Novamente, como nos anos anteriores, as comunidades Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul apresentam o maior número de tentativas de assassinatos entre os povos indígenas do Brasil. Em 2008, para 18 ocorrências houve 21 vítimas individuais e 2 casos em que grupos de indígenas foram atacados por tiroteios.

Entre os Guarani Kaiowá, 7 casos foram motivados por briga ou por roubo. Não-indígenas foram respon-

sáveis por 5 tentativas de assassinatos nessa região. Em 4 casos a autoria não foi confirmada. Em todas as tentativas de assassinato praticadas por indígenas foram usadas armas brancas.

Destaca-se, ainda no Mato Grosso do Sul, o caso dos seguranças de uma fazenda, atirando contra indígenas que colhiam lenha, em local fora desta propriedade.

Chama atenção o comportamento de representantes de órgãos públicos. A administradora regional da Funai foi a uma reunião em escola da aldeia Jaguapiru acompanhada por Agentes da Operação Sucuri. Na ocasião, os policiais atiraram contra o cacique Renato de Souza e outros indígenas, quando



Foto: Equipe Cimi/MA

Guajajara baleado numa tentativa de assassinato. São constantes as agressões dos moradores de Arame contra indígenas no Maranhão

estes se aproximaram da escola para averiguar o que estava acontecendo.

Outro caso destacado foi a tentativa de linchamento de dois Guarani presos, por outros detentos no Estabelecimento Penal de Amambai. Esta prisão está superlotada, com 197 presos, quando há capacidade para 67.

Continua muito grave a situação do povo Guajajara, no Maranhão, que aparece com 5 casos de tentativa de assassinato.

Em 2007 houve 3 ocorrências. Há pistoleiros invadindo as terras Guajajara e atirando contra as aldeias e contra indivíduos. Também há ameaças de morte verbais e, inclusive, uma lista com nomes de ameaçados de morte. Os ataques e invasões são motivados por conflitos territoriais e com madeireiros. De fato, registrou-se uma invasão por madeireiros armados

nas aldeias Catitu e Buracão, na terra indígena Lagoa Comprida.

Houve, em 2008, outros 2 ataques a aldeias indígenas que merecem destaque. Um aconteceu à noite, com jagunços atirando contra os moradores da aldeia Pequi Velha, do povo Pataxó, na Bahia. Outro ocorreu na Praia de Camboinhas, em Niterói, quando quatro homens armados atearam fogo na casa do cacique, onde estavam reunidas mulheres e crianças. Um indígena ficou gravemente queimado.

Outro ataque teve repercussão nacional porque foi filmado pelas próprias vítimas. Jagunços da fazenda Depósito, de Paulo César Quartiero, atiraram e jogaram bombas caseiras contra um grupo de indígenas que construíam um abrigo dentro da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Dez indígenas ficaram feridos, um deles gravemente.

Tentativa de assassinato

Dados - 2008

Total de casos: 29 – Vítimas: 39 (individuais)

AL – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

07/10/2008

VÍTIMA: Cacique

POVO: XUKURU-KARIRI

TERRA INDÍGENA: XUKURU-KARIRI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Monte Alegre

DESCRIÇÃO: Os acusados chegaram na aldeia para tentar matar o cacique. Outro índio, Jose Roberto da Silva, na tentativa de defendê-lo teve seu braço decepado.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Home Page Alagoas Em Tempo Real

BA – 1 Caso(s)

JULHO/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: PATAXÓ

MUNICÍPIO: RUY BARBOSA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Pequi Velha

DESCRIÇÃO: As 23 famílias da comunidade Pataxó, organizadas através da Frente de Resistência e Luta Pataxó, que retomaram uma fazenda no interior de seu território tradicional, continuam sofrendo ameaças por homens armados que à noite disparam tiros em direção aos índios. O grupo decidiu retirar temporariamente as crianças e as mulheres prevendo um confronto com os pistoleiros. Além disso, os pistoleiros estão impedindo o carro que transporta estudantes de passar pela estrada principal obrigando-os a dar uma volta de 20 km. Os indígenas falaram com a Política Federal e comunicaram o fato à Funai.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Cimi/LE-equipe Extremo Sul/BA, 23/07/2008

MA – 5 Caso(s) – 7 Vítima(s)

16/03/2008

VÍTIMA: Divino Guajajara, Martinez Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: ARAME

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Crioli - Guajajara

DESCRIÇÃO: Uma rixa entre dois grupos, devido a uma partida de bilhar, cuja aposta um dos indígenas se recusara a pagar, ocasionou uma briga. Os dois irmãos atingidos foram golpeados na cabeça.

MEIO EMPREGADO: Pedaco de madeira

FONTE: O Estado do Maranhão, 18/03/2008; Equipe Regional/MA

23/05/2008

VÍTIMA: Itamar Carlos Guajajara,

Deolice Rodrigues Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: BACURIZINHO

MUNICÍPIO: GRAJAU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bacurizinho

DESCRIÇÃO: As vítimas caminhavam em direção à aldeia quando dois homens encapuzados que trafegavam pela MA-006 no sentido Balsas/Grajaú pararam ao lado deles e ordenaram que parassem, do contrário seriam mortos. O casal parou de caminhar mas mesmo assim os homens dispararam em direção dos indígenas. Itamar teve o pulmão perfurado e foi internado em estado grave. Sua mulher foi alvejada na coxa direita. Ela foi atendida e liberada. Esse tipo de agressão tem se tornado freqüente no Maranhão. Existe a suspeita de que um grupo de extermínio de indígenas possa estar atuando na região. Segundo o índio Arão Marize Lopes, vereador pelo PTN e que socorreu o casal, os índios do Grajaú (3.400) estão

abandonados. Os dois índios baleados estavam indo a pé para a aldeia, que fica a 24 km. porque o caminhão que fazia o transporte dos indígenas estava quebrado e não foi consertado por falta de peças.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi Regional Maranhão, 23/05/2008*

26/06/2008

VÍTIMA: Wirauchene Guajajara, Antonio Filho Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: GRAJAU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Angico Torto

DESCRIÇÃO: Os indígenas tiveram suas casas baleadas. Os autores deixaram um bilhete com ameaças: "Instinto de sobrevivência todo mundo tem, mas só alguns têm coragem de matar. Chegou a hora dessa turma morrer". Além da ameaça, os bilhetes continham uma lista com os nomes de seis outros indígenas Guajajara a serem executados. As agressões estão relacionadas com a questão da terra e exploração ilegal de madeira na região.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Equipe Cimi/MA, 30/06/2008*

23/08/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: LAGOA COMPRIDA

MUNICÍPIO: ARAME

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Catitu e Buracão - Araribóia

DESCRIÇÃO: Logo após o término da 1a. Assembléia do povo Guajajara, na terra indígena Lagoa Comprida, um grupo de madeireiros, fortemente armados, invadiu a terra indígena atirando contra as duas aldeias. Os invasores resgataram o motor de um caminhão abandonado, o mesmo que em outubro de 2007 provocou a invasão da aldeia Lagoa Comprida que terminou com o assassinato de Tomé Guajajara. Os indígenas cobraram sem sucesso que a Funai retirasse o caminhão do local, pois temiam nova invasão.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi/MA, 24/08/2008*

05/05/2008

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: ARAME

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Anajá

DESCRIÇÃO: Homens armados invadiram a aldeia. Chegaram numa moto e começaram a atirar. Um dos tiros atingiu a criança que assistia televisão numa casa à margem da rodovia, a irmã dela também foi atingida e morreu. A invasão de aldeias indígenas tem se tornado comum no Maranhão. Segundo os indígenas os autores seriam os mesmos que, no início de 2007, assassinaram Timóteo Guajajara. Desde então, eles estão ameaçando os indígenas e provocando um clima de terror na região. Com medo das ameaças, muitas famílias se mudaram para o interior da terra indígena. Dizem que não é mais possível viver com tranquilidade, pois nunca sabem de onde e nem quando virá o próximo ataque. Não tinham registrado boletim de ocorrência com medo de represá-

lias e exigem a presença da Funai e da Polícia Federal na área. Na região de Arame, além da exploração madeireira que acirra a violência contra os indígenas, há a rodovia MA-006, trecho que liga Arame a Grajaú, onde estão localizadas, ao longo da rodovia, cerca de 30 aldeias e são as que mais sofrem ataques. Há um racismo acirrado e histórico contra os indígenas.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi Regional/MA, 06/05/2008; Jornal Pequeno, 07/05/2008*

MG – 1 Caso(s) – 1 Vítila(s)

27/09/2008

VÍTIMA: Valdeir Alves Mota

POVO: XAKRIABÁ

TERRA INDÍGENA: XAKRIABA

MUNICÍPIO: MONTES CLAROS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Barra do Sumaré

DESCRIÇÃO: A vítima estava em companhia de outro indígena quando foram atacados. O índio, gravemente ferido, foi encaminhado ao hospital em Montes Claros. Seu companheiro não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Estado de Minas, 30/09/2008*

MS – 18 Caso(s) – 19 Vítila(s)

02/02/2008

VÍTIMA: Elainho Fernandes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: De acordo com informações da polícia o indígena e sua companheira estavam embriagados e iniciaram uma discussão. A mulher pegou uma faca e atingiu a cabeça da vítima. O índio foi socorrido por agentes da Operação Sucuri e encaminhado ao Hospital e Urgências e Traumas.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Agora Ms, 02/02/2008*

25/05/2008

VÍTIMA: Ilma Aquino

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: A vítima trafegava de bicicleta por uma estrada vicinal quando o acusado se aproximou anunciando um assalto. A indígena resistiu e foi ferida com um golpe de facão. O assaltante fugiu levando a bicicleta.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *midiamaxnews, 26/05/2008*

JUNHO/2008

VÍTIMA: Vicente Samaniego

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: PORTO LINDO

MUNICÍPIO: JAPORA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: A vítima foi atingida por vários golpes na cabeça. Foi atacada próximo ao colégio da Aldeia Porto Lindo, em Japorã.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul*, 06/06/2008

25/06/2008

VÍTIMA: R.L.R.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: Foi encontrada agonizando no quintal da residência onde mora, no interior da aldeia. Levou vários golpes de faca. A vítima foi levada para o Hospital de Urgência e Trauma de Dourados.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *www.ultimahoraneews.com*, 25/06/2008

31/05/2008

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-163 - Dourados

DESCRIÇÃO: A mulher foi agredida pelo marido com golpes de pau, após uma discussão. O filho do casal pediu ajuda ao avô que encaminhou a vítima até o Hospital de Urgência e Trauma de Dourados. O casal estava sob efeito de bebida alcoólica.

MEIO EMPREGADO: Pedaco de madeira

FONTE: *O Progresso/MS*, 2/06/2008

JUN/2008

VÍTIMA: Reinaldo Agenor de Souza Silva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Foi ferido a golpe de facão por um amigo, após uma discussão. Foi encaminhado por equipe da Funasa até o Hospital da Missão, na aldeia.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *www.campogrande.news.com.br*, 26/06/2008

28/07/2008

VÍTIMA: Juraci de Paulo

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A vítima caminhava por uma estrada vicinal quando foi cercada pelo assaltante. Após tentativa de estrangulamento, a vítima desmaiou. Quando acordou, percebeu que estava sem a bolsa que continha carteira, documentos pessoais e roupas.

MEIO EMPREGADO: Asfixia

FONTE: *www.ultimahoraneews.com* - 29/07/2008

17/07/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU

MUNICÍPIO: ANTONIO JOAO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Nãnde Ru Marangatu

DESCRIÇÃO: Os índios estavam colhendo lenha ao redor da propriedade rural quando foram surpreendidos por seguranças que chegaram atirando. Os tiros não acertaram ninguém. No entanto, os índios bloquearam a estrada que dá acesso à fazenda como forma de chamar a atenção das autoridades com relação às situações de violências que vem ocorrendo com frequência. De acordo com o indígena Sebastião Pedro, que é agente de saúde, esse tipo de ação dos funcionários da fazenda já se tornou comum.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *midiamaxnews/MS*, 18/07/2008

11/10/2008

VÍTIMA: José Riquelme

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: Após uma discussão, foi ferido gravemente no abdômen. Foi levado às pressas por uma equipe do Corpo de Bombeiros para o Hospital Regional de Amambai.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *midiamaxnews*, 12/10/2008

30/11/2008

VÍTIMA: Dalvan Vilhalva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A vítima foi atingida com duas facadas e se encontra internada em estado gravíssimo no Hospital de Urgência e Trauma.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *MidiamaxNews*, 30/11/2008

11/11/2008

VÍTIMA: Cleomar da Silva Souza

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: Após sofrer uma tentativa de assalto, a vítima foi agredida com uma facada no tórax. Reagiu à agressão atingindo o acusado com um golpe de faca. O agressor morreu no local. A Polícia está investigando o caso.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *www.grandefm.com*, 12/11/2008

29/11/2008

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Além de atingir mortalmente um indígena numa festa, o acusado agrediu o primo da vítima desferindo golpes de faca e ferindo-o gravemente.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Dourados News*, 30/11/08

02/03/2008

VÍTIMA: Alexandre Ferreira, Ronildo Gonçalves, Adolescente

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: NAVIRAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: A polícia foi acionada porque os indígenas estariam causando problemas no local. Durante a abordagem teriam reagido e foram baleados, três ficaram feridos e um morreu.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Correio do Estado/MS*, 02/03/2008; *midiamaxnews*, 03/03/2008

20/05/2008

VÍTIMA: Cidinha Lopes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A indígena foi encontrada gravemente ferida, pelo marido, perto de um milharal. Segundo as primeiras informações, ela teria se envolvido com um indígena e a mulher deste a agrediu.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul*, 21/05/2008

26/03/2008

VÍTIMA: Mariano Rodrigues Silva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Dourados

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada pela Polícia Militar na Av. Noroeste, próximo à linha do trem. Socorrido, foi levado ao Hospital onde foi medicado.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *midiamaxnews*, 27/03/2008



Foto: Maurício Campos

Como tentativa de assassinato, não-índios atearam fogo em aldeia em Niterói (RJ)

MARÇO/2008

VÍTIMA: Ramão Martins dos Santos Barburas, Side Gonçalves

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: Dois indígenas que cumprem pena no regime fechado do Estabelecimento Penal de Amambai, tiveram que ser socorridos para o Hospital Regional de Amambai, após sofrerem tentativa de linchamento dentro do presídio. O Estabelecimento Penal de Amambai conta atualmente com 41 índios presos na ala masculina, aguardando julgamento por homicídio ou tentativa de homicídio. A superlotação no presídio seria a principal causa das agressões. Com capacidade para 67 detentos, hoje ele abriga 197 internos em regime fechado.

MEIO EMPREGADO: Pedaço de madeira

FONTE: *O Progresso/MS, 9/03/2008; midiamaxnews/MS, 9/03/2008*

24/06/2008

VÍTIMA: Lideranças indígenas

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: De acordo com o capitão da aldeia, Renato de Souza, a administradora regional da Funai estava em reunião escondida em uma escola, assistida por seguranças particulares. Ele e outras lideranças foram até o local averiguar o que estava acontecendo e foram recebidos a tiros pelos agentes da Operação Sucuri. Renato afirmou que a administradora foi a aldeia pegar assinatura, inclusive de crianças, para enviar ao presidente da Funai, para se manter no cargo. A administradora alega que estava em reunião para resolver o problema no atraso da entrega de cerca de 13 mil cestas básicas.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Home Page Jornal O Progresso/MS, 25/06/2008*

29/11/2008

VÍTIMA: Primo de Rafael Cabreira

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: As vítimas estavam numa festa, quando iniciaram uma discussão com o agressor. O indígena Rafael Cabreira foi atingido por um golpe de faca e não resistiu. Seu primo também foi atingido pelo acusado. O acusado foi preso e indiciado pela morte e por tentativa de homicídio.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Dourados news, 30/11/2008*

MT – 1 Caso(s)**2008**

VÍTIMA: Homens

POVO: NAMBIKWARA

TERRA INDÍGENA: VALE DO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: COMODORO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comodoro

DESCRIÇÃO: Os indígenas estavam na carroceria de um Toyota que foi alvo de tiros. No carro estava também o chefe de posto da Funai, que se supõe era o alvo dos tiros. Ele já fora ameaçado de morte pelo acusado. Este era um dos integrantes do esquema de extração ilegal de madeira e estava respondendo o inquérito policial em liberdade.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Equipe Cimi/MT, novembro/2008*

RJ – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)**18/07/2008**

VÍTIMA: Joaquim Karai Benite

POVO: GUARANI

MUNICÍPIO: NITEROI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Praia de Cambinhas

DESCRIÇÃO: A vítima sofreu queimaduras de segundo grau nas costas e no braço esquerdo. Além da vítima, estavam no local durante o incêndio mulheres e crianças. Os homens estavam numa reunião em outro ponto do bairro. A área onde aconteceu o incêndio é região nobre e vem sendo alvo de empreiteiras no ramo da construção civil. Segundo a Polícia Civil, o incêndio foi criminoso porque haviam vários focos. Segundo testemunhas o atentado foi provocado por quatro homens armados, que fugiram num Ômega prata com placa de Minas Gerais.

MEIO EMPREGADO: Fogo

FONTE: *noticias.uol.com.br- 18/07/08 e Agência Brasil - 19/07/08*

RR – 1 Caso(s) – 10 Vítima(s)**05/05/2008**

VÍTIMA: Alcides, Jeremias, Lene, Glênio, Tiago, Erivaldo, Xavier, Cleber, Homens (dois)

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: PACARAÍMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Raposa/Serra do Sol

DESCRIÇÃO: As comunidades estavam construindo suas casas quando uma caminhonete e cinco motoqueiros, vindos da Fazenda Depósito, chegaram atirando contra eles e atirando bombas caseiras, com o objetivo de impedir que os indígenas construíssem suas malocas. Cerca de 10 indígenas ficaram feridos, sendo que um deles está em estado gravíssimo. A Polícia Federal conduziu as vítimas para atendimento em Boa Vista. Inúmeras vezes o CIR e as comunidades indígenas têm denunciado que os arroteiros invasores têm impedido o livre trânsito dos indígenas.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Carta do CIR - Conselho Indígena de Roraima-05/05/2008*

Homicídio culposo

Ano de 2008

Houve 8 registro de homicídio culposo. Todos com uma vítima fatal. Foram 7 atropelamentos, 1 colisão entre veículos e 1 caso de briga que resultou numa morte. Em 2006 houve 18 casos, em 2007 foram 8.

Mais uma vez, a maioria das vítimas era Guarani (6), sendo 4 no Mato Grosso do Sul, 1 em Santa Catarina, 1 no Paraná e 1 no Maranhão.

Em 2008, como nos anos anteriores, a maioria (4) dos motoristas responsáveis pelos atropelamentos não prestou socorro e fugiu.

É difícil estabelecer uma comparação com atropelamentos de não-indígenas, mas diante do quadro dos últimos anos surge a impressão de que os moto-

ristas não julgam necessário prestar socorro a indígenas.

Muitas comunidades, sobretudo Guarani, vivem à beira da estrada, aguardando a demarcação das suas terras. Outras comunidades têm suas terras e aldeias cortadas por estradas. Esta localização as deixa vulneráveis a acidentes de trânsito, pois os pedestres e ciclistas indígenas compartilham a estrada com carros e caminhões, na ausência de calçadas, ciclovias, passarelas ou outras opções seguras para atravessar a estrada. Como foi assinalado nos relatórios anteriores, muitos atropelamentos e mortes poderiam ser evitados, porém, faltam políticas da parte do poder público para melhorar a segurança nas estradas.



Foto: Equipe Cimi/Itai (RS)

Indígenas que aguardam a demarcação de suas terras acampados à beira de estradas correm risco de serem atropelados. Este é o principal tipo de homicídio culposo registrado entre os povos indígenas

Homicídio culposo

Dados - 2008

Total de casos: 8 – Vítimas: 8 (individuais)

MA – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)**20/11/2008****VÍTIMA:** Adriano Morinico**POVO:** GUARANI**TERRA INDÍGENA:** PORQUINHOS - CANELA APÃNJEKRA**MUNICÍPIO:** GRAJAU**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Porquinhos**DESCRIÇÃO:** A vítima aceitou carona de um caminhoneiro para voltar à aldeia. Houve um acidente e o indígena morreu. O motorista não prestou socorro.**MEIO EMPREGADO:** Acidente**FONTE:** Cimi Regional MA**MS – 4 Caso(s) – 4 Vítima(s)****13/4/2008****VÍTIMA:** Vanilde da Silva Centurião**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**MUNICÍPIO:** CAMPO GRANDE**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Guarani Kaiowá**DESCRIÇÃO:** O acidente aconteceu no Km 322 da BR-163, em Rio Brilhante. A vítima tentava atravessar a pista, quando foi atingida por uma pick up Fiat Strada. O corpo da vítima foi encaminhado para Instituto Médico Legal de Dourados.**MEIO EMPREGADO:** Atropelamento**FONTE:** Douradosagora/MS, 14/04/2008**3/05/2008****VÍTIMA:** Reife Reginaldo Morales**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** JAGUAPIRÉ**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapirui**DESCRIÇÃO:** A vítima trafegava pela MS-156, sem capacete em uma motocicleta, quando foi atropelado por um veículo. Foi levado ao Hospital do Trauma e devido a gravidade do traumatismo craniano foi encaminhado para o Hospital Evangélico onde veio a falecer.**MEIO EMPREGADO:** Atropelamento**FONTE:** Douradosnews, 3/1/2008**27/07/2008****VÍTIMA:** A.B.**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**MUNICÍPIO:** AMAMBAI**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Amambai**DESCRIÇÃO:** Segundo informações da mãe da vítima, ele caminhava por uma estrada vicinal à aldeia, em companhia da esposa quando foi atingido por um caminhão. Teve morte instantânea. O motorista fugiu sem prestar socorro.**MEIO EMPREGADO:** Atropelamento**FONTE:** www.pantanalnews.com.br - 28/07/2008**07/12/2008****VÍTIMA:** Durvalino de Souza**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Dourados**DESCRIÇÃO:** O indígena trafegava de bicicleta na rodovia que liga Dourados ao Distrito de Itahum quando foi atropelado. O condutor do veículo fugiu do local sem prestar socorro.**MEIO EMPREGADO:** Atropelamento**FONTE:** Dourados News, 07/12/2008**PR – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)****30/08/2008****VÍTIMA:** Vanderlei Anastácio**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** MANGUEIRINHA**MUNICÍPIO:** MANGUEIRINHA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Mangueirinha**DESCRIÇÃO:** Vítima e acusado eram irmãos. Brigaram após um jogo de futebol e um deles deu um chute no abdômen da vítima, que não resistiu.**MEIO EMPREGADO:** Espancamento**FONTE:** Aquisudoeste.com, 03/09/2008**RS – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)****24/05/2009****VÍTIMA:** Clarisse Soares**POVO:** KAINGANG**MUNICÍPIO:** CANOAS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Vale do Taquari**DESCRIÇÃO:** A indígena foi morta por atropelamento em Estrela, no Vale do Taquari. A vítima foi atingida por um veículo não-identificado, e o motorista fugiu sem prestar socorro. Ela morava com o grupo na aldeia às margens da rodovia, próximo a um trevo de acesso a Bom Retiro do Sul.**MEIO EMPREGADO:** Atropelamento**FONTE:** Zero Hora (RS), 25/05/2008**SC – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)****5/07/2008****VÍTIMA:** Alberto Ortega**POVO:** GUARANI**MUNICÍPIO:** GARUVA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Yaká Porã - Guarani**DESCRIÇÃO:** Ao atravessar a BR-101, foi atropelado por um caminhão. O motorista fugiu sem prestar socorro à vítima que veio a falecer no local.**MEIO EMPREGADO:** Atropelamento**FONTE:** Claudiomir Tibes, cacique Guarani

Ameaça de morte

Ano de 2008

“Ou “vocês me pagam o boi, ou eu mato o seu tuxaua!” Assim um fazendeiro ameaçou os Kulina, no Amazonas. É um exemplo dos 12 casos de ameaças de morte contra indígenas que foram registradas em 2008. Todos tinham relação direta com conflitos pela terra, exceto um. O número representa um aumento se comparado com os anos 2006 e 2007 quando foram registrados 8 casos em cada ano. Constam casos nos estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A ameaça do fazendeiro aos Kulina, que não deixa dúvidas sobre sua intenção, representa uma atitude de muitas pessoas quando se vêem confrontadas com

indígenas. Prevalece o pensamento de que é possível intimidar indígenas para alcançar algum objetivo. Pode-se até seqüestrá-los, quando se julgar que eles estão atrapalhando. Mesmo quando os não-indígenas invadem a terra indígena ou se aproveitam financeiramente dos indígenas.

No caso dos Kulina, o agressor continuamente invadia a terra indígena com sua criação de gado, apesar de ter sido denunciado pelos indígenas diversas vezes.

Em Rondônia, N. Oro Eo foi ameaçado de morte por um madeireiro que roubou madeira da terra indígena Rio Guaporé.



Foto: Walter Saas/Arquivo Cimi

Em muitos casos, os invasores além de explorarem as terras ameaçam os indígenas, como no caso dos Kulina, no Amazonas

No Rio Grande do Sul, os agricultores vizinhos de uma comunidade Kaingang ameaçaram os indígenas, como reação à publicação do relatório antropológico, que visa a demarcação da terra indígena Passo Grande da Forquilha. Já os vizinhos da comunidade Kaingang do Lageado de Bugre ameaçaram os indígenas de morte apenas por saberem que os Kaingang reivindicam a criação de um grupo de trabalho para identificação de terra indígena.

Ameaça de morte foi, igualmente, a reação do comerciante Raimundo Alves Garcez, que foi denunciado por se apropriar de cartões de aposentadoria e de bolsa família dos Apinajé, no Tocantins. Esta ameaça foi a única, aliás, sem uma ligação direta com conflitos pela terra.

Funcionários da fazenda do arrozeiro Paulo César Quartiero na terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, forçaram Clenilde Conceição André e Cassiano Filho a entrar em seu carro e, com revólver na mão, ameaçaram matar os indígenas.

Destaca-se um seqüestro, no Pará, que demorou uma noite inteira. Fazendeiros que já haviam feito

ameaças verbais invadiram a aldeia Itahu, na terra indígena Alto Rio Guamá, do povo Tembé, e seqüestraram um grupo de homens e mulheres, levando-os para uma outra vila. Lá, as vítimas ficaram confinadas por horas numa casa escura e foram soltas apenas no dia seguinte. O seqüestro visava pressionar o cacique a ceder uma parte da terra indígena.

Há registros de pistoleiros parando indígenas na estrada, apontando armas para as vítimas, como aconteceu com o casal Waioko Wasusu e Barabara Kathitaulu, na Vale do Guaporé em Mato Grosso.

Merece, ainda, atenção, o caso do cacique Almir Surui, em Rondônia, que continua recebendo ameaças de morte, como em 2007. Almir é conhecido por seu engajamento pela preservação do meio ambiente e pelos direitos de seu povo. Ele se viu obrigado a se mudar da localidade onde morava.

Em todos os casos, nota-se como os não-indígenas usam ameaças, infringindo a lei e limitando a liberdade dos indígenas, para se apoderar do que pertence por direito aos indígenas. Os responsáveis dificilmente são punidos.

Ameaça de morte

Dados - 2008

Total de casos: 12 – Vítimas: 18 (individuais)

AM – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

2008

VÍTIMA: Tuxaua

POVO: KULINA

TERRA INDÍGENA: KULINA DO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: ENVIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kulina do Cacau

DESCRIÇÃO: Invasores exploram ilegalmente a terra indígena, há vários anos. Tiram madeira nobre, invadem a área indígena com o gado, espantam a caça do território. Há dois anos lideranças enviam cartas-denúncia às administrações estaduais e nacionais da Funai e ao MPF. Desesperados com a situação alguns dos Kulina mataram um boi que invadiu sua terra. O madeireiro ameaçou de morte o cacique dizendo: “Ou vocês me pagam o boi, ou eu mato o seu tuxaua”.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

FONTE: 6a.CCR do MPF, 03/12/2008

DESCRIÇÃO: Além de terem desferido tiros nas casas dos indígenas, os autores deixaram um bilhete com ameaças: “Instinto de sobrevivência todo mundo tem, mas só alguns têm coragem de matar. Chegou a hora dessa turma morrer”. Além da ameaça, os bilhetes continham uma lista com os nomes de seis outros indígenas Guajajara a serem executados. As agressões estão relacionadas com a questão da terra e exploração ilegal de madeira na região.

FONTE: Equipe Cimi/MA, 30/06/2008

MT – 3 Caso(s) – 3 Vítima(s)

25/08/2008

VÍTIMA: Waioko Wasusu, Barbara Kathitaulu

POVO: NAMBIKWARA

TERRA INDÍGENA: VALE DO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: COMODORO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Anunsu

DESCRIÇÃO: O casal foi abordado por quatro homens armados na estrada aberta pelos fazendeiros nas imediações da aldeia. Os agressores colocaram uma arma em sua cabeça e impuseram uma série de restrições nas idas e vindas dos indígenas nas fazendas. O procedimento demarcatório da terra indígena Vale do Guaporé, deixou de fora da terra, áreas de pesca, caça, coleta de matéria prima e frutos, e para chegar nesses locais é necessário passar por dentro das fazendas.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Cimi/Regional MT, 3/09/2008

MA – 1 Caso(s) – 6 Vítima(s)

26/06/2008

VÍTIMA: Seis indígenas

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: GRAJAU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Angico Torto

DEZEMBRO/2008

VÍTIMA: Lolauenacua

POVO: ENAWENÊ-NAWÊ

TERRA INDÍGENA: ENAWENÊ-NAWÊ

MUNICÍPIO: JUÍNA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Juína

DESCRIÇÃO: De acordo com o indígena, ele e mais três índios, sendo duas crianças, estavam pescando quando foram abordados pelo segurança de uma empresa terceirizada que presta serviço a PCH. O homem os ameaçou e os agrediu. "Ele me bateu, chutou índio e colocou revólver na minha cabeça e mandou eu sair de lá" - relatou o indígena. No mês de outubro, os Enauwenê-Nauê reagiram contra a proposta dos empreendedores do Consórcio Juruena Participações Ltda. Apesar do grande número de projetos a serem implementados na região, nenhum deles contempla a realização de consultas prévias às comunidades indígenas.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *telmamonteiro.blogspot.com - 17.12.08*

SET/OUT/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: CHIQUITANO

TERRA INDÍGENA: PORTAL DO ENCANTADO

MUNICÍPIO: PORTO ESPERIDIÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Fazendinha

DESCRIÇÃO: Fazendeiros jogam bois mortos no rio, o que polui a água que as comunidades utilizam. Os índios denunciaram esse dano ao patrimônio, como consequência estão sendo ameaçados de morte.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

FONTE: *Cimi Regional MT*

PA – 1 Caso(s) – 1 Vítilma(s)

FEVEREIRO/2008

VÍTIMA: Beto Tembê. Homens, mulheres e crianças da aldeia

POVO: TEMBÊ

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

MUNICÍPIO: GARRAFAO DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Itahu

DESCRIÇÃO: Os acusados invadiram a área indígena assustando homens, mulheres e crianças da aldeia que foram levados à força para uma vila vizinha à reserva, onde foram confinados numa casa escura por horas. Foram soltos no dia seguinte a mando de um dos sequestradores. O cacique Joca Tembê contou que enquanto seu filho, Beto, era refém, Manuel Evilásio o pressionava para que fizesse contato com as autoridades e negociasse a destinação de uma parte das terras indígenas aos invasores. Segundo o administrador da Funai, Juscelino Bessa, o conflito foi motivado porque uma estrada interna nas terras indígenas foi reaberta pelos índios para que não precisassem passar por vilarejos que ficam no limite das terras. A passagem por esse vilarejos permitia a vigilância da área pelos invasores.

MEIO EMPREGADO: Sequestro

FONTE: *Ministério Público Federal/PA, 12/03/08; Agência Brasil, 21/02/08; Cimi Norte II*

RO – 2 Caso(s) – 2 Vítilma(s)

FEVEREIRO/2008

VÍTIMA: Almir Suruí

POVO: SURUÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Suruí

DESCRIÇÃO: O indígena participou do Fórum "Clima e Mudanças na Amazônia", em Berlim. Quando retornou ao Brasil recebeu ameaças de morte e teve suas contas bancárias pessoais bloqueadas. Essas ameaças são creditadas ao seu engajamento pela questão ambiental e em prol da proteção de seu povo. Por medida de segurança o indígena se afastou da localidade onde mora.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

FONTE: *Kerstin Veigt (Indigenous Peoples Kesk)*

JUNHO/2008

VÍTIMA: N. Oro Eo

POVO: ORO EO (ORO WARI)

TERRA INDÍGENA: SAGARANA

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Nova Mamoré

DESCRIÇÃO: A vítima denunciou a um servidor da Funai o roubo de madeira que ocorria todas as noites pela Linha 32 da terra Karipuna. A Polícia Federal fez uma vistoria no local mas não encontrou o trator que estava escondido perto do limite da área. Alguns dias depois o madeireiro ameaçou o indígena de morte. Este ficou com medo e se mudou com a família. Temendo pela vida, não registrou ocorrência da ameaça.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTE: *A vítima; Cimi Equipe Guajará-Mirim/RO*

RR – 1 Caso(s) – 2 Vítilma(s)

4/07/2008

VÍTIMA: Clenildo Conceição André, Cassiano Filho

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: PACARAIMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Raposa Serra do Sol

DESCRIÇÃO: Os jovens foram surpreendidos pelos funcionários da Fazenda Depósito, do arrozeiro Paulo César Quartiero, nas proximidades da comunidade Dez Irmãos. Os agressores estavam embriagados, armados e forçaram os jovens a entrar no carro que conduziam. Um dos agressores, com um revólver na mão, perguntava se os rapazes queriam morrer, se eram a favor de Paulo César ou se eram ligados aos índios do Conselho Indígena de RR – CIR.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Boletim Mundo - Informe nº 824-2008*

RS – 2 Caso(s) – 2 Vítilma(s)

AGOSTO/2008

VÍTIMA: Ireni Franco

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: PASSO GRANDE DA FORQUILHA

MUNICÍPIO: SANANDUVA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaingang

DESCRIÇÃO: Informações distorcidas transmitidas aos agricultores, levou-os a fazer ameaças à vítima, após publicação de relatório antropológico do grupo técnico, para a demarcação da terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTE: Lideranças da comunidade Kaingang

MAIO/2008

VÍTIMA: Aldo Pinto e comunidade

POVO: KAINGANG

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Lageado do Bugre

DESCRIÇÃO: A Procuradoria da República de Passo Fundo, entregou documentos da comunidade indígena para lideranças políticas do município. Nestes documentos os índios reivindicam a criação de Grupo de Trabalho para identificação e delimitação da terra. Revoltados, os vizinhos dos índios ameaçaram verbalmente e apontando armas, o cacique e a comunidade.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Liderança da comunidade indígena

TO – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

21/07/2008

VÍTIMA: Orlando Ribeiro Salvador

POVO: APINAYÉ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINÓPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José

DESCRIÇÃO: O cacique afirma que um comerciante e ex-servidor da Funai entrou na aldeia em uma camionete, com duas pessoas estranhas e armadas, e o ameaçou de morte. O motivo das ameaças é porque o cacique tem reclamado que o comerciante retém os cartões dos aposentados e beneficiários do Bolsa Família, alegando dívidas inexistentes, sem comprovação de nota fiscal ou nota promissória. O cacique entrou com uma representação na Delegacia de Polícia de Tocantinópolis. Foi enviada solicitação de providências ao presidente da Funai. O Ministério Público e o Procon de Tocantinópolis já foram informados.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Carta de Antônio Veríssimo - liderança da Aldeia Areia Branca-TO - Julho/2008



Agressores atiraram contra aldeia Guajajara (MA) e deixaram lista com nomes de indígenas ameaçados

Ameaças várias

Ano de 2008

Há 6 registros de ameaças em 2008. Todas relacionadas com conflitos territoriais. As ameaças verbais às comunidades indígenas são muitas vezes reforçadas pela presença de pistoleiros, que passam regularmente nas aldeias ou pelos arredores. Estes abordam indígenas andando nas estradas ou param os carros, como foi o caso de Nailton Muniz, Pataxó Hã-Hã-Hãe, na Bahia.

Em geral, nota-se a diminuição de ameaças e violências quando uma terra é demarcada. No entanto, nem o registro final de terras indígenas elimina as ameaças. Como mostra o caso dos Xukuru-Kariri da terra Mata da Cafurna, que continuam recebendo ameaças dos fazendeiros que se recusam a sair da área, mesmo depois da terra ter sido homologada.

Um tipo de ameaça cada vez mais comum contra os povos indígenas se efetivou contra o povo Xukuru, em Pernambuco: a criminalização de lideranças indígenas.

Em 2003, 35 lideranças desse povo foram acusadas de envolvimento numa revolta da qual participaram cerca de 2 mil Xukuru. A multidão se revoltou de forma incontável contra um pequeno grupo do próprio povo, cujos integrantes participaram assassinato de dois indígenas e de um atentado contra o cacique Marcos Xukuru. Os processos judiciais apresentaram múltiplas falhas e foram questionados por vários grupos de direitos humanos. Mesmo assim, em janeiro de 2009, 26 dos acusados foram condenados a penas que chegam a 10 anos de prisão e multas que chegam a R\$50 mil. Três indígenas foram absolvidos e os demais aguardam julgamento, entre esses o cacique Marcos. Desta forma, vários atores neste estado constroem um quadro de criminalização em volta dos Xukuru e de seus líderes, o que parece ser uma tentativa de desarticular a estrutura organizacional, para enfraquecer a luta do povo para a conquista de seus direitos.

Ameaças várias

Dados - 2008

Total de casos: 6 – Vítimas: 38 (individuais)

AL – 1 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: XUKURU-KARIRI

TERRA INDÍGENA: MATA DA CAFURNA

MUNICÍPIO: PALMEIRA DOS ÍNDIOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Monte Alegre, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo

DESCRIÇÃO: Indígenas do povo Xukuru Kariri denunciaram à Polícia Federal que estão sendo ameaçados por fazendeiros das terras da Fazenda Monte Alegre, que teve o território demarcado pela União como área indígena. Segundo o cacique Chiquinho, o ex-vereador Val Basílio, já indiciado na Operação Carranca da Polícia Federal, fez ameaças afirmando que se mais famílias indígenas chegassem às terras da Fazenda ele mesmo trataria de colocá-las para fora. Conforme declaração do defensor público Otoniel Pinheiro, o presidente do Sindicato dos Policiais Federais iria redigir um documento relatando todas as ameaças para entregar ao superintendente em exercício que prometeu adotar providências a respeito do assunto.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

FONTE: *Gazeta de Alagoas*, 18 e 20/12/2008

BA – 2 Caso(s) – 1 Vítima(s)

01/04/2008

VÍTIMA: Nailton Muniz

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: ITAJU DO COLÔNIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Itaju do Colônia

DESCRIÇÃO: O indígena se deslocava, de madrugada, para uma reunião quando foi surpreendido pelos pistoleiros que tentaram impedir a passagem do veículo. Eles portavam armas de grosso calibre, rifles 38 e espingardas 12.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cacique Nailton Muniz*

22/02/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: ILHÉUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Ilhéus

DESCRIÇÃO: 36 homens encapuzados entraram na área, levando 500 cabeças de gado e ameaçaram retirar os indígenas

à força. A área foi retomada em 2007 e faz parte da terra indígena. O processo para concluir a regularização aguarda a decisão do STF há 25 anos.

MEIO EMPREGADO: Invasão

FONTE: Informe do Cimi, 6/03/2008

MT – 1 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidades do MT

POVO: PARESI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Mato Grosso

DESCRIÇÃO: Os indígenas que participam das reuniões de GT e audiências sobre discussões referente ao zoneamento socioeconômico ecológico de Mato Grosso estão sendo intimidados pelos interessados no agronegócio, com ameaças de que se não fecharem com eles sofrerão retaliações, além de cooptarem indígenas para que façam parcerias com os fazendeiros. Há denúncias de que as fichas pessoais dos indígenas estão sendo monitoradas.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTE: Francisca Navantino (Chiquinha Paresi), 08/11/2008

PE – 1 Caso(s) – 37 Vítima(s)

2008

VÍTIMA: 37 lideranças indígenas

POVO: XUKURU

TERRA INDÍGENA: XUKURU

MUNICÍPIO: PESQUEIRA

DESCRIÇÃO: O povo Xukuru de Ororubá, sofre, em consequência da luta pela terra, perseguições e criminalização de várias lideranças, até com mandatos de prisão de 37 lideranças indígenas, onde 24 delas a qualquer momento podem ser presas, e até sujeitos a pagarem indenizações acima de R\$ 50.000,00.

MEIO EMPREGADO: Conflito fundiário

FONTE: Cimi Regional Nordeste

SC – 1 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: MASSIAMBU

MUNICÍPIO: PALHOÇA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Massiambu

DESCRIÇÃO: Apesar de prometido em 2007, a Funai até o presente não instalou o grupo técnico para identificar as terras sem providências. Como consequência, a comunidade vive insegura, não pode fazer suas roças pois os índios vivem em apenas 4,6 ha., cercados de propriedades particulares. Eles também sofrem ameaças quando passam por dentro das propriedades para buscar lenha e material para artesanato. As ameaças atingem também as crianças impedindo que vão até os rios para pescar ou tomar banho. Além disso a comunidade não consegue acessar recursos públicos e projetos de assistência porque os órgãos públicos insistem na tese de que a terra não estando regularizada não é possível desenvolver projetos.

MEIO EMPREGADO: Ameaças verbais

FONTE: Cimi Sul, Equipe Florianópolis



Perseguições e criminalização de lideranças são frequentes, principalmente em relação àqueles que defendem suas terras

Lesão Corporal Dolosa

Ano de 2008

Há 6 registros de lesão corporal dolosa no ano 2008, com 13 vítimas. Os contextos são variados. Há o caso de Macionílio Guerreiro que foi baleado pela polícia federal durante o despejo de uma comunidade Tupinambá na Serra do Padeiro, na Bahia. Em Alagoas, José Roberto da Silva, do povo Xukuru-Kariri, teve o braço decepado quando tentou proteger o cacique da aldeia num atentado. Houve também o registro de um caso de violência doméstica, de um espancamento resultante de uma briga de bar e do espancamento de um indígena enquanto este dormia na rede em uma fazenda. Nestes três últimos casos as vítimas foram gravemente feridas.

O aumento da violência doméstica, principalmente motivada pelo consumo exagerado de bebidas alcoólicas, levou as mulheres Karajá da aldeia Krehawã e outras aldeias, na reserva indígena São Domingos, no Mato Grosso, a organizarem palestras sobre a lei Maria da Penha, que visa inibir a violência doméstica.

Houve ainda o caso de Marenilde Guajajara, do povo Guajajara, que foi agredida por duas mulheres não-indígenas sem aparente motivo. No Maranhão, os Guajajara vêm sofrendo, há muito tempo, agressões por parte dos moradores não-indígenas da região, motivadas por conflitos territoriais.

Lesões Corporais Dolosas

Dados - 2008

Total de casos: 6 – Vítimas: 13 (individuais)

AL – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

07/10/2008

VÍTIMA: José Roberto da Silva

POVO: XUKURU-KARIRI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Monte Alegre - Xukuru Kariri

DESCRIÇÃO: A vítima teve o braço decepado quando tentava salvar o cacique da aldeia. Segundo informações, os acusados chegaram para matar o cacique e atingiram a vítima que procurou defendê-lo.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Home Page Alagoas em Tempo Real, 07/10/2008

MA – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

2008

VÍTIMA: Marenilde Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Lagoa Quieta

DESCRIÇÃO: Duas mulheres agrediram a vítima sem nenhum motivo aparente.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: Equipe Cimi-Grajau/MA

MS – 1 Caso(s) – 8 Vítima(s)

17/06/2008

VÍTIMA: Oito homens

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: PILAD REBUA

MUNICÍPIO: MIRANDA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Moreira e Passarinho - Terena

DESCRIÇÃO: Confronto entre policiais e indígenas durante despejo. Os indígenas reivindicam a posse de 55 hectares da Fazenda Boa Sorte. Os policiais utilizaram bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Oito indígenas ficaram feridos.

MEIO EMPREGADO: Balas de Borracha

FONTE: O Estado de S.Paulo, 19/06/2008

MT – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

07/09/2008

VÍTIMA: Diereru Karajá

POVO: KARAJÁ

MUNICÍPIO: LUCIARA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Krehawa

DESCRIÇÃO: A indígena tem sido vítima de sucessiva violência praticada pelo marido. Na última vez, por ocasião dos jo-

gos indígenas, alcoolizado e com ciúmes, ele a espancou deixando-a gravemente ferida.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: Haruhá Karajá

TO – 2 Caso(s) – 2 Vítima(s)

13/11/2008

VÍTIMA: Augusto Kurarrá Karajá

POVO: KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: XAMBIOÁ

MUNICÍPIO: SANTA FE DO ARAGUAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Araguaína

DESCRIÇÃO: Segundo a vítima, após ter ingerido bebida alcoólica deitou-se na rede numa chácara conhecida como Casa do Índio. O acusado, não índio casado com uma índia, chegou ofendendo o indígena e sem dar possibilidade de defesa agrediu a vítima com socos o que provocou seu desmaio.

Foi socorrido e internado num hospital da cidade.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

FONTE: A própria vítima

AGOSTO/2008

VÍTIMA: Expedito Xerente

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Paraíso

DESCRIÇÃO: A vítima, acompanhada de um grupo de indígenas e de não-índios, estava bebendo em um bar. Houve uma briga e o indígena foi espancado e abandonado sem atendimento médico por três horas. O Pólo Base foi avisado e providenciou sua remoção ao hospital, em estado grave.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: Familiares da vítima; Cimi Regional GO/TO

Fotos: Reprodução de vídeo da UFRGS



Policiais, em diversas situações, como este despejo no Rio Grande do Sul, exercem abuso de poder em relação aos indígenas

Abuso de poder

Ano de 2008

Voltou a crescer o número de relatos de abuso de poder. Em 2006 houve registro de 12 casos, em 2007 foram 2, e em 2008 foram 19. É um fenômeno que ocorre em todo o país. Houve registros de diversos órgãos, cujos representantes abusam do seu poder, como as Polícias Federal, Militar e Rodoviária, o Ibama, a Funasa e o Exército. As denúncias sobre a ação da Polícia são as mais freqüentes. Geralmente, nos relatos, o abuso de poder da polícia está associado a ações violentas.

Chamam atenção casos ocorridos na Bahia, em Pernambuco, em Roraima e no Rio Grande do Sul. Na Bahia, os Tupinambá foram vítimas de quatro ações policiais violentas. A primeira, uma operação de busca ao cacique Babau, criminalizado por liderar a luta pela terra na região da aldeia Serra do Padeiro. A polícia interrompeu o percurso de um carro da Funasa que transportava uma mulher grávida e mulheres com filhos recém-nascidos. Prenderam os dois homens que estavam no veículo e levaram-nos à delegacia. Um deles, o irmão do cacique Babau precisou ser levado ao hospital em função de agressões sofridas na delegacia. As mulheres tiveram que percorrer 20 km a pé de volta para a aldeia. A outra ação policial violenta visava cumprir uma reintegração de posse. Na operação os policiais usaram bombas de efeito

moral, destruíram casas, móveis, escolas e roças. Carros utilizados para transporte escolar também foram destruídos.

Em Pernambuco, dois policiais prenderam um jovem Truká usando agressões físicas e verbais. Outro jovem Truká foi detido por policiais e levado, sob agressões verbais, à delegacia. Ele alega não ter cometido os delitos denunciados pelos policiais.

No Tocantins, policiais também maltrataram verbalmente e com tapas um indígena numa *blitz*, e prenderam sua moto.

Em Roraima, um caso surpreende pela aparente inversão de valores. Um grupo de 7 indígenas fiscalizava o lago Caracaranã, dentro da terra indígena Raposa Serra do Sol, para denunciar a entrada de turistas. Eles foram detidos e revistados pela Polícia Federal, que prendeu o coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR) na região, o tuxaua Clodomir Malheiros, por suposto porte de arma ilegal.

A Polícia Militar, no Rio Grande do Sul, atuou de maneira exagerada e desnecessária no despejo de quatro famílias Guarani Mbya, na maioria mulheres e crianças, acampadas ao lado de uma estrada. Os policiais chegaram fortemente armados, em três camburões, assustando as crianças e mulheres.

Abuso de poder

Dados - 2008

Total de casos: 19 – Vítimas: 77 (individuais)

AM – 3 Caso(s) – 4 Vítima(s)

JUN/2008

VÍTIMA: Comunidade Tukano, Comunidade Tuyuka, Comunidade Tariano

POVO: TUKANO

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Manaus

DESCRIÇÃO: Um grupo de artistas indígenas, de várias etnias, participantes da Feira Indígena Pu-Kaá, reclamam do atraso de quatro meses no pagamento de cachês pela Secretaria Municipal de Cultura. A alegação da Secretaria é falta de verba e problemas na documentação do grupo. O presidente da OAB do Amazonas, Sérgio Salazar, diz ser um desrespeito a forma como a Secretaria de Cultura vem tratando os artistas, descumprindo exigência contratual.

MEIO EMPREGADO: Atraso de pagamento

FONTE: A Crítica/AM, 6/06/2008

6/10/2008

VÍTIMA: A.O.S., E.S.O., M.S.Q.

POVO: APURINÃ

TERRA INDÍGENA: LAMI

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Km 45 - Apurinã

DESCRIÇÃO: Os indígenas foram presos acusados de ter jogado pedras no carro da polícia. Eles negam a acusação. A Funai foi informada e conseguiu liberá-los. Dois deles foram processados.

MEIO EMPREGADO: Prisão ilegal

FONTE: *Chefe de Posto da Funai de Boca do Acre/AM*

JANEIRO/2008

VÍTIMA: Iracema Yawanawá

POVO: YAWANAWÁ

TERRA INDÍGENA: DESALDEADOS

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Manaus

DESCRIÇÃO: A indígena trabalha há mais de um ano como doméstica numa casa de família. Não tem carteira assinada e ganha R\$ 50,00 por mês, alimentação e roupas usadas para os filhos. Ela se sente explorada e alega estar sendo submetida a uma situação de escravidão.

FONTE: *A Gazeta/AC, 11/01/2008*

BA – 4 Caso(s) – 13 Vítima(s)

20/10/2008

VÍTIMA: Jurandir, José Nildo Barbosa

POVO: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

MUNICÍPIO: BUERAREMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Serra do Padeiro

DESCRIÇÃO: Em busca do cacique Babau, policiais federais prenderam Jurandir, irmão do cacique, e José Nildo Barbosa que conduziam um carro da Funasa que levava algumas mulheres da cidade para a aldeia. Entre estas, duas mulheres com filhos recém-nascidos e uma grávida. As mulheres foram levadas para a prefeitura de Buararema e para voltar precisaram andar 20 km. da cidade até a aldeia. Jurandir foi levado para a delegacia da PF de Ilhéus e segundo informações dos indígenas foi agredido e à tarde levado para o hospital.

MEIO EMPREGADO: Prisão ilegal

FONTE: *Equipe Cimi Itabuna-Informe 839/Cimi - Boletim "Mundo"*

23/10/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

MUNICÍPIO: BUERAREMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Serra do Padeiro

DESCRIÇÃO: A ação dos policiais para o cumprimento de reintegração de posse resultou em agressão a crianças na escola, bombas, destruição do patrimônio e dos instrumentos de trabalho da comunidade. Casas foram invadidas, móveis quebrados, arquivos escolares destruídos, roças de cacau queimadas. Os carros para transporte escolar também foram destruídos.

MEIO EMPREGADO: Repressão policial

FONTE: *Comunidade Tupinambá, professores e estudantes, 24/10/2008*

20/10/2008

VÍTIMA: Marcionilio Alves Guerreiro, Jurandir Ferreira, Rosilvado Ferreira

POVO: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

MUNICÍPIO: BUERAREMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Serra do Padeiro

DESCRIÇÃO: Os indígenas foram feridos por disparos de balas de borracha efetuados por policiais federais, quando os mesmos sem identificação adentraram a área indígena, segundo eles para observarem o local para montarem uma estratégia de retiradas dos índios de áreas retomadas.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi Equipe Itabuna*

20/10/2008

VÍTIMA: Edvaldo Santos, Maria da Glória, Felisberto Fulgêncio, Anezil Dias de Oliveira, Luciano, Ivonice Silva Barbosa, José Francisco, Ueilton Silva Santos

POVO: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

MUNICÍPIO: BUERAREMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Serra do Padeiro

DESCRIÇÃO: Os indígenas foram feridos por disparos de balas de borracha efetuados por policiais federais, quando os mesmos invadiram a comunidade da Serra do Padeiro com a justificativa de cumprimento de ordem judicial para efetuar a prisão do cacique Rosivaldo Ferreira (Babau).

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi Equipe Itabuna*

CE – 1 Caso(s) – 2 Vítima(s)

06/08/2008

VÍTIMA: Felipe Rodrigues Gomes, José Wellington Alves Rodrigues

POVO: KARIRI

TERRA INDÍGENA: KARIRI-XOKÓ

MUNICÍPIO: CRATEUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Crateus

DESCRIÇÃO: Os dois indígenas foram presos sem prova, acusados, por uma denúncia anônima, de terem furtado numa clínica perto da sua residência, a maleta de um médico. Os policiais militares, sem apresentar autorização, deram voz de prisão aos rapazes. Revistaram a casa toda e não encontraram nada. Ameaçaram os rapazes com insinuação de tortura. Ao chegar à delegacia humilharam e insultaram as duas vítimas com palavras discriminadoras. Os indígenas negaram até o fim a acusação. Houve uma manifestação de parentes e amigos. Não há notícia de que os agressores tenham sido presos. A família pediu que três advogados fossem à delegacia e os policiais militares admitiram que os acusados eram inocentes.

MEIO EMPREGADO: Prisão ilegal

FONTE: *Equipe Cimi/NE - Poranga; Cristina Kariri*

GO – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

JUNHO/2008

VÍTIMA: Dorvalino Borges

POVO: TAPUIA

TERRA INDÍGENA: CARRETÃO I

MUNICÍPIO: NOVA AMERICA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Carretão

DESCRIÇÃO: Após várias denúncias sobre mau atendimento e péssimas condições do veículo que transporta os doentes, lideranças apreenderam um carro da Funasa quebrado há 10 dias e acionaram o MPF. O coordenador local da Funasa, intimidou o cacique Dorvalino e a comunidade, dizendo que a partir daquela data as portas da Funasa estavam fechadas para os Tapuia.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTE: Cacique

MT – 1 Caso(s) – 40 Vítima(s)

06/03/2008

VÍTIMA: Homens - 40

POVO: ENAWENÊ-NAWÊ

TERRA INDÍGENA: ENAWENÊ-NAWÊ

MUNICÍPIO: JUÍNA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Juína

DESCRIÇÃO: Indígenas realizavam sua pescaria ritual, por se tratar de território tradicional, e onde eles cumprem uma obrigação com os espíritos (Yakariti). Foram surpreendidos por um grupo formado por proprietários locais armados e acompanhados pela Polícia Militar de arma em punho. Houve tumulto e as crianças que acompanhavam os pais correram para a mata ou se atiraram no rio. O grupo de adultos foi insultado e informado que breve os produtores e a polícia voltariam ao local e se encontrassem os indígenas usariam a força para expulsá-los. Os índios explicaram que construíam sua barragem, realizavam sua pescaria e ao fim do período desobstruíam o rio. Questionaram o fato dos agressores estarem armados pois estariam só pescando, que não queriam problemas e que não eram bandidos. Mesmo depois de quatro horas que os indígenas haviam deixado a área, foi possível ouvir vários disparos com as armas de fogo. A criação de um GT da Funai para revisão da área Enawenê deixou os proprietários da região em clima beligerante.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Redação 24horasNews, 11/03/2008; Clipping da 6a.CCR do MPF, 20/03/2008

PA – 1 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KURUAYA

TERRA INDÍGENA: KURUAYA

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Altamira

DESCRIÇÃO: Os indígenas da região conhecida por Tamanduá estavam pescando em águas do rio Xingu, onde sua atividade não é considerada ilegal, mas tiveram apreendidos equipamento de mergulho e sofreram prejuízo de R\$ 5,4 mil porque os peixes artesanais que haviam pescado foram soltos pelos fiscais. Os peixes seriam comercializados junto a uma empresa credenciada no próprio Ibama, e com esse rendimento os pescadores legalizados sustentam suas famílias. Um dos equipamentos apreendidos é um compressor tubo de oxigênio que segundo os indígenas foi "comprado com muito sacrifício". As vítimas informaram

que o uso desse equipamento não é ilegal e permite ao pescador mergulhar por mais tempo para selecionar as espécies e não maltratar a fauna indiscriminadamente. Os agentes do Ibama alegaram que na área existe uma reserva extrativista criada recentemente pelo governo federal. Ocorre que ninguém sabe onde ela começa ou termina e além disso os índios e moradores tradicionais da região nunca foram chamados a opinar sobre a criação dessa reserva, não havendo qualquer tipo de identificação a respeito.

MEIO EMPREGADO: Apreensão de material de pesca

FONTE: O Liberal/PA, 17/08/2008

PE – 2 Caso(s) – 2 Vítima(s)

27/01/2008

VÍTIMA: Adolescente

POVO: TRUKÁ

TERRA INDÍGENA: TRUKÁ

MUNICÍPIO: CABROBO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jatobazeiro -Ilha N.Sra.Assunção

DESCRIÇÃO: O pai da vítima informa que o filho foi preso por três policiais à paisana com um carro particular, de propriedade desconhecida. Os policiais invadiram a aldeia e abordaram o rapaz. Perguntado quem era o pai, ele contou e foi espancado. Levaram o rapaz preso alegando que ele era menor e estava dirigindo uma moto sem habilitação e sem documento obrigatório. A moto é do pai da vítima que explicou que há um acordo da Secretaria de Defesa Social/PE, Polícia Federal, Procuradoria e Poder Judiciário Local de que indígenas não sofreriam penalidades estabelecidas no Código de Trânsito quando estivessem dentro da terra indígena. Levaram o adolescente preso, e o forçaram a gravar um depoimento dizendo que estava bêbado.

MEIO EMPREGADO: Prisão ilegal

FONTE: Carta do indígena Ailson dos Santos-Issô Truká, 06/02/2008

27/01/2008

VÍTIMA: Adilson dos Santos - Yssô Truká

POVO: TRUKÁ

TERRA INDÍGENA: TRUKÁ

MUNICÍPIO: CABROBO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jatobazeiro, Ilha N.Sra.Assunção

DESCRIÇÃO: O comandante do Batalhão da PM enviou três viaturas policiais para que cercassem o carro da vítima. O indígena foi acusado pelos PMs de delitos que ele nega ter cometido. Após agressões verbais levaram a vítima e a prenderam por uma noite dizendo que ele estava bêbado o que o indígena negou, pois estava tomando medicação anti-alérgica. Eles insistiram alegando que índio não pode beber e que quando se encontra índios bebendo eles devem ser presos. Apreenderam a moto e o carro.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTE: Carta da vítima, Ailson dos Santos - Yssô Truká, 06/02/2008

RO – 2 Caso(s) – 3 Vítima(s)

SETEMBRO/2008

VÍTIMA: Pedro Aruá

POVO: ARUÁ

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guajará-Mirim

DESCRIÇÃO: O indígena com deficiência visual, sofreu uma queda e ficou impossibilitado de andar. Foi encaminhado à Casa do Índio, onde permaneceu alguns meses. Constantemente recebia a visita dos netos. Na última visita não encontraram o avô que fora transferido para a casa do ancião, sem autorização dos parentes.

MEIO EMPREGADO: Transferência de indígena sem autorização

FONTE: Valderino Aruá (neto da vítima)

27/03/2008

VÍTIMA: Redemblingue Laia da Silva, Apolinário Laia da Silva

POVO: KUJUBIM

TERRA INDÍGENA: RIO CAUTÁRIO

MUNICÍPIO: COSTA MARQUES

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Costa Marques

DESCRIÇÃO: Os irmãos foram surpreendidos por soldados que chegaram em um toyota, apontando arma de fogo e os acusando de invasores e traficantes. Os soldados invadiram a casa, reviraram colchões e impediram os moradores de entrar em casa. Chamaram o Ibama que apreendeu suas espingardas e os acusaram de vender carne de porco do mato, o que valeu uma multa de R\$ 1.500,00. Um dos acusados teve de pagar fiança no valor de R\$ 415,00, além de serem intimados a comparecer no Fórum Estadual.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: As vítimas; Pe. João Picart e Equipe Cimi - Guajará Mirim/RO

RR – 1 Caso(s) – 7 Vítima(s)

JANEIRO/2008

VÍTIMA: Clodomir Malheiros e mais 6 indígenas

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Raposa/Serra do Sol

DESCRIÇÃO: Um grupo de sete indígenas estava fiscalizando os arredores do lago Caracaranã. É um lugar, dentro da terra indígena Raposa Serra do Sol, onde semanalmente há turistas. As comunidades indígenas não aceitam nem participam destas atividades que normalmente ocasionam entrada desordenada de pessoas, veículos, bebida alcoólica e provocam sujeira no meio ambiente. Após denúncias contra os índios, veiculadas pela televisão do deputado federal Márcio Junqueira, diversas equipes da Polícia Militar, da Rodoviária e da Polícia Federal foram ao local. O grupo de indígenas que já havia concluído seu trabalho decidiu retornar para informar aos policiais o que estava ocorrendo. A PF revistou os índios, deteve todos eles e prendeu o Coordenador Regional da região da Raposa, tuxaua Clodomir Malheiros acusando-o de estar armado. Ele apenas tinha uma munição, (uma bala) sem armas. Foram até Boa Vista e prestaram depoimento até de madrugada. No final a PF prendeu o tuxaua por posse de munição e o enviou à Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Boa Vista. O fato demonstra, além do abuso de poder, a total falta de garantia dos direitos territoriais conquistados pelos povos de Raposa Serra do Sol.

MEIO EMPREGADO: Prisão ilegal

FONTE: Luis Ventura Fernández/Cimi

RS – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

1/07/2008

VÍTIMA: Santiago Franco

POVO: GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: PONTAL

MUNICÍPIO: ELDORADO DO SUL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani (Eldorado do Sul)

DESCRIÇÃO: Quatro famílias estavam acampadas ao lado da estrada, perto da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), quando policiais militares, fortemente armados, chegaram em viaturas e camburões para retirá-los do local. A maioria das famílias era formada por mulheres e crianças, que ficaram muito assustadas. Chegaram a algemar o cacique Santiago Franco. A ação de despejo foi em cumprimento à medida liminar de reintegração de posse deferida pela juíza Luciane Di Domenico a pedido da Pepagro.

MEIO EMPREGADO: Repressão policial

FONTE: Informe Cimi nº 823 - julho/2008; Depoimento do indígena Santiago Franco, 2/7/08

SP – 1 Caso(s) – 3 Vítima(s)

25/08/2008

VÍTIMA: Sidnei Pereira das Neves, Júlio Marcos da Silva, José Alípio Guimarães

POVO: XAKRIABÁ

TERRA INDÍGENA: XAKRIABA

MUNICÍPIO: PONTAL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pontal

DESCRIÇÃO: Os cortadores de cana reivindicam reajuste no piso salarial e aumento no valor pago pelo metro de cana para R\$0,20, que varia de R\$0,08 a R\$ 0,13. Pedem também que as usinas criem comissões para a aferição da medição da cana, pois há documentos que mostram ser comum fraudes ou erros na medição prejudicando os trabalhadores. Estes protestaram em frente ao Sindicato e no confronto entre Policiais Militares e os trabalhadores, foram presos três indígenas Xakriabá, soltos no final da tarde.

MEIO EMPREGADO: Prisão

FONTE: Folha de S.Paulo, 26/08/2008; 6a.CCR do MPF, 20/10/2008, Ag.Popular, nov/08

TO – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

12/06/2008

VÍTIMA: Ranulfo Xerente

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tocantínia

DESCRIÇÃO: O indígena foi abordado numa blitz policial onde apreenderam sua moto. Foi agredido com tapas e verbalmente. Levado à delegacia sem saber o motivo, foi logo liberado mas a moto ficou retida por dois dias mesmo estando com os documentos atualizados.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

FONTE: A vítima

Racismo e discriminação étnico-cultural

Ano de 2008

Em 2008 ocorreram diversas manifestações de preconceito, discriminação e racismo contra os indígenas. No entanto, é difícil avaliar se o racismo contra os indígenas aumentou neste período, pois o registro de apenas 16 casos é limitado. De fato, a maioria dos indígenas enfrenta diariamente situações discriminatórias. Por ser tão corriqueira, a maioria dos incidentes não são denunciados. Exemplo dessa realidade é o relato de uma missionária do Cimi no Tocantins. Em um hospital, ela viu duas mulheres Karajá – uma delas carregava uma criança que estava com febre – esperando para serem atendidas. No entanto, outras pessoas que chegaram depois, foram consultadas antes das indígenas. Outra missionária da mesma região, presenciou num supermercado, que os funcionários não atendiam uma mulher Karajá, enquanto outros clientes eram atendidos. São acontecimentos cotidianos que não foram denunciados.

Os 17 casos apresentados neste relatório são agressões mais severas, que foram registradas ou denunciadas. Como o ocorrido em uma agência da Caixa Econômica Federal (CEF), em Campo Grande,

onde um funcionário disse a Marilu Basiliu, do povo Terena, para “voltar com RG de branco”. O servidor negou o auxílio maternidade à indígena, contrariando o Termo de Ajuste de Conduta assinado pela CEF e pelo Ministério Público Federal sobre documentos expedidos pela Funai. Outro fato ocorreu no Rio de Janeiro, onde um segurança do metrô impediu a entrada de três Pataxó, dizendo: “aqui índio não entra”.

Mesmo dentro de um ambiente escolar de ensino superior, pessoas se expressam de forma discriminatória, como mostra o caso ocorrido em Tocantins. Alguns estudantes ofenderam indígenas afirmando em auto-falantes, que não aceitavam mais indígenas na universidade. Em Campo Grande, duas pessoas, fazendo panfletagem na universidade, falaram frases como “índio tem de morar no mato, porque transmite doenças” e agrediram verbalmente uma indígena Terrena. Por duas vezes, os agentes da Unidade Mista de Segurança Pública recusaram-se a receber a denúncia de racismo feita pela indígena, alegando que ‘não era nada’.



Em 2008, chamou muita atenção o espaço dado por veículos de comunicação de todo o país a textos com conteúdo preconceituoso. Por exemplo, o jornal O Progresso, de Dourados, Mato Grosso do Sul, publicou um artigo do advogado Isaac Duarte de Barros Junior, no qual este chamou os indígenas de “agitadores vadios”, entre outras ofensas, e comparou-os a assaltantes e ladrões. O Jornal de Brasília publicou um artigo do jornalista Cláudio Humberto, no qual este se refere aos indígenas nos seguintes termos: “Com suas bordunas e a velha vigarice, chantageando e achacando funcionários do governo”.

O preconceito, o racismo e o ódio contra os indígenas apareceu de forma mais explícita em cartas de leitores, publicadas nos jornais. Por exemplo, um leitor, opinando sobre Raposa Serra do Sol, afirmou que os índios falam “um idioma que nem analfabeto tem”; outro, escreveu que os índios “não plantam nem um pé de capim”.

O anonimato da internet facilita a expressão brutal de sentimentos anti-indígenas. Exemplo disto foram as muitas reações a reportagem, equilibrada e factual, do jornalista Altino Machado, no Terra Magazine, sobre os povos indígenas que vivem sem-contato no Acre, ameaçados pelo avanço de madeireiros. Leitores deixaram mensagens como: “São um péssimo exemplo de não crescimento e anti-progresso. (...) Deixe eles no mato comendo seus vermezinhas e insetos pois jamais se adaptarão ao nosso mundo. (...) Quem nasceu vagabundo morre vagabundo! (...) Aberta temporada de caça ao índio.”

Inclusive na Câmara Federal em Brasília há manifestações de preconceito e racismo. O deputado federal Jair Bolsonaro (PP), de Roraima, disse ao indígena Jecinaldo Barbosa, do povo Sataré Mawé, que ele “devia ir comer um capim ali fora para manter as suas origens”.

Racismo e discriminação étnico-cultural

Dados - 2008

Total de casos: 16 – Vítimas: 6 (individuais)

AC – 1 Caso(s)

23 E 24 DE MAIO

VÍTIMA: Indígenas Isolados

MUNICÍPIO: RIO BRANCO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fronteira do Acre com o Peru

DESCRIÇÃO: Depois da divulgação das primeiras imagens de indígenas isolados que vivem na fronteira do Acre com o Peru, leitores do site Terra Magazine fizeram declarações discriminatórias contra os índios. Postaram no site mensagens com os seguintes títulos e conteúdos: “Lugar de índio é no mato: Pode até parecer que estou sendo exagerado, mas a história revela que índio só serve pra filmes do passado no papel de bandidos e exemplo de vagabundos. São um péssimo exemplo de não crescimento e anti-progresso. Não adianta tratar índios a pão-de-lo. Deixe eles no mato comendo seus vermezinhas e insetos pois jamais se adaptarão ao nosso mundo. Doem pequenos espaços de terra à eles para evitar que plantem maconha e outras drogas que eles bem conhecem. Quem nasceu vagabundo morre vagabundo!”. Outro leitor declarou: “Aberta temporada de caça ao índio: Se o governo não quer integrar esses espécimes na sociedade então que pare de protegê-los e coloque eles na lista de animais. Assim poderão ser caçados já que outra utilidade não tem”. Mais um leitor postou a seguinte mensagem: “Vagabundos: Odeio índios para mim são bando de vagabundos plantadores de cocaína é um absurdo deixarem nossas fronteiras nas mãos desses inúteis o exército deveria ocupar esses territórios pois acreditem há pesquisadores estrangeiros roubando nossa biodiversidade e pataentando nossas riquezas a peso de ouro”.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas na internet

FONTE: Terra Magazine, 23/05/2008

AL – 1 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KATOKIM

TERRA INDÍGENA: KATOKIM

MUNICÍPIO: PARICONHA

DESCRIÇÃO: Povo localizado no alto Sertão de Alagoas, município de Pariconha, com uma população cerca de 1.288 pessoas. Desde 2002 assumiu a luta pela recuperação do território tradicional e os direitos às políticas públicas específicas e diferenciadas. É um povo extremamente discriminado pela população local, principalmente porque a sua principal liderança é uma mulher (cacique), Maria das Graças (Nina). Cansados de reivindicar dos órgãos governamentais a demarcação da terra e assistência em educação, saúde e projetos agrícolas, decidiram retomar parte do território reivindicado, no dia 16 de fevereiro de 2002, com cerca de 20 tarefas de terra. A perseguição e discriminação aumentaram significativamente. A exemplo dos fatos que ocorreram nos últimos dias: os barracos de palha sofreram apedrejamento pelos moradores da cidade e os indígenas receberam ameaças e xingamentos do antigo ocupante da terra.

MEIO EMPREGADO: Ameaças e xingamentos

FONTE: Cimi Regional Nordeste

BA – 1 Caso(s)

25/08/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: BARRA VELHA

MUNICÍPIO: PORTO SEGURO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Barra Velha

DESCRIÇÃO: Criticando a política indigenista do governo federal sobre estudo para ampliação de reserva indígena de Barra Velha, e defendendo empresários no ramo da construção civil, o jornalista se refere aos índios como “vigaristas, habituados a promover a invasão, a achacar”.

MEIO EMPREGADO: Imprensa

FONTE: *Jornal de Brasília*, 25/08/2008

DF – 1 Caso(s)

23/09/2008

VÍTIMA: Povos indígenas do Brasil

POVO: Todos os povos

TERRA INDÍGENA: Todas

MUNICÍPIO: Brasília

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Jornal de Brasília

DESCRIÇÃO: Comentando a criação da Secretaria de Atenção Primária, referente ao atendimento à saúde indígena, o jornalista assim se expressou: “A criação da Secretaria Primária na prática acaba com a Funasa e leva os índios para o Ministério da Saúde, pertinho do Congresso e do Planalto. Com suas bordunas e a velha vigarice, chanta-geando e achacando funcionários do governo”.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas na imprensa

FONTE: *Jornal de Brasília/DF*, 23/09/2008

MS – 5 Caso(s) – 2 Vítima(s)

27/12/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Laranjeira Nhanderu

DESCRIÇÃO: Por meio do artigo “Índios e retrocesso”, publicado no jornal O Progresso, de 27/12/2008, Dourados/MS, o jornalista desqualifica a comunidade indígena, chamando os índios de “agitadores, vadios”, além de outras ofensas, e comparando-os a ladrões e assaltantes, por sua reivindicação de terras que são tradicionalmente indígenas.

MEIO EMPREGADO: Imprensa

FONTE: *Cimi/MS*, 29/12/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: TAUNAY / IPEGUE

MUNICÍPIO: MIRANDA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Miranda

DESCRIÇÃO: A comunidade indígena está revoltada com a produção de um programa para propaganda eleitoral. A coligação encabeçada pelo PMDB criou em seu programa de rádio um personagem denominado “Sombra” que fez comentários pejorativos à comunidade indígena de Aquidauana. Através do personagem, o radialista insinuou que os indígenas poderiam vender seu voto porque passam fome nas aldeias.

MEIO EMPREGADO: Programa de rádio

FONTE: *pantanalnews*, 08/09/2008

11/11/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Campo Grande

DESCRIÇÃO: Os acusados distribuíram folhetos cujo texto desqualifica os povos indígenas apelando para o risco que terras indígenas, se demarcadas, representam para a soberania do Brasil.

MEIO EMPREGADO: declarações discriminatórias

FONTE: *Folder da Recovê*

10/11/2008

VÍTIMA: Joyner Santana Alcântara

POVO: TERENA

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE

DESCRIÇÃO: Duas pessoas faziam panfletagem convocando os estudantes para uma mobilização contra o Estatuto do Índio e falando frases pejorativas como “índio tem de morar no mato, porque transmite doenças”. Sabendo que havia uma indígena no grupo, os agressores começaram a gritar com ela, humilhando-a na frente de todos. A jovem tentou por duas vezes dar queixa na Unidade Mista de Segurança Pública e os agentes que a atenderam se recusaram alegando que o que acontecera “não era nada”. A vítima procurou a Funai em Campo Grande e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. O caso deve ser relatado ao Ministério Público Federal, pedindo esclarecimentos sobre a atitude da polícia e punição aos responsáveis pela agressão.

MEIO EMPREGADO: Agressão e discriminação verbal

FONTE: *Miriam Terena*

02/01/2008

VÍTIMA: Marilu Basiliu

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia urbana em Campo Grande

DESCRIÇÃO: A indígena foi à Caixa Econômica Federal para receber o auxílio-maternidade e não conseguiu. Segundo ela, a funcionária lhe disse que era para ela “voltar com o RG de branco”. Além de ser discriminatória, a atitude infringe um Termo de Ajustamento de Conduta-TAC que a Caixa assinou com o Ministério Público Federal para a aceitação do documento.

MEIO EMPREGADO: preconceito

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul*, 03/01/2008

RJ – 1 Caso(s) – 3 Vítima(s)

JANEIRO/2008

VÍTIMA: Três homens

POVO: PATAXÓ

LOCAL DE OCORRÊNCIA: RIO DE JANEIRO

DESCRIÇÃO: Três indígenas, dentre eles o sobrinho do indígena Galdino Pataxó, foram barrados na estação de metrô Cantagalo, do Rio de Janeiro. O segurança do metrô alegou que ali “índio não entra”. Os índios estavam paramentados pois participavam de palestras na cidade. A direção do metrô tentou contornar a situação oferecendo um carro com ar-condicionado para levá-los. Os índios negaram a oferta.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTE: *O Globo/RJ*, 7/01/2008

RO – 1 Caso(s)**26/08/2008****VÍTIMA:** Alunos e professor**POVO:** TUPARI**TERRA INDÍGENA:** RIO BRANCO**MUNICÍPIO:** ALTA FLORESTA D'OESTE**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Alta Floresta D'Oeste

DESCRIÇÃO: A assessora pedagógica com o objetivo de avaliar o desempenho do professor indígena em sala de aula, e por desconhecer a língua materna Tupari, proibiu o professor de utilizar a língua indígena em suas aulas.

MEIO EMPREGADO: Discriminação cultural**FONTE:** *Cimi Regional RO-Equipe do Rio Branco e Kwazá***RR – 3 Caso(s) – 1 Vítima(s)****15/05/2008****VÍTIMA:** Jecinaldo Barbosa**POVO:** SATERÊ-MAWE**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA/SERRA DO SOL**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Câmara dos Deputados (Brasília-DF)

DESCRIÇÃO: Num debate realizado na Câmara Federal, Brasília, sobre a demarcação da terra Raposa/Serra do Sol, o deputado Jair Bolsonaro, do PP, ao se referir ao seu oponente, o indígena Jacinaldo Barbosa, disse que “ele devia ir comer um capim ali fora para manter as suas origens”.

MEIO EMPREGADO: Discurso na Câmara Federal**FONTE:** *Folhaonline, 15/05/2008***08/12/2008****VÍTIMA:** Povos Indígenas de Roraima**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA/SERRA DO SOL**MUNICÍPIO:** BOA VISTA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Boa Vista

DESCRIÇÃO: Por conta do julgamento da legalidade do procedimento demarcatório da terra indígena Raposa Serra do Sol, o governador de Roraima, José Anchieta Júnior, fez declarações preconceituosas contra os povos daquela terra. Declarou ao jornal O Globo entre outras coisas: “É fácil comandar índio. Se ele tiver febre, você dá um AAS ou uma Cibalena, resolveu o problema”; “Querem tirar os brasileiros da faixa de fronteira e deixar só os índios”.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas**FONTE:** *O Globo, 09/12/2008***ABRIL DE 2008****VÍTIMA:** Povos indígenas de Roraima**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA/SERRA DO SOL

DESCRIÇÃO: Devido ao intenso debate em torno do julgamento da legalidade do procedimento demarcatório da terra indígena Raposa Serra do Sol, pelo Supremo Tribunal Federal, leitores do jornal O Estado de S. Paulo fizeram declarações preconceituosas contra os povos daquela terra. Declarações essas carregadas de desinformação

e preconceituosas: “... e transferir uma imensidão de hectares exclusivamente para os índios, que não plantam nem um pé de capim, é a maior inversão de valores”; “o sertanista tem a utopia de que os índios preferem continuar andando nus, caçando animais silvestres e falando um idioma que nem alfabeto tem”.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas**FONTE:** *O Estado de S. Paulo***RS – 1 Caso(s)****2008****VÍTIMA:** Comunidade indígena**POVO:** KAINGANG**TERRA INDÍGENA:** MORRO DO OSSO**MUNICÍPIO:** PORTO ALEGRE

DESCRIÇÃO: Os Kaingang ocuparam o Parque Natural Morro do Osso, em 2004. Quando os índios fizeram a ocupação, grande parte da área já estava destinada para a construção de condomínios de luxo. Existem estudos de pesquisadores da UFRS que comprovam que os índios historicamente habitaram essa região. Prova disso, são os antigos sítios arqueológicos e os cemitérios indígenas. Em 2006, o TRF assegurou aos índios o direito de permanecerem na área até que a Funai procedesse os estudos antropológicos. Desde então a Funai vem prometendo a criação do GT, estendendo o prazo até setembro/2008, prazo este que não foi cumprido. Em conseqüência, a comunidade vem sofrendo preconceitos e discriminações por parte da elite que vive no entorno do Morro do Osso.

MEIO EMPREGADO: Discriminação cultural**FONTE:** *Cimi Sul - Equipe Porto Alegre***TO – 1 Caso(s)****16/11/2008****VÍTIMA:** Vestibulandos**MUNICÍPIO:** PALMAS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Campus da Universidade Luterana do Brasil

DESCRIÇÃO: Durante as provas de vestibular na UFT, que foram realizadas no campus da ULBRA, acadêmicos do curso de medicina da UFT encontravam-se no local recepcionando os vestibulandos e, juntamente com eles, uma indígena também acadêmica de medicina. Em dado momento, membros da Associação Atlética do curso de Medicina, que divulgavam o curso por meio de alto-falantes, passaram a abordar os vestibulandos, referindo-se aos povos indígenas e às políticas afirmativas da universidade (sistema de cotas) com palavras ofensivas e preconceituosas do tipo “grito de guerra”. Exclamavam que os índios deveriam ser retirados dos seus caminhos e que não toleravam mais os que pertenciam a esses povos na UFT.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal**FONTE:** *Acadêmica do curso de medicina Wilses Tapajós; Cimi Regional GO/TO*

Violência sexual

Ano de 2008

Foram registrados 6 casos de violência sexual envolvendo 9 vítimas. Foram 3 tentativas de estupro, um caso de abuso sexual de 3 crianças (duas meninas, de 13 e 7 anos, e um menino de 6 anos), e 2 casos de estupro, envolvendo crianças. Este número pequeno tem pouca relação com a realidade e repre-

senta a falta de denúncia e de registro. São conhecidos em muitas áreas indígenas os contatos sexuais entre menores indígenas e turistas, moradores da própria região e passantes, como caminhoneiros. É a carência financeira que leva os menores a buscar dinheiro na prostituição.

Violência sexual Dados - 2008

Total de casos: 6 – Vítimas: 9 (individuais)

AM – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

29/03/2008

VÍTIMA: Adolescente

POVO: MUNDURUKU

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Munduruku de Nova Olinda

DESCRIÇÃO: A adolescente aceitou uma carona na motocicleta do agressor, e explicou que sendo ele vereador ela confiou. Quando viu que ele pegara a estrada, com a intenção de violentá-la, pulou da moto e torceu o pé. A amiga foi socorrê-la e foi agredida pelo acusado.

MEIO EMPREGADO: Tentativa de estupro

FONTE: *A Crítica/AM*, 07/04/2008

BA – 1 Caso(s) – 3 Vítima(s)

01/12/2008

VÍTIMA: Três crianças

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA

MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRALIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Coroa Vermelha

DESCRIÇÃO: As crianças, duas meninas de 13 e 7 anos e um menino de 6 anos foram encontradas correndo na BR-367 entre Porto Seguro e Eunápolis. Levadas até a Delegacia contaram que um homem ofereceu carona quando estavam num ponto de ônibus e as levou para uma estrada deserta. De acordo com o depoimento das vítimas elas foram vítimas de abuso sexual.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *A Tarde/BA*

MS – 4 Caso(s) – 5 Vítima(s)

25/09/2008

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: GUASUTY

MUNICÍPIO: ARAL MOREIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Guasuty

DESCRIÇÃO: Segundo informações da Polícia Civil, a menina trabalhava na companhia dos pais em uma colheita de milho, numa fazenda próxima à aldeia. Quando se afastou dos pais em direção à sua casa foi perseguida pelo acusado que também trabalhava no mesmo local.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *Campo Grande News*, 25/09/2008

25/10/2008

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Dourados

DESCRIÇÃO: O acusado abordou a vítima quando esta voltava para casa. Ofereceu carona e no caminho desceu da bicicleta, levou a menina para um matagal e abusou sexualmente dela. A esposa flagrou o ato mas o acusado fugiu. Uma agente de saúde declarou que as famílias ficam desorientadas nesses casos. Muitas vezes as vítimas ficam sem assistência médica, não recebem kits contra doenças sexualmente transmissíveis porque muitas nem sabem como registrar queixa na polícia.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *Dourados agora; O Estado do Mato Grosso do Sul*, 20/10/2008

22/11/2008**VÍTIMA:** Criança**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAI**MUNICÍPIO:** AMAMBAI**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Amambai

DESCRIÇÃO: Segundo informações da polícia, o autor é vizinho da vítima e no dia do crime teria se aproveitado de um momento em que a menina estava sozinha em casa. Para evitar que o caso viesse a público teria ameaçado a vítima de morte caso ela contasse a alguém o ocorrido. A agente de saúde informa que as famílias ficam desorientadas e poucas procuram a polícia. Em geral as vítimas ficam sem assistência médica e não recebem kits contra doenças sexualmente transmissíveis porque muitas nem sabem como registrar na polícia. O agressor foi localizado e preso. Foi

encaminhado para o estabelecimento penal de Amambai onde permanece à disposição da Justiça.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *midiamaxnews, 27/11/2008; O Estado do Mato Grosso do Sul, 20/10/2008*

11/10/2008**VÍTIMA:** Duas mulheres**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** SETE CERROS**MUNICÍPIO:** PARANHOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Sete Cerros

DESCRIÇÃO: O indígena tentou estuprar duas mulheres no interior da aldeia. Foi linchado por indígenas da comunidade.

MEIO EMPREGADO: Tentativa de estupro

FONTE: *O Progresso/MS, 11/11/2008*

Foto: Egon Heck/Arquivo Cini



Muitas vítimas de violência sexual não denunciam as agressões, por isso o pequeno número de registro não é representativo

Apropriação indébita – retenções de cartões bancários

Ano de 2008

Como nos anos anteriores, em 2008, foi prática corriqueira a retenção de cartões bancários, do Bolsa Família e da Previdência Social de indígenas por parte de comerciantes. Este costume, muitas vezes, se torna um meio de manter os clientes indígenas atrelados à loja do comerciante em questão. Equipes do Cimi em todas as regiões do país identificam casos desta prática, relatando casos de comerciantes que retêm dezenas de cartões.

Há casos em que comerciantes exigem os cartões e suas senhas como condição para aceitar indígenas como clientes. Diversas vezes, vendem com sobrepreço os produtos da loja para, na hora de calcular o pagamento, esvaziarem as contas bancárias dos clientes, colocando-os em dívida. Como consequência, os comerciantes não devolvem os cartões, alegando que precisam do dinheiro do próximo pagamento, criando assim uma relação forçada.

São casos claros para tirar vantagem de pessoas, em geral, com pouca experiência com meios eletrônicos de pagamento, que não têm domínio suficiente

da matemática para verificar a conta e da escrita para registrar as próprias compras. De fato, na maioria dos casos, não há emissão de nota fiscal ou de nota promissória.

Há ainda casos que vão além do superfaturamento. Nessas situações, os comerciantes simplesmente se apropriam do dinheiro dos indígenas, esvaziando suas contas, caracterizando roubo. Como foi o caso da Rita Cao Oro Waje, que recebeu auxílio maternidade e, semanas depois, descobriu que não restava nada do benefício na sua conta bancária.

Apesar de ser prática corriqueira, constam apenas três casos pontuais neste relatório, pois muitas vítimas não denunciam o crime, temendo possíveis consequências por parte dos comerciantes.

Um exemplo do que pode ocorrer consta na categoria 'ameaças de morte' deste relatório (página 62): o cacique Orlando Ribeiro Salvador, do povo Apinajé, denunciou a retenção de cartões bancários feita por um comerciante em Tocantins e foi ameaçado de morte.

Apropriação indébita – retenções de cartões bancários Dados - 2008

Total de casos: 3 – Vítimas: 3 (individuais)

MA – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

NOVEMBRO

VÍTIMA: Maria Gavião

POVO: GAVIÃO

TERRA INDÍGENA: GOVERNADOR

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Rubeácea

DESCRIÇÃO: O comerciante fez um empréstimo não autorizado no cartão de benefício do INSS provocando o endividamento da vítima, que denunciou o caso.

MEIO EMPREGADO: Retenção de cartão e senha bancária

FONTE: Equipe Cimi-Grajaú/MA

RO – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

JUNHO/2008

VÍTIMA: Rita Cao Oro Waje

POVO: CAO ORO WAJE (ORO WARI)

TERRA INDÍGENA: SAGARANA

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guajará-Mirim

DESCRIÇÃO: Uma servidora da Funai entregou os documentos da vítima para uma outra pessoa. Esta, com a ajuda de terceiros, falsificou sua assinatura e sacou o seu benefício maternidade do banco. A vítima estava na aldeia sem saber de nada. Quando foi ao banco retirar seu auxílio maternidade, descobriu que não tinha nada em seu nome.

MEIO EMPREGADO: Apropriação indébita de cartão

FONTE: Rita Cao Oro Waje; Comunidade Indígena; Equipe Cimi - Guajará Mirim

TO – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)**JULHO/2008****VÍTIMA:** Orlando Ribeiro Salvador e comunidade**POVO:** APINAYÉ**TERRA INDÍGENA:** APINAYÉ**MUNICÍPIO:** TOCANTINOPOLIS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia São José**DESCRIÇÃO:** O comerciante retém cartões de aposentados e

beneficiários do Bolsa Família, alegando dívidas inexistentes. No ato das compras não há emissão de nota fiscal (quando feita à vista) ou mesmo nota promissória (quando feita à prazo). O cacique entrou com uma representação na Delegacia de Polícia de Tocantinópolis. Foi enviada solicitação de providências ao presidente da Funai, Márcio Meira, ao Ministério Público Federal e o Procon de Tocantinópolis já foi informado.

MEIO EMPREGADO: Retenção de cartão e senha bancária**FONTE:** *Carta de liderança indígena Apinayé*



Capítulo III

Violência por omissão do poder público

Suicídio e tentativa de suicídio	99
Desassistência na área de saúde	105
Morte por desassistência à saúde	120
Mortalidade na infância	124
Desnutrição	129
Disseminação de bebida alcoólica e drogas	130
Desassistência na área de educação escolar indígena	133
Desassistência geral	137



Em 2008, no Mato Grosso do Sul, 30 pessoas do povo Guarani Kaiowá se enforcaram

Suicídio e tentativa de suicídio

Ano de 2008

Se no ano de 2007 foi contabilizado o número alarmante de 28 suicídios de indígenas, o quadro em 2008 se agravou, com 34 casos. Todos eles do povo Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Isto significa um aumento de 6 suicídios entre os Guarani Kaiowá, ou 21%, se comparado com 2007.

De fato, a partir do ano 2003 o suicídio entre os Guarani Kaiowá mostra uma tendência crescente, em paralelo ao crescente número de assassinatos e tentativas de assassinatos, apontados nos capítulos anteriores.

Suicídios registrados entre os Guarani Kaiowá					
2003	2004	2005	2006	2007	2008
22	16	28	19	28	34

Dos 34 suicídios, apenas 2 foram cometidos por mulheres. Em 4 casos não consta o gênero do indígena, nos demais 28 casos tratam-se de homens. Suicidou-se 1 pessoa ingerindo veneno, 2 pessoas – um pai e um filho – utilizaram uma arma de fogo, 1 pessoa se estrangulou e os demais (30) se enforcaram, utilizando corda, camisetas, cintos, panos e um fio elétrico. Em 6 casos, o indígena havia consumido bebidas alcoólicas.

Observa-se que o número de vítimas menores de 18 anos diminuiu de 13 para 9 no último ano. Ao contrário, o número de suicídios de adultos aumentou de 6 para 25. Mesmo assim, trata-se, na maioria dos casos, de adultos jovens, visto que 19 dos adultos

tinham entre 18 e 27 anos. Ou seja, 27 das 34 vítimas tinham menos de 27 anos.

O suicídio costuma acontecer quando um problema psiquiátrico ou psicológico é somado a alguma forma de estresse intenso⁽¹⁾. Tendo em vista a realidade vivida pelos Guarani Kaiowá, o fator de estresse intenso está onipresente. Como foi apresentado neste relatório, vivem extremamente confinados, enfrentam desemprego ou exploração no emprego, convivem com a pobreza, fome, falta de assistência, rejeição da sociedade envolvente, abuso de álcool, violência, desestruturação social e, para completar, falta perspectiva. Portanto, na vida dos Guarani Kaiowá é necessário apenas um problema de ordem mental para criar as circunstâncias para um suicídio. Nesse sentido, constam 5 casos de pessoas depressivas ou muito tristes, por morte da parceira, fim de namoro e notícia de um mandado de reintegração de posse de uma área retomada. Em 2 casos de suicídio, a Funasa informa que os indígenas apresentam um quadro de problemas mentais, associados com as dificuldades da questão fundiária e com distorções sociais, provocadas pela pobreza e a proximidade das cidades. Há um caso de suicídio em que um desentendimento familiar e a falta de dinheiro para comprar material escolar são apontados como possíveis motivos. Porém, na maioria dos casos os familiares dizem desconhecer os verdadeiros motivos que levaram a pessoa ao suicídio.

Muitos Guarani não gostam de falar sobre suicídios, porque, na visão deles, o suicídio é uma

O suicídio costuma acontecer quando um problema psiquiátrico ou psicológico é somado a alguma forma de estresse intenso. Tendo em vista a dramática realidade vivida pelos Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, o fator de estresse intenso está onipresente.

(1) Como aponta João Alberto Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) no artigo Suicídio: um problema de saúde pública, em: *Jornal do Brasil*, 21/02/2009

doença, provocada por feitiços, um encantamento feito ou causado por seres sobrenaturais a serviço de maus rezadores. Por temerem cair nas amarras desses poderes, muitas pessoas evitam falar sobre o assunto. Isto pode ser uma explicação para fato de haver apenas um registro de uma tentativa de suicídio entre os Guarani Kaiowá. Possivelmente as tentativas não são denunciadas.

Em 2007 a Funasa informou que contratou quatro psicólogos para atender os problemas de saúde mental dos indígenas e que pretendia contratar outros 13 psicólogos para os pólos de saúde do Mato Grosso do Sul. Isto poderia amenizar o problema, pois, caso haja tratamento do transtorno mental, muitos suicídios poderiam ser evitados.

Houve, ainda, registro de duas tentativas de suicídio por dois jovens Karajá, no Tocantins.

Como nos anos anteriores, ocorreram alguns relatos de suicídio entre os Tikuna, no Amazonas, mas em 2008 nenhum caso pontual foi registrado. À

imprensa, a liderança da aldeia Umariçu 2 afirmou que em 2008 houve pelo menos dois suicídios no seu povo e avalia que a situação está cada vez mais grave. Atribui os suicídios ao envolvimento da juventude com o uso e o tráfico de drogas. Esta também é a avaliação do administrador regional da Funai, Davi Félix Cecílio. A droga usada seria uma mistura de cocaína, cachaça e coca-cola, que deixa as pessoas rebeldes, violentas, agressivas e transtornadas. “Ele cheira, toma, come e aí se suicida”, diz o administrador. As lideranças Tikuna reivindicaram a presença da polícia na terra do povo para impedir a entrada de drogas.

A falta de registros de suicídio dos Tikuna decorre de vários fatores. Primeiro, os indígenas não percebem o suicídio como uma violência e por isto não denunciam eventuais casos. Segundo, os familiares preferem não falar sobre o assunto. Terceiro, a polícia da região não registra a etnia nos boletins de ocorrências. Ou seja, quando um caso de suicídio é registrado, não há especificação se a pessoa é um indígena ou não-indígena.

Suicídio

Dados - 2008

Total de casos: 34 – Vítimas: 34 (individuais)

MS – 34 Caso(s) – 34 Vítimas(s)

24/01/2008

VÍTIMA: E.P.M

IDADE: 24 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: TACURU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sessoró

DESCRIÇÃO: Foi encontrado enforcado com uma corda de nylon.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: www.campograndenews.com.br-26/01/2008

13/07/2008

VÍTIMA: J.E.

IDADE: 34 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: A indígena ingeriu bebida alcoólica durante o dia e à noite foi encontrada morta. Ela usou uma corda para se enforçar.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: site A Gazeta News, 14/07/2008

26/01/2008

VÍTIMA: I.A

IDADE: 28 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: Foi encontrado sem vida, enforcado por um cinto preso a uma árvore.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: www.campogrande.news.com.br-26/01/2008

20/02/2008

VÍTIMA: J.V.

IDADE: 20 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amambai

DESCRIÇÃO: Foi encontrado morto com uma corda amarrada a um galho de árvore.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: campogrande.news, 21/02/2008

30/07/2008

VÍTIMA: Adolescente

IDADE: 13 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: Enforcou-se com uma camiseta. A irmã da vítima contou à polícia que ele estava depressivo nos últimos dias. Ele havia deixado os estudos.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: maracaju.news.com.br

13/12/2008

VÍTIMA: Homem

IDADE: 21 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amambal

DESCRIÇÃO: O indígena foi encontrado enforcado com um pedaço de pano amarrado a uma árvore. Ele estaria depressivo porque havia terminado um relacionamento amoroso.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *campogrande.news*, 13/12/2008

05/05/2008

VÍTIMA: J.M.

IDADE: 21 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: A vítima estava pendurada por uma corda em uma árvore. O fato foi comunicado pelo capitão da aldeia. Os motivos do suicídio são desconhecidos.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *ultimahoraneews.com*, 05/05/2008

27/10/2008

VÍTIMA: J.L.A.A.

IDADE: 19 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: YVY KATU

MUNICÍPIO: JAPORA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Ivy Katu

DESCRIÇÃO: A vítima utilizou a camisa para improvisar uma corda amarrada a um galho. Os familiares não sabem o motivo do suicídio.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Home paga capitalnews.com*, 24/10/2008

25/01/2008

VÍTIMA: S.V

IDADE: 27 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: TACURU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada pendurada em um galho de árvore por um pedaço de corda de 120 centímetros. A esposa dele relatou que ele saiu de casa por volta de meia-noite dizendo que ia buscar água e não retornou mais.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *campograndenews.com.br-26/01/2008*

12/02/2008

VÍTIMA: N.R.L

IDADE: 16 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Encontrado enforcado na aldeia. O irmão da vítima, de 21 anos, cometera suicídio em setembro de 2007. A raiz do problema pode estar na questão fundiária e nas distorções sociais causadas pela proximidade entre as aldeias e a cidade, no entender da Funasa. O órgão informa que contatou em 2007 quatro psicólogos para trabalhar a saúde mental dos índios e pretende contratar um psicólogo para cada um dos 13 pólos de saúde.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Última Hora news*, 15/02/2008

15/01/2008

VÍTIMA: N.R.

IDADE: 18 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: NOVA ANDRADINA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Nova Andradina

DESCRIÇÃO: O indígena foi encontrado morto por seus familiares. Utilizou uma camiseta para se enforcar, no quintal da casa onde residia.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *O Progresso*, 16/01/2008

20/02/2008

VÍTIMA: R.B.

IDADE: 14 anos

POVO: GUARANI NHANDEVA

TERRA INDÍGENA: POTRERO GUAÇU

MUNICÍPIO: PARANHOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Potrero Guaçu

DESCRIÇÃO: O jovem se matou com um tiro na cabeça. Ele tinha pedido dinheiro ao pai para comprar material escolar. O pai negou porque não tinha. Revoltado, o jovem pegou um revólver que havia em casa e tirou a própria vida. O pai, desesperado, também se suicidou.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *midiamaxnews*, 20/02/2008; *campogrande.news*, 21/02/2008

20/02/2008

VÍTIMA: C.B.

IDADE: 34 anos

POVO: GUARANI NHANDEVA

TERRA INDÍGENA: POTRERO GUAÇU

MUNICÍPIO: PARANHOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Potrero Guaçu

DESCRIÇÃO: A vítima havia negado dinheiro ao filho para comprar material escolar, porque não tinha. O rapaz se suicidou. O pai ficou desesperado e também se matou com o mesmo revólver.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *midiamaxnews*, 20/02/2008; *campogrande.news*, 21/02/2008

6/11/2008

VÍTIMA: D.D.C.

IDADE: 33 anos

POVO: GUARANI

MUNICÍPIO: SIDROLANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Córrego do Meio

DESCRIÇÃO: Enforcou-se com uma corda dependurada em uma árvore, próxima da aldeia. O corpo foi encontrado pelo irmão da vítima.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *midiamaxnews*, 6/11/2008

28/08/2008**VÍTIMA:** V.M.B.**IDADE:** 18 anos**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** JAPORÃ**MUNICÍPIO:** JAPORA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: O corpo da vítima foi localizado pelos parentes pendurado com uma corda improvisada com camisetas, no galho de uma árvore. Segundo os familiares, teria havido um desentendimento familiar na noite anterior, porém os motivos não foram informados.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento**FONTE:** *midiamaxnews*, 28/08/2008**21/03/2008****VÍTIMA:** A.B.**IDADE:** 20 anos**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** YVY KATU**MUNICÍPIO:** JAPORA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: Encontrado morto na aldeia. Usou uma corda pendurada numa árvore. Não se sabe os motivos.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento**FONTE:** *midiamax.com*, 21/03/2008**26/12/2008****VÍTIMA:** G.R.**IDADE:** 16 anos**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** JAPORÃ**MUNICÍPIO:** JAPORA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: O indígena provocou o próprio estrangulamento com a ponta de uma corda amarrada a uma cerca e a outra em seu pescoço. A família desconhece os motivos que levaram o jovem a esse ato.

MEIO EMPREGADO: Estrangulamento**FONTE:** *campogrande.news*, 27/12/2008**08/08/2008****VÍTIMA:** C.G.**IDADE:** 49 anos**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAI**MUNICÍPIO:** AMAMBAI**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Amambai

DESCRIÇÃO: A vítima utilizou um fio elétrico de uma televisão para se matar. De acordo com a polícia, o indígena havia perdido a esposa há cerca de sete meses e passado a morar sozinho. Possivelmente sofreu uma crise de depressão.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento**FONTE:** *midiamaxnews*, 08/05/2008**11/08/2008****VÍTIMA:** Adolescente**IDADE:** 13 anos**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Panambizinho

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada enforcada com uma corda amarrada a uma árvore, perto da casa dele. Segundo informações de familiares, o menino estaria sofrendo de depressão porque o relacionamento com sua namorada teria acabado.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento**FONTE:** *6a.Câmara do MPF; Home Page Campo Grande News*, 11/08/2008**16/08/2008****VÍTIMA:** B.M.**IDADE:** 57 anos**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPO**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Tey Kue

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada pelo filho. O corpo estava pendurado por uma corda de nylon amarrada a uma viga, no interior da casa. De acordo com a Perícia técnica da Polícia Civil de Dourados, o indígena apresentava um ferimento profundo na testa e, por conta disto, não se descartava a possibilidade de que ele tenha sido assassinado e depois pendurado para dar a idéia de que se tratava de um suicídio.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento**FONTE:** *midiamaxnews*, 16/08/2008**19/05/2008****VÍTIMA:** G.A.**IDADE:** 19 anos**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPO**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Piraruká

DESCRIÇÃO: Foi encontrado suspenso por uma corda num dos cômodos da casa. Ele teria chegado embriagado. A mulher foi lavar roupa e quando voltou encontrou o indígena morto.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento**FONTE:** *Home paga Maracaju News*, 19/05/2008**07/ABRIL/2008****VÍTIMA:** J.S.**IDADE:** 22 anos**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** TAQUAPERÍ**MUNICÍPIO:** CORONEL SAPUCAIA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Taquaperi

DESCRIÇÃO: O indígena foi encontrado pela mãe, enforcado com uma cinta, na madeira que atravessa a cobertura da casinha de sapê. A vítima morava sozinho e o pai disse à polícia que o filho tinha ingerido bebida alcoólica na noite anterior.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento**FONTE:** *midiamaxnews*, 08/04/2008**24/02/2008****VÍTIMA:** V.I.**IDADE:** 22 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ
MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Taquapery

DESCRIÇÃO: Foi encontrado em meio a uma lavoura de mandioca no interior da aldeia. Usou um pedaço de corda para se matar. Os motivos são desconhecidos.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *campogrande.news*, 24/02/2008

04/09/2008

VÍTIMA: D.D.

IDADE: 28 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: PORTO LINDO

MUNICÍPIO: DOURADINA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: Foi encontrado pendurado numa corda atada a uma viga no quarto da residência.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *maracaju.news*, 04/09/2008

22/06/2008

VÍTIMA: Adolescente

IDADE: 15 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fazenda Santo Antônio

DESCRIÇÃO: Foi encontrado pendurado pelo pescoço a uma corda atada a uma viga. A mãe contou que o filho estava triste porque o dono da área, ocupada há 30 dias pelas famílias, havia obtido um mandado de reintegração de posse da área.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *midiamaxnews*, 23/6/2008

7/11/2008

VÍTIMA: M.M

IDADE: 40 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: Foi encontrado enforcado com uma corda enrolada no pescoço. Ele era alcoólatra e depressivo.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Home page Campo Grande News*, 7/11/2008

31/10/2008

VÍTIMA: R.S.

IDADE: 14 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Testemunhas contam que o garoto estava alterado e quebrando coisas em casa. O pai tentou conversar com o filho, mas foi atacado com uma faca. Ele contou a polícia que depois da briga saiu de casa e quando voltou já encontrou o filho enforcado com um pedaço de pano

amarrado no pescoço, na janela. A Polícia Civil está investigando o caso.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *home page campo grande news*, 1/11/2008

08/03/2008

VÍTIMA: R.L.G.

IDADE: 20 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: Foi encontrado pela esposa e chegou a ser socorrido mas não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *midiamaxnews*, 08/03/2008

3/08/2008

VÍTIMA: R.V.G

IDADE: 23 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Segundo a esposa da vítima ele teria acordado para ir ao banheiro. Como estava demorando ela saiu para procurá-lo. O corpo foi encontrado dependurado por um cinto a um galho de uma árvore. A polícia vai investigar o caso.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *douradosagora/MS*, 4/08/2008

26/07/2008

VÍTIMA: J.V.C.

IDADE: 20 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Foi encontrado morto em uma mata próxima de sua casa. O pai ainda tentou salvá-lo, cortando o pano que estava amarrado em seu pescoço.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Dourados News* - 27/07/2008 -

09/01/2008

VÍTIMA: E.B.S

IDADE: 17 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: O jovem se enforcou com um cinto que amarrou em uma árvore, próximo de sua casa. Segundo a Funasa um dos principais problemas causadores de suicídio entre os Guarani Kaiowá é a questão fundiária e as distorções sociais causadas pela proximidade entre as aldeias e a cidade, além do alcoolismo.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Maracaju.new.com.br*,

5/12/2008**VÍTIMA:** R.S.**IDADE:** 25 anos**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bororo

De acordo com informações da esposa da vítima, ele teria saído de casa e retornou totalmente embriagado. Pediu para que ela arrumasse alguma roupa para que ele trabalhasse no dia seguinte. A esposa, logo que retornou ao interior da casa não o encontrou. Ao procurá-lo pelo quintal, encontrou o corpo do marido dependurado em uma árvore, preso a uma corda.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento**FONTE:** *www.grandefm.com.br, 6/12/2008***21/08/2008****VÍTIMA:** M.A.**IDADE:** 15 anos**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A vítima havia casado há três meses. Tomou veneno, foi levada ao hospital mas não resistiu. Os parentes não sabem informar o motivo do suicídio.

MEIO EMPREGADO: Ingestão de Veneno**FONTE:** *campogrande.news, 22/08/2008***13/09/2008****VÍTIMA:** A.S.**IDADE:** 19 anos**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: De acordo com os familiares a vítima estava na casa de um primo, bebendo, quando brigaram. A mulher dele levou-o para casa, mas ele decidiu voltar para acertar contas com o primo. Como estava demorando, a esposa foi procurá-lo e o encontrou enforcado numa árvore.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento**FONTE:** *campogrande.news, 14/09/2008*

Tentativa de suicídio

Dados - 2008

Total de casos: 3 – Vítimas: 3 (individuais)

MT – 2 Caso(s) – 2 Vítimas(s)

SETEMBRO/2008**VÍTIMA:** X.K.**IDADE:** 13 anos**POVO:** KARAJÁ**TERRA INDÍGENA:** SÃO DOMINGOS**MUNICÍPIO:** LUCIARA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Krehawã

DESCRIÇÃO: Após desentendimentos com familiares a vítima tentou se jogar de cima da antena de telefone.

FONTE: *Cimio Regional/MT***01/07/2008****VÍTIMA:** T.K.**IDADE:** 12 anos**POVO:** KARAJÁ**TERRA INDÍGENA:** SÃO DOMINGOS**MUNICÍPIO:** LUCIARA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Krehawã

DESCRIÇÃO: A vítima se desentendeu com o pai por questões de namoro e tentou o suicídio subindo na antena de telefone e ameaçando se jogar.

FONTE: *Cimi Regional MT, dez/2008 e parentes da vítima*

MS – 1 Caso(s) – 1 Vítimas(s)

10/04/2008**VÍTIMA:** Adolescente**IDADE:** 16 anos**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: O adolescente tentou suicídio mas a camiseta que utilizou para a tentativa rasgou e ele sofreu uma queda violenta, sofrendo lesões internas na coluna. Foi encaminhado ao hospital de Urgência e Trauma por uma equipe da Funasa.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento**FONTE:** *Dourados Agora, 10/04/2008*

Desassistência na área de saúde

Ano de 2008

De 2007 para 2008 triplicou o número de registros de desassistência na área de saúde, de 24 para 77 casos, atingindo milhares de pessoas (pelo menos 4106) diretamente. Constatam-se casos em 18 estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins.

Os dados registrados mostram um quadro da saúde indígena muito precário em todas as regiões e em todos os níveis. Dependendo da região falta quase tudo: atendimento médico nas aldeias e nos postos

de saúde; medicamentos e transporte para doentes, gestantes e, inclusive, para as equipes médicas; treinamento para a equipe médica; pessoal qualificado; instalações adequadas nos centros de atendimento, nos ambulatórios e nas Casas de Assistência à Saúde Indígena (CASAI).

Foram registrados 30 casos de falta de atendimento ou de atendimento inadequado e atrasado, atingindo dezenas de povos e comunidades diferentes. Como resultado, houve diversas mortes de indígenas que, talvez, poderiam ser evitadas. Não são apenas as comunidades mais afastadas e isoladas que sofrem, como as do Vale do Javari, no Amazonas. Por exemplo,

Foto: Gil de Castro/Arquivo Cimi



Nos postos de atendimento médico, indígenas esperam deitados no chão, sem o mínimo de higiene e estrutura



Muitos indígenas acabam morrendo por falta adequada de assistência médica. Os indígenas do Vale do Javari (Amazonas) enfrentam uma das piores situações na área de saúde

falta atendimento para os Tupinambá e Pataxó Hã-Hã-Hãe, na Bahia, que vivem perto de cidades.

Há 14 denúncias de falta de medicamentos nos postos de saúde, nas CASAIs ou para as equipes médicas levarem nas visitas às aldeias. Faltam inclusive os medicamentos mais básicos, como aponta, por exemplo, o levantamento feito por Dário Votório Xiriana, tesoureiro da Hutukara Associação Yanomami: faltam 93 medicamentos necessários na CASAI de Boa Vista, Roraima.

Constam 19 registros de falta de transporte, atingindo dezenas de povos. Em geral, não há carros, há veículos danificados e não há recursos para combustível ou pagamento dos motoristas. Há vários casos onde existe apenas um carro para uma equipe médica atender dezenas de aldeias e milhares de indígenas.

Em 9 ocorrências foi denunciada a falta de médicos ou de preparo adequado para as equipes multidisciplinares que atendem os povos indígenas. Isto leva a situações como a que ocorreu com Mixon Oro Mon, de 51 anos, do povo Pakaá Nova (Rondônia), que ficou seis meses com o braço quebrado sem poder trabalhar, porque a enfermeira da CASAI, que avaliou a radiografia, disse não haver nenhum problema.

Há 8 denúncias de instalações e instrumentos precários e inadequados, entre estas várias CASAIs e postos de saúde.

Há 30 casos de falta de água potável e de saneamento básico. Essa falha do poder público tem forçado muitas comunidades a usarem água de péssima quali-

dade, sem tratamento, como os Maxakali da Aldeia Verde em Minas Gerais. Isto enfermidades cujos sintomas são: diarreia, vômito, sangramento e febre alta. Em crianças, esta situação leva regularmente à subnutrição. Destaca-se a situação das comunidades Guarani e Kaingang nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Elas vivem abandonadas pelas autoridades (Funasa, Funai, prefeituras), que se recusam a furar poços ou fornecer saneamento básico. Há inclusive comunidades que usam água contaminada por agrotóxicos. Em Santa Catarina, foram demitidos engenheiros, técnicos e auxiliares de saneamento, deixando dezenas de módulos sanitários sem conclusão. Foram atingidas as comunidades Marangatu, Tarumã, Yaka Porã, Reta – Itaju, Limeira, Pindo Ty, Yvapuru, Jaboticabeira, Conquista, Morro Alto, Morro dos Cavalos, Itanhaém, Cury, Aracaí, M'byguaçu e Tawai.

Há ainda 7 denúncias de desnutrição, com dezenas de vítimas, sobretudo crianças. Entre elas, crianças Guarani Kaiowá em Dourados, Mato Grosso do Sul e crianças Guarani de várias comunidades em Santa Catarina e Paraná.

Um problema grave, como registrado em 2006 e 2007, continua sendo o alto índice de hepatite A, B e Delta, entre vários povos da Amazônia legal, notadamente no Acre e no Vale do Javari (Amazonas), como os Marubo, Mayoruna, Kanari, Matis, Kulina e Korubo. Segundo dados da Funai, publicados em março de 2009, no Vale do Javari, 80% dos adultos e 15% das

crianças estão contaminados com hepatite. Em muitas regiões a doença se combina com uma epidemia de malária. Com a população enfraquecida por estas doenças, outras enfermidades se espalham, como meningite, filária e tuberculose – como denunciam os Marubo, relatando vários falecimentos. Apesar dessa situação, a Funasa não tem plano de vacinação ou tratamento e tem se recusado a entregar os exames feitos no início de 2007.

A hepatite e a malária podem ser doenças fatais, se ficarem sem tratamento adequado. Como nos anos anteriores há muitos relatos de mortes por estas doenças, tanto de adultos quanto de crianças. A Agente Indígena de Saúde (AIS) Raquel Jaminawá, do povo Jaminawá no Acre, afirma estar cansada de assistir – impotente – sua comunidade sendo dizimada pela doença. Ela própria perdeu vários parentes, entre eles seu irmão e os primos.

As autoridades responsáveis não têm tomado as devidas providências para combater as epidemias de ambas as doenças. A Funai, junto com as Forças Armadas, realizou um trabalho emergencial no Vale do Javari, entre maio e junho de 2008, mas isto não resolveu o problema. Esse resultado não surpreende,

pois a vacina contra hepatite precisa ser aplicada em vários intervalos ao longo de vários meses. Como observa a liderança indígena André Mayoruna “não basta promover ações emergenciais se falta toda estrutura para dar continuidade às ações de saúde”. De fato, a Funai e a Funasa reconheceram que a situação está gravíssima, porém, alegaram que não têm condições para combater as doenças.

A Funasa sempre alega falta de recursos financeiros e humanos para os problemas identificados. Há vários casos em que os agentes de saúde e motoristas ficam meses sem receber salário. As organizações e entidades conveniadas reclamam da falta de repasse dos recursos financeiros para saúde. Do outro lado, autoridades (prefeituras, Funasa ou ministério da Saúde) alegam, em alguns casos, que as entidades em questão não prestaram contas da verba recebida e por isso o repasse é suspenso. Como ocorreu no Mato Grosso, onde a Funasa não fez o repasse devido à dificuldade na prestação de contas da Organização Amazônia Nativa (Opan), que complementa o atendimento à saúde indígena. A conseqüente falta de atendimento levou indígenas Irantxe e Mynky a ocupar a sede da Funasa em Cuiabá.

Desassistência na área de Saúde

Dados - 2008

Total de casos: 77 – Vítimas: 4.106 (individuais)

AC – 3 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidades

POVO: KAXINAWÁ, KULINA, ASHANINKA

MUNICÍPIO: FEIJO

DESCRIÇÃO: Aproximadamente 250 indígenas de Feijó estão acampados no Pólo Base da cidade protestando contra a política de saúde adotada pela prefeitura, com a conivência da Funasa. No pólo base as condições são mínimas para abrigar por muito tempo o número de indígenas, falta comida, água e as condições sanitárias são péssimas. Eles dizem que a prefeitura tem recursos financeiros num montante mensal de R\$ 91.000,00 além de R\$ 15.000,00 que a prefeitura recebe como incentivo. Os líderes estão cansados de esperar que suas reivindicações sejam atendidas. Liberação de recursos para que as equipes realizem viagens para áreas o que evitaria o fluxo de índios para as cidades pois acabam voltando mais doentes; saneamento básico; reconhecimento do administrador nomeado pelas lideranças e que é ignorado pela administração municipal; estrutura para atuação dos auxiliares de enfermagem nos pontos estratégicos do alto rio Envira; melhoria do sistema de comunicação e transporte nas comunidades; prestação de contas do recurso destinado à saúde indígena desde o início da vigência do convênio, pois sempre que fazem alguma solicitação a resposta é falta de recursos.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Equipe do Cimi em Feijó

ABRIL/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: JAMINAWÁ

MUNICÍPIO: SENA MADUREIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Jaminawá do rio Iaco

DESCRIÇÃO: A agente de saúde indígena Raquel Jaminawá, afirma que está cansada de assistir impotente sua tribo sendo dizimada pela hepatite. Ela já perdeu vários parentes e amigos com a doença. Seu irmão e dois filhos deste, foram vitimados pela hepatite. Quando a assistência médica chegou ao acampamento, já era tarde demais. Ela disse que o marido sofreu muito aguardando a assistência do Estado. Para agravar a situação os Jaminawá estão sofrendo também com a falta de alimentos. Para saciar a fome, as mulheres cozinham batatas e mandiocas, doadas pelo comércio local.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: A Gazeta/AC, 22/05/2008

2008

VÍTIMA: Comunidades do Acre

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Povos do Acre

DESCRIÇÃO: O alto índice de hepatite B poderá condenar à extinção as etnias do Acre, informou a presidente da Aphac-Associação dos Portadores de Hepatite do Acre, Áurea Yooko Yonekura Inada. Para a representante o problema está na falta de cobertura médica. A Funasa está realizando exames apenas na população sexualmente ativa, mas os bem jovens podem estar contaminados sem

saber. Seria importante que toda a população, de 18 mil indígenas, fizesse os exames, mas os técnicos do órgão responsável disseram que não há recursos suficientes.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: 6ª CCR do MPF, 15/01/2008

AL – 1 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidade de Alagoas e Sergipe

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Indígenas de Alagoas e Sergipe

DESCRIÇÃO: Cerca de 200 índios de várias comunidades de Alagoas e Sergipe ocuparam a Funasa em Maceió. Solicitam verba para compra de remédios, atendimento médico, pagamento dos motoristas para transportar os doentes aos hospitais. Os motoristas estão sem receber há mais de 4 meses e suspenderam suas atividades o que piorou a situação de saúde dos índios. Conforme declaração do cacique Edvaldo, “tem gente carregando doente em carro de mão até o posto de saúde”.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: O Estado de S.Paulo, 10/05/2008; Gazeta de Alagoas, 14/05/2008

AM – 10 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: DESANO, YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO NEGRO

MUNICÍPIO: SAO GABRIEL DA CACHOEIRA

DESCRIÇÃO: As cerca de 400 comunidades estão sem atendimento médico devido à paralisação do DSEI do Alto Rio Negro. As ONGs contratadas não recebem há quatro meses, o que tem provocado sérias dificuldades para realizar trabalhos que exigem deslocamentos por carros e botes. O major João da Silva C. Lima, diretor do Hospital de guarnição, em São Gabriel, informou que devido ao problema de transporte o hospital não tem recebido pacientes indígenas, pois eles têm dificuldade de descer das comunidades.

MEIO EMPREGADO: Falta de repasse de verba

FONTE: A Crítica/AM, 16/04/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KULINA

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Povos do Vale do Javari

DESCRIÇÃO: Isolados geograficamente, os índios enfrentam índices alarmantes de malária, hepatite, desnutrição e alta taxa de mortalidade infantil. A malária e as hepatites B e C já são endêmicas. Há casos, como o da aldeia São Sebastião, em que o índice de malária identificado nas amostras de sangue chega a 38% dos examinados. Este índice é considerado muito alto pelo médico infectologista Jaime Valência, da Funasa. No caso da hepatite B o índice chega a 14% sendo que a OMS estipula como padrão aceitável a taxa de 2%. Conforme relato dos indígenas, em média os índios já tiveram de 10 a 15 casos de malária e muitos sofrem de cirrose e úlcera por ingerirem muito medicamento, não tendo mais resistência física para outras

enfermidades. É uma região de difícil acesso, onde falta estrutura de atendimento à saúde indígena. As comunidades não têm posto de saúde e os medicamentos chegam sem nenhuma constância. A Funasa não tem médicos na região, só enfermeiros e auxiliares. O vírus da hepatite A já atingiu cerca de 87% da população indígena do Vale do Javari, de acordo com o resultado do último inquérito sorológico de hepatites virais realizado na região. O dado foi divulgado por Jorge Marubo, presidente do Conselho Distrital do Vale do Javari. Segundo o estudo, 98% dos indígenas com mais de 40 anos estão contaminados e 41% das crianças são contaminadas antes de completarem um ano de idade. Das 50 comunidades existentes no Vale, a de Jaquirana é uma das mais atingidas pelo vírus. O coordenador regional da Funasa, Narciso Cardoso, disse que o percentual apresentado pelos indígenas é “infundado”, e que eles não têm conhecimento para falar a respeito. Acrescentou que a Funasa vai apresentar dados mais recentes a respeito do número de casos de hepatite no Javari.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: O Globo/RJ, 25/05; O Estado de S.Paulo, 25/05; Diário do Amazonas, 26/08.

JANEIRO/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: MARUBO

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

DESCRIÇÃO: Segundo o coordenador do Civaja, Clóvis Marubo, a tuberculose está disseminada entre a população. Há muita preocupação entre os moradores porque apesar de já possuir a informação das mortes causadas por essa doença, a Funasa não tem plano de vacinação ou tratamento imediato dos que estão com tuberculose nas aldeias. Ainda segundo Clóvis, houve muita dificuldade para se ter acesso aos documentos com o resultado dos exames e ressalta que não há nenhum doente em tratamento nas aldeias. O levantamento foi feito no início de 2007 e somente agora os documentos foram entregues depois de muita cobrança.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: A Gazeta/MT, 22/01/2008

2008

VÍTIMA: Comunidades

POVO: MURA, APURINÃ, TIKUNA

MUNICÍPIO: CAREIRO

DESCRIÇÃO: Mais de 50 lideranças indígenas foram à Funasa, em Manaus, cobrar mais atenção para a saúde dos povos da floresta. A ONG que os atende não recebe há quatro meses o que inviabiliza esse atendimento.

MEIO EMPREGADO: Atraso no pagamento a convênio de saúde

FONTE: A Crítica/AM, 24/04/2008

2008

VÍTIMA: Comunidades de 15 etnias do Alto Rio Negro

POVO: 15 povos

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO NEGRO

MUNICÍPIO: SAO GABRIEL DA CACHOEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: lauretê

DESCRIÇÃO: São precaríssimas as condições sanitárias e de saúde dos índios da região. De 65 amostras de água

analisadas, 89,2% apresentaram presença de coliforme fecais. A pesquisa foi feita pela Fundação Oswaldo Cruz no Amazonas e pelas universidades de São Paulo e do Amazonas.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: Agência Amazônia, 11/02/2008

2008

VÍTIMA: Povos isolados

POVO: KORUBO

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Korubo - Isolados

DESCRIÇÃO: Há dois indígenas na aldeia com sintomas de hepatite. Dada a fragilidade imunológica do grupo, que perambula pela região caçando, pescando, coletando, há risco de extinção. Segundo Jorge Marubo, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Vale do Javari, os índios de contato recente da reserva precisam receber um tratamento mais adequado, visto que podem sofrer com hepatite e/ou tuberculose, que afeta a área indígena.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: A Crítica/AM

JUNHO/2008

VÍTIMA: Arquilau de Almeida

POVO: SATERÊ-MAWE

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Manaus

DESCRIÇÃO: Indígenas que já receberam alta médica estão impedidos de retornar às suas aldeias porque a Funasa não possibilita a viagem de volta aos municípios de origem. O indígena Arquilau de Almeida já havia recebido alta há 12 dias e não podia viajar. Segundo ele a viagem de barco até Maués, que dura um dia e meio, custaria em torno de R\$ 50,00. Além da urgência que os indígenas têm de voltar a suas aldeias, ficam preocupados em ocupar lugar de outros doentes.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: A Crítica/AM

JUNHO/2008

VÍTIMA: Evandro Alves

POVO: APURINÃ

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Manaus

DESCRIÇÃO: O indígena obteve alta médica e havia sido liberado há nove dias, porém tanto ele como seu acompanhante estavam impedidos de viajar de barco para Lábrea, por falta de passagem. A resposta da Funasa é de que não há como comprar passagens. Além da urgência que os doentes têm para voltar a suas aldeias, ficam preocupados, pois, segundo declaram, estão ocupando o lugar de outros doentes.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: A Crítica/AM, 19/06/2008

JUNHO/2008

VÍTIMA: Francisco Agenir da Silva, Amélia Miranda Dias

POVO: MIRANHA

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Manaus

DESCRIÇÃO: O indígena recebeu alta médica no dia 3 de junho.

A luta dele e da mulher que o acompanha era voltar para casa. Segundo informaram, a Funasa alega que não tem como comprar passagens. A viagem de barco para Tefé custa aproximadamente R\$ 100,00.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: A Crítica/AM, 19/06/2008

2008

VÍTIMA: Comunidades do Vale do Javari

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Vale do Javari

DESCRIÇÃO: Conforme declaração do diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa, Wanderlei Guenka, "é gravíssima a situação de saúde dos povos que vivem na terra indígena do Vale do Javari". Com os índices mais altos de contaminação pelo vírus do tipo B da hepatite, a região vem sofrendo ainda com uma epidemia de malária. As duas doenças atacam diretamente o fígado e a associação dos dois problemas tem enfraquecido a população e levado a um alto índice de mortes. Há anos a população pede medidas urgentes para conter o avanço da presença do vírus da hepatite nas aldeias. Entre os que já foram testados os índices de contaminação são extremamente altos: mais de 80% para o tipo A e acima de 20% para o vírus B. Esse vírus proporciona a sobrevivência no organismo de outro tipo ainda mais perigoso, conhecido como delta (D).

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: O Estado/RO, 15/01/2008

BA – 2 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE, TUPINAMBÁ

MUNICÍPIO: ILHÉUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Ilhéus

DESCRIÇÃO: Os indígenas dos povos Tupinambá e Pataxó Hã-Hã-Hãe ocuparam a sede da Funai em Salvador para denunciar a falta de atendimento médico nas aldeias. Faltam medicamentos e ginecologistas para as mulheres, que esperam mais de dois anos para ser atendidas. As equipes médicas não percorrem as aldeias porque falta transporte. De acordo com o cacique Jurandir Araújo, os atendimentos são feitos no município de Itamaraju que fica a 30 km. das aldeias. Há apenas um carro para atender 15 aldeias da região que possuem cerca de 12 mil índios.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Correio da Bahia, 14/02/2008; Diário do Pará, 15/02/2008

JAN/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

MUNICÍPIO: BUERAREMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Serra do Padeiro

DESCRIÇÃO: Os índios apreenderam quatro caminhões, uma pátrola e uma pá-carregadeira da prefeitura. Eles reivindicam a construção de uma estrada e melhoria no atendimento à saúde. Além dos problemas das estradas os índios

reclamam do abandono na área de saúde. Segundo o cacique Rosivaldo Ferreira, os seis agentes de saúde Tupinambá não recebiam os salários há 10 meses e os índios não são atendidos nos postos de saúde do município. O prefeito alega que a Serra do Padeiro pertence ao município de Una.

MEIO EMPREGADO: Reivindicação - saúde e estrada

FONTE: *A Tarde/BA, 29/02/2008*

DF – 1 Caso(s)

27/06/2008

VÍTIMA: Indígenas na Casai-Brasília

MUNICÍPIO: BRASILIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Casa do Índio na cidade satélite do Gama - Brasília.

DESCRIÇÃO: A Casa de Apoio à Saúde Indígena - Casai, no Gama, DF, abriga índios que buscam tratamento médico no Distrito Federal. Segundo os indígenas, as instalações são precárias, falta material de limpeza, os abrigados dormem em colchões furados e camas velhas e os funcionários estão sempre com salários atrasados. A vigilância é falha, e segundo uma indígena qualquer pessoa entra na casa.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio

FONTE: *Correio Braziliense, 27/06/2008*

GO – 3 Caso(s) – 2 Vítima(s)

09/06/2008

VÍTIMA: Marli Lopes do Rosário

POVO: TAPUIA

TERRA INDÍGENA: CARRETÃO I

MUNICÍPIO: NOVA AMERICA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Nova América

DESCRIÇÃO: Após um tratamento de 10 dias de radioterapia no Hospital de Goiânia, a indígena, debilitada, foi enviada para casa de ônibus. Chegando ao município de Nova América, 25 km da aldeia, o carro que faz o transporte estava quebrado. Seu retorno não fora comunicado e ela precisou dormir na rodoviária chegando somente na aldeia no dia seguinte à tarde.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: *A vítima, TV local, Cimi Regional GO/TO*

SETEMBRO/2008

VÍTIMA: Balbino Vieira da Silva

POVO: TAPUIA

TERRA INDÍGENA: CARRETÃO I

MUNICÍPIO: RUBIATABA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rubiataba

DESCRIÇÃO: O indígena precisa ser levado três vezes por semana ao hospital no município de Rubiataba, para tratamento de Leishmaniose. Passa o dia todo, das 6 da manhã às 18h., sem receber alimentação e fica muito debilitado.

MEIO EMPREGADO: Falta de alimentação

FONTE: *A vítima, familiares e Cimi Regional GO/TO*

SETEMBRO/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TAPUIA

TERRA INDÍGENA: CARRETÃO I

MUNICÍPIO: NOVA AMERICA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Carretão

DESCRIÇÃO: Segundo denúncia da comunidade, o carro da Funasa que faz o transporte dos doentes está em péssimo estado, já quebrou várias vezes deixando os doentes na estrada à espera de socorro. Os indígenas declararam que chegam com muitas dores e têm medo da viagem, pois o veículo não oferece segurança.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: *Comunidade indígena; Cimi Regional GO/TO*

MA – 3 Caso(s) – 1 Vítima(s)

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: IMPERATRIZ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Lagoa Comprida

DESCRIÇÃO: Dificuldades para enfrentar várias endemias consideradas sob controle pelos programas de governo, como hepatite, verminoses, diarreias infecciosas, doenças imuno-previníveis. Falta de condições para o funcionamento das Casais-Casa de Saúde Indígena. Problemas com a água, saneamento, infra-estrutura, medicamentos, alimentação, transporte e profissionais de saúde.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio

FONTE: *Lideranças indígenas, 4/11/2008*

17/01/2008

VÍTIMA: Criança

POVO: AWÁ-GUAJÁ

TERRA INDÍGENA: CARU

MUNICÍPIO: BOM JARDIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tiracambu

DESCRIÇÃO: A criança nasceu com baixo peso. A mãe tinha dificuldade para amamentá-la e a única ajuda que recebeu foi uma lata de um complemento alimentar mas o estado físico da criança não melhorou. Os enfermeiros locais alegam que fazem o pedido desse complemento mas que não recebem atenção da Funasa.

MEIO EMPREGADO: Falta de alimentação

FONTE: *Cimi Regional- MA*

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: AWÁ-GUAJÁ

TERRA INDÍGENA: CARU

MUNICÍPIO: BOM JARDIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tiracambu

DESCRIÇÃO: Os indígenas sofrem com a falta de um local digno para atendimento da saúde. O espaço utilizado está em péssimas condições e não há abastecimento de água e nem banheiros no local.

MEIO EMPREGADO: Ambulatório na aldeia em péssimas condições

FONTE: *Equipe Awá/Cimi MA*

MG – 2 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: LADAINHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Verde

DESCRIÇÃO: A água que os indígenas utilizam é de péssima qualidade e está comprometendo a saúde da população. Desde o início de janeiro a população, principalmente as crianças, têm febre alta, sangramentos, dor de cabeça, vômito e fraqueza generalizada, configurando-se uma verdadeira epidemia. Os indígenas necessitam com urgência que se colete e examine a água além dos demais procedimentos para que se detecte o foco da epidemia e possa erradicá-la.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: Equipe Maxakali-Cimi Leste, 23/01/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: LADAINHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Verde

DESCRIÇÃO: Além do problema da água, de péssima qualidade, o povo Maxakali enfrenta a falta de médicos e medicamentos. Outro grave problema que afeta a saúde do povo é a falta de alimentos. As cestas básicas chegam com muita

irregularidade à aldeia e em quantidade insuficiente para o total das famílias.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico e de alimentos

FONTE: Equipe Cimi/LE, 23/01/2008

MS – 6 Caso(s) – 225 Vítilma(s)

07/02/2008

VÍTIMA: Crianças

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Dourados

DESCRIÇÃO: Segundo o médico Zelik Trajber, coordenador da Funasa em Dourados, cerca de 24 crianças com menos de cinco anos sofrem de desnutrição severa e cerca de 200 de desnutrição moderada, no pólo indígena de Dourados.

MEIO EMPREGADO: Desnutrição

FONTE: O Progresso/MS, 08/02/2008

FEVEREIRO/2008

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: O menino caiu de uma árvore e sofreu fratura exposta do fêmur. O curativo só foi realizado cinco dias depois porque outro membro da família conseguiu dinheiro



Foto: Arquivos do povo Tupinambá (Serra do Padeiro-BA)

A poluição das águas dos rios contamina os peixes e as pessoas, causando muitas doenças

para comprar o remédio, visto que os postos da reserva não possuem medicamentos, conforme informou a mãe do menino. Dos 134 itens da cesta de medicamentos da Funasa a maioria está em falta. Muitos índios doentes vão aos postos, são atendidos, mas voltam para casa sem o remédio para o tratamento. Segundo o coordenador em Dourados, Zelik Trajber, há muita burocracia para a aquisição dos medicamentos.

MEIO EMPREGADO: Falta de medicamentos

FONTE: *O Progresso/MS, 27/02/2008*

2003/2008

VÍTIMA: Crianças

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: POTRERO GUAÇU

MUNICÍPIO: PARANHOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Paranhos

DESCRIÇÃO: Os índios estão sem água potável há cinco anos. A Funasa furou dois poços artesanais há um ano, mas estes estão vazios. Essa situação agrava a mortalidade das crianças por subnutrição e outras doenças. Os professores denunciam que a água que sai dos bebedouros tem forte cheiro e coloração marrom, faltando água inclusive para preparação dos alimentos e para a higiene. A Funasa argumenta que as bombas de água não foram instaladas por falta de dinheiro que deveria chegar via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: *6ª CCR do MP, 28/03/2008*

OUTUBRO/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: Sem água potável os indígenas estão recorrendo a bebedouros de gado de uma fazenda vizinha à reserva e até a poças de água da chuva para beber, banhar e cozinhar. Segundo a Funasa o desabastecimento ocorreu por conta de pane na bomba do único poço artesiano que abastece a reserva indígena. O caminhão-pipa da prefeitura realizou algumas viagens levando água para os moradores da aldeia mas quebrou e não foi consertado. O capitão da aldeia, Nelson Castelão, declarou que tem solicitado a construção de um novo poço para aumentar a oferta de água, mas não tem sido atendido.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: *O Progresso/MS, 17, 20 e 25/11/2008*

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Centenas de famílias da aldeia estão bebendo água suja porque a Funasa não consegue regularizar a distribuição de água potável na reserva indígena. Eles recorrem à água da chuva e até o poluído córrego Laranja Doce para abastecer a casa. Segundo os índios, em algumas localidades, as torneiras estão secas há mais de dois

meses, noutras o fornecimento é normalizado a cada 15 ou 20 dias, mas é interrompido no dia seguinte.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: *O Progresso/MS, 26/11/2008*

2007/2008

VÍTIMA: Família de Maria Rodrigues Cardoso

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: Sem água potável a família utiliza a água poluída de um córrego que passa atrás da casa.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: *O Progresso/MS, 02/12/2008*

MT – 3 Caso(s) – 1 Vítima(s)

MAIO DE 2008

VÍTIMA: Comunidades do Noroeste do MT

POVO: MYKY, IRANTXE,

TERRA INDÍGENA: MENKU, IRANTXE

MUNICÍPIO: JUINA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Juína

DESCRIÇÃO: Os indígenas acamparam na sede da Funasa em Cuiabá para reivindicar o pagamento de parcelas atrasadas à Opan, ONG responsável pela assistência médica na região. Segundo o líder indígena Mário Gilson Irantxe, o atendimento à saúde indígena no estado está parada. Programas como saúde da mulher, do idoso e das crianças estão parados. A entrada de equipes multidisciplinares em áreas indígenas está inviabilizada por falta de veículos e combustíveis. Os índios se dizem, também, contra a municipalização da saúde indígena. O representante da Funasa relatou que houve cortes no orçamento relativo ao sistema de saneamento básico, que é outro problema apontado pelos índios.

MEIO EMPREGADO: Atraso no pagamento a convênio de saúde

FONTE: *A Gazeta/MT, 25 e 28/5/2008; 6a.CCR/MPF,27/5/2008*

JAN/OUT/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: NAMBIKWARA

TERRA INDÍGENA: VALE DO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: COMODORO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Nambikwara (TI Taihãntesu, Sararé e Pirineus de Souza)

DESCRIÇÃO: Representantes das aldeias Nambikwara ocuparam o Pólo Base da Funasa e Casai em Vilhena, apreenderam um veículo da administradora da Funasa em Comodoro, e solicitaram uma audiência na Câmara Municipal. Os índios alegam que existe apenas um carro para dar suporte a 31 aldeias. Reclamam do despreparo dos técnicos de enfermagem que atuam nas áreas, falta dos meios de comunicação, demora no atendimento e no deslocamento dos pacientes das aldeias, que se agrava devido a precariedade das estradas. Segundo a comunidade, estes problemas acarretam o alto índice de mortalidade infantil nas aldeias.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: *Equipe Cimi - Reg. MT; Jornal O Diário jan-out/2008*

27/05/2008

VÍTIMA: Kamu Myky

POVO: MYKY

TERRA INDÍGENA: MENKU

MUNICÍPIO: BRASNORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Japuira

DESCRIÇÃO: A mãe da criança, Kamu Myky, 20 anos, entrou em trabalho de parto e não foi socorrida a tempo de salvar o bebê. Sua gravidez era considerada de risco. A viatura solicitada só chegou quatro horas após ser chamada. Segundo o primo da vítima, Cláudio Myky, a demora foi motivada pela falta de combustível e pela situação precária da estrada que dá acesso à aldeia.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: *A Gazeta/MT, 30/05/2008*

PA – 4 Caso(s) – 1 Vítima(s)

2008

VÍTIMA: Matania Suruí

POVO: SURUÍ

TERRA INDÍGENA: SORORÓ

MUNICÍPIO: BREJO GRANDE DO ARAGUAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sororó

DESCRIÇÃO: Segundo o breve relatório do médico e prof. João Paulo Botelho Vieira Filho, médico e professor da Escola Paulista de Medicina, uma jovem, de nome Matania, apresentava com suspeita de abdômen agudo, muita dor à descompressão, necessitando remoção para possível intervenção cirúrgica. Não havia possibilidade de comunicação com o pólo base de Marabá, para solicitação de um carro para remoção da doente, devido à falta de funcionamento do rádio de comunicação e do telefone. Com dificuldades e ajuda dos índios, conseguiu-se a comunicação com Marabá, através de um celular antigo.

MEIO EMPREGADO: Falta de infra-estrutura

FONTE: *Relatório sobre saúde dos índios Suruí, do médico e prof. João Paulo B. V. Filho*

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: SURUÍ

TERRA INDÍGENA: SORORÓ

MUNICÍPIO: BREJO GRANDE DO ARAGUAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sororó

DESCRIÇÃO: Segundo o breve relatório do médico e prof. João Paulo Botelho Vieira Filho, médico e professor da Escola Paulista de Medicina, o posto de atendimento à saúde que serve à comunidade, possuía paredes de madeira comidas pelos cupins, sujo com fezes de ratos e morcegos, com falta de telhas e chuva no seu interior. O médico relata também que não conseguiu permanecer na construção durante as noites em que lá permaneceu, devido aos ratos que subiam pelas paredes e corriam em todas as direções. O posto de atendimento, segundo o professor, encontrava-se próximo a um depósito de rações para galinhas e peixes, financiado por um projeto da Vale do Rio Doce. O depósito não possuía qualquer vedação, aberto por todos os lados, com sacos de rações rasgados, com alimentação farta e garantida para os roedores. Medicamentos fornecidos pela Funasa, condicionados em recipientes plásticos como vitamina C, por exemplo, eram destruídos ou roídos por ratos. Todos os soros glicosados

e fisiológicos estavam destruídos e furados pelos ratos. Uma mulher que deveria ter sido hidratada endovenosamente não pôde ser. Não havia soros endovenosos e nem hidratantes orais, seringas e agulhas. Faltavam também medicamentos básicos como antiinflamatórios, antigripais, omeprazol ou antigástricos e material para sutura no posto de atendimento dos Suruí.

MEIO EMPREGADO: Falta de infra-estrutura

FONTE: *Relatório sobre saúde dos índios Suruí, do médico e prof. João Paulo B. V. Filho*

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TEMBÉ

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Frasqueira

DESCRIÇÃO: Os índios querem que a Funasa se responsabilize pelo pagamento de dívidas da associação indígena Agitargma e que providencie a reforma do posto de enfermagem que o próprio técnico da Funasa declarou que corre risco de desabamento. Há quatro anos os índios solicitam essa reforma. Crianças e adultos estão adoecendo, e o atendimento é precário, com altos índices de mortalidade infantil.

MEIO EMPREGADO: Ambulatório na aldeia em péssimas condições

FONTE: *O Liberal/PA, 30 e 31/05/08; 04/06/08*

2008

VÍTIMA: Crianças

POVO: TIRIYO

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO TUMUCUMAQUE

MUNICÍPIO: OBIDOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Reserva Tumucumaque

DESCRIÇÃO: As crianças estavam com desidratação decorrente de diarreia e vômitos intensos e somente uma fora internada na UTI do Hospital de Macapá. Não há médico da Funasa na terra indígena. Os índios vivem em situação de miséria extrema, agravada pela falta de assistência dos órgãos públicos. Segundo o diretor regional da Funasa, Gervário Oliveira, os índios não recebem cestas básicas porque são caçadores tradicionais. Mas as chuvas intensas dos primeiros meses do ano fizeram as águas dos rios subirem e a caça e pesca ficaram mais escassas. As ONGs contratadas para complementar o atendimento de saúde aos índios estão sem receber repasses há quatro meses e além disso o convênio não inclui a contratação de médicos. O diretor regional do órgão público declarou que a Funasa não tem como manter médicos nas aldeias por serem muito distantes e isoladas. Ele reconheceu como "gravíssima" a situação de abandono em que se encontram os índios.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial

FONTE: *O Liberal/PA, 15 e 17/04/2008; Correio Braziliense, 17/04/2008; e outros*

PB – 1 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Crianças

POVO: POTIGUARA

TERRA INDÍGENA: POTIGUARA - MONTE MOR

MUNICÍPIO: RIO TINTO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaraguá

DESCRIÇÃO: Os indígenas ocuparam a sede da Companhia de Águas e Esgotos - Cagepa - para protestar contra a má qualidade da água consumida na aldeia, onde moram 6.000 famílias e que teria provocado problemas de saúde na comunidade. Embora existam poços de boa qualidade explorados comercialmente pela empresa desde 1974 e que atende outras 290 famílias, o cacique Aníbal Cordeiro Campos declarou que os moradores locais consomem água salobra e contaminada que vem de cacimbas cavadas às margens do rio que corta a aldeia.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: *Correio da Paraíba*, 04/04/2008

PE – 1 Caso(s)

JUL/AGO/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: XUKURU

TERRA INDÍGENA: XUKURU

MUNICÍPIO: PESQUEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia de Cimbres

DESCRIÇÃO: O surto de hepatite foi confirmado pela Funasa. A suspeita é de que a água utilizada pela comunidade indígena esteja contaminada. Exames detectaram que a fonte usada pelo povo tem um alto índice de coliformes fecais.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: *6a. Câmara do MPF*, 13/08/2008

PR – 6 Caso(s) – 60 Vítima(s)

JUNHO/2008

VÍTIMA: Comunidades Guarani, Kaingang, Xetá

POVO: GUARANI, KAINGANG E XETÁ

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Rio das Cobras

DESCRIÇÃO: Representantes dos Kaingang, Guarani e Xetá bloquearam um trecho da BR-277 para protestar pela falta de viaturas para transportar os doentes da aldeia. Segundo Carai Tupã, presidente da Associação Indígena Araçaí, "... a falta de veículos tem causado transtornos para as comunidades. A aldeia Araçaí, por ex., fica a 18 km da sede do município. As pessoas doentes não têm como chegar aos hospitais". O serviço de transporte era prestado por uma empresa terceirizada, cujo contrato terminou em maio e não foi renovado. Os representantes indígenas receberam, por escrito, a promessa do presidente da Funasa, Francisco Danilo Bastos Forte, de que fornecerá veículos para atendimento à saúde nas aldeias. A Funasa se comprometeu a, em até 60 dias, retomar o convênio para locação de 17 carros e comprar mais 10.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: *Gazeta do Povo/PR*, 10/06/2008; *O Estado de S. Paulo*, 13/06/2008

JUNHO/2008

VÍTIMA: Comunidades

POVO: GUARANI, KAINGANG

TERRA INDÍGENA: BOA VISTA

MUNICÍPIO: LARANJEIRAS DO SUL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Laranjeiras do Sul

DESCRIÇÃO: Cerca de 100 indígenas ocuparam a sede da Funasa em Curitiba para protestar pelo atraso, há quatro meses, do repasse de verbas à ONG conveniada que presta assistência à saúde das 50 reservas indígenas do Paraná. Já há falta de medicamentos e os médicos trabalham em sistema de rodízio. Várias crianças estão abaixo do peso indicado para a idade e a comunidade está com medo de que piorem porque elas não têm o acompanhamento necessário e nem estão tomando os remédios que deveriam.

MEIO EMPREGADO: Atraso no pagamento a convênio de saúde

FONTE: *Gazeta do Povo/PR*, 28 e 29/05/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKHOA ARAGUAJU

MUNICÍPIO: TERRA ROXA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekoha Araguaçu

DESCRIÇÃO: A comunidade encontra-se acampada às margens do rio Paraná, em luta pela reconquista de sua terra tradicional. Não possuem água potável tendo que consumir a água do rio Paraná, o que favorece o aparecimento de doenças e, por sua vez, o agravamento dos casos de desnutrição.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: *Comunidade Guarani; Cimi Sul-Equipe Paraná - 11/2008*

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKHOA ARAGUAJU

MUNICÍPIO: GUAIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekoha Marangatu

DESCRIÇÃO: A comunidade encontra-se acampada às margens do rio Paraná em luta pela reconquista de sua terra tradicional. Não dispõe de saneamento básico e consome a água do rio, o que provoca vários tipos de doenças.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: *Comunidade Guarani; Cimi Sul-Equipe Paraná-11/2008*

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKHOA PORÃ

MUNICÍPIO: GUAIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekoha Porã

DESCRIÇÃO: A comunidade encontra-se acampada às margens do rio Paraná em luta pela reconquista de sua terra tradicional. Não dispõe de saneamento básico adequado e consome água do rio o que ocasiona o aparecimento de vários tipos de doenças.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: *Comunidade Guarani; Cimi Sul -equipe Paraná-11/2008*

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKHOA PORÃ, TEKHOA MARANGATU, TEKHOA ARAGUAJU

MUNICÍPIO: TERRA ROXA e GUAÍRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekohas Porã, Marangatu e Araguaíj

DESCRIÇÃO: Há uma situação de abandono e miséria nas aldeias existentes nos municípios de Terra Roxa e Guaiá. Estão num acampamento improvisado com barracos nos fundos da fazenda Curupaí. Eles estavam bebendo água poluída do rio Paraná. Há falta de alimentos, escola e medicamentos, conforme denúncia do cacique Inácio Martins.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: *Gazeta do Povo/PR*, 25/10/2008

RO – 14 Caso(s) – 13 Vítima(s)

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: PAKAA NOVA

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pólo-base de Guajará-Mirim

DESCRIÇÃO: Desde 1994, os povos da região de Guajará-Mirim sofrem com o aumento de óbitos por hepatite B. São afetadas as terras indígenas Igarapé Ribeirão, Igarapé Lage, Rio Negro Ocaia, Pakaas Novas, Sagarana, Rio Guaporé, Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna. O Cimi e a Funai têm cobrado, desde 1995, do Ministério da Saúde a realização de uma pesquisa sobre hepatite, em toda população indígena. Em 1994, o Instituto Evandro Chagas colheu o sangue de 1000 indígenas na ocasião de uma epidemia de rubéola e congelou o soro, prometendo realizar as sorogias de hepatite. Não o fez alegando falta de recursos. A Funasa, cobrada desde o ano 2000 para realizar essa pesquisa, iniciou o inquérito em 2005. Entretanto, os resultados foram mantidos dois anos sob sigilo, o que gerou atraso no encaminhamento dos casos positivos,

acarretando conseqüências graves na saúde e até óbito se não houver acompanhamento e tratamento.

MEIO EMPREGADO: Falta de recursos

FONTE: *Equipe do Cimi Guajará-Mirim/RO*

2008

VÍTIMA: Comunidades de 42 etnias de RO/AM/MT

POVO: VÁRIOS POVOS

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Sede da Funasa em Porto Velho

DESCRIÇÃO: Cerca de 70 índios representando 42 etnias, ocuparam pacificamente a sede da Funasa em Porto Velho. Os índios denunciam a falta de carros para o atendimento médico, além da falta de combustível quando há algum carro disponível. Doenças como malária e hepatite B se tornam a cada dia verdadeiras epidemias. Os indígenas reivindicam a descentralização de recursos para convênios e a realização de reuniões junto dos conselhos locais e distritais para repassar as informações.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: *O Estadão/RO*, 29 e 30/05/2008

ABRIL/JUNHO/2008

VÍTIMA: Sebastião Arara, Fátima Arara, Letícia Arara, Zaqueu Arara, Tiago Arara

POVO: ARARA

TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ LOURDES

MUNICÍPIO: JI-PARANA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Igarapé Lourdes

DESCRIÇÃO: Faltaram remédios de uso contínuo e controlado para pacientes que sofrem de convulsão e epilepsia. Dois índios tiveram crises na aldeia e não foram medi-

Foto: Gil de Cartheau/Arquivo Cimi



Os povos indígenas da região de Guajará-Mirim, em Rondônia, sofrem com o aumento de óbitos por hepatite B

cados. Algumas técnicas de enfermagem tiveram que pedir para aqueles que têm salário, comprar o próprio medicamento.

MEIO EMPREGADO: Falta de medicamentos

FONTE: Índios e técnicos de enfermagem da Funasa - Equipe Cimi RO

MAIO/2008

VÍTIMA: Sônia Canoé

POVO: KANOÉ

TERRA INDÍGENA: PAKAAS NOVAS

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guajará-Mirim

DESCRIÇÃO: A paciente tinha indicação de cirurgia. Funasa alega falta de recursos e não providenciou o exame pré-operatório. A paciente pagou o exame para realizar a cirurgia indicada.

MEIO EMPREGADO: Cobrança de exame médico

FONTE: Equipe Cimi - Guajará Mirim/RO e a vítima

MAIO/2008

VÍTIMA: C. Canoé

POVO: KANOÉ

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kanoé (rio Guaporé)

DESCRIÇÃO: Em abril de 2008, a paciente foi levada para Guajará-Mirim com hemorragia. Foi indicada uma cirurgia. A paciente foi orientada por enfermeiros da Casai a fazer exames pré-operatórios na rede particular. Não tendo como pagar tais exames, voltou para a aldeia sem realizar a cirurgia.

MEIO EMPREGADO: Falta de recursos

FONTE: Equipe Cimi - Guajará Mirim/RO e vítima

2008

VÍTIMA: Antônia Macurap

POVO: MAKURAP

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Baía das Onças

DESCRIÇÃO: Com deficiência auditiva e oral, consultou especialista em Porto Velho há quatro anos atrás. O médico solicitou encaminhamento para tratamento. Até novembro de 2008, a paciente não foi chamada. A Funasa alega falta de recursos para passagens e extravio do pedido médico.

MEIO EMPREGADO: Falta de recursos

FONTE: Os pais da vítima; Equipe Cimi - Guajará-Mirim/RO

2008

VÍTIMA: G. Canoé

POVO: KANOÉ

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guajará-Mirim

DESCRIÇÃO: A paciente, portadora do vírus da hepatite B e Delta, apresenta cirrose avançada. A família confirma negligência da Funasa no encaminhamento da paciente. A medicação, receitada em julho de 2007, não havia sido providenciada ainda até março de 2008.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte e medicamentos

FONTE: A vítima e Equipe Cimi - Guajará Mirim/RO

AGOSTO/2008

VÍTIMA: Amarildo Cujubim

POVO: KUJUBIM

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pólo-base de Guajará-Mirim

DESCRIÇÃO: A Funasa não providenciou o encaminhamento do adolescente para Goiânia, conforme pedido médico. O paciente, juntamente com os pais, ficou aguardando encaminhamento na Casai. Durante este período a família ficou sem poder trabalhar na lavoura. A Funasa alegou falta de recursos para encaminhamento do paciente. Após pressão do Ministério Público Federal o adolescente foi para São Paulo fazer o tratamento.

MEIO EMPREGADO: Falta de recursos

FONTE: Família da vítima e Equipe Cimi - Guajará Mirim/RO

MAIO/2008

VÍTIMA: Maria das Graças Makurap

POVO: MAKURAP

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pólo-base de Guajará-Mirim

DESCRIÇÃO: Paciente com indicação de cirurgia. A Funasa alegou falta de recursos e não providenciou os exames pré-operatórios. Sem condições financeiras a paciente recorreu à equipe do Cimi. O chefe do pólo-base, procurado pelo Cimi, encontrou meio de realizar o referido exame.

MEIO EMPREGADO: Negligência

FONTE: A vítima e Equipe Cimi - Guajará Mirim/RO

JULHO/2008

VÍTIMA: Mixon Oro Mon

POVO: PAKAA NOVA (ORO WARI)

TERRA INDÍGENA: SAGARANA

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: CASAI de Guajará-Mirim

DESCRIÇÃO: O paciente sofreu traumatismo no ante-braço direito. Por solicitação médica, fez exame de radiografia. O exame foi avaliado por uma enfermeira da Casai que disse não haver nenhum problema. Foi mandado de volta à aldeia, onde seu estado de saúde piorou. Passou seis meses sofrendo sem poder trabalhar e sustentar os 11 filhos. Foi atendido por médico particular que diagnosticou uma fratura e indicou fisioterapia.

MEIO EMPREGADO: Imperícia no atendimento à saúde

FONTE: A vítima e Equipe do Cimi

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: PAKAA NOVA (ORO WARI)

TERRA INDÍGENA: PAKAAS NOVAS

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pólo-base de Guajará-Mirim

DESCRIÇÃO: Há quatro anos a Funasa adia o curso de formação para os Agentes Indígenas de Saúde, que é previsto no plano distrital e cobrado a cada ano. Ao todo são 36 agentes do Pólo Base de Guajará-Mirim, à espera de formação. Pela quantidade de aldeias é insuficiente o número de agentes. São afetadas as terras indígenas Igarapé Ribeirão, Igarapé Lage, Rio Negro Ocaia, Pakaas Novas, Sagarana, Rio Guaporé, Uru-Eu-Wau-Wau e

Karipuna. Falta contratar e formar novos agentes indígenas de saúde. Somados a isso, falta medicação básica, transporte para emergência e, em algumas aldeias, falta posto de saúde e meios de comunicação. A Funasa alega falta de recursos.

MEIO EMPREGADO: Falta de recursos

FONTE: Equipe Cimi - Guajará Mirim/RO

2008

VÍTIMA: Maria Janete de Lima

POVO: ARARA

TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ LOURDES

MUNICÍPIO: JI-PARANA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Ji-Paraná

DESCRIÇÃO: Segundo Francisco Chagas, filho da vítima, a mãe não recebe o remédio controlado há dois anos. Ela sofre de problemas cardíacos e inchaço. A indígena tem comprado o medicamento com o benefício da aposentadoria.

MEIO EMPREGADO: Falta de medicamentos

FONTE: Francisco Chagas Arara (filho da vítima)

2008

VÍTIMA: Comunidades de 25 povos do pólo base de Guajará-Mirim

POVO: 25 povos

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: Guajará-Mirim

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guajará-Mirim

DESCRIÇÃO: Desde 1994 que os povos de Rondônia sofrem com o problema de atraso na vacinação contra a hepatite A e B, e o sigilo com referência ao resultado dos exames. O atraso do encaminhamento de pacientes portadores do vírus e que necessitam de tratamento acarreta consequências graves como cirrose e/ou câncer do fígado.

MEIO EMPREGADO: Atraso na vacinação contra hepatite

FONTE: Equipe Cimi Guajará-Mirim/RO

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: URU-EU-WAU-WAU

TERRA INDÍGENA: Igarapé Ribeirão, Igarapé Lage, Rio Negro Ocaia, Pakaas Novas, Sagarana, Rio Guaporé, Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pólo-base de Guajará-Mirim

DESCRIÇÃO: Atraso nas viagens de vacinação não permitiram respeitar o esquema vacinal da hepatite.

MEIO EMPREGADO: Atraso na vacinação contra hepatite

FONTE: Equipe do Cimi de Guajará-Mirim/RO

RR – 2 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Boa Vista

DESCRIÇÃO: A falta de medicamentos na Casa do Índio de Boa Vista persistiu por três meses. Conforme denúncia de uma liderança, "os Yanomami ficam lá à toa, só comendo,

porque não tem medicação para serem tratados". O tesoureiro da ONG Hutukara Associação Yanomami - HAY, Dário Vitório Xiriana, levou em mãos ao Jornal Folha de Boa Vista, uma lista de 93 medicamentos que estariam em falta na CASAI.

MEIO EMPREGADO: Falta de medicamentos

FONTE: Carta/Denúncia Yanomami, 20/06/2008; Folha Boa Vista, 18/06/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Serra das Surucucus

DESCRIÇÃO: Os Yanomami denunciam a situação de abandono e sucateamento na área da saúde. Há falta total de medicamentos e equipamentos. Preocupam-se com o aumento descontrolado das DSTs. Representantes das comunidades afirmaram que homens e mulheres sofrem com esse tipo de doença sem que nenhum atendimento ou prevenção seja oferecido pelos responsáveis pela saúde. Segundo os Yanomami, essas doenças foram transmitidas por garimpeiros e por soldados do Exército que mantiveram relações sexuais com as indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Coiab, home page 10/09/2008; ISA-Rogério Duarte do Pateo

SC – 14 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: YAKÁ PORÃ

MUNICÍPIO: GARUVA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Yakã Porã

DESCRIÇÃO: A demissão de engenheiros, técnicos e auxiliares de saneamento inviabilizou a conclusão dos módulos sanitários. Além disso a comunidade está sem água tratada para beber.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária

FONTE: Lideranças indígenas; Cimi Sul/SC - 11/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: RETA/ITAJU

MUNICÍPIO: SAO FRANCISCO DO SUL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Reta/Itaju

DESCRIÇÃO: A demissão de todos os engenheiros, técnicos e auxiliares de saneamento inviabilizou a conclusão de dois módulos sanitários na terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária

FONTE: Lideranças indígenas; Cimi Sul/SC - 11/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: MORRO ALTO

MUNICÍPIO: SAO FRANCISCO DO SUL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Morro Alto

DESCRIÇÃO: A demissão de todos os engenheiros, técnicos e auxiliares de saneamento inviabilizou a conclusão de quatro módulos sanitários na terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária
FONTES: Lideranças indígenas; Cimi Sul/SC - 11/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: CONQUISTA

MUNICÍPIO: BALNEARIO BARRA DO SUL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Conquista

DESCRIÇÃO: A demissão de todos os engenheiros, técnicos e auxiliares de saneamento inviabilizou a conclusão de três módulos sanitários na terra indígena. A escola não tem instalações sanitárias e o sistema de água é precário, sem tratamento.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária
FONTES: Lideranças indígenas; Cimi Sul/SC - 11/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: PINDO TY

MUNICÍPIO: ARAQUARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pindoty/Yvapuru/Jaboticabeira

DESCRIÇÃO: A demissão de todos os engenheiros, técnicos e auxiliares de saneamento inviabilizou a conclusão de

vários módulos sanitários na terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária
FONTES: Lideranças indígenas; Cimi Su/SC, 11/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TARUMÃ

MUNICÍPIO: ARAQUARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tarumã

DESCRIÇÃO: A demissão de todos os engenheiros, técnicos e auxiliares de Saneamento inviabilizou a conclusão de dois módulos sanitários na terra indígena, e a instalação de uma bomba de água.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária
FONTES: Lideranças indígenas; Cimi Sul - 11/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: MORRO DOS CAVALOS

MUNICÍPIO: PALHOCA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tarumã

DESCRIÇÃO: A demissão de todos os engenheiros, técnicos e auxiliares de saneamento inviabilizou a conclusão de dois módulos sanitários na terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária
FONTES: Lideranças indígenas; Cimi Sul-11/2008

Foto: J.Rosha/Arquivo Cimi



Falta de estrutura de saneamento básico ainda afeta muitos indígenas, causando doenças e mortes

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: M'BYGUAÇU

MUNICÍPIO: BIGUACU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: M'byguaçu

DESCRIÇÃO: A demissão de todos os engenheiros, técnicos e auxiliares de saneamento inviabilizou a conclusão de 11 módulos sanitários. Na aldeia há um indígena transplantado que, conforme recomendação médica, necessita de um banheiro especial, que não foi construído apesar do pedido à Funasa. Há necessidade também de aumento da rede de água.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária

FONTE: Lideranças indígenas; Cimi Sul/SC, 11/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: ITANHAÉM

MUNICÍPIO: BIGUACU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Itanhaém

DESCRIÇÃO: A demissão de todos os engenheiros, técnicos e auxiliares de saneamento inviabilizou a construção dos módulos sanitários para cerca de 100 pessoas e a água que abastece a comunidade não recebe nenhum tratamento.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária

FONTE: Lideranças indígenas; Cimi Sul/SC, 11/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: CURY

MUNICÍPIO: BIGUACU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Cury

DESCRIÇÃO: A demissão de todos os engenheiros, técnicos e auxiliares de saneamento inviabilizou a construção dos módulos sanitários. O abastecimento da água é feito sem tratamento, não há água encanada.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária

FONTE: Lideranças indígenas; Cimi Sul/SC, 11/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

MUNICÍPIO: BIGUACU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tawaí

DESCRIÇÃO: A demissão de todos os engenheiros, técnicos e auxiliares de saneamento inviabilizou a construção dos módulos sanitários. O abastecimento da água é feito sem tratamento e não há água encanada.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária

FONTE: Lideranças indígenas; Cimi Sul/SC, 11/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: GUARANI DO ARAÇA'Í

MUNICÍPIO: CHAPECO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Araça'í

DESCRIÇÃO: Com a demissão de todos os engenheiros, técnicos e auxiliares de saneamento a comunidade ficou oito meses sem água com problemas na bomba de água. A própria comunidade comprou outra bomba com recursos de um projeto destinado a comprar frangos para criar. No entanto faltam os encanamentos e as caixas d'água estão sem tampa. Um dos banheiros da escola está interditado.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária

FONTE: Lideranças indígenas; Cimi Sul/SC, 11/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: LIMEIRA

MUNICÍPIO: ENTRE RIOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Limeira

DESCRIÇÃO: A demissão de todos os engenheiros, técnicos e auxiliares de saneamento inviabilizou a conclusão de 10 módulos sanitários. Por outro lado, a comunidade ficou cerca de oito meses sem água devido a problemas com a bomba de água, e os Guarani são obrigados a utilizar uma fonte poluída por agrotóxicos.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária

FONTE: Lideranças indígenas; Cimi Sul/SC, 11/2008

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: MARANGATU

MUNICÍPIO: IMARUI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Marangatu

DESCRIÇÃO: A demissão de todos os engenheiros, técnicos e auxiliares de saneamento inviabilizou a construção do posto de saúde. Há cerca de 4 meses o povo indígena vem sofrendo com a falta de água. A Funasa utilizou água de uma propriedade vizinha à terra indígena mas a proprietária requer um aumento do preço. Enquanto a situação não se resolve a comunidade consome água sem tratamento.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária

FONTE: Lideranças indígenas; Cimi Sul/SC, 11/2008

TO – 1 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Crianças

POVO: APINAYÉ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Butica

DESCRIÇÃO: Muitas crianças estiveram internadas no Hospital Municipal de Tocantinópolis, com diarreia e gripe, além da ocorrência de surto de conjuntivite nas aldeias. É o que conta o representante do Conselho de Saúde da Aldeia Butica, José Ribeiro Apinajé, em reunião com o chefe do pólo base da Funasa e o prefeito de Tocantinópolis. Os indígenas estão preocupados, pois há cerca de quatro meses estão sem carro para atender todas as aldeias e também falta um rádio comunicador no pólo base.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Jornal de Tocantins/TO, 24/05/2008

Morte por desassistência à saúde

Ano de 2008

A consequência final da desassistência à saúde é a morte de pessoas. Morte muitas vezes evitável, caso existissem políticas eficazes de atendimento à saúde e infra-estrutura nas comunidades.

Há registro de 17 casos de morte por desassistência à saúde. O número de vítimas foi 31⁽²⁾. Estes dados referem-se aos estados do Acre (2 casos), Amazonas (5), Maranhão (4), Rondônia (5), e Tocantins (1); e aos povos Kulina, Katukina, Yanomami, Pirahã, Gavião,

Guajajara, Pakaa Nova, Makurap, Karipuna, Tupari e os do Vale do Javari. O estado do Amazonas apresentou o maior número de vítimas (19).

A falta de saneamento e água potável em muitas aldeias provoca várias doenças e deixa os moradores vulneráveis a outras. No entanto, para tratar os doentes faltam medicamentos, atendimento médico, transporte e recursos para tratamentos mais complexos, resultando neste número de mortes que,

Foto: Clarissa Tavares/Arquivo Cimi



Protesto contra a omissão que leva indígenas à morte em todas as regiões

(2) Vale ressaltar que esta categoria não inclui as 37 vítimas de mortalidade na infância, que são registradas numa categoria separada. Esses casos constituem mortes por desassistência à saúde também. Somando as duas categorias o número total de casos registrados é 68.

provavelmente, poderiam ser evitadas. Há ainda vários registros de que o atendimento não foi realizado por causa da suspensão do convênio entre a Funasa e a entidade que executa o atendimento. Entretanto, o que mais chama atenção na maioria dos casos é a demora no atendimento, no diagnóstico e no encaminhamento dos pacientes para os hospitais adequados.

Desta forma, Crissant Tupari do povo Tupari, em Rondônia, ficou anos sem diagnóstico de hepatite B, apesar de vários exames. A hepatite evoluiu para câncer no fígado o que causou, ao final, a sua morte. Também em Rondônia, uma criança do povo

Makurap, de 9 anos, ficou 2 anos sem tratamento dos tumores externos no pescoço; a doença se espalhou e ela faleceu.

Constam 4 casos de mortes por desassistência entre o povo Guajajara, no Maranhão, sendo 1 caso causado por imperícia e 3 por atraso no atendimento médico.

Chama atenção a situação precária do povo Pirahã, no Amazonas. A população totaliza 230 pessoas e em 2008 as mortes atingiram 3,9% da população, segundo os conselheiros de saúde. Há casos de malária, tuberculose, hanseníase e diarreia em combinação com desidratação e falta atendimento médico.

Morte por desassistência à saúde

Dados - 2008

Total de casos: 17 – Vítimas: 31 (individuais)

AC – 2 Caso(s) – 2 Vítima(s)

10/04/2008

VÍTIMA: Feliciano Ferreira Kaxinawá

POVO: KATUKINA

TERRA INDÍGENA: KATUKINA / KAXINAWÁ

MUNICÍPIO: FEIJO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Paroá

DESCRIÇÃO: A criança morreu por desidratação. Falta de assistência à comunidade. O caso se torna mais grave porque entre os profissionais da equipe de saúde do Pólo Base há um que está fazendo especialização em nutrição indígena.

MEIO EMPREGADO: Desidratação

FONTE: Equipe Cimi Regional - AO; Polo Base de Saúde

03/03/2008

VÍTIMA: Mulher

POVO: KULINA

TERRA INDÍGENA: KULINA DO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Igarapé do Anjo/Terra Nova

DESCRIÇÃO: A falta de assistência médica aos povos do Alto Envira tem como conseqüência a evolução de doenças. A vítima estava com pneumonia e por falta de atendimento a doença evoluiu para tuberculose ocasionando a morte.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Equipe Cimi Regional - AO; Polo Base de Saúde

AM – 5 Caso(s) – 19 Vítima(s)

MAI/JUN/2008

VÍTIMA: 12 pessoas

POVO: Povos do Vale do Javari

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Povos do Vale do Javari

DESCRIÇÃO: Lideranças do Vale do Javari denunciaram a morte de 12 indígenas durante 30 dias, sendo que 10 eram

crianças. Segundo o documento, os óbitos ocorreram em plena ação emergencial da Funasa. Segundo André Mayoruna, não basta promover ações emergenciais. "Não temos médicos. Falta combustível para os barcos e não há continuidade das ações de saúde". De acordo com os indígenas, o tamanho da população tem permanecido o mesmo há muito tempo devido à alta taxa de mortalidade. O diretor do departamento de saúde indígena da Funasa admitiu que o atendimento no Vale do Javari é precário, alegando a dificuldade de acesso às aldeias e para a contratação de médicos.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Folha de São Paulo, 22/06/2008; A Crítica/AM, 17/06/2008

JAN/JUN-2008

VÍTIMA: Kaguepai

POVO: PIRAHÁ

TERRA INDÍGENA: PIRAHÁ

MUNICÍPIO: HUMAITA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Poção, Koata, Flechal e Barrigudo

DESCRIÇÃO: De acordo com José Ricardo Torá e Roberto T. Reis Mura, membros do Conselho Distrital de Saúde Indígena, as mortes aconteceram pela falta de assistência às aldeias da equipe contratada pela Prefeitura Municipal de Manicoré. A equipe quando vai a área, entra em um dia e sai no outro, diz o indígena Júnior Tenharim. Os conselheiros de saúde encaminharam documento à Coordenação Regional da Funasa, relatando que foram diagnosticados casos de malária, tuberculose, hanseníase, diarreias e outras doenças. Segundo a Funasa, existe dificuldade de acesso às aldeias, por isso a inconstância do trabalho das equipes. As mortes ao longo deste ano afetaram 3,9% da população, que somam 230 indivíduos.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: J. Roshá, 25/6/2008

JANEIRO/2008

VÍTIMA: Adolescente

POVO: KANAMARI

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Rio Novo

DESCRIÇÃO: O Coordenador do Civaja (Conselho Indígena do Vale do Javari), Clóvis Marubo, reclama que a Funasa não informa os diagnósticos de doenças nem as causas das mortes registradas no Javari. Disse que não se sabe a causa da morte do adolescente. O Civaja teme que a população local seja dizimada por surtos de tuberculose e meningite. Segundo Clóvis, a estrutura para atendimento à saúde indígena é precária, havendo falta de médicos, medicamentos e transporte para os doentes.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: A Crítica/AM, 22/01/2008

30/06/08

VÍTIMA: Maurício Kanamari

POVO: KANAMARI

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Massapê

DESCRIÇÃO: As lideranças indígenas tradicionais do Vale do Javari se rebelaram com o estado de abandono da saúde local e estão revoltados com a morte do indígena Kanamari, ocorrida no Hospital de Atalaia do Norte, depois de ter agonizado por vários dias na aldeia Massapê. A suspeita é de que a morte tenha ocorrido em decorrência de hepatite Delta aguda, em função do quadro clínico que se assemelha à febre de Lábrea, a forma mais brutal de hepatite. Desde o início do ano já ocorreram 21 mortes na reserva o que tem deixado as lideranças indígenas em pânico.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: A Crítica/AM, 02/07/2008

2008

VÍTIMA: 4 Adolescentes

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: SAO GABRIEL DA CACHOEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Yanomami

DESCRIÇÃO: Os 4 adolescentes morreram por falta de atendimento médico e medicamentos adequados. Foi suspenso o convênio entre o Instituto Brasileiro pelo Desenvolvimento Sanitário (IBDS) e Funasa. Segundo o presidente da Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AIRCA), a Funasa suspendeu o convênio há nove meses. Ele afirma que nada adianta o enfermeiro ir até a aldeia se não leva remédios. O convênio entre a Funasa e IBDS para 2008 foi R\$ 251.242,00.

MEIO EMPREGADO: Suspensão de convênio

FONTE: A Crítica/AM, 22/11/2008

MA – 4 Caso(s) – 4 Vítima(s)

SETEMBRO

VÍTIMA: Rosinha Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bacabal

DESCRIÇÃO: Segundo depoimento dos familiares a criança não tinha acompanhamento médico por parte da Funasa e

só recebeu tratamento quando não foi possível salvar sua vida.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Equipe Regional MA

NOVEMBRO

VÍTIMA: João Claudino Gavião

POVO: GAVIÃO

TERRA INDÍGENA: GOVERNADOR

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Governador

DESCRIÇÃO: Segundo informações o indígena não teve assistência por parte da Funasa. Quando se buscou fazer o acompanhamento já não era mais possível.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Equipe Cimi-Grajaú/MA

10/11/2008

VÍTIMA: Maria Lima Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Juçaral

DESCRIÇÃO: Durante anos a vítima sofreu de fortes dores sem que fosse diagnosticado o seu problema de saúde. Isso só ocorreu pouco antes de sua morte. Morreu de câncer no colo do útero.

MEIO EMPREGADO: Imperícia no atendimento à saúde

FONTE: Cimi Regional -MA

Foto: Nilvo Favre/Arquivo Cimi



Situação no Vale do Javari é uma das mais graves do Amazonas - estado onde se registrou o maior número de mortes por desassistência à saúde

20/11/2008

VÍTIMA: José Orlando Guajajara
POVO: GUAJAJARA
TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Lagoa Quieta
DESCRIÇÃO: Segundo os familiares, a vítima só recebeu tratamento por parte da Funasa quando já estava em estado terminal.
MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico
FONTE: Equipe Cimi-Grajaú/MA

RO – 5 Caso(s) – 5 Vítima(s)**14/04/2008**

VÍTIMA: Cleidson Oro Waram
POVO: ORO WARAM (ORO WARI)
TERRA INDÍGENA: PAKAAS NOVAS
MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Rio Sotério
DESCRIÇÃO: Houve atraso por parte de vários órgãos que cuidam da saúde no sentido de se detectar hepatite na população indígena. Essa falha ocasionou atraso no diagnóstico de hepatite B no adolescente. A doença foi descoberta em março de 2007 quando já tinha evoluído para cirrose hepática e câncer no fígado. Em julho de 2007 foi iniciado o tratamento, vindo a falecer em abril de 2008.
MEIO EMPREGADO: Imperícia no atendimento à saúde
FONTE: Familiares da vítima; Cimi Regional - RO

03/05/2008

VÍTIMA: Crissanto Tupari
POVO: TUPARI
TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ
MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guajará-Mirim
DESCRIÇÃO: O indígena participara de pesquisa sobre hepatite em agosto de 2005, cujos resultados foram mantidos sob sigilo pela Funasa durante quase dois anos. Houve constantes atrasos no diagnóstico da doença - hepatite B, que acabou evoluindo para câncer no fígado com metástase óssea. Outros atrasos e diagnósticos incompletos e/ou que não correspondiam ao verdadeiro problema do doente, com internações e respectivas altas, pioraram o estado de saúde da vítima que veio a falecer.
MEIO EMPREGADO: Imperícia no atendimento à saúde
FONTE: A própria vítima no decorrer da doença; familiares; Cimi Regional - RO

03/08/2008

VÍTIMA: Pau Yam Oro Waram Xijein
POVO: ORO WARAM XIJEIN (ORO WARI)
TERRA INDÍGENA: SAGARANA
MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guajará-Mirim e Porto Velho
DESCRIÇÃO: Demora no atendimento. No início de julho de 2008 a vítima foi internada em Porto Velho. Foi diagnosticado câncer e a Funasa foi comunicada de que o paciente precisava ser encaminhado com urgência para outro Estado, em menos de 10 dias. Apesar dos contatos feitos

pelo Cimi e pelo bispo diocesano, a Fundação alegou que não encontrava vagas nos hospitais de referência. Esta alegação revelou-se falsa pois quando o Cimi conseguiu contato com o Hospital Pio XII em Barretos/SP, foi informado por este de que a única providência seria encaminhar via fax os documentos do paciente e o laudo médico. A Funasa foi comunicada sobre essa solução porém demorou a tomar as respectivas providências. O paciente não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Falta de encaminhamento para fora do Estado

FONTE: A vítima, durante o tratamento; familiares; Cimi Regional - RO

20/08/2008

VÍTIMA: Geodésio Makurap
POVO: MAKURAP
TERRA INDÍGENA: RIO BRANCO
MUNICÍPIO: ALTA FLORESTA D'OESTE
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Makurap
DESCRIÇÃO: A criança estava doente há mais de dois anos com tumores externos no pescoço. Com falta de atendimento no começo da doença esta se expandiu. Foi encaminhada para Porto Velho, onde ficou seis meses, mas não resistiu.
MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico
FONTE: Cimi Regional - RO - equipe Rio Branco e Kwazá

16/12/2008

VÍTIMA: Helena Au Oro Waram Xijein
POVO: ORO WARAM XIJEIN (ORO WARI)
TERRA INDÍGENA: RIBEIRÃO SILVEIRA
MUNICÍPIO: NOVA MAMORE
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guajará-Mirim
DESCRIÇÃO: A paciente com quadro anterior de tuberculose pulmonar foi internada no Hospital Regional (Semusa) onde não foi realizado nenhum exame. Recebeu alta após 5 dias e foi para a CASAI. Piorou e as enfermeiras alegaram que a paciente não queria voltar para o hospital. Há denúncia de que as enfermeiras resistem em levar pacientes ao Pronto Socorro por serem mal recebidas. A médica da Funasa internou a paciente, mas ela não resistiu.
MEIO EMPREGADO: Imperícia no atendimento à saúde
FONTE: Equipe Cimi Guajará-Mirim/RO

TO – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)**04/04/2008**

VÍTIMA: Welison Yatiau Karajá
POVO: KARAJÁ
TERRA INDÍGENA: KARAJÁ DE ARUANÃ I
MUNICÍPIO: SANTA FE DO ARAGUAIA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Xambioá
DESCRIÇÃO: O adolescente permaneceu em tratamento por um ano sem uma confirmação diagnóstica. Enfrentou sérias dificuldades para se deslocar da aldeia por falta de transporte, até que veio a óbito. Depois que faleceu foi colhido material para exame, mas até o final de 2008 não se sabia o resultado.
MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral
FONTE: Familiares

Mortalidade na infância

Ano de 2008

A mortalidade na infância⁽³⁾ ocorre nas situações onde muitas – se não todas – as circunstâncias desfavoráveis vividas pelos povos indígenas convergem: falta de alimentação, como resultado da falta de terra ou de assistência alimentar; falta de água potável e de saneamento básico; falta de prevenção, vacinação e assistência médica; falta de transporte

para atendimento médico e hospitalar; e falta de atenção pré e pós-natais.

Em 2008 o número de casos registrados de mortes na infância aumentou, comparado com o ano de 2007⁽⁴⁾. Foram registradas 17 ocorrências, com 37 óbitos.

Destes óbitos, 33 chamam atenção pela falta de atendimento médico ou de transporte. Problemas,



Foto: J. Resha/Arquivo Cimi

Mortalidade da infância é causada por uma conjunção de fatores, entre eles, falta de alimentação adequada e de saneamento básico

(3) O Cimi trabalha com o termo mortalidade na infância, definido como óbito de crianças menores de 5 anos. A expressão também é apresentada como o índice estatístico do número de mortes por 1000 crianças nascidas vivas. Usa-se também freqüentemente a categoria mortalidade infantil, que trata de óbitos de menores de 1 ano. Há, no ano de 2008, registro de 21 casos de mortes de crianças com menos de 1 ano por desassistência à saúde.

(4) Vale ressaltar que o Cimi apresenta a mortalidade na infância em números absolutos num período de tempo, não como índice. Ou seja, não é possível verificar, com base nos dados apresentados, alterações no índice da mortalidade na infância no período analisado, apenas variações no número absoluto de casos.

como foi apontado anteriormente, que muitos povos indígenas enfrentam. Assim é o caso de 7 crianças do povo Pirahã, no Amazonas. Além de diarreia e desidratação, sofreram de outras doenças como malária e tuberculose. Algumas delas sequer foram atendidas pela equipe médica contratada pela Prefeitura Municipal de Humaitá. Os Kulina da comunidade Igarapé do Anjo, no Acre, ficaram igualmente sem atendimento.

Chama atenção o caso das crianças Xavante. Apenas no mês de janeiro de 2008 morreram 15 bebês com doenças que têm cura.

Há outros casos de mortes de crianças envolvendo doenças que facilmente poderiam ser tratadas, como quadros de desnutrição ou diarreia em combinação com desidratação. Essas doenças, muitas vezes, ocorrem em consequência da saúde precária das mães que não produzem leite materno o suficiente para alimentar os seus filhos. Ao mesmo tempo, as mães não têm condições de comprar alimentação suplementar e adequada para seus bebês. Além disto, esses casos demonstram a ausência de assistência neo-natal e pós-natal adequada.

Mortalidade na infância

Dados - 2008

Total de casos: 17 – Vítimas: 37 (individuais)

AC – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

19/03/2008

VÍTIMA: Calu Kulina

POVO: KULINA (MADIJA)

TERRA INDÍGENA: KULINA DO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Igarapé do Anjo/Terra Nova

DESCRIÇÃO: Não há uma assistência direta para a saúde da comunidade. São comuns os casos de desnutrição e há grande dificuldade para remoção dos doentes. Quando conseguiram transporte para a criança já não havia mais tempo para salvá-la.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: Equipe Cimi Regional AO; Polo Base de Saúde

AM – 3 Caso(s) – 9 Vítima(s)

JAN/JUN-2008

VÍTIMA: Kauguai (dois anos e quatro meses), Peaucassoe (um ano e cinco meses), uma criança (s/d), recém nascido (um mês), um recém nascido (três meses), crianças (4)

POVO: PIRAHA

TERRA INDÍGENA: PIRAHÃ

MUNICÍPIO: HUMAITA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Poção, Koata, Flechal e Barrigudo

DESCRIÇÃO: De acordo com José Ricardo Torá e Roberto T. Reis Mura, membros do Conselho Distrital de Saúde Indígena, as mortes aconteceram pela falta de assistência às aldeias da equipe contratada pela Prefeitura Municipal de Manicoré. A equipe quando vai a área, entra em um dia e sai no outro, diz o indígena Júnior Tenharim. Os conselheiros de saúde encaminharam documento à Coordenação Regional da Funasa, relatando que foram diagnosticados casos de malária, tuberculose, hanseníase, diarreias e outras doenças. Segundo a Funasa, existe dificuldade de acesso às aldeias, por isso a inconstância do trabalho das equipes. As mortes ao longo deste ano afetaram 3,9% da população, que somam 230 indivíduos.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: J.Rosha (Cimi Norte I), 25/06/2008

JANEIRO/2008

VÍTIMA: Criança

POVO: MARUBO

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Vida Nova

DESCRIÇÃO: Clóvis Marubo, coordenador do Civaça (Conselho Indígena do Vale do Javari), reclama que a Funasa não informa os diagnósticos de doenças nem as causas das mortes registradas no Javari. "Não sabemos a causa da morte dessa criança", informa Clóvis Marubo. O Civaça teme que a população local seja dizimada por surtos iminentes de tuberculose e meningite. O coordenador aponta o foco da doença na região do rio Curuçá e denuncia a estrutura precária de atendimento à saúde na região, com falta de médicos, medicamentos e transporte para os doentes.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: A Crítica/AM, 22/01/2008

JAN/MAR/2008

VÍTIMA: Crianças

POVO: KULINA

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: EIRUNEPE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Eirunepe

DESCRIÇÃO: Saneamento precário, falta de água potável e dificuldades operacionais para dar atendimento continuado são as causas do crescente índice de mortalidade infantil que ameaça as crianças da etnia Kulina. A desnutrição, conforme declaração do Nuasi-Núcleo de Assistência e Acompanhamento de Saúde Indígena, é consequência do agravamento de várias outras doenças como infecções intestinais, diarreias e outras infecções.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária

FONTE: A Crítica/AM, 26/03/2008

GO – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

MAIO/2008

VÍTIMA: Recém-nascido

POVO: TAPUIA

TERRA INDÍGENA: CARRETÃO I

MUNICÍPIO: NOVA AMERICA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Hospital Municipal de Rubiataba

DESCRIÇÃO: A indígena Lidiane Pereira Barbosa encontrava-se no Hospital Municipal para dar à luz a seu primeiro filho. Segundo os familiares o parto normal estava complicado e não foi agilizada uma cesariana. O recém-nascido morreu 15 minutos após o nascimento.

MEIO EMPREGADO: Imperícia no atendimento à saúde

FONTE: Familiares e lideranças indígenas; Cimi Regional GO/TO

MA – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

20/11/2008

VÍTIMA: Recém-nascido

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Mucura

DESCRIÇÃO: Segundo depoimento dos funcionários que trabalham no pólo base de saúde, a morte da criança ocorreu por falta de assistência da Funasa.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Equipe Cimi-Grajaú

MS – 2 Caso(s) – 2 Vítima(s)

07/02/2008

VÍTIMA: Miguel Aquino

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A mãe relatou que não tinha recursos para alimentar regularmente a criança. Segundo informações da Funasa, a criança não havia terminado o tratamento que recebia no Hospital Universitário de Dourados, quando foi retirado pela mãe.

MEIO EMPREGADO: Desnutrição

FONTE: Ambientebrasil.com.br, 09/02/2008; O Estado de S.Paulo, 08/02/2008

15/12/2008

VÍTIMA: Gleide Bairro (1 ano e 6 meses)

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: KURUSU AMBA

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kurusu Ambá

DESCRIÇÃO: A criança morreu por desnutrição. A morte foi registrada na Casa do Índio de Amambai. Os índios estão acampados à beira da estrada que liga Amambai a Coronel Sapucaia, desde 2007.

MEIO EMPREGADO: Desnutrição

FONTE: Jornal Correio do Estado/MS, 16/12/08

MT – 4 Caso(s) – 18 Vítima(s)

27/05/2008

VÍTIMA: Recém-nascido

POVO: MYKY

MUNICÍPIO: BRASNORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Japuira

DESCRIÇÃO: A mãe da criança, Kamu Myky, 20 anos, entrou em trabalho de parto e não foi socorrida a tempo de salvar o bebê. Sua gravidez foi considerada de risco. A viatura solicitada só chegou quatro horas após ser chamada. Segundo o primo da vítima, Cláudio Myky, a demora foi motivada pela falta de combustível e pela situação precária da estrada que dá acesso à aldeia.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: A Gazeta/MT, 30/05/2008

JANEIRO/2008

VÍTIMA: 15 Crianças (menores de 01 ano)

POVO: XAVANTE

MUNICÍPIO: BARRA DO GARCAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Xavante

DESCRIÇÃO: Indígenas do povo Xavante ocuparam o prédio do Distrito Sanitário Especial Indígena em Barra do Garça, solicitando melhor atendimento à saúde, depois da morte de 15 crianças com menos de um ano no mês de janeiro. Sérgio Abhõ-ödi, presidente do Conselho Indígena de

Foto: Ronaldo Nina/Arquivo Cimi



Crianças Xavante: 15 mortes em uma única terra por falta de assistência adequada à saúde

São Marco, declarou que as crianças tinham doenças que têm cura.

MEIO EMPREGADO: Imperícia no atendimento à saúde

FONTES: Agência Brasil, 31/01/2008

16/10/2008

VÍTIMA: Juilber Kithãulu

POVO: NAMBIKWARA-KITHAULU

TERRA INDÍGENA: NAMBIKWARA

MUNICÍPIO: COMODORO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Nova Mutum

DESCRIÇÃO: A criança estava com diarreia e vômito. Foi levada até o ponto de apoio da Funasa de Comodoro e internada no hospital municipal, onde permaneceu por dois dias até receber alta. Ao retornar à aldeia, passou mal e foi levada novamente para o ponto de apoio da Funasa, que a encaminhou para a Casai de Vilhena/RO. Ao chegar em Vilhena a criança ficou na Casai onde seu estado de saúde piorou. Foi encaminhada tardiamente ao hospital, onde veio a falecer.

MEIO EMPREGADO: Imperícia no atendimento à saúde

FONTES: Equipe Cimi/MT (Comodoro), Jornal O Diário/MT, 17/10/2008

16/10/2008

VÍTIMA: Arilúcia Kithãulu

POVO: NAMBIKWARA-KITHAULU

TERRA INDÍGENA: NAMBIKWARA

MUNICÍPIO: COMODORO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Nova Mutum

DESCRIÇÃO: A criança estava com diarreia e vômito. Foi levada até o ponto de apoio da Funasa de Comodoro e internada no hospital municipal, onde permaneceu por dois dias até receber alta. Ao retornar a aldeia, passou mal e foi levada novamente para o ponto de apoio da Funasa, que a encaminhou para a Casai de Vilhena/RO. Ao chegar em Vilhena a criança ficou na Casai onde seu estado de saúde piorou. Foi encaminhada tardiamente ao hospital, onde veio a falecer.

MEIO EMPREGADO: Imperícia no atendimento à saúde

FONTES: Equipe Cimi - Regional MT; Jornal O Diário - 17/10/2008

PA – 1 Caso(s) – 1 Vítilma(s)

11/04/2008

VÍTIMA: Gian Tiryó, 18 meses

POVO: TIRIYO

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO TUMUCUMAQUE

MUNICÍPIO: OBIDOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Reserva Tumucumaque

DESCRIÇÃO: A criança ficou quatro dias à espera de atendimento. Não havia médico da Funasa no local. Foi levada por um avião da FAB até o Hospital da Criança de Macapá/AP, mas não resistiu. O próprio diretor regional, Frederico de Miranda, informou oficialmente à direção nacional do órgão e ao MPF sobre a situação "gravíssima" de abandono dos Tiryó. As ONGs que prestam atendimento na região estão sem receber repasse há quatro meses e o convênio não inclui a contratação de médicos.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTES: O Liberal/PA, 15 e 17/04/2008; Correio Braziliense, 20/04/08; Cimi Norte II

RO – 1 Caso(s) – 1 Vítilma(s)

AGOSTO/2008

VÍTIMA: Felipe Oro Mon

POVO: ORO MON (ORO WARI)

TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ LAGE

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Lage Velho

DESCRIÇÃO: A criança passou mal com um quadro que caracterizava oclusão intestinal. Foi encaminhada para Guajará-Mirim e em seguida para Porto velho, mas faleceu no meio de viagem. Em 2007 uma pesquisa do Ministério da Saúde já detectara alto índice de verminose nas crianças. Foi recomendado o tratamento da água do poço e a construção de fossas, o que não foi cumprido.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária

FONTES: Familiares da vítima; Equipe Cimi Regional RO

TO – 3 Caso(s) – 3 Vítilma(s)

23/09/2008

VÍTIMA: Rafaela Javaé

POVO: JAVAÉ

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO: FORMOSO DO ARAGUAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São João

DESCRIÇÃO: Há falta de veículos para transportar os doentes até a cidade. Os veículos da Funasa ficam em geral na cidade de Formoso e até chegar à aldeia são muitas horas de viagem. No presente caso, o socorro chegou tarde.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTES: Agente de saúde; Cimi Regional GO/TO

01/11/2008

VÍTIMA: Criança

POVO: KRAHÔ

TERRA INDÍGENA: KRAHÔ/KANELA

MUNICÍPIO: ITACAJA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Campos Limpos

DESCRIÇÃO: No dia 01/11/2008 foi solicitado um carro para levar a criança até o município de Itacajá. O carro só chegou no dia seguinte à tarde. O médico encaminhou a vítima para Araguaína, mas lá chegando a criança morreu.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte

FONTES: Oswaldo Krahô (agente de saúde); Cimi Regional GO/TO

15/04/2008

VÍTIMA: Recém-nascido

POVO: JAVAE

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO: FORMOSO DO ARAGUAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São João

DESCRIÇÃO: Há falta de veículos para transportar os doentes até a cidade. Os veículos da Funasa ficam na cidade de Formoso do Araguaia e levam horas de viagem para chegar até a aldeia. Quando chegam, se o estado do doente é muito grave, o óbito já ocorreu como neste caso.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTES: Agente de saúde; Cimi Regional GO/TO

Desnutrição

Ano de 2008

Há registro de 6 casos de desnutrição em 2008. O Cimi teve acesso apenas a informações sobre os estados do Paraná, com 4 casos; Rio Grande do Sul, com 1 caso e Tocantins, com 1 caso. São 5 crianças, sendo 1 de dez meses, 1 de um ano, 2 de dois anos e 1 de três anos, e 1 idosa de 70 anos. São crianças de 3 comunidades Guarani, sendo 1 caso nos Tekoha Araguaja e Mato Preto e 3 casos no Tekoha Marangatu. A idosa era do povo Xerente.

As comunidades Guarani vivem acampadas às margens do rio Paraná, reivindicando suas terras. Sem terra para plantar e se auto-sustentar, ficam sem alimentação e por falta de água potável consomem água não-tratada do próprio rio. Recebem nenhuma ou pouca assistência da Funai e nenhuma assistência da Funasa. A aldeia Tekoha Marangatu recebe cestas básicas da Funai, mas são insuficientes. Em Mato Preto as cestas chegam sem periodicidade.

Foto: Marilene Buzzato/Arquivo Cimi



Criança desnutrida nos braços da mãe. Falta de alimentação adequada é uma das causas de mortalidade na infância de crianças indígenas

Desnutrição

Dados - 2008

Total de casos: 6 – Vítimas: 6 (individuais)

PR – 4 Caso(s) – 4 Vítima(s)

2008

VÍTIMA: Liliane Lopes

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA ARAGUAJU

MUNICÍPIO: TERRA ROXA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekoha Araguaju

DESCRIÇÃO: A comunidade está acampada às margens do rio Paraná. Sofre com a falta de assistência por parte da Funasa e da Funai. Não possui água potável e consome água do rio o que favorece os casos de desnutrição pelas consequentes doenças. A vítima está em grau avançado de desnutrição, não caminha e passa a maior parte do tempo no colo dos pais.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: Comunidade indígena; Cimi Sul-Equipe Paraná

2008

VÍTIMA: Claudiane Velasque

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA MARANGATU

MUNICÍPIO: GUAIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekoha Marangatu

DESCRIÇÃO: A comunidade está acampada nas margens do rio Paraná, ao lado do pátio da Receita Federal. Sofrem com a falta de assistência por parte da Funasa e Funai. Não possuem água potável e acabam consumindo a água do próprio rio, o que favorece os casos de desnutrição. Além disso, as cestas básicas da Funai são insuficientes.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: Comunidade Indígena e Cimi Sul - Equipe Paraná

2008

VÍTIMA: Jéferson Benites

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA MARANGATU

MUNICÍPIO: GUAIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekoha Marangatu

DESCRIÇÃO: A comunidade está acampada nas margens do rio Paraná. Sofrem com a falta de assistência por parte da Funai e Funasa. Não possuem água potável e acabam consumindo a água do próprio rio, o que favorece os casos de desnutrição. Além disso, as cestas básicas da Funai, são insuficientes.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: Comunidade indígena e Cimi Sul - Equipe Paraná

2008

VÍTIMA: Armelinda Benites (10 meses)

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA MARANGATU

MUNICÍPIO: GUAIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekoha Marangatu

DESCRIÇÃO: A comunidade está acampada às margens do rio Paraná. Sofrem com a falta de assistência da Funai e Funasa. Não possuem água potável e acabam consumindo a água do próprio rio, o que favorece os casos de desnutrição. Além disso, as cestas básicas da Funai são insuficientes.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: Comunidade Indígena e Cimi Sul - Equipe Paraná

RS – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

AGOSTO/2008

VÍTIMA: Suzana da Costa

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: MATO PRETO

MUNICÍPIO: EREBANGO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Mato Preto - Guarani

DESCRIÇÃO: A falta de alimentação no acampamento com o atraso ou inexistência de cesta básica e a falta de terra para auto-sustentação levam à desnutrição das crianças.

MEIO EMPREGADO: Suspensão de cesta básica

FONTE: Comunidade indígena

TO – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

JULHO DE 2008

VÍTIMA: Candinha Pirokodi Xerente

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Novo Horizonte

DESCRIÇÃO: A anciã, de 70 anos, esteve internada no Hospital de Referência de Miracema, por cinco dias. Recebeu alta, voltou para a aldeia, mas continuava fraca, sem ânimo, e muito desnutrida, vindo a falecer três dias após sua alta.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Familiares da vítima

Disseminação de bebida alcoólica e drogas

Ano de 2008

Percebe-se que o consumo de álcool e de drogas continua um problema freqüente e grave em muitas comunidades indígenas. Em 2008 há 11 casos registrados, envolvendo os estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Um estudo da Funai do projeto Vigisus II

afirma que o uso de drogas é preocupante e crescente em muitas comunidades indígenas no país inteiro.

Mesmo que haja proibição legal de venda de bebidas alcoólicas para indígenas, dentro ou fora de suas terras, são recorrentes os casos de venda de álcool, inclusive dentro das áreas indígenas. Muitos

Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi



O consumo de álcool e de drogas - freqüente em muitas aldeias – impacta a estrutura física e cultural dos povos indígenas

chegam a consumir álcool puro, destinado à limpeza, apelidado de “tampazul”, por causa da tampa cor azul da garrafa.

Destacam-se as comunidades Maxakali, em Minas Gerais, e Xerente, em Tocantins, onde o abuso de álcool é extremo. Em 2008 houve pelo menos 3 mortes entre os Maxakali por causa de consumo excessivo de álcool. Foram 5 mortes no povo Xerente. Não há nada que impeça o acesso ao álcool, a não ser preço abusivo (R\$ 50,00 a garrafa de cachaça) cobrado por alguns vendedores que se aproveitam da desinformação dos indígenas.

Em muitos casos, o consumo de álcool vem acompanhado pelo consumo de drogas, como a maconha ou drogas injetáveis. A consequência comum dessa realidade é o envolvimento de indígenas no tráfico de

drogas, no qual muitos acabam sendo usados como “mulas” (pessoa que transporta a droga) – por oportunidade, por necessidade ou por serem forçados pelos traficantes.

Na região de São Gabriel de Cachoeira e Tabatinga (Amazonas), há notícias recorrentes sobre o envolvimento de jovens indígenas com o tráfico de drogas da Colômbia e da Venezuela, sejam como usuários ou como “mulas”, que transportam a cocaína, por exemplo, para Manaus. As lideranças Tikuna chamaram a Polícia Civil para fiscalizar a área, no intuito de afastar as drogas da juventude. As lideranças afirmam que não há outra fonte de renda para os indígenas nas aldeias. Os narcotraficantes se aproveitam desta necessidade para aliciar os indígenas, sobretudo jovens.

Disseminação de bebida alcoólica e drogas

Dados - 2008

Total de casos: 11 – Vítimas: 12 (individuais)

AC – 1 Caso(s) – 1 Vítima(s)

13/04/2008

VÍTIMA: Pereira da Silva

POVO: KAXINAWÁ

TERRA INDÍGENA: KATUKINA / KAXINAWÁ

MUNICÍPIO: FEIJO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Morada Nova

DESCRIÇÃO: O indígena morreu afogado porque estava alcoolizado. O acesso à bebida alcoólica é facilitado pois a aldeia fica próxima da cidade de Feijó. Essa situação tem preocupado os povos do rio Envira.

MEIO EMPREGADO: Afogamento

FONTE: Polo Base de Saúde; Cimi Regional - AO

AM – 1 Caso(s)

MARÇO/2008

VÍTIMA: Comunidades Alto Solimões

POVO: TIKUNA

TERRA INDÍGENA: TUKUNA UMARIAÇU

MUNICÍPIO: TABATINGA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Umariçu II - Alto Solimões

DESCRIÇÃO: Traficantes colombianos, peruanos e brasileiros estão aliciando indígenas do Alto Solimões para servirem como “mulas” no transporte de drogas entre Tabatinga e Manaus. A afirmação é do administrador regional da Funai, Davi Felix Cecílio. De acordo com Davi, o assédio aos indígenas acontece dentro das aldeias e nos rios da região. Conforme declaração de Constantino Ramos Lopes, presidente da Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngüe, o rio Solimões, principal via de transporte na região, seria como uma grande rodovia sem nenhum tipo de controle, ou fiscalização eficiente. Nas aldeias do Alto Solimões não existe outra fonte de renda que não seja a Prefeitura ou a agricultura

e, mesmo assim, não garantem muitos rendimentos e os traficantes se aproveitam dessa situação para aliciar os indígenas, conforme informação do administrador da Funai na região. A combinação de cocaína, álcool e falta de trabalho está provocando uma rápida deterioração na vida e nos costumes na área indígena, levando muitos jovens ao suicídio. A avaliação é do cacique Manoel Nery Tikuna, que chefia a aldeia Umariçu 2. A participação de indígenas no tráfico de drogas foi detectada depois que a Polícia Civil e o Exército brasileiro encontraram plantação de coca andina na região do Vale do Javari. Foi a primeira plantação dessa espécie encontrada na Amazônia brasileira.

MEIO EMPREGADO: Transporte de drogas

FONTE: A Crítica/AM, 19 e 27/03/2008; O Liberal, 21/03/2008; O Est.S.P., 19/03/2008

MG – 1 Caso(s) – 3 Vítima(s)

2008

VÍTIMA: Três indígenas

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: BERTOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bertópolis

DESCRIÇÃO: Há um consumo exagerado de bebida alcoólica pelos índios Maxakali. Só neste ano morreram três indígenas por esse motivo. O coordenador regional da Funai em Governador Valadares, Waldemar A.Krenak, declarou que a maioria dos estabelecimentos não respeita a legislação que proíbe a venda de bebida aos índios e ainda os comerciantes se aproveitam da ingenuidade dos indígenas e vendem o produto até a R\$50,00 a garrafa.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica, outras drogas e extorsão

FONTE: Estado de Minas, 17/10/2008; Agenda Popular, nov/2008

MS – 3 Caso(s) – 3 Vítima(s)

ABRIL/2008

VÍTIMA: X.G.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Taquapery

DESCRIÇÃO: O indígena foi preso por transportar drogas. Ele estava sendo usado como “mula” do tráfico, como são conhecidas as pessoas que transportam pequenas quantidades de entorpecentes.

MEIO EMPREGADO: Transporte de drogas

FONTE: *Campogrande.news*, 25/04/2008

17/01/2008

VÍTIMA: A.S.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A indígena foi presa por uma equipe do Serviço Reservado da Polícia Militar, com 47 gramas de cocaína. Ela relatou que pegou a droga com uma conhecida. Esta a teria contratado para levar a droga até um bar próximo à reserva indígena. Adriana alegou que só aceitou porque é separada do marido, tem 2 filhos e não recebe pensão que deveria ser paga às crianças.

MEIO EMPREGADO: Transporte de drogas

FONTE: *O Progresso/MS*, 18/01/2008

08/09/2008

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: Traficantes de drogas induziram um adolescente a furtar dois eqüinos de uma chácara, retribuindo com seis quilos de maconha.

MEIO EMPREGADO: Transporte de drogas e furto

FONTE: *O Progresso*, 17/09/2008

TO – 5 Caso(s) – 5 Vítima(s)

23/03/2008

VÍTIMA: Marquinho Waikanōkrá Xerente

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Paraíso

DESCRIÇÃO: O indígena foi encontrado morto na casa de um amigo e testemunhas confirmam o consumo de álcool. As mortes vêm gerando preocupação em relação ao alcoolismo. Quando vão à cidade comercializar seus produtos, alguns ingerem bebida alcoólica. O problema afeta 40% do povo Xerente, segundo estimativa do cacique Adão Wderehu, da aldeia Paraíso. Por lei é proibida a venda de bebida alcoólica para os índios, mas a legislação é burlada.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica

FONTE: *Jornal de Tocantins*, 26/03/2008

JULHO/2008

VÍTIMA: Expedito Kumazé Olegário

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Xerente Novo Horizonte

DESCRIÇÃO: A vítima entrou em coma após ter ingerido bebida alcoólica e ter sido espancado. Segundo o coordenador da União Indígena Xerente, Srewe Xerente, o problema de consumo excessivo de álcool é antigo. Segundo ele, são mais de 50 aldeias na região e, devido à proximidade com a cidade, é inevitável que os índios tenham acesso às bebidas. Destaca, ainda, que faltam políticas públicas voltadas para os índios de Tocantins.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica

FONTE: *Jornal de Tocantins*, 31/07/2008

MARÇO/2008

VÍTIMA: Jerson Wakaine Xerente

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Novo Horizonte

DESCRIÇÃO: A morte foi resultado do excesso de bebida alcoólica. A legislação proíbe a venda de bebidas aos indígenas, mas eles têm facilidade para comprar em qualquer estabelecimento comercial da cidade.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica

FONTE: *Famíliares; Cimi Regional GO/TO*

FEVEREIRO/2008

VÍTIMA: Marcos Kanokrã Xerente

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Brejo Comprido

DESCRIÇÃO: Foi encontrado morto em Tocantínia. Seus parentes declararam que ele já estava bebendo há duas semanas. A legislação proíbe a venda de bebida alcoólica para indígenas, mas eles têm facilidade para comprar em qualquer estabelecimento comercial na cidade.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica

FONTE: *Famíliares; Cimi Regional GO/TO*

12/06/2008

VÍTIMA: Wakrarê Xerente

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Salto

DESCRIÇÃO: Morreu por excesso de bebida alcoólica, na cidade de Tocantínia. O alto consumo de bebida alcoólica pelos indígenas leva-os freqüentemente ao coma alcoólico e como consequência à morte. Embora seja proibida a venda de bebidas aos indígenas eles têm facilidade para comprar em qualquer estabelecimento comercial da cidade.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica

FONTE: *Famíliares; Cimi Regional GO/TO*

Desassistência na área de educação escolar indígena

Ano de 2008

A educação escolar indígena enfrenta muitos problemas estruturais, em todas as regiões do país. Constatam-se 23 registros em 2008, envolvendo os estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pernambuco e Rondônia.

Em muitas regiões as autoridades não fornecem a educação indígena específica e diferenciada. As crianças freqüentam escolas públicas tradicionais, onde as aulas são em Português, em vez da língua materna, e não é adaptado às realidades das comunidades indígenas.

Há escolas, dentro das áreas, sem professores indígenas ou apenas com professores que não falam

a língua materna das crianças. Isto dificulta o ensino para elas.

A maioria das escolas indígenas enfrenta graves problemas de infraestrutura. Não possuem instalações adequadas, segundo sinaliza um estudo do Ministério da Educação (MEC).

Os locais de ensino são galpões ou residências particulares; não há bibliotecas; falta material didático e, em alguns casos, não há banheiros, água potável e luz. Por exemplo, os alunos do povo Sabanê, em Rondônia, ficaram mais de cinco meses sem estudar, por falta de saneamento básico e água na escola.

Foto: Equipe Cimi/Inai/RS



Situação da educação escolar indígena é precária, com crianças tendo aula em português e sem ensino específico para cada povo

Há casos de falta merenda escolar ou de alimentos que chegam à escola com o prazo de validade vencido. Há falta transporte escolar, quando a escola fica fora da terra indígena.

Em muitas comunidades, falta capacitação de professores. Além disso, os municípios estabelecem apenas contratos temporários com os professores. No Maranhão existem professores que trabalham há mais de 12 anos e são considerados temporários. Anualmente se submetem ao processo seletivo para contratação.

No Acre, na região do alto e baixo rio Envira, a falta de condições foi tamanha, que em junho de 2008 o ano letivo ainda não havia começado. No

Maranhão, sete povos denunciaram o atraso do início do ano letivo. Na região de Guajará-Mirim, Rondônia, cerca de 700 alunos de diversas aldeias ficaram sem estudar porque não foram implantados ensino fundamental e ensino médio nas aldeias. Há estudantes que freqüentam escolas nas cidades, mas muitos deles desistem.

No Amazonas em várias aldeias do povo Jama-madi não há uma escola com professores, apesar de várias denúncias e pedidos às autoridades responsáveis. Também no Amazonas, várias comunidades Apurinã sofrem da mesma ausência. No Maranhão, os povos Gavião e Urubu Kaapor estão sem escola na aldeia.

Desassistência na área de educação escolar indígena

Dados - 2008

Total de casos: 23 – Vítimas: 700 (individuais)

AC – 1 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidades do Acre

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Povos do Acre

DESCRIÇÃO: Os professores do alto e baixo rio Envira denunciam a distância que existe entre a educação escolar indígena preconizada na legislação e aquela que vem sendo realizada de fato pelo governo do Acre. As escolas indígenas estão em péssimas condições. Falta tudo: infra-estrutura adequada, material escolar, merenda, capacitação de professores, transporte, dentre outros requisitos básicos para que uma escola realmente possa se dizer de qualidade. Por falta de condições, o ano letivo ainda não começara no mês de junho. Em alguns locais para que as aulas iniciassem em março os pais precisaram comprar material para os alunos. A merenda é entregue atrasada e acaba mais cedo.

MEIO EMPREGADO: Falta infra-estrutura geral

FONTE: Equipe Cimi/AC-Feijó-Porantim, jun/jul/2008

AM – 11 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: JAMAMADI

TERRA INDÍGENA: IQUIREMA

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Iquirema

DESCRIÇÃO: Não há nenhuma assistência na área da educação.

Foi feita solicitação junto à Secretaria de Educação e nenhuma providência foi adotada.

MEIO EMPREGADO: Falta infra-estrutura geral

FONTE: Equipe Cimi - Regional AO e Comunidade Indígena

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: JAMAMADI

TERRA INDÍGENA: INAUINI / TEUNI

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Santo Antônio

DESCRIÇÃO: Falta de escola e professores para comunidade. Foram feitas várias solicitações junto à Secretaria Municipal de Boca de Acre, envio de documentação à Secretaria Estadual, em Manaus. Nenhuma providência foi adotada.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola e professor indígena

FONTE: Equipe Cimi - Regional AO e Liderança Indígena

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: JAMAMADI

TERRA INDÍGENA: IQUIREMA

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Capana

DESCRIÇÃO: Falta de formação pedagógica para professor indígena. Foi feita solicitação junto à Secretaria de Educação. Promessa de curso de formação para professores indígenas em fevereiro de 2009.

MEIO EMPREGADO: Ausência de professor indígena

FONTE: Equipe Cimi - Regional AO e Liderança indígena

2008

VÍTIMA: Estudantes

POVO: JAMAMADI

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Maracaju

DESCRIÇÃO: Na comunidade indígena não há escola nem professor. As crianças estudam numa escola de não-índio que fica no outro lado do rio.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola e professor indígena

FONTE: Equipe Cimi Regional - AO e liderança indígena

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: JAMAMADI

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Goiaba

DESCRIÇÃO: Na área há somente uma escola para os não-índios, onde os indígenas estudam por não haver outra opção.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola

FONTE: Equipe Cimi Regional - AO

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: APURINÃ

TERRA INDÍGENA: APURINÃ KM 124 BR-317

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Apurinã

DESCRIÇÃO: Não há escola indígena na área. Os alunos estudam na escola dos não-índios. A comunidade reivindica a formação e presença de professor indígena e construção de uma escola.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola e professor indígena

FONTE: Equipe Cimi Regional - AO e lideranças indígenas

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: APURINÃ

TERRA INDÍGENA: APURINÃ KM 124 BR-317

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia km. 45 -Apurinã

DESCRIÇÃO: Há uma escola na área porém o professor não é indígena. A comunidade reivindica a formação e presença de professor indígena Apurinã.

MEIO EMPREGADO: Ausência de professor indígena

FONTE: Equipe Cimi Regional - AO e lideranças indígenas

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: APURINÃ

TERRA INDÍGENA: APURINÃ KM 124 BR-317

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Monte

DESCRIÇÃO: Não há escola nem professor para as crianças indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola

FONTE: Equipe Cimi Regional - AO e lideranças indígenas

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: APURINÃ

TERRA INDÍGENA: APURINÃ KM 124 BR-317

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Val Paraíso

DESCRIÇÃO: Na área não há escola nem professores. As crianças vivem sem estudar.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola

FONTE: Equipe Cimi Regional - AO e lideranças indígenas

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: APURINÃ

TERRA INDÍGENA: CAMICUÃ

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Camicuã

DESCRIÇÃO: Embora haja escola e professores, a comunidade se ressentida de uma educação diferenciada. Há somente

educação rural, voltada para os moldes da prefeitura.

MEIO EMPREGADO: Falta educação diferenciada

FONTE: Equipe Cimi Regional - AO

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: APURINÃ

TERRA INDÍGENA: APURINÃ KM 124 BR-317

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cajueiro

DESCRIÇÃO: Na área não há escola para os indígenas. As crianças precisam estudar em escola de não-índios.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola

FONTE: Equipe Cimi Regional -AO

MA – 4 Caso(s)

06/03/2008

VÍTIMA: Comunidades Guajajara e outras

POVO: GUAJAJARA e outros

MUNICÍPIO: Diversos

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Guajajara e outras

DESCRIÇÃO: Indígenas de sete etnias do Maranhão fizeram uma mobilização em frente ao palácio do governo para cobrar o início do ano letivo nas escolas indígenas. Eles reclamam que pelo calendário da Secretaria de Educação as aulas começariam somente em maio. O processo seletivo para contratação dos professores específicos das escolas indígenas estaria previsto para acontecer somente no dia 30 de março.

MEIO EMPREGADO: Atraso no início do ano letivo

FONTE: O Estado do Maranhão, 06/03/2008

MARÇO/2008

VÍTIMA: 7 povos indígenas do Maranhão

DESCRIÇÃO: Os indígenas reivindicam a efetivação dos professores indígenas. Há muitos professores que trabalham há mais de 12 anos e são considerados temporários. Anualmente precisam se submeter a um processo seletivo para contratação.

MEIO EMPREGADO: Demora na efetivação de professores indígenas

FONTE: O Estado do Maranhão, 06/03/2008

MAIO/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: URUBU KAAPOR

TERRA INDÍGENA: ALTO TURIAÇU

MUNICÍPIO: CENTRO NOVO DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sítio Novo-Turiaçu

DESCRIÇÃO: Os indígenas cobram a construção de uma escola na aldeia, no valor de R\$53 mil, recurso que teria sido repassado à Construtora Hipersondagem.

MEIO EMPREGADO: Desvio de verba

FONTE: O Estado do Maranhão, 31/05/2008

OUTUBRO/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GAVIÃO

TERRA INDÍGENA: GAVIÃO

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amarante

DESCRIÇÃO: Os indígenas reivindicam a construção de uma escola e a entrega de material escolar. Fizeram reféns uma funcionária da Funai e três servidores do governo do Maranhão.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola e material escolar

FONTE: Jan C. Nogueira de Souza, 22/10/2008

MT – 3 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TAPIRAPÉ

TERRA INDÍGENA: URUBU BRANCO

MUNICÍPIO: SANTA TEREZINHA

DESCRIÇÃO: O povo Tapirapé enfrenta o descaso e a burocracia governamental com as escolas das aldeias. Muitas destas não têm sequer salas onde as crianças possam estudar. Para acolher os alunos os indígenas estão construindo salas provisórias, nem sempre adequadas.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

2008

VÍTIMA: Estudantes

POVO: BORORO

TERRA INDÍGENA: PERIGARA

MUNICÍPIO: BARÃO DE MELGACO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Barão de Melgaço

DESCRIÇÃO: Os pais das crianças em idade escolar denunciam que os filhos estão há mais de três meses sem estudar, e sem nenhuma atividade didática.

MEIO EMPREGADO: Atraso no início do ano letivo

FONTE: *Plantão Gazeta*, 27/11/2008

2008

VÍTIMA: Estudantes

POVO: NAMBIKWARA

TERRA INDÍGENA: VALE DO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: COMODORO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comodoro

DESCRIÇÃO: Não há escolas adequadas, os alunos estudam em salas improvisadas. Os professores reclamam de falta de acompanhamento pedagógico além de trabalhar com muitas disciplinas.

MEIO EMPREGADO: Falta de infra-estrutura

FONTE: *Equipe Regional/RO*, 11/2008

PE – 1 Caso(s)

2008

VÍTIMA: Estudantes

POVO: PANKARÁ

TERRA INDÍGENA: PANKARÁ

MUNICÍPIO: CARNAUBEIRA DA PENHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Serra do Arapuá

DESCRIÇÃO: Por legislação de 1999 a educação indígena em Pernambuco passou da responsabilidade das prefeituras

para o Estado. Baseada nisso a prefeitura de Carnaubeira da Penha fechou neste ano duas escolas onde estudavam os Pankará. Estes passaram a ser atendidos em três casas de família que não têm água encanada e cujos gastos com aluguel e energia elétrica são pagos pela comunidade Pankará. Além de fechar as duas escolas a prefeitura ameaça interditar outras duas.

MEIO EMPREGADO: Fechamento de escola

FONTE: *Relatoria Nacional do Direito Humano à Educação*, nov/2008

RO – 3 Caso(s) – 700 Vítima(s)

2008

VÍTIMA: Estudantes

POVO: SABANÊ

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO ARIPUANÃ

MUNICÍPIO: VILHENA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sabanê

DESCRIÇÃO: Os alunos ficaram sem estudar por mais de cinco meses por falta de água na escola.

MEIO EMPREGADO: Falta água na escola

FONTE: *Equipe Cimi/RO*, 11/2008

2008

VÍTIMA: Comunidades

POVO: ARIKAPÚ

TERRA INDÍGENA: PAKAAS NOVAS

MUNICÍPIO: NOVA MAMORE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guajará-Mirim e Nova Mamoré

DESCRIÇÃO: Um único professor não indígena, contratado pela SEDUC, leciona para todas as séries de 5ª e 8ª, e aplica todas as disciplinas, com exceção das disciplinas língua materna e cultura. O Estado não tem uma política de educação escolar indígena de qualidade. Foram feitas denúncias ao MPF, durante o Abril Indígena estadual e nacional.

MEIO EMPREGADO: Ausência de professor indígena

FONTE: *Comunidades indígenas, OPIRON e Equipe Cimi - Guajará Mirim*

2008

VÍTIMA: Comunidades indígenas na região de Guajará-Mirim

POVO: ORO WARI, ORO WIN, TUPARI, WAYURÚ, MAKURAP, SALAMÃI, ARUÁ, DJEOROMITXI, KUJUBIM, ARIKAPÚ, MASSAKÁ, KANOÉ

TERRA INDÍGENA: PAKAAS NOVAS

MUNICÍPIO: NOVA MAMORE

DESCRIÇÃO: Uma média de 700 alunos das diversas aldeias da região de Guajará-Mirim, estão sem estudar por falta de implantação do ensino médio nas aldeias e implementação do ensino fundamental. São afetadas as terras indígenas Igarapé Ribeirão, Igarapé Lage, Rio Negro Ocaia, Pakaas Novas, Sagarana, Rio Guaporé, Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna. Em algumas aldeias pequenas não existe escola. Os professores indígenas que concluíram o projeto Açaí - magistério indígena - estão parados há três anos esperando a formação do nível superior. Os estudantes vão para cidade e desistem de estudar antes do final do ano devido as dificuldades enfrentadas.

MEIO EMPREGADO: Falta de implantação de ensino médio

FONTE: *Comunidades indígenas, OPIRON, Equipe Cimi - Guajará Mirim*

Desassistência geral

Ano de 2008

Os 18 casos referentes à falta de assistência, de forma geral, às comunidades indígenas, registrados em 2008, são variados.

Há registros de trabalho escravo. O Grupo Tático do Ministério de Trabalho encontrou 10 Guajajara em situação de escravidão numa fazenda no Maranhão. No Mato Grosso do Sul, foram liberados 150 indígenas da usina e destilaria de etanol Centro Oeste Iguatemi. Houve outro caso envolvendo indígenas em situação análoga à escravidão em Santa Catarina.

A Anistia Internacional, no seu relatório anual, acusou o setor sucroalcooleiro de abuso contra direitos humanos, realçando a situação dos indígenas, que cortam mais cana, mas ganham menos. Na época da safra, muitos deles deixam as aldeias por até 90 dias seguidos para morar nas usinas, geralmente em péssimas condições. Esta ausência leva suas mulheres a serem chamadas de “viúvas de maridos vivos”.

Outra grave situação encontrada no Mato Grosso do Sul é a retirada de crianças indígenas do convívio



Foto: Ministério Público do Trabalho

Sem terra para se auto-sustentar, os Gurani Kaiowá são explorados nos canaviais do Mato Grosso do Sul

familiar. Elas são encaminhadas ao Conselho Tutelar, que as leva a abrigos nas cidades com possibilidade de adoção por famílias não-indígenas.

Há ainda o caso de indígenas vivendo abandonados nas cidades. Em Campo Grande, indígenas dos povos Terena, Guarani Kaiowá e Kadiwéu vivem em favelas sem assistência social ou de saúde da prefeitura, da Funai ou da Funasa. Em busca de uma vida melhor, em função da falta de terras, muitos deles acabam empurrados para as periferias, engrossando o número dos sem-teto. Em Roraima, há indígenas Makuxi e sobrevivem do que encontram no lixão de Boa Vista.

No Amazonas, pessoas de dezenas de povos indígenas têm se mudado para as cidades. Em 2008, teve destaque o caso de uma comunidade de mais

de 100 indígenas de vários povos, que ocuparam um terreno de propriedade privada, na periferia de Manaus. A justiça determinou a reintegração de posse, que ocorreu de forma violenta, com uso de tropas de choque, cachorros, cavalos, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Somente após o violento despejo, a prefeitura reuniu-se com os moradores para buscar uma solução. O caso ganhou repercussão internacional, por causa de uma foto – premiada nacional e internacionalmente – que retrata a violência do despejo.

Esses dados revelam a total negação de assistência e de reconhecimento aos indígenas que vivem nas cidades e a violência contra aqueles que não possuem terra suficiente para a reprodução de sua vida física e cultural.

Desassistência geral

Dados - 2008

Total de casos: 18 – Vítimas: 271 (individuais)

AM – 1 Caso(s)

MARÇO/2008

VÍTIMA: Comunidades

POVO: VÁRIOS POVOS

TERRA INDÍGENA: DESALDEADOS

MUNICÍPIO: MANAUS

DESCRIÇÃO: Indígenas desaldeados morando em Manaus entraram em conflito com a Polícia Militar, pela posse de um terreno no km.11 da rodovia AM-010, Manaus/Itacoatiara, de onde foram despejados. Houve violência e muitos ficaram feridos. Os indígenas desaldeados, de maneira geral, sofrem com falta de moradia e de assistência na área de saúde principalmente. O problema do êxodo indígena começou com a instalação da Zona Franca, na década de 1970. A maioria vem em busca de uma vida melhor, mas são empurrados para as áreas periféricas e se vêem obrigados a viver em condições sub-humanas.

MEIO EMPREGADO: Conflito fundiário

FONTE: *A Crítica*, 12/03, 13/3, 14/3, 16/3/2008; *Folha S.P.*13/03/2008

MA - 1 Caso(s) – 10 Vítima(s)

SET/2008

VÍTIMA: 10 indígenas

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Juçaral, Três Passagens e Cigana

DESCRIÇÃO: Dez indígenas foram aliciados para trabalhar numa fazenda. Foram encontrados em situação de escravidão como constatou o Grupo Tático do Ministério do Trabalho.

MEIO EMPREGADO: Trabalho escravo

FONTE: *Centro de Defesa da Vida e Dir. Humanos de Açailândia*

MS – 6 Caso(s) – 251 Vítima(s)

FEVEREIRO/2008

VÍTIMA: Mulheres

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: KURUSU AMBA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kurussu Ambá

DESCRIÇÃO: Mulheres de indígenas empregados no corte de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul, são comparadas a viúvas de maridos vivos. Os maridos ficam meses fora de casa ou preferem não voltar assumindo outras famílias. Abandonadas, criam os filhos sozinhas passando por sérias dificuldades. Diante da exploração imposta aos indígenas, pouco dinheiro chega às famílias. São frequentes as denúncias de atrasos nos pagamentos dos salários e exploração semelhante ao trabalho escravo. No acampamento de Kurussu Ambá é comum encontrar famílias onde mulheres são a maioria. Há também mulheres que perderam seus maridos pela violência, como é o caso de Hortência Rocha e Marluce Pereira Lopes que ficou com duas filhas depois do marido, Ortiz Lopes, ser assassinado. Segundo o Ministério Público do Trabalho, no Mato Grosso do Sul, cerca de 12 mil indígenas atuam no corte de cana no Estado.

MEIO EMPREGADO: Trabalho escravo

FONTE: *www.campograndenews.com.br*, 12/2/2008

FEVEREIRO/2008

VÍTIMA: Comunidades do MS (150 indígenas)

POVO: GUARANI KAIOWÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Povos do MS

DESCRIÇÃO: Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, Mato Grosso do Sul está em segundo lugar entre os estados que mais exploram mão-de-obra análoga à escrava. Esta mão-de-obra vem, principalmente, dos indígenas localizados nas regiões onde acontecem as expansões da cana-de-açúcar. Os não-indígenas não querem saber do trabalho dos canaviais, que é pesado e considerado de segunda categoria. Os índios são tidos como menos exigentes e suportam melhor as pesadas jornadas de trabalho. Na Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda, localizada no município de Iguatemi, procuradores da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de São Paulo resgataram 409 trabalhadores de uma situação de trabalho degradante e trabalho escravo, sendo 150 deles indígenas Terena e Guarani. Isto se dá pela dificuldade dos índios em arranjar outra alternativa de emprego. Foi o que aconteceu com o marido de Sandriele Fernandes, 20 anos, que há quatro meses saiu de casa para arranjar emprego. Ela afirma que o marido faz isso para mandar dinheiro para casa e que enquanto ele está lá um mensageiro traz o dinheiro para ela. Não bastasse a desagregação familiar, os indígenas se vêem submetidos a péssimas condições nos alojamentos: falta de higiene e conforto, esgoto a céu aberto, comida estragada e falta de água. Isto sem contar com o atraso no pagamento de salários. A Anistia Internacional, em seu relatório anual, acusou o setor canavieiro no Brasil de abuso contra direitos humanos e de estar usando trabalho forçado, principalmente de indígenas que vivem na pobreza.

MEIO EMPREGADO: Trabalho escravo

FONTE: Clipping da 6ª CCR do MPF, 12/2/2008; Correio da Bahia/BA, 11/2/2008; O Progresso

2008

VÍTIMA: Comunidades do MS

POVO: POVOS DO MS

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Campo Grande

DESCRIÇÃO: Fugindo da dificuldade de sobrevivência em suas terras tradicionais, os indígenas vão para a cidade acreditando numa melhora de vida mas acabam morando em favelas sem as mínimas condições de uma vida saudável. Os barracos são minúsculos, feitos de material recolhido dos lixões. Enfrentam problemas para atendimento médico, escola para as crianças e de trabalho para sua subsistência.

MEIO EMPREGADO: Dificuldade de sobrevivência na aldeia

FONTE: midiamaxnews, 28/11/2008

2008

VÍTIMA: Comunidades do MS (100 indígenas)

POVO: POVOS DO MS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Povos do MS

DESCRIÇÃO: Um levantamento realizado entre janeiro de 2007 e abril de 2008 pela ONG Centro de Trabalho Indigenista revelou que cerca de 100 índios de vários povos do MS, na maioria Guarani Kaiowá, foram condenados pela Justiça do estado e estão presos sem ter podido aproveitar de maneira adequada o direito de defesa. Os problemas começam na fase de inquérito policial. Tanto os detentos quanto testemunhas, na grande maioria, não dominam a língua portuguesa o que dificulta a compreensão das acusações e do processo de defesa.

MEIO EMPREGADO: Prisão

FONTE: Correio Braziliense, 26/06/2008

2008

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI KAIOWÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Laguna Caarapã

DESCRIÇÃO: A adolescente foi trazida da aldeia para trabalhar como empregada doméstica. Trabalhava das 7 da manhã até 19 horas, cabendo a ela todo tipo de tarefa doméstica. Disse que estava proibida de manter contato com a família. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza afirmou que a ex-patroa, foi auxiliada por uma costureira, suspeita de ser agenciadora no caso. A adolescente contou que antes dela outras três meninas trabalharam no local.

MEIO EMPREGADO: trabalho escravo

FONTE: www.campogrande.news.com.br, 10/10/08

2008

VÍTIMA: Crianças

POVO: POVOS DO MS

DESCRIÇÃO: Crianças são retiradas do convívio familiar e encaminhadas ao Conselho Tutelar que as leva a abrigos na cidade, com possibilidade de adoção por famílias não indígenas. A Funai e o Ministério Público estão em discordância com o Juizado da Vara da Infância e Juventude que são a favor das adoções.

MEIO EMPREGADO: Retirada de criança da família

FONTE: O Estado de S.Paulo, 09/02/2008, Diário de S.P., 29/06/2008

MT – 2 Caso(s)

04/11/2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: SÃO DOMINGOS

MUNICÍPIO: LUCIARA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Krehawa

DESCRIÇÃO: Após um violento temporal que destruiu casas e a escola da aldeia, não houve atendimento por parte do poder público local.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial

FONTE: Cimi Regional/MT

2008

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KAMAYURÁ

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO XINGU

MUNICÍPIO: SAO FELIX DO ARAGUAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Parque do Xingu

DESCRIÇÃO: Sem dinheiro para melhorar sua infra-estrutura nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, as etnias Kamayurá e Waurá estão criando pacotes turísticos. O cacique Kotoke Kamayurá ao explicar o motivo de abrir a aldeia ao turismo alega que estão sem ferramentas de trabalho há mais de 20 anos, e que não têm recursos para gasolina e medicação. Os roteiros que vêm sendo formulados sem a anuência da Funai, podem representar uma nova ameaça à manutenção da cultura indígena no Xingu.

MEIO EMPREGADO: Turismo em aldeias

FONTE: Valeparaibano-SP, 18/10/2008

PR – 2 Caso(s) – 5 Vítima(s)**JUNHO/2008****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** KAINGANG**TERRA INDÍGENA:** APUCARANA**MUNICÍPIO:** LONDRINA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Apucarantina

DESCRIÇÃO: Famílias se queixam que não têm mais condições de ficar na reserva de Apucarantina e vêm acampar no centro Cultural Kaingang (Vare) na cidade, para vender artesanato. Segundo o índio Adilson Luís, que acompanha o grupo, são cerca de 3.000 índios que vivem na reserva. Não têm trabalho e vêm à cidade, revezando-se, a cada mês. O Centro foi fechado para reforma e as casas que abrigavam as famílias dos índios foram derrubadas e o terreno está vazio. A assistente social da Funai, Evelise Viveiros Machado, reconhece que a situação se agravou com o fechamento do Centro “e agora os índios ficam na rua”.

MEIO EMPREGADO: Dificuldade de sobrevivência na aldeia**FONTE:** Folha de Londrina/PR, 29/07/2008**2008****VÍTIMA:** 5 indígenas**POVO:** KAINGANG**MUNICÍPIO:** GENERAL CARNEIRO**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Kaingang

DESCRIÇÃO: Entre os trabalhadores encontrados em regime de trabalho escravo, havia 5 indígenas que vinham de Xapacó/SC para trabalhar no Paraná. Aliciados por um “gato”, eram submetidos a um esquema de endividamento antes mesmo de iniciar o corte de erva-mate. O proprietário mantinha um acordo com o comerciante para o qual os empregados deviam. As condições de alojamento eram péssimas. A água utilizada era proveniente do rio, mesmo local em que se dava de beber ao gado da propriedade. Eles dormiam no chão, no meio do mato. Segundo a auditora fiscal, Luíze S. Neves, o proprietário da fazenda acompanhou a fiscalização e pagou as verbas rescisórias. Foram lavrados 12 autos de infração. Os trabalhadores voltaram para suas cidades de origem e irão receber seguro-desemprego para trabalhador resgatado.

MEIO EMPREGADO: Trabalho escravo**FONTE:** Parana-online.com.,26/09/2008; Repórter Brasil, 16/10/2008

Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi



Trabalho escravo e outras violações de direitos humanos fazem parte das ameaças que povos indígenas enfrentam

RO – 5 Caso(s) – 5 Vítima(s)**2005/2008****VÍTIMA:** Camila Canoé**POVO:** KANOÉ**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Desaldeada

DESCRIÇÃO: A vítima nasceu na Aldeia Ricardo Franco, onde veio a ficar órfã da mãe aos 11 anos de idade. O pai a entrega a uma família em Guajará Mirim onde trabalhou até a idade adulta. Ao deixar a casa onde trabalhava recebe dos patrões um documento que acreditava ser o registro de nascimento. Em 2005 seu filho descobriu que existe outra pessoa com o mesmo documento da mãe. Foi aberto inquérito e feita retenção do documento de Camila e seu filho. A vítima e família sofreram vários constrangimentos para retirar outra documentação. Inclusive por parte de uma funcionária da Funai que tentou denegrir o caso dizendo que a vítima sabia desde o início se tratar de documento falso.

MEIO EMPREGADO: Recusa de documento indígena**FONTE:** não consta na ficha do regional**2008****VÍTIMA:** Esmeraldina Dourado Monteiro**POVO:** WAYURÚ**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM**LOCAL DA OCORRÊNCIA:**

DESCRIÇÃO: A Funai negou carteira indígena porque Esmeraldina foi registrada com o nome dos pais de criação que a levaram para cidade quando tinha 11 anos. Quando adulta procurou pelos pais, que são indígenas, e passou a manter fortes laços familiares. É do conhecimento da Funai que os pais biológicos são indígenas. Mesmo assim, ela e os filhos não receberam atendimento pela Funai.

MEIO EMPREGADO: Recusa de documento indígena**FONTE:** Esmeraldina Dourado Monteiro e Equipe Cimi - Guajara Mirim**JULHO/2008****VÍTIMA:** Hatem Idalina Oro Mon**POVO:** ORO MON (ORO WARI)**TERRA INDÍGENA:** IGARAPÉ RIBEIRÃO**MUNICÍPIO:** NOVA MAMORE**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Guajará-Mirim

DESCRIÇÃO: Depois do contato em 1961, casou-se com um índio Mequém de quem ficou viúva. Casou-se novamente e teve 8 filhos. Mora com a nova família às margens do rio Ribeirão, que hoje está fora da área indígena demarcada.

Sempre viveu da agricultura. A Funai negou a declaração para aposentadoria alegando que ela não mora na terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Negação de aposentadoria**FONTE:** Equipe Cimi - Guajará Mirim/RO**2008****VÍTIMA:** Pijim Maria Madalena Oro At.**POVO:** PAKAA NOVA (ORO WARI)**TERRA INDÍGENA:** RIO NEGRO OCAIA**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Guarajá-Mirim

DESCRIÇÃO: Depois do contato em 1961, casou-se com seringueiro morando às margens do rio Ouro Preto, onde houve inúmeros massacres nas décadas de 40 e 50. A área onde mora está fora da demarcação e esta é a alegação da Funai para negar seu pedido de aposentadoria.

MEIO EMPREGADO: Negação de aposentadoria**FONTE:** Equipe Cimi - Guajará Mirim/RO**2008****VÍTIMA:** Justina Quirino de Farias**POVO:** MIQUELENO**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Guajará-Mirim

DESCRIÇÃO: A indígena insistentemente procurou a Funai em busca da declaração de aposentadoria. Em agosto de 2008, pressionada pelo Ministério Público Federal, a Funai emitiu a declaração exigida. O INSS, por sua vez, afirmou que o sistema não aceita a declaração emitida pela Funai. O Ministério Público Federal continua acompanhando o processo.

MEIO EMPREGADO: Negação de aposentadoria**FONTE:** A vítima e Equipe Cimi - Guajará Mirim/RO**RR – 1 Caso(s)****15/12/2008****VÍTIMA:** Desaldeados**POVO:** MAKUXI**MUNICÍPIO:** BOA VISTA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Desaldeados

DESCRIÇÃO: Indígenas que saem de suas comunidades e vão para a cidade ficam sem condições de sobrevivência e buscam restos em lixão de Boa Vista.

MEIO EMPREGADO: Dificuldade de sobrevivência na aldeia**FONTE:** Folha de São Paulo, 15/12/2008



Capítulo IV

Violência contra os povos indígenas isolados e de pouco contato

Violência contra os povos indígenas isolados e de pouco contato.....	145
Amazonas.....	145
Rondônia	146
Acre.....	147
Mato Grosso.....	148
Maranhão	150



Grupos indígenas sem contato ou de contato recente, como os Awá Guajá (Maranhão), estão cada vez mais acudados com o avanço das atividades agropecuárias de não-índios

Violência contra os povos indígenas isolados e de pouco contato

Ano de 2008

O Cimi se propõe a qualificar as referências da presença destes grupos com levantamentos em área; dar visibilidade à questão dos índios isolados para a sociedade; sistematizar, mapear e socializar o material existente sobre os povos indígenas em situação de isolamento e subsidiar o Ministério Público Federal para agir diante da situação desses povos.

Por meio dos regionais Norte I e Rondônia, o Cimi iniciou em 2006 o levantamento em área da situação dos povos em situação de isolamento no sul do Amazonas, especificamente nas áreas dos rios Cuniuá e Tapauá, Curequetê e Ituxi, sul de Lábrea (AM); nos rios Pacιά, Mari e Punainá, todos afluentes do rio Purus; no rio Mucuí e seus afluentes Jacareúba e Inacorrã (AM) – transformado em julho de 2008 em Parque Nacional Mapinguari; no rio Itaparaná (AM), no alto rio Marmelos, e no rio Sucunduri, na Transamazô-

nica (BR-230) e nas áreas de influência da construção das hidrelétricas Jirau e Santo Antônio (RO).

Quadro comparativo de referências de povos indígenas em situação de isolamento, de risco e de extinção

Grupos isolados	Funai	Cimi
Amazonia	29	21
Acre	05	06
Pará	08	13
Maranhão	02	08
Rondônia	10	14
Mato Grosso	09	08
Amapá	01	01
Goiás	01	01
Roraima	01	01
Total	66	73

CASOS

AMAZONAS

No **Vale do Javari**, Amazonas, verificou-se um acréscimo no número de portadores de hepatite B, de casos de malária e a constatação de outras patologias como hepatite C, hanseníase e tuberculose, ameaçando a existência da maior concentração demográfica de índios isolados do Brasil.

Na BR-319, há o projeto de assentamento “São Francisco do rio Mucuí”, dentro da terra indígena Katawixi, com promoção de ecoturismo e pesca predatória. No igarapé Jacareúba, *habitat* e antigo coração das terras Katawixi, encontra-se a vila **Seringarana**, um assentamento do Incra. O levantamento evidencia a situação de risco e extinção do povo Katawixi. A Funai, que já tinha declarado esse povo extinto, voltou a reconhecer sua existência a partir dos dados apresentados pelo Cimi, reativando a proposta de interdição e criando uma equipe de Frente de Proteção etno-ambiental do Rio Purus.

Existem três firmas colonizadoras (Proterra, Prosa e Proapa) e uma Associação (Procampo) ocupando as terras tradicionais, além do assentamento Joana Darc,

do Incra, com plantadores de soja e grandes fazendas de gado.

Na região sul de **Lábrea**, os Kaxarari confirmam a existência dos isolados nas cabeceiras, entre os afluentes do rio Ituxi e Curequetê, nas fronteiras dos três estados: Amazonas, Acre e Rondônia. É uma das áreas mais violentas da região, onde se registra o avanço rápido do agronegócio, principalmente de fazendas de soja, por grileiros de terras da União, com omissão do Ibama, do Incra e da Funai. As fazendas griladas estão ocupando toda a área desses isolados que vivem na região.

No rio Itaparana, município de **Tapaua**, houve em 1964 o massacre contra o povo Juma que na época impedia o avanço da frente extrativista de castanheiros. Estes, sob comando de comerciantes e políticos da região, atearam fogo nas malocas, à noite, matando mais de 40 indígenas. O crime aconteceu nas cabeceiras dos igarapés da Onça e São Miguel e há referências - como acampamentos, restos de fogo e de comida - de sobreviventes naqueles rios.

O **Alto Rio Marmelos** é o habitat de um grupo isolado Tenharim, dentro de uma área já demarcada. Por lá passa a Estrada de Estanho, feita pela Minera-



A sobrevivência do povo Suruahá, no Amazonas, é ameaçada por exploradores de seu território

dora Taboca, da Paranapanema, para extrair estanho e cassiterita. Vinda do Mato Grosso, a estrada corta a área Tenharim e chega até a Transamazônica (BR-230), passando pelos campos naturais das terras indígenas Tenharim. Os Tenharim que extraem castanha naquela área confirmam a existência de seus parentes isolados, ameaçados pela estrada onde circulam caminhões e ônibus diariamente e onde há pressão forte do agronegócio.

No rio Sucunduri, município de **Apui**, há exploração madeireira, garimpeiros, fazendas e projetos de colonização. Segundo informações do Cimi, há um grupo de indígenas isolados que vive entre o igarapé Anil e o rio São Tomé, afluentes do rio Juruena.

A equipe do Cimi em **Aripuanã** teve informações da existência desse grupo através de um topógrafo que fez medições na região em 1998. Segundo ele, esses índios se localizam nas cabeceiras do rio Água Branca, na Serra do Sucunduri.

Na **cachoeira Monte Cristo**, antigamente, havia vestígios de isolados, no igarapé Bararetê os isolados faziam suas excursões, hoje as áreas são reservas protegidas de Floresta Nacional (Flona) e Floresta Estadual (Flota). Por lá, há plantação de banana e presença de animais selvagens para a caça. Num dos afluentes do rio Sucunduri, no igarapé Acari, há uma fazenda com extensão de 500 hectares, onde existem pistas clandestinas, mas todo mundo tem medo de denunciar.

RONDÔNIA

O governo federal aprovou a construção de duas hidrelétricas no rio Madeira, em Rondônia: Santo Antônio (com potência de 3580 MW) e Jirau (com potência de 3900 MW). A potência total instalada é de 7480 MW e o ganho de energia firme é de 4255 MW, equivalente a 56% da potência total. Os recursos estão estimados em R\$ 13,3 bilhões.

A implantação de aproveitamentos hidrelétricos no rio Madeira, principal formador do rio Amazonas no território brasileiro com uma bacia de 1,42 milhão km², não tem apenas a perspectiva da geração elétrica, mas também de extensão da navegação acima da cidade de Porto Velho (RO), através dos rios Orthon, Madre de Diós, Beni, Mamoré e Guaporé, complementando a atual hidrovia existente que vai de Porto Velho até Itacoatiara (AM).

Isolados no rio Madeira – O Cimi em Rondônia encaminhou documento ao MPF, Ibama e Funai relatando a existência de 14 povos em situação de isolamento e de risco no estado. Destes, 10 têm seus territórios tradicionais nos afluentes do rio Madeira, e quatro grupos encontram-se próximos ao complexo hidrelétrico desse rio.

As referências dos quatro povos indígenas em situação de isolamento e de risco na área de influência da construção das hidrelétricas são as seguintes:

grupos nas terras indígenas Karitiana e Karipuna; os Karipuinhas que vivem na região de Jirau e grupos na região do sul do município de Lábrea.

Esses povos em situação de isolamento correm risco de ser exterminados pelo avanço do agronegócio, do desmatamento e de grandes empreendimentos - como a construção das hidrelétricas. Constituem graves ameaças à sua sobrevivência os impactos que sofrem nas áreas de influência de terras inundadas e a destruição dos recursos naturais, que provocam fluxos migratórios para novas ocupações e que os expõem a todo tipo de violência, de massacre e de extermínio.

Outros empreendimentos energéticos implementados na região amazônica refletem a mesma violência contra os povos indígenas, sobretudo por não contemplar as expectativas das sociedades locais e populações tradicionais. Como por exemplo: Usina Hidroelétrica (UHE) Tucuruí, UHE Samuel, UHE Balbina, Produtor Independente de Eletricidade (PIE) em Manaus e Porto Velho - e outros empreendimentos planejados: UHE Ji-Paraná, UHE Kararao (Belo Monte), UHE's no Rio Madeira, gasodutos Coarí-Manaus e Urucú/Porto Velho.

ACRE

Uma das maiores áreas de ocorrência de povos indígenas em situação de isolamento voluntário no mundo está compreendida numa faixa que se estende por toda a região de fronteira entre o estado do Acre, no Brasil, e o Peru. Representantes de culturas ancestrais, estes povos conseguiram manter seu modo de

vida particular se refugiando em áreas que passaram ao largo dos ciclos econômicos da borracha, do caucho e da castanha.

Apesar da relativa tranquilidade que estes povos conquistaram ao se isolarem nas cabeceiras de rios e igarapés, o avanço da exploração madeireira, do petróleo e do gás natural em território peruano nas últimas décadas trouxe de volta a possibilidade de genocídio destes povos. Estas situações os têm obrigado a se deslocarem para fora de suas áreas tradicionais, penetrando, muitas vezes, o território brasileiro.

Projetos de integração regional como a pavimentação da BR-364 - usada para escoamento de produção de soja - e a conclusão da Rodovia do Pacífico - de 1,2 mil km ligando a cidade brasileira de Assis Brasil, no Acre, aos portos de Ilo, Matarani e Marcona, no sul do Peru - ameaçam direta e indiretamente estes povos já que as estradas facilitarão o acesso e a exploração de áreas antes consideradas isoladas.

A concessão de grandes áreas para o manejo florestal e a possível prospecção petrolífera nesta região da Amazônia fará do Acre um espelho do que já ocorre no Peru e não restarão mais refúgios para estes povos se não forem tomadas medidas que garantam a posse e a segurança das áreas tradicionalmente ocupadas pelos isolados.

Ocorrências de isolados – No Acre existem seis ocorrências de povos isolados, todos ao longo da fronteira, podendo, em algumas áreas, existirem povos isolados diferentes partilhando um mesmo grande território.

Apesar de várias ocorrências de isolados, apenas a área indígena do Xinane está registrada e é exclusiva



Foto: Volmir Bavarese/Arquivo Cimi

Os índios de pouco contato Akunsú em Rondônia correm risco de desaparecer



Indígenas isolados, na fronteira do Peru com o Acre, fotografados por equipe da Funai

para esses povos. As outras ocorrências se dão em terras indígenas já destinadas a povos contatados ou em áreas de conservação ambiental como o Parque Nacional da Serra do Divisor - onde o projeto de estrada ligando Cruzeiro do Sul, no Acre, a Pucallpa, no Peru, ameaçará diretamente a vida dos isolados - e o Parque Estadual Chandless.

Ao longo da fronteira do Acre com o Peru, em áreas contíguas com parques e áreas indígenas, o governo peruano criou as Áreas de Conservação Regional Isconahua e Murunahua/Tamaya com o intuito de resguardar o território dos isolados, mas grandes projetos, principalmente petrolíferos, acabam se sobrepondo às áreas protegidas e ameaçam a vida dos indígenas, principalmente os isolados.

MATO GROSSO

A presença de índios “estranhos”, denominados baixinhos, sempre fugitivos na região noroeste do Mato Grosso, era fato conhecido da população de **Aripuanã** e **Colniza**, a partir da década de 1980 até o ano 2000. Na medida em que a mata começou a ser derrubada, para a instalação de fazendas e de projetos de assentamento, os índios foram recuando.

Desde 1987, a equipe do Cimi em Aripuanã acompanha a presença de índios isolados nesta região. Ao longo dos anos, indígenas dos povos Arara e Cinta Larga, assim como prestadores de serviços dos latifundiários, testemunharam a presença dos isolados.

Foto: Gleilson Miranda/Funai



Em julho de 2003, missionários do Cimi acompanharam uma expedição da Funai para conhecer a terra indígena do rio Pardo e visitar uma das aldeias. Na oportunidade encontraram duas malocas, tendo no seu interior um feixe de flautas, pontas de flecha e um pacote de cinco quilos de arroz deixado por invasores. Por meio desta visita foi possível confirmar a presença indígena no rio Pardo.

As informações coletadas e repassadas às autoridades foram o ponto de partida para que a Frente de Proteção Etno Ambiental Madeirinha da Funai localizasse os indígenas. Em 2001, após ter encontrado 17 locais de habitações e muitos vestígios deixados pelos indígenas, começou a ser esboçado o primeiro mapa da terra indígena. Sua demarcação foi interdita

pela Portaria 447/2001. Três anos depois, esgotado o prazo legal da interdição, por novo ato administrativo da Funai foi criada a Portaria 521/2004, com objetivo de interditar a demarcação da terra indígena do rio Pardo por mais três anos.

Invasores na terra indígena – Em outubro de 2005, uma das expedições da Funai encontrou no interior da terra indígena um grupo de invasores armados, munidos de bombas e de posse do Estatuto e da Ata de Fundação (23/8/03) da Associação dos Proprietários Rurais de Colniza, com uma lista dos associados, bem como, uma cópia do Projeto Serra Morena que estava sendo implantado dentro da terra indígena.

A Operação Rio Pardo da Polícia Federal, iniciada em novembro de 2005, foi o ponto culminante da ação oficial que prendeu 77 pessoas e cumpriu 90 mandados de busca e apreensão.

O superintendente adjunto da PF, Marco Antônio Farias, informou que todas as pessoas presas possuíam algum tipo de ligação com a empresa Sul Amazônia Madeiras e Agropecuária Ltda (Sulmap), com sede em Várzea Grande (MT), ou com a Associação dos Proprietários Rurais de Colniza, que deram início ao projeto Serra Morena. Em Aripuanã, ficaram presos por mais de dez dias o ex-prefeito do município, um cirurgião dentista, um empresário e um ex-vereador.

Para os missionários envolvidos na defesa da terra indígena tradicional e na luta pela vida dos índios isolados, essa ação policial resultou em perseguições, ameaças e a conseqüente saída da região, pois corriam risco de morte.

Passados alguns meses, a Funai constituiu o Grupo Técnico (GT) coordenado pelo antropólogo Gilberto Azanha e expediu a Portaria 170/2007 de identificação da terra indígena Kawahiva do rio Pardo. O GT verificou tratar-se de uma sociedade indígena: Kawahiva (Tupi Kawahib) do tronco lingüístico Tupi Guarani. O relatório foi publicado em 15 de março de 2007, mas setores antiindígenas questionaram a portaria da Funai e tentam reverter os seus efeitos.

Outros grupos – No Igarapé dos Índios, em **Colniza**, vive o grupo Pirapkura, que significa borboleta, “aqueles que são não param em lugar nenhum”. Eles são acompanhados pela Funai, há mais de 20 anos, mas a demarcação de seu território segue sem providências.

Os isolados **Apiaká** continuam dando sinais de existência, mas procuram evitar o contato. Elivan Morimã Apiaká ouviu os isolados imitando pássaros e animais, durante uma caçada. “O nosso grupo respondia de dentro do barraco, mas com medo de falar. Eles estavam com mulheres e crianças e davam risadas. No dia seguinte vimos muitos rastros de adultos e crianças”. Na criação do Parque Nacional



Objetos abandonados por indígenas sem contato no Mato Grosso

Juruena não foi considerada presença deste grupo de isolados. Desde 1999 corre o processo de demarcação de terra Apiaká, onde há duas grandes aldeias. É neste território que perambulam os isolados.

MARANHÃO

A presença de grupos de Awá-Guajá, povo nômade que vive em situação de isolamento no Maranhão, ocorre na região conhecida como pré-Amazônia maranhense. Eles circulam pelas terras indígenas Araribóia, Caru, Awá, Krikati, assim como na Reserva Biológica do Gurupi, Serra do Cipó, Alto Guamá, Serra da Desordem, Jararaca e Bandeira. Esses grupos encontram-se ameaçados pelas invasões, o desmatamento e o comércio ilegal de madeira crescente na região.

Os **Awá-Guajá** – Uma sociedade de caçadores e coletores que vive exclusivamente da floresta e dela depende para continuar a existir e praticar suas atividades nômades. Eles habitam há séculos as matas altas dos rios Pindaré, Caru, Turiaçu e Gurupi. Região também habitada pelos Ka'apor, Tembé e Guajajara. Seu nomadismo é tido como estratégia de sobrevivência frente a outros grupos indígenas e a não-índios em disputa por território.

O contato desse povo teve início nas décadas de 70 e 80. A população Awá-Guajá é de 350 a 400 pessoas, incluindo os grupos de 'Awá ka'apahara' (Awá morador da floresta). Sua população lentamente

vem crescendo e se recompondo das drásticas consequências que o contato representou. De língua Tupi-Guarani o povo se autodenomina Awá – que significa gente.

Terra indígena Araribóia – Habitada por indígenas Guajajara é regularizada, mas enfrenta problemas de invasão pela ação dos madeireiros e das carvoarias da região. Os grupos de Awá-Guajá isolados estão totalmente desprotegidos. “Os Awá moram no coração da mata e estão ameaçados pelas queimadas. Vivem fugindo do fogo e dos invasores. Tem até gente falando que os madeireiros estão atirando nos Awá Guajá, queimando seus barracos e roubando seus potes de carregar mel, redes e tipóias, achamos esses objetos até no caminhão de madeireiro”.

Há muitos relatos de caçadores Guajajara que encontraram restos mortais de Awá. Em 2003, os Guajajara encontraram o corpo de um homem Awá. Pela situação que o encontraram, suspeitam que ele morreu de sede, pois estava a caminho de uma lagoa, que já estava seca e carregava uma cabaça vazia. Também já houve encontros esporádicos entre Guajajara e Awá. Pelos vestígios encontrados acredita-se que existam mais de 60 Awá vivendo nessa terra. Depois de uma grande queimada, que comprometeu 80% da floresta, não se obteve mais notícias dos grupos de Awá.

Terra indígena Caru – Regularizada e habitada pelos Guajajara e Awá-Guajá também apresenta a mesma situação de invasão, retirada e venda ilegal de madeira. O resultado é um território cortado por estradas, escassez de caças, vastas áreas de capoeiras e conflitos.

Na terra existem três aldeias de povo Awá-Guajá e grupos que mantêm seus hábitos originais recusando o contato. Na aldeia Awá de maior população, os indígenas relatam encontros freqüentes de vestígios (casas, fogos, coleta de mel, caminhos...) deixados por esses grupos.

Em setembro de 2003 os Awá trouxeram para o seu convívio mãe e filho que há anos recusavam o contato. A região onde fica a cabeceira do igarapé Presídio, um dos afluentes do rio Pindaré, representa um lugar originário de vários grupos Awá. É nesse santuário, de mata ainda resguardada, de tradição e identidade, que vivem os grupos de Awá isolados. Porém, a região está ameaçada com a exploração da madeira. O abastecimento de madeira no Maranhão, em mais de 90%, provém das terras indígenas e das áreas de proteção ambiental, como a Reserva Biológica do Gurupi.

Terra Indígena Awá – Esta terra é um caso emblemático a ser resolvido, em decorrência da invasão por ocupantes de má fé e grupos econômicos e políticos da região. O processo de reconhecimento da terra teve início em 1979 e só foi finalizado em 2005. No entanto, até o momento não foi registrada por conta de pendências judiciais com estes grupos. ♦

TABELAS RESUMO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS

Ano de 2008

Capítulo I

Violência contra o patrimônio – Resumo – 2008	
Violência/Agressão	Casos
Conflitos relativos a direitos territoriais	16
Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio	41
Omissão e morosidade na regularização de terras	37

Capítulo II

Violência contra a pessoa – Resumo – 2008		
Violência/Agressão	Casos	Vítimas individuais ⁽¹⁾
Assassinato	60	60
Tentativa de assassinato	29	39
Homicídio culposo	8	8
Ameaça de Morte	12	18
Ameaças várias	6	38
Lesão Corporal Dolosa	6	13
Abuso de poder	19	77
Racismo e discriminação étnico-cultural	16	6
Violência sexual	6	9
Apropriação indébita - retenção de cartões bancários e outros	3	3

Capítulo III

Violência por omissão do poder público – Resumo – 2008		
Violência/Agressão	Casos	Vítimas individuais ⁽¹⁾
Suicídio	34	34
Tentativa de suicídio	3	3
Desassistência na área de saúde	77	4.106
Morte por Desassistência à saúde	17	31
Mortalidade na infância	17	37
Desnutrição	6	6
Disseminação de bebida alcoólica e drogas	11	12
Desassistência na área de educação escolar indígena	23	700
Desassistência Geral	18	271

(1) Não incluímos na contagem das vítimas, os casos em que um grupo ou a comunidade inteira foi afetada



ENDEREÇO

SDS - Ed. Venâncio III, sala 309-314

CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

www.cimi.org.br



SDS

Ed. Venâncio III

Salas 309/314

CEP 70.393-902

Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

www.cimi.org.br

APOIO

